



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FELIPE AZEVEDO E SOUZA

A participação política das classes populares em três movimentos, Recife
(c. 1880 – c. 1900)

CAMPINAS
2018

FELIPE AZEVEDO E SOUZA

**A participação política das classes populares em três movimentos,
Recife (c. 1880 – c. 1900)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em História, na Área História Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO FELIPE AZEVEDO E
SOUZA, E ORIENTADO PELO PROF.
DR. CLAUDIO HENRIQUE DE
MORAES BATALHA.

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2013/06786-6

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

So89p Souza, Felipe Azevedo e, 1987-
A participação política das classes populares em três movimentos, Recife
(c. 1880 - c. 1900) / Felipe Azevedo e Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Participação política. 2. Eleições. 3. Direitos políticos. 4. Abolicionismo.
5. Movimento operário. I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes, 1957-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The political participation of the popular classes in three
movements, Recife (c. 1880 - c. 1900)

Palavras-chave em inglês:

Political participation

Elections

Political rights

Abolitionism

Labor movement

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Claudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]

Marcelo Mac Cord

Aldring Armstrong Silva Castellucci

Fernando Teixeira da Silva

Ricardo Figueiredo Pirola

Data de defesa: 27-03-2018

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 27/03/2018, considerou o candidato Felipe Azevedo e Souza aprovado.

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord

Prof. Dr. Aldrin Armstrong Silva Castellucci

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pirola

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Agradecimentos

Nos anos em que me dediquei à pesquisa e escrita desta tese tive o privilégio de usufruir de condições muito favoráveis para o desenvolvimento de meu trabalho. Essas circunstâncias foram proporcionadas tanto pelo amparo de diferentes instituições e programas de assistência, quanto pela colaboração de uma série de pessoas que me são extremamente caras. Sinto-me muito grato e devo ressaltar que as letras formais dessas páginas de agradecimento estão longe de contemplar a contento a expressão desse sentimento.

Em termos institucionais devo agradecer primeiramente ao Serviço de Apoio ao Estudante da UNICAMP (SAE), que possibilitou minha estadia no primeiro ano do doutorado em Campinas, principalmente através do programa de Moradia Estudantil e do acesso ao Restaurante Universitário.

Esta pesquisa não seria possível sem o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Nos últimos anos fui contemplado com duas bolsas, uma propriamente de doutorado, intitulada "Entre capangas e socialistas: articulações de trabalhadores com a política partidária no Recife (1873-1884)" (processo: 2013/06786-6). E uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE, com o título "Por uma história do movimento operário no pós-abolição: diálogos possíveis com a História Social Norte Americana" (processo: 2015/20391-0).

Tanto no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), sediado na UNICAMP, quanto no *Center for Latin American Studies* (CLAS), na Universidade de Chicago, participei de debates memoráveis e tive a oportunidade de colocar meus escritos em discussão, tendo recebido inúmeras contribuições. Essas interlocuções seriam impossíveis sem os auxílios de Natalie Arsenault, em Chicago, e de Flávia Peral, em Campinas. Ainda em Campinas agradeço a Daniel Hatamoto, da Secretaria de Pós-Graduação em História, que me foi solícito em diversas ocasiões.

Pelos arquivos históricos de Recife agradeço ao trio Hildo, Emerson e Kleber, pela ajuda e pelas boas indicações documentais no Arquivo Histórico Estadual Jordão Emerenciano. Da mesma maneira agradeço à Paulo Gustavo, na Fundação Joaquim Nabuco, Jamille Barbosa, na Fundação Gilberto Freyre, e Marcos Galindo, na Biblioteca Central da UFPE, que foram sempre muito atenciosos. Assim como ao pessoal do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, da biblioteca

de obras raras da Faculdade de Direito do Recife, da Biblioteca Pública do Estado e do setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Ao meu orientador, Claudio Batalha, sou extremamente grato pela confiança depositada no meu trabalho e pela disponibilidade em sempre atender com presteza às minhas demandas. Fernando Teixeira da Silva fez parte da banca de defesa desta tese com uma arguição inspiradora, sua companhia nos últimos anos foi de valor inestimável para mim. À Marcelo Mac Cord, que também esteve na banca, devo agradecer não só a leitura circunstanciada feita na ocasião, mas pelo acompanhamento e companheirismo em questões que transcendem os âmbitos acadêmicos. Os outros dois membros da banca, Ricardo Pirola e Aldrin Castellucci, fizeram arguições que me proporcionaram ampliar meus horizontes em relação à pesquisa histórica, as questões pontuadas por eles certamente me ajudarão em trabalhos futuros, agradeço a ambos pela delicadeza e pela leitura cuidadosa.

Celso Castilho acompanhou ativamente boa parte do processo de escrita, participando da banca de qualificação e mantendo diálogo constante nas outras fases, suas publicações, somadas a esse contato direto, acabaram por abrir diversas possibilidades de interpretação em minhas análises. Michael Hall, também fez parte da qualificação, suas críticas e sugestões me acompanharam desde o primeiro mês do doutorado, quando fez importantes apontamentos ao meu projeto inicial de pesquisa. Além da acurada leitura que fez em parte de meu trabalho pontuando observações valiosas, sou muito grato a Brodwyn Fischer por propiciar as melhores condições para que eu conseguisse realizar meu estágio de pesquisa na Universidade de Chicago. Na Universidade de Chicago também sou muito grato aos diálogos com o professor Dain Borges.

Ao longo do período de doutorado contei com o generoso apoio de uma série de pessoas que me ajudaram das mais diversas maneiras, comentando meus textos, repassando documentos, ajudando com traduções, indicando bibliografias, debatendo historiografia, etc. De maneira nada sistematizada gostaria de registrar meus profundos agradecimentos a Israel Ozanam, Dirceu Marroquim, David Lacerda, Gabriela Monteiro, João Paulo Peixoto, Bruno Fabris Estefanes, Jonas Brito, Rodrigo Bulamah, Pedro Bortoto, Laura Fraccaro, Glaucia Fraccaro, André Raboni, Rafaela Valença, José Pereira, Diogo Vinícius Santiago, Ana Carolina Borges, Deivison Amaral, Nauber Gavski, Paulo Faltay, Melina Perussato, Sileide Galvão, Rodrigo Almeida, Mateus Toledo, Matheus Pereira, Antonio Luigi Negro, Marcus Carvalho, Suzana Cavani

Rosas, Christine Dabat, Marc Jay Hoffnagel, e Osvaldo Maciel. À minha família um obrigado especial pelo aporte afetivo imensurável.

Resumo

A tese investiga de que maneira a população mais pobre, e geralmente negra, se relacionava com a política partidária em um período marcado por grandes transformações, encetadas principalmente pela passagem do Império para a República e pelo processo de abolição da escravidão. A partir do Recife, a narrativa tem por fio condutor três movimentos sociais estabelecidos em torno de manifestações públicas com apelo à participação das classes populares, são eles: o movimento abolicionista, o republicano e o operário. Propondo uma perspectiva ampliada da participação política, o presente estudo procura evidenciar a existência de uma cultura política múltipla e difusa que transbordava os limites formais do sistema representativo. Dessa maneira, pretende-se abrir possibilidades alternativas na compreensão das relações entre representantes e representados, e das dinâmicas sociais que estruturavam o funcionamento da política.

Palavras chave: Participação Política; Eleições; Direitos Políticos; Abolicionismo; Movimento Operário

Abstract

This thesis explores the way in which the poorest, and usually black, part of the population would deal with partisan politics at a time characterized by great transformations, as the changeover to a Republic system and the abolition of slavery. Based on Recife, the events that I intend to analyze took place in the midst of three subsequent movements marked by their great potential to promote large popular mobs, they are: the abolitionist movement, the republican movement, and the labor movement. Proposing an extended perspective of political participation, the present study seeks to demonstrate the existence of a multiple and diffuse political culture that overflowed the formal limits of the representative system. In this way, it is intended to open up alternative possibilities in the understanding of the relations between the political representatives and their represented, and of the social dynamics that structured the operation of politics itself.

Keywords: Political Participation; Elections; Political Rights; Abolitionism; Labor Movement

Lista de imagens

Imagem I - Crianças posam em frente a mocambos do Recife	100
Imagem II - Feliciano André	101
Imagem III - Monteiro Lopes	101
Imagem IV - Membros da Sociedade de Artífices Mecânicos e Liberais em frente ao Liceu	141
Imagem V - Carroceiros transportam mercadorias pela Ponte Buarque de Macedo em direção ao Porto do Recife	164
Imagem VI - Trabalhadores nas ruas do Recife entre 1890 – 1910	168
Imagem VII - Capa de uma publicação comemorativa em homenagem a João Ezequiel, publicada pelos tipógrafos recifenses por ocasião de seu aniversário	178
Imagem VIII - João Ezequiel	190
Imagem IX - Membros do Centro Protetor dos Operários	190

Lista de tabelas, gráficos e mapas

Tabela I – Ofícios desempenhados pelos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife (1876)	35
Tabela II - Ofícios desempenhados por parte dos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife (1884)	35
Mapa I - Clubes Republicanos fundados na região do Recife entre 1889 – 1891	97
Tabela III - Número de eleitores (1903) por habitante (1895) nas freguesias do Recife	116
Tabela IV - Número de eleitores por freguesia em Recife nos anos de 1884 e 1903	153
Gráfico I - Número de eleitores por freguesia em Recife nos anos de 1884 e 1903	153

Sumário

Introdução	13
<i>Os usos de tipos sociais na política e a História Social</i>	14
I. Nabuco e o “povo”: participação popular na Campanha Abolicionista de 1884.	26
<i>O “povo” no pensamento democrático de Joaquim Nabuco</i>	28
<i>Tiros, facadas e identidades coletivas</i>	40
II. Como funcionava a política na sociedade do “favor”: políticos, empresários e capangas na década do abolicionismo em Recife.	52
<i>Laços e redes que embalavam a política</i>	54
<i>Os interesses em jogo</i>	70
III. A disputa pelo apoio popular nos primeiros anos republicanos em Recife	78
<i>“Bendito povo de ignorantes e de perversos...”</i>	79
<i>Os Clubes republicanos na cidade dos mocambos</i>	94
IV. Nas malhas mais finas da política	108
<i>Perfis e programas: quem eram os chefes políticos do Recife?</i>	110
V. Das tradições às eleições: A Liga Operária Pernambucana	131
<i>Novas possibilidades e antigas tradições associativas</i>	133
<i>Trabalhadores em cédulas de votação</i>	147
VI. O movimento operário: lutas, discursos e articulações políticas	156
<i>As três fases do socialismo em Pernambuco no século XIX</i>	159
<i>Trabalhadores em greve</i>	169
<i>João Ezequiel e o Centro Protetor dos Operários</i>	174
Considerações finais	191
Fontes e bibliografia	196
Anexo. Lista de greves computadas para a região de Recife entre 1880 e 1906	213

INTRODUÇÃO

Dentre as categorias sociais, classes populares é provavelmente a mais genérica. Seus usos são orientados por sentidos menos fixos e evidentes que outras, como classes trabalhadoras, que remontam a grupos vinculados as atividades produtivas, geralmente assalariados, ou mesmo povo, termo que habitualmente remetia a propósitos cívicos ou políticos. A expressão classes populares, nos discursos da virada do século XIX para o XX, muitas vezes dizia respeito simplesmente à maioria da população, um termo generalizante, corriqueiramente utilizado para distinguir amplos grupos sociais que não eram compreendidos entre aqueles da elite, podendo, assim, ao mesmo tempo se referir às camadas médias e pobres.

Em uma perspectiva panorâmica, esta tese versa sobre a participação política de pessoas que eram percebidas em meio às classes populares, ainda assim, ao longo dos capítulos que seguem, essa categoria não será utilizada por mim, senão em meio as aspas de citações escritas por agentes históricos ou autores contemporâneos. A expressão foi profusamente evocada pelos movimentos sociais que vicejaram no Recife da virada de século. Em meio a seus projetos de mudança social, abolicionistas, republicanos e líderes do movimento operário, utilizaram a imprensa, os clubes, os partidos, as campanhas eleitorais, as manifestações de rua, as conferências e as greves, como meio de converter o maior número de pessoas possível em ativistas ou simpatizantes de suas causas.

Mas, a rigor, esta também não é uma tese sobre os movimentos sociais, o que procuro analisar nessa pesquisa é o funcionamento da política. Nesse escopo, destacam-se as maneiras pelas quais estes movimentos moldaram a cultura política local e ampliaram as expectativas e possibilidades de pessoas compreendidas em meio ao universo das classes populares na arena de debate público e de participação. Igual atenção voltarei à investigação dos repertórios de interação social mais corriqueiros, como a formação de redes clientelistas e a barganha por votos, dinâmicas que geralmente não são abordadas a contento pela bibliografia sobre o tema, mas que eram basilares na maneira como os agentes do período vivenciavam a política.

Ao pautar a investigação dessas dinâmicas pelo método nominativo de pesquisa, foi possível perceber um universo de relações políticas mais baseadas no compromisso e na negociação do que simplesmente determinadas por mecanismos de controle e coerção. Sem negar a existência desses últimos aspectos, pode-se, ainda assim, constatar uma série de valores e sentidos mobilizados pelos tais entes das classes populares em relação ao Estado e suas instituições representativas, mas a visualização de suas experiências passa pela maneira com que as coletividades são empreendidas na análise. Repensar os usos e as aplicações dessas categorias me parece um passo fundamental na tentativa de escrever uma história política a partir das perspectivas dos de baixo. É isso que farei no próximo tópico antes de especificar quais serão os objetivos de cada capítulo e quais serão os grupos e agentes abordados ao longo desta tese.

Os usos de tipos sociais na política e a História Social

No Brasil, o debate sobre direitos políticos ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX se dividia em duas grandes vertentes. Uma buscava blindar o sistema representativo da influência das multidões inábeis que, segundo essa perspectiva, eram essencialmente movidas por impulsos irrefletidos ou manipuladas por potentados. A outra buscava alternativas de educar as massas, incluindo-as sistematicamente no debate e pleiteando mais participação. Ainda que discordantes em relação aos objetivos finais, ambas partiam de um pressuposto comum: a admissão de que a maior parte dos brasileiros eram politicamente inaptos.¹

¹ O debate sobre o tema é amplo. Tracei esse panorama colocando em perspectiva uma variedade de fontes consultadas, privilegiando alguns dos principais comentadores políticos da época, debates legislativos, anais dos congressos agrícolas, publicações acadêmicas e artigos de opinião nos principais jornais pernambucanos. Muitas nuances e especificidades perpassam essas análises traçadas desde meados do século XIX até a terceira década do XX, mas podemos dividir aqui em dois grandes grupos: 1) Os que entendiam que amplas parcelas da população deveriam ser gradualmente assimiladas ao jogo político, participando das eleições, direta ou indiretamente, como parte de um processo de educação política, posição defendida, entre outros, por: ALENCAR, José de. In.: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois escritos democráticos de José Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991. NABUCO, Joaquim. *O povo e o Trono*. In.: DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. BARBOSA, Rui. *República: Teoria e Prática: textos doutrinários sobre direitos humanos e políticos consagrados na Primeira Constituição Republicana*. Petrópolis, Vozes; Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. 2) Aqueles que acreditavam que o governo e o processo eletivo deveriam ser reservados aos desígnios de uma ínfima camada de cidadão ilustrados, e que a maioria de incapazes não deveria figurar como sujeitos de representação, mas objeto de representação, posição defendida aqui por: SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília, Gráfica do Senado Federal, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vol. No 18, 1979. BASTOS, Tavares. A. C. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo, Editora Nacional, 2ªed., 1976. ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e*

No período desse recorte temporal, o voto não era entendido como um direito individual, os contemporâneos o categorizavam como uma "função social". Em termos ideais, para a maior parte dos comentaristas políticos, o voto era tido como uma atribuição que deveria estar ao alcance de uma restrita parcela da sociedade capacitada a intervir nos debates públicos conduzindo o interesse nacional acima de outro qualquer, fosse ele de viés particular ou corporativo. Para decidir quem, afinal, poderia ser considerado apto a exercer essa nobre "função social", houve amplo debate na imprensa e nos parlamentos. Dos argumentos arrolados nessas discussões, mais do que um quadro detalhado sobre o que pensavam em relação ao direito de voto, são evidenciadas as linhas gerais do que entendiam ser propriamente a política.

Tomando alguns pensadores canônicos da época, o que se percebe é que entendiam a política basicamente como a marcha do Estado e suas possibilidades adstritas. Um plano cuja interferência deveria ser reservada aos que dominassem suas linguagens internas, as dinâmicas da administração pública e os rudimentos das formas de organização dos regimes. Questões que estavam muito distantes do universo de compreensão da maioria da população, segundo Rui Barbosa, que, em meio ao debate da reforma eleitoral de 1881, dissertava sobre a impossibilidade prática de um analfabeto se informar politicamente nesses termos:

[...] em que escola adquirirá o analfabeto essa faculdade, esse sentido peculiar dos cidadãos livres? Em que escola aprenderá a discernir os limites divisórios entre a autoridade e a liberdade, a conveniência geral dos interesses particulares, o bom do mau governo? Onde? Na conversação diária? Mas, para os analfabetos, a conversação diária gira quase exclusivamente na esfera dos analfabetos; é um círculo vicioso. [...] a grande escola da educação cívica é a imprensa. [...] ora, nessa galeria para os analfabetos não há ingresso. Quais são, portanto, repito, as fontes de esclarecimento que lhes restam neste país? Pouco mais que a mexerique da aldeia, a palestra ociosa das esquinas, ou a baixa maledicência da taverna. Será este o laboratório da democracia? (*Muito bem*).²

Tão importante quanto debater as questões apresentadas por Rui Barbosa é perceber a maneira como ele constrói seus argumentos. Tomando a categoria “analfabetos”, que poderia ser aplicada a mais de três quartos da população daquela

presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Gov. do Estado de Sergipe, 1979. SALES, Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo, s/ ed., 1908. AMADO, Gilberto. *Eleição e Representação*. Rio de Janeiro, Oficina Industrial Graphica, 1931. BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral*. Recife, Typographia Universal, 1862. APEJE – Folhetos Raros. MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da canna de assucar*. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1881. *Congresso Agrícola do Recife, 1878*. Intr. Gabriel Perruci. Recife, CEPA/PE, 1978. CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição Fac-Similar dos Anais do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rio Barbosa, 1988.

² Anais da Câmara dos Deputados, 10 de julho de 1879. p. 133.

época, o legislador desenvolve sua reflexão em torno de um sujeito coletivo ideal com um conjunto de sociabilidades e vivências relativamente padronizadas, uma existência limitada à inércia comezinha da vila. Quarenta anos mais tarde, em campanha presidencial, Rui utiliza a imagem mais bem-acabada do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato que se limita a "vegetar de cócoras", apático e desinteressado, diante dos grandes feitos nacionais. Aquele que “vota, mas não sabe em quem vota”, cuja capacidade de reflexão política tende à nulidade: "não tem o sentimento da pátria, nem, sequer a noção do país. De 'guerra, defesa nacional, ou governo', tudo quanto sabe se reduz ao pavor do recrutamento".³

Ainda segundo Rui Barbosa, o personagem do Jeca Tatu representava algo mais que a figuração do "piraquara do Paraíba", era também a "síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram".⁴ O uso do Jeca como arquétipo da nacionalidade é, no Brasil, provavelmente, o caso mais notório desse procedimento narrativo de caracterizar amplas coletividades através de um personagem que encarna um sumário de comportamentos atribuídos a grandes grupos sociais. Artificio que, segundo Antônio Candido, fundamentou o processo de "tratamento da realidade no romance" brasileiro oitocentista.⁵ Mas, muito além de um recurso literário, esse expediente era comum ao ambiente intelectual da virada de século, momento profícuo em sistematizações e tentativas de adequar dinâmicas sociais a esquemas científicos. Em *As regras do método sociológico*, escrito em 1895, Émile Durkheim caracterizou “a constituição dos tipos sociais” como uma ferramenta metodológica preciosa que propiciava viabilidade à análise sociológica, abreviando "o trabalho científico ao substituir a multiplicidade indefinida dos indivíduos por um número restrito de tipos".⁶

³ BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil (conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919)* – Pref. de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo, LTr Editora – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983. p. 4.

⁴ *Idem*.

⁵ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 12ª Ed., 2006. p. 431. Sobre o tema, ver também: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Em recente publicação, Israel Ozanam, trabalha com a ideia de que "o entrelaçamento entre escrita literária e outros tipos de escrita" era um expediente perceptível entre fins do século XIX e início do XX. Ainda que o estudo se detenha sob um tipo de produção documental específico, que conectava publicações na imprensa e documentação policial, suas conclusões podem vir a reverberar de maneira mais ampla com outros tipos de produção de fonte. OZANAM, Israel. *Realizando personagens na imprensa literária brasileira da virada do século XX*. Anais do Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru, April 29-May 1, 2017.

⁶ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 2007. p.81.

Era através desse recurso que se discutia participação política. Em meio aos debates sobre direito ao voto, o que se apresentava era um quadro que dividia a população brasileira em tipos sociais desprovidos de complexidade. Por trás de cada lei eleitoral, razões diferentes contingenciavam as motivações que levavam os legisladores a suprimir ou incluir esta ou aquela categoria social no direito ao sufrágio, mas a baliza argumentativa seguia o mesmo roteiro em torno de tipos sociais como “os capangas”, “os analfabetos”, “os agregados”, “os cabalistas”. Representações coletivas que recorrentemente eram embasadas pelos relatos de violência e de corrupção que tomavam as páginas da imprensa e dos documentos oficiais em tempos de eleição. Foi do fluxo de malfadadas experiências eleitorais, afamadas pelo cacete e pelo bico de pena, que intelectuais como João Francisco Lisboa e Francisco Belisário de Souza, extraíram o substrato para a criação de um escabroso cenário de participação política frequentado por uma “variegada turba que se compõe em grande parte de figuras vulgares, sórdidas e ignóbeis”.⁷

Esses elementos fundaram a interpretação habitual do sistema representativo, que se constituía da interação entre o descrédito do sistema eleitoral por seus índices elevados de coação e corrupção, e da divisão desigual da capacidade política do povo brasileiro. Em relação a esse segundo aspecto, Sílvio Romero, em 1893, já o situava enquanto elemento de cálculo político a serviço de uma distinção elitista de uma minoria que se pronunciava ilustrada:

[...] este sistemático desdém pelo povo, declarado incompetente para fazer a escolha de seus representantes políticos e acoimado de vícios no manejo desse direito [...] é nada menos do que a pretensão desairosa e extravagante de dividir ainda e sempre a maioria válida de uma nação em dois grupos – de um lado os privilegiados, os possuidores sem monopólio das luzes e da dignidade moral, e de outro lado, os ineptos e viciados, os incapazes de qualquer ação política acertada! Àqueles, o governo, a direção, o mando, aos outros a eterna tutela, a minoridade, a incompetência perpétua.⁸

Essa divisão entre uma minoria culta e as multidões ignorantes, sintetizada criticamente por Romero, foi recorrentemente adotada com visos de verdade por boa

⁷ LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p.182. Para descrições concisas de termos como “capanga” e “cabalista”, ver: SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília, Gráfica do Senado Federal, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vol. No 18, 1979. p.31. Esses dois autores são os campeões de citação entre as obras sobre eleições no Império. A maior parte do tópico sobre o tema no clássico livro de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, por exemplo, praticamente se limita à citação direta da obra de Lisboa por páginas à fio. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Ed. Globo, 3ª ed. 2001. pp. 417 – 444.

⁸ ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Gov. do Estado de Sergipe. 1979. p. 86.

parte dos comentaristas da política ao longo do século XIX e das primeiras décadas do XX. E a força da repetição desse bordão é sentida até hoje na maneira como entendemos a participação política do período, o que pode ser afirmado levando em consideração parte do que foi escrito pela historiografia, mas principalmente pelas persistentes lacunas de estudos sobre o tema.

A ideia de que as eleições eram uma ficção permeava as narrativas dos contemporâneos. A vitória do governo era sempre certa, os resultados controlados, os votantes, inertes e subalternos, não esboçavam potência de impor imprevisibilidade ao jogo. O cenário que se apresentava árido à primeira vista, parece não ter despertado o interesse dos historiadores por muito tempo. Quando, em 1997, Richard Graham escreveu aquela que é, até o momento, a obra mais completa sobre o funcionamento das eleições imperiais, não deixou de observar que:

Durante muito tempo, e até certo ponto mesmo atualmente, a história política do Brasil do século XIX foi tratada como a história de gabinetes e reis. Mesmo os melhores autores, começando com Joaquim Nabuco, em 1897, e incluindo Sérgio Buarque de Holanda, em 1972, fizeram pouco esforço para compreender os mecanismos internos da ação política ou para relacionar essa ação a sociedade.⁹

O livro de Graham vai muito além das análises que se limitavam a perscrutar as vozes que ecoavam entre o Conselho de Estado e os debates parlamentares. Em suas páginas se destacam os conchavos e liturgias eleitorais em meio a dinâmicas locais, em uma tentativa de sistematizar os laços que ligavam a vida política de aldeias e vilas ao centro do governo na Corte. Já no primeiro parágrafo, evidencia seu foco em “esclarecer o vínculo entre elites sociais e o exercício do poder”, dessa perspectiva de classe monta seu aparato explicativo. Das missivas que se trocavam entre lideranças políticas e senhores de terra, o autor explora dimensões e estratégias pouco evidentes da dinâmica eleitoral, mas acaba por se deixar guiar pelo quadro de referências dos próprios sujeitos que deveria analisar. Fora do universo das famílias dos poderosos proprietários, o que há é um apanhado de subalternos acessados por meio das mesmas categorias sociais empregadas na documentação senhorial: agregados, capangas, dependentes.

A utilização desses tipos sociais fundamenta o eixo de sua análise baseada no conceito de clientelismo. Acontece que os tipos sociais se constituem em meio a uma cadeia de atribuições e significados estanques que limitam e padronizam o potencial de

⁹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997. p. 19.

atuação dos sujeitos alocados nessas categorias. Por isso, não é coincidência que Graham conceba o clientelismo como uma estratégia de “controle social” balizada por paradigmas que opunham “dominantes” a “dominados” e que “funcionava para beneficiar os interesses dos ricos”.¹⁰ Nesse esquema o clientelismo não representa barganha e negociação, apenas obediência, e isso acontece porque o conceito foi desenvolvido tomando por base a perspectiva de apenas um dos lados da relação. Ocorrendo daí o sufocamento do devir histórico pela demarcação do arco de ação dos indivíduos diluídos em categorias sociais imobilizantes.

Se ao invés de um exame dos critérios de construção e uso desses tipos sociais, o historiador os adota enquanto categoria analítica, ele acaba por transpor a perspectiva de época dos contemporâneos para o seu modelo explicativo. De modo que, dificilmente, seus resultados de pesquisa chegarão a interpretações diferentes daquelas pensadas pelos comentadores políticos do passado. Daí que a imensa multidão da população será sempre uma unidade de pouca, ou nenhuma, complexidade política, cuja racionalidade não se arvorava para além das exigências mais básicas da vida social: comer, vestir e morar.

A insistência na adoção desse modelo por um longo período tangenciou certo esmorecimento em torno de abordagens sobre comportamento eleitoral, cultura política e participação política.¹¹ O balanço historiográfico sobre os "votantes pobres no Império", escrito por Maria Odila Dias em 2005, evidencia esse cenário. Na concisão de seu texto, a historiadora sinaliza o quanto a historiografia do Império, voltando-se sempre para o estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade, acabou legando esses votantes pobres ao limbo das “sociabilidades sem história”. E, longe de apontar apenas as lacunas sobre o tema, Odila Dias apresenta abordagens possíveis, privilegiando perspectivas relacionadas à História Social, com base nas

¹⁰ *Idem*. Ver, em especial, a Introdução e o Primeiro Capítulo.

¹¹ Sobre os temas e para o período da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do XX, ainda há muito a se escrever, mas certamente já há o esboço de uma nova fisionomia desse campo de estudos. Nos últimos anos, novas abordagens vêm renovando o interesse sobre o estudo da política, ver, por exemplo: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo, Alameda, 2008. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador, Eduneb, 2015. KRAAY, Hendrik. "Ritos políticos e politização popular no Brasil Imperial". *Almanack*. Guarulhos, n.09, abril de 2015. WOODARD, James P. *A place in politics: São Paulo, Brazil, from seigneurial republicanism to regionalist revolt*. Durham and London, Duke University Press, 2009. RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. "Nem só a base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República". In.: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino (orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.

"experiências dos homens livres no eleitorado", e em oposição ao uso indiscriminado de sistemas de explicação sociológicos.¹²

Um dos conceitos básicos que precisam ser postos à prova é o da clientela paternalista, do favor, das relações pessoais de dependência e de proteção; é preciso relativizar sua abrangência, delimitando as situações específicas em que se definiam como tal.¹³

Não se trata, portanto, de dispensar o uso de conceitos como clientelismo ou paternalismo, tão comuns às análises do tema. Mas, de situá-los na urdidura das contingências, em respeito à própria natureza relacional desses conceitos. Vejamos o caso do clientelismo, por exemplo, os autores que procuraram cunhar esse conceito destacaram que ele diz respeito a uma "ação entre atores políticos", envolvendo geralmente a negociação de benesses e proteção, em troca de apoio político.¹⁴ Essa dinâmica da troca é o cerne da relação, mas é geralmente desprezada em esquemas onde prevalece apenas a imposição do chefe político local sob os demais votantes. É na incapacidade de visualizar certo grau de negociação entre as partes que surgem as análises estáticas, nelas os sentidos políticos em jogo não são percebidos a contento. Por meio do uso desse tipo de clientelismo de viés unidirecional, a historiografia acaba por se utilizar dos mesmos tipos sociais e concepções formais de política que eram empregados pelos comentadores políticos do passado.

No afã de tipificar as relações clientelistas no rol das práticas condenáveis e arcaicas, alguns historiadores deixaram de perceber o grau de complexidade e os múltiplos significados políticos que podiam congregar dessas redes de clientela. Em outros países a historiografia já avançou nesse campo. Michel Offerlé, por exemplo, analisou como essas redes na França oitocentista acabavam funcionando como instrumentos de mobilização eleitoral, atraindo muitos que se posicionavam com indiferença em relação à participação política em um primeiro momento de instauração

¹² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2005. p. 61.

¹³ *Idem*.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998. p.134. Existem centenas de títulos que debatem clientelismo em diferentes lugares do mundo e variados recortes temporais, é ponto pacífico na área que conceitualmente o clientelismo só existe com alguma margem de negociação e ganho dos dois lados da relação. Para citar algumas abordagens interessantes sobre o tema, a primeira na área da antropologia, a segunda uma obra de sociologia, ver: AVELINO FILHO, George. "Clientelismo e Política no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 38, março 1994. NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro, Garamond, ed. 4°, 2010.

de voto universal masculino.¹⁵ Essa perspectiva está presente nas páginas dessa tese, no entanto, para além de entender o clientelismo como uma maneira regular de ingresso e participação no mundo político, procuro salientar suas conexões com outras dimensões da vida social.

As relações de clientela encerram no voto, ou no apoio político, um aspecto fundamental, mas não um aspecto exclusivo. Em torno dessas redes articulavam-se pessoas das mais variadas classes em diferentes expedientes de barganha. É muito difícil pensar em um aspecto da vida social que não fosse mediado por certa economia do favor. O acesso a educação, a empregos públicos e privados, assim como favorecimentos na Justiça, querelas com autoridades policiais, e em muitos outros domínios, eram eivados pelos princípios da pessoalidade. Portanto, as ações e motivações políticas estabelecidas nesses termos devem ser examinadas em relação direta com as lógicas de poder e negociação instituídas pelas dinâmicas de apadrinhamento e dependência, de modo que a opacidade das narrativas sobre participação política sejam abrandadas. Fornecendo, ao mesmo tempo, subsídios para compreensão dos fundamentos econômicos que sustentavam um sistema de trocas que não era essencialmente guiado por uma racionalidade capitalista.

Nos últimos anos, alguns estudos de História Social vêm levando em conta determinados aspectos da dinâmica de clientela em suas abordagens. No livro *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Marcelo Mac Cord acompanha as trajetórias de alguns mestres de ofício em Pernambuco, observando como a infiltração desses trabalhadores livres em meio as redes de clientela do Partido Conservador foi fundamental para que garantissem signos de respeitabilidade social, obtenção de privilégios em obras públicas e mesmo a conquista de alguns direitos, como o voto e o acesso à educação. Os artífices em questão, além de trabalhadores manuais, eram negros e pardos, marcadores sociais que foram explorados pelo autor em torno do universo de experiências e negociações dos sujeitos históricos. Um dos méritos

¹⁵ OFFERLÉ, Michel. *Mobilisations électorales et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX^e*. In: GAXIE, Daniel. *Explication du vote: Un bilan des études électorales en France*. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985. p.164. A robusta pesquisa de Margaret Anderson sobre cultura política na Alemanha Imperial, aponta que esses aspectos defectivos eram parte fundamental da democracia nascente. ANDERSON, Margaret Lavinia. *Practicing Democracy: elections and Political Culture in Imperial Germany*. Princeton, Princeton University Press, 2000. p.20. Para pesquisas semelhantes em outros países, ver, por exemplo: SABATO, Hilda. *La política en las calles. Entre el voto y la movilización, Buenos Aires, 1862-1880*. Buenos Aires, Sudamericana, 1998. BENSEL, Richard Franklin. *The American ballot box in the mid nineteenth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

do livro é justamente a capacidade de evidenciar que os obstáculos estabelecidos pelos marcadores de classe e raça não eram apaticamente assimilados pelos sujeitos históricos, Mac Cord demonstra como os artífices enfrentaram as barreiras entrepostas por essas categorias sociais mobilizando em torno de si valores liberais e garimpando alianças com figuras das elites partidárias provinciais.¹⁶

Esses artífices não atuavam por meio de atos de desobediência ou em conflitos violentos, não se manifestavam por meio de protestos, greves ou motins, não se organizavam enquanto um movimento político, enfim. O que surpreende nessa trajetória não é uma ruptura política, mas uma ruptura com lugares sociais estabelecidos a priori diante de uma progressiva ampliação do arco de possibilidades sociais forjadas a partir da negociação política.

No acompanhamento das movimentações políticas do Recife da virada do século, o que procuro evidenciar é que essas transações não eram isoladas. Existiam diversos níveis de articulação entre pessoas das classes subalternas e lideranças partidárias, e mesmo que por muitas vezes a participação política desses subalternos tenha sido classificada por articulistas da imprensa enquanto pré-política, ela poderia ser decisiva nos resultados dos pleitos. Foi o que aconteceu na célebre Campanha Abolicionista de 1884, que abordo no primeiro capítulo.

Essa campanha estabeleceu um ponto de viragem na forma como as eleições eram disputadas em Pernambuco. O pleito que ocorreu em um momento de fervor abolicionista, alguns meses depois da abolição da escravidão no Ceará, foi pautado por um tom programático como nunca antes visto. Nos dois distritos eleitorais do Recife, candidatos da ala abolicionista do partido liberal organizaram mais de vinte conferências entre teatros e praças públicas, mobilizando milhares de pessoas, muitas das quais que sequer tinham direito ao voto. Nesse capítulo procuro evidenciar como essa estratégia de popularização da disputa eleitoral foi formulada em correspondência com as teses pensadas pelo candidato liberal do 1º distrito, Joaquim Nabuco. Ao longo de sua obra, Nabuco refletiu sobre a democracia e as maneiras de implantá-la na

¹⁶ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012. Outra publicação recente de História Social que merece atenção foi escrita por Leonardo Pereira, que mostrou como clubes dançantes do Rio de Janeiro acabavam sendo lugares de articulação entre moradores pobres da periferia carioca e lideranças políticas. Ainda que em sua análise, essas sociedades não apareçam como espaços onde se travavam relações de clientela, vários dos elementos que configuram este tipo de relação estão presentes na narrativa. PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. "A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, no 74, 2017.

realidade política brasileira. Um dos desafios apresentados pelo abolicionista para conseguir aperfeiçoar o sistema representativo por meio da ampliação de sua base se relacionava objetivamente com a criação de um “povo político”, elemento que ele não vislumbrava na conjuntura de então, mas que projetava em um horizonte futuro, alcançável principalmente a partir do estímulo à participação política de camadas até então marginalizadas do sistema eleitoral. As relações entre os desígnios de Nabuco e a promoção de uma campanha popular serão analisadas nesse capítulo, bem como o desfecho daquela eleição, que culminou com um tumulto entre dezenas de liberais e fiscais conservadores no local de votação.

A pancadaria protagonizada naquelas eleições resultou no assassinato de dois líderes do partido conservador, os principais acusados de terem cometido esses crimes eram homens vinculados às lideranças do partido liberal e, à época, classificados pelos opositores enquanto capangas, Nicolau Duarte e Manoel Rosendo. O segundo capítulo parte da análise das trajetórias desses dois indivíduos e os situa em meio às redes de poder que davam amparo à estrutura política da época. O principal objetivo desse capítulo é evidenciar como as redes de clientela e a violência política não eram estratégias de atuação incompatíveis com pautas programáticas e agendas de mudança social. Esse conjunto de práticas e relações consideradas arcaicas, foram também utilizadas pelos abolicionistas recifenses em suas campanhas afamadas por difundir um repertório de mobilização moderno.

Acompanhando a instauração da ordem republicana em Pernambuco, o terceiro capítulo, explora como os grupos partidários em disputa se diferenciaram essencialmente a partir de propostas divergentes sobre a natureza da participação política. Enquanto os antigos liberais abolicionistas se proclamavam em favor da ampliação dos direitos políticos, guiados por um discurso balizado em diretrizes democráticas, os republicanos históricos tinham por base um manifesto que afirmava a crença do grupo em torno da construção de uma ditadura positivista. Esses aspectos polarizaram os discursos públicos de ambos os lados, ainda assim, as duas facções tinham em comum a pretensão de conquistar a empatia popular, assinalando a relevância que o apoio fundamentado em um amplo envolvimento da população tinha para os grupos que procuravam se estabelecer no poder. Nesse sentido, nos primeiros anos republicanos foram organizadas várias manifestações de rua e foram fundados diversos clubes pela cidade, essa disputa pelo apoio popular fez reavivar rixas das lutas abolicionistas e debates acirrados sobre a capacidade política de alguns setores sociais.

O quarto capítulo aprofunda o exame das estratégias utilizadas pelas lideranças políticas para conquistar credibilidade junto ao eleitorado. Nesse estudo de caso específico, aprofundi-me sob as malhas mais finas da política, analisando o perfil e as práticas políticas dos vereadores eleitos nas duas primeiras legislaturas da cidade do Recife. Para além da fraude e da violência, o que mostro é que havia uma diversidade considerável nos perfis desses políticos locais, o que implicava certa heterogeneidade nas formas utilizadas para se aproximar do eleitorado e conquistar a empatia dos representados. A busca por popularidade passava desde a prestação de serviços sociais gratuitos aos mais pobres, até a atuação e financiamento em iniciativas filantrópicas. A análise dessas interações abre possibilidades para que se possa reconsiderar as relações entre representantes e representados naquele período, mesmo que muitas delas fossem firmadas em termos clientelísticos, isso não implicava na neutralização de influxos de representação que contemplassem as necessidades do eleitorado.

Nos dois últimos capítulos procuro apresentar como grupos de trabalhadores se organizaram politicamente entre 1890 e 1906. Ao longo desse período, em diversas eleições, associações de trabalhadores lançaram seus candidatos ao legislativo e mobilizaram eleitores em torno de suas causas, esse tipo de participação, inédito até então pelo seu grau de protagonismo, fez parte de um processo de criação de uma identidade de classe e de uma agenda própria dos trabalhadores. Em meio a um universo permeado por dezenas de greves e de aproximações e articulações com lideranças políticas tradicionais, irei analisar os percursos, as estratégias e as dificuldades enfrentadas pelas associações operárias e artísticas para que conseguissem notabilizar os trabalhadores pobres enquanto uma força política expressiva em Pernambuco.

Tomados em conjunto esses capítulos afirmam dois aspectos cruciais sobre o funcionamento da política no período, mas que usualmente são pouco abordados pela historiografia: o primeiro é que, mesmo com os abundantes casos de corrupção que permeavam todas as fases da organização dos pleitos, as eleições estavam longe de serem compreendidas pelos contemporâneos enquanto eventos previsíveis e sem importância. O outro ponto é que popularidade importava, os candidatos e chefes políticos não eram indicados monocraticamente por imposições partidárias, todos gozavam de certo tipo de respaldo de representatividade baseado em algum grupo social não necessariamente vinculado às elites no poder. Nos códigos e rotinas do universo político das próximas páginas, as classes populares não aparecem apenas enquanto um abstrato sujeito coletivo em meio a discursos de próceres de casaca, as pessoas das

camadas pobres e médias figuram enquanto partes interessadas no jogo eleitoral, pois tinham o que perder e o que ganhar de acordo com os resultados, elas eram principalmente promotoras do próprio processo eleitoral e dos movimentos sociais. Ao articular uma diversidade de agendas e personagens que tinham em comum a ambição de transformar a sociedade, ou seus destinos individuais, a partir da militância política, as narrativas desta tese procuram ir além da constatação de que a estrutura política institucional impunha rigorosos limites à participação popular, procurando evidenciar de que maneiras os agentes históricos conseguiram interferir na marcha das mobilizações e procuraram ampliar essa arena de atuação.

CAPÍTULO I

Nabuco e o “povo”: participação popular na Campanha Abolicionista de 1884.

A ideia de que o Brasil não tinha um povo, proveniente de uma célebre reflexão do cientista francês Louis Couty, se tornou habitual nos estudos sobre a participação política das classes populares do Brasil imperial.¹⁷ A frase de impacto sintetizava uma percepção que era compartilhada por boa parte dos comentaristas políticos da época e geralmente vem sendo evocada por pesquisadores contemporâneos como uma boa provocação a ser desconstruída.

Há uma série de pesquisas recentes que, com êxito, vem demonstrando a existência de uma efervescente cultura política, mesmo entre aqueles setores tradicionalmente alijados da política institucional.¹⁸ Esse paradoxo entre a sentença de Couty e o fluxo de manifestações populares e pequenas resistências foi apreendido por José Murilo de Carvalho, que interpretando o sentido usado pelo francês como o de “povo político”, no sentido de uma população amplamente organizada em torno de diretrizes ideológicas, movimentos de massa, educada em hábitos cívicos e dotada de direitos assegurados, pensou uma categoria de classificação paralela. Trata-se do que Carvalho chamou de “o povo da rua”, assim definido:

Havia um povo que se manifestava, em geral à margem dos mecanismos formais de participação, quando não contra o sistema político. Esse povo tanto existia nas cidades como no campo. Chamo-o de povo da rua para indicar que ele saía do âmbito doméstico para o domínio público sem, no entanto, enquadrar-se nas regras dos palácios. Sua ação nem sempre tinha

¹⁷ COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1988. p.102.

¹⁸ Em termos de trabalhos recentes, temos, por exemplo: OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2015. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2009. MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012. MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2016.

consequências imediatas para o sistema político, mas no mínimo denunciava suas fissuras e limitações.¹⁹

Na apreciação de Carvalho as duas categorias de “povo” podiam coexistir, inclusive dentro do quadro de referências dos contemporâneos. A conceituação é instrumentalizada por ele em episódios bem delimitados, como nos casos das revoltas da Vacina e de Canudos, por exemplo, lhe fornecendo um quadro explicativo do período cujo viés conclusivo ganha rigidez de sentido com o próprio retesamento das identidades coletivas pensadas pelo autor. No entanto, a ação política em sua multiplicidade natural muitas vezes pode vir a embaralhar essas configurações e deixar-se fugir pela tangente de categorizações sociológicas. Acredito que alguns casos ocorridos em Recife nas eleições de 1884 podem nos servir para refletir sobre essas questões.

Os eventos que pretendo analisar nesse capítulo podem ser situados como um marco inicial de uma nova fase política em Pernambuco que será investigada ao longo da tese. Um período marcado por uma ampla participação popular derivada originalmente de uma estratégia de aproximação da política partidária pelo movimento abolicionista.²⁰ O primeiro aspecto dessa história a ser debatido nas próximas páginas se relaciona com a forma com que ideias democratizantes eram encaradas naquele país sem “povo político”. Para isso, passarei em análise tanto os escritos de Joaquim Nabuco, principal pensador dessa estratégia de popularização da política em Recife, quanto pelos acontecimentos ocorridos na eleição de 1884.

Quando dezenas de indivíduos invadiram o local de votação e mataram os fiscais eleitorais em proteção à candidatura do abolicionista Joaquim Nabuco, algumas versões foram criadas para delimitar a ação e a identidade daqueles sujeitos. Para uns tratava-se de uma malta de escravos e desordeiros criminosos, para outros era a ascensão política do “brioso povo pernambucano”. Por trás de cada versão, interesses em conflito.

Levando-se em conta que “*povo* não é um conceito descritivo, mas claramente operacional”, talvez acompanhar os usos que foram feitos do conceito à luz dos relatos, seja um exercício válido não simplesmente para entender, ou enquadrar

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. *Revista USP*, São Paulo, n° 59, set-nov. 2003. p.107

²⁰ Angela Alonso evidencia como a estratégia eleitoral dos abolicionistas se deu em nível nacional, em diversas províncias 51 candidatos do movimento disputaram cargos em 1884, essas campanhas se voltaram especialmente ao espaço público, a autora computou 587 eventos de propaganda naquela eleição. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015. p. 268 – 279.

conceitualmente, quem era o “povo” que invadia igrejas e matava por política, mas de que maneira o termo era apropriado para autorizar ou deslegitimar manifestações políticas.²¹ Antes, no entanto, de analisar os eventos de 1884, me parece interessante passar rapidamente pelas reflexões do próprio Joaquim Nabuco sobre “povo” em meio a sua insistente defesa de implantação de princípios democráticos.

O "povo" no pensamento democrático de Joaquim Nabuco

Joaquim Nabuco foi um político esquivo no início de sua carreira, nos seus escritos públicos e nos particulares eventualmente deixava transparecer certo incômodo em relação a essa dimensão de sua vida, por muitos compreendida propriamente como um legado de três gerações de parlamentares que praticamente lhe impelia a exercer a vida pública.²² De qualquer modo, foi o que fez na maior parte do tempo, pois mesmo nos momentos em que não estava exercendo qualquer cargo no governo, manteve uma intensa correspondência com lideranças políticas. Ainda que os figurões com que ele se correspondesse fossem, em verdade, amigos de infância, familiares ou colegas da universidade, não faltavam nas epístolas análises conjunturais e articulações em torno de projetos de poder.

Afora o fato de frequentar os bastidores da política desde a puberdade, Nabuco era um íncito estudioso do pensamento liberal e acompanhava com atenção a marcha das discussões parlamentares e articulações de poder no cenário internacional. Por mais de uma vez, em seus escritos, expressou insatisfação com o universo de práticas que observava e vivenciava na política brasileira. Certa vez, confidenciou a um amigo sua incompatibilidade com as condutas e valores do jogo político no país:

Decididamente não fui feito para o que chamam entre nós *política*. A palavra, a pena, as ideias são armas que de nada servem, e aí de quem não tem outras! O caráter, o escrúpulo, a independência, o patriotismo, tudo isso não vale nada – não tem curso entre os eleitores.²³

²¹ COMPARATO, Fábio Konder. "Variações sobre o conceito de povo no regime democrático". *Estudos Avançados*, n° 11, (31), 1997. p. 213.

²² Nas vésperas da primeira eleição que disputaria para a Câmara dos Deputados, em correspondência particular com o companheiro abolicionista Salvador de Mendonça, Nabuco comentava sobre a incerteza de ser proposto pelo partido liberal como candidato, afirmando com certa indiferença que “a minha eleição, que era certa, hoje é duvidosa. Todavia, como não é por vontade própria que eu entraria na política, se me trancarem a porta não me queixarei muito de ficar onde estou”, dizia que isso traria “a vantagem de poupar-nos as decepções, os dissabores e o desgostos da política”. Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CAp.1, doc. 12.

²³ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. C. A. p.2, doc. 21. Antes de incorrer em uma involuntária *ilusão biográfica*, devo dizer que essa carta foi escrita

Quando no trecho acima destacado Nabuco se referia ao “que chamam entre nós *política*”, possivelmente se referia a um quadro que ele mesmo já havia detalhado em seu primeiro opúsculo, uma publicação de 1868, dos tempos em que ainda era estudante universitário.²⁴ Em *O povo e o trono*, o jovem escritor não poupou virulência para evidenciar como as engrenagens do regime representativo no país eram movidas pelo Imperador, sem a participação efetiva do povo. Escrito em um momento de profunda tensão entre os liberais e Dom Pedro II, movido pela deposição do Gabinete Zacarias de Góes, o livreto acusava o “trono” de ser a “negação da democracia”, amparado por uma estrutura em que se destacavam as “Câmaras sempre eleitas pela vontade do governo; ignorância das massas; inconstâncias dos ministérios”.²⁵ Os elementos que compunham o sistema representativo, do eleitorado aos partidos, eram, segundo o autor, demasiadamente frágeis para fazer frente aos desígnios palacianos, dizia ele que “basta o Imperador nomear um ministério liberal para tornar-se o país liberal, basta nomear um ministério conservador para o país tornar-se conservador. Isto quer dizer que entre nós só há um poder estável”.²⁶

Não há nada de original nessa crítica em relação ao Poder Moderador e a inoperância das instituições representativas causadas por ele.²⁷ A questão que quero

em 1881 por ocasião da derrota de Joaquim Nabuco nas eleições daquele ano, suas expressões mais críticas ao sistema representativo foram escritas em momentos como esse.

²⁴ Sobre o opúsculo *O povo e o trono*, Amanda Muzzi Gomes fez uma observação interessante. Segundo a historiadora, trata-se de um “escrito praticamente desconsiderado pela historiografia”, geralmente relevado apenas como um “simples assomo de mocidade” nas palavras de Luiz Viana Filho. O tom do panfleto acentuadamente crítico à monarquia dava a ver a figura de um Joaquim Nabuco virulento, diferente da imagem de moderação e prudência com que foi tradicionalmente retratado. A pouca relevância voltada a esse escrito é interpretada por Amanda Muzzi como uma evidência de um fator que caracteriza a maior parte das biografias sobre Nabuco, o fato de seguirem os rastros biográficos deixados por ele mesmo. De fato, há silêncio sobre este texto escrito em uma fase que Nabuco não rememora com tanta afeição em sua autobiografia, onde dizia ser um período em que era levado pelo “espírito de rebeldia”, “independência” e “petulância”. Dos personagens do seu período, Nabuco é seguramente um dos que teve maior cuidado com sua imagem para a posteridade, além de sua autobiografia, seus diários e um longo discurso sobre a própria trajetória publicado no opúsculo sobre a Campanha Abolicionista de 1884, tinha o costume de escrever suas cartas com papel carbono para guardar as cópias. Essa seleção de registros da própria vida que compõe a base das fontes documentais das pesquisas sobre si, além de outros textos escritos por correligionários, conformaram a lapidação de uma imagem de Nabuco desprovida de contradição em relação a sua auto-representação. GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860 – 1900)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História, PUC – RJ, 2013. p.37.

²⁵ DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p.12.

²⁶ DANTAS, *Op. cit.* p.11. Neste trecho há uma evidente alusão ao famoso discurso do sorites, feito pelo seu pai na mesma ocasião, mais um traço da influência paterna tão presente em Nabuco.

²⁷ Críticas semelhantes foram feitas por membros da Liga Progressista e, posteriormente, do Movimento Republicano. Há considerável produção sobre esse debate, José Murilo de Carvalho sintetiza alguns dos seus principais fundamentos em: CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e*

chamar a atenção, no entanto, é a proposição enfática por mais democracia, que o autor apresentava como saída para fazer valer o princípio constitucional que vaticinava que todos os poderes do Império deviam ser delegados pela Nação.²⁸ Nesse aspecto o texto deixa subentendido que Nação e povo são sinônimos e o caminho para que o povo se apossasse do poder seria inicialmente ladrilhado por três etapas: 1) extinção do poder Moderador; 2) eleições diretas; 3) sufrágio universal.²⁹ O primeiro ponto não chegou a ser um alvo real de discussões maciças pelas legislaturas imperiais, tampouco continuou a permeiar as reflexões de Nabuco em outros momentos, os outros dois, sim.

As sugestões de tais reformas eram avançadas para o momento e ainda que Nabuco tivesse a seu favor o benefício do descompromisso juvenil para afirmá-las publicamente, questões sobre eleições diretas e ampliação do eleitorado lhe acompanharam ao longo de sua trajetória política futura. Esse texto, no entanto, trazia um paradoxo que também permeava o pensamento político no Brasil de então, pois em certo momento Nabuco reivindicava a “manifestação da vontade popular” através do “sufrágio universal”, pois “o povo não é nenhuma criança, nem nenhum louco”.³⁰ Mas, em outra parte, quando criticava o falseamento das eleições, ponderava a ignorância do povo como fator que constrangia a promoção de pleitos livres, pois esse povo estaria habituado “ao domínio patriarcal”, de modo que “o povo não intervém senão para homologar por um simulacro de comício os despachos dos ministros [...] ele não passa

republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Oxford, Centre for Brazilian Studies, working paper CBS-87-07, 2007.

²⁸ Nabuco entendia a democracia como um passo adiante da organização liberal do Estado. Esse foi um processo que ocorreu no período e que voltava suas preocupações em garantir uma maior coesão social e uniformidade distributiva liberalismo ao político, que na época assegurava os limites de ação dos governos com vistas a proteger os direitos e as liberdades individuais e que, gradativamente, passou a incorporar os valores democráticos que pressupunham metas coletivas para o bem-estar social. Ou seja, essa era uma das formas de se conceber o liberalismo na época, pensando-o de maneira mais horizontalizada. Esse pensamento era basilar no caráter de “reformador social” a que Nabuco se propunha, e que teve o abolicionismo seu aspecto central. Para ele, a democratização do Estado era uma etapa fundamental para criar cidadãos e superar os estigmas da escravidão. Essa perspectiva pode ser encontrada tanto no seu *O abolicionismo*, quanto nos discursos publicados da campanha abolicionista de 1884. Sobre o tema, ver, por exemplo: LYNCH, Christian Edward Cyril. “A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, ago. 2008. Sobre o liberalismo político e a democracia da época, ver: SARTORI, Giovanni. *A teoria da Democracia revisitada: vol. 2 as questões clássicas*. São Paulo, Ed. Ática, 1994. pp. 145-184.

²⁹ Na época o sufrágio era indireto, processando-se em duas fases, na primeira um grande número de votantes escolhia os eleitores, na segunda esses eleitores, em porção muito mais restrita é que votavam nos candidatos aos cargos parlamentares. Deve-se observar também que quando os oitocentistas se referiam a “sufrágio universal” aludiam, em verdade, ao sufrágio universal masculino.

³⁰ DANTAS, *Op. cit.* p.19

de um farsante que repete o papel que lhe ensinam”, dando às eleições a feição de “uma comédia ridícula”.³¹

O paradoxo residia justamente no fato de se apresentar uma abstração enquanto saída para um problema de legitimidade dos poderes constituídos, ou seja, um modelo de participação mais amplo e eficaz, que, no entanto, baseava-se em um substrato incapaz de tornar realidade a crença no ideal democrático. Pois, quando Nabuco se perguntava no texto “e o povo, ele existe hoje?”, a resposta era a seguinte:

Não: o que temos é uma corrente ligeira que todos desviam de seu alvo, e que lambe os pés de todos que dominam. O que temos é uma voz enfraquecida, que se perde no espaço da terra brasileira. Mas, um dia essa voz quase perdida, será um rugido de trovão e a tempestade abalará os dormentes da caverna. Um dia essa corrente humilde far-se-á rio caudal para arrebatar as insígnias falsas, e arrastar no vórtice das espumas esse rochedo que parecia afrontar os ventos da democracia.³²

Fazendo uma análise de longa duração sobre a institucionalização de mecanismos de participação política, Renato Lessa, desenvolveu a tese de que no Brasil intelectuais que pensaram a relação entre “povo” e Estado o fizeram a partir de um roteiro demiúrgico, que se propunha a criar uma engenharia social aplicável por meio de um aparato legislativo com o intuito de moldar as relações políticas de uma população tida como fragmentada e “carente de laços sociais e cívicos permanentes”.³³ Esse movimento se caracterizava, entre outros aspectos, por deixar em suspenso ou mesmo ignorar a observação e incorporação da “dinâmica espontânea da vida social”. Ainda que Lessa tenha desenvolvido suas análises em torno de dois momentos objetivos da história republicana que considera fundadores da invenção do Brasil enquanto República como conhecemos hoje,³⁴ acredito que o pensamento de Joaquim Nabuco, pode ser alinhado dentro de uma arqueologia desse espectro político do pensamento democrático no país. Em uma aproximação que ocorre não apenas porque Nabuco compartilhava das ideias que apontavam os brasileiros como inabilitados para a prática política, mas também porque projetava que através de reformas legislativas a população

³¹ DANTAS, *Ibid.* pp.10-11

³² DANTAS, *Ibid.* p. 9

³³ A frase citada é de Oliveira Vianna, intelectual cujas ideias têm centralidade nessa análise de Renato Lessa. LESSA, Renato. "Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira". *Análise Social*, 2004, XLVII (3°), 2012. pp. 509-531.

³⁴ Lessa concentra suas análises sob a formulação de um Estado Republicano operado nas mudanças legislativas do início da década de 1930, com destaque para o código eleitoral de 1932, e concluídas com a Constituição de 1988. LESSA, Renato. *Ibid.*

poderia ser capacitada, vindo então a corresponder a um ideal de conduta bem determinado.³⁵

Ainda em *O trono e o povo*, Nabuco defende com veemência a reforma eleitoral para o voto direto como meio objetivo de vocacionar o povo para a prática democrática, afirmando que:

[...] a eleição direta, esse meio pronto de manifestação da vontade popular, essa purificação da representação pública, que investindo o povo do direito imediato do sufrágio, que é um direito seu imprescindível, habilita-o para os grandes atos da vida pública, dá-lhe a iniciação nos segredos de seus interesses reais.³⁶

Uma década depois a eleição direta foi levada à discussão pelo parlamento, e os debates, no entanto, culminaram com uma reforma eleitoral que foi executada ao custo da eliminação de cerca de 90% dos eleitores que antes votavam.³⁷ A Câmara dos Deputados, apoiada nas vertentes menos democratizantes do pensamento liberal, restringiu o eleitorado ao impor restrições à população mais pobre e analfabeta.³⁸

Nabuco não concordava com os drásticos cortes nos direitos políticos encaminhados pela lei de 1881, ele entendia a reforma como “uma tentativa para fazer retroceder o curso da democracia entre nós e proclamar a política da desconfiança

³⁵ Em um estudo publicado em 1991, Jeffrey Needell classificava o pensamento de Nabuco durante a década abolicionista a partir da ideia de um "esclarecimento por tutela" ("*enlightened tutelage*"). Onde, projetava a implantação de mudanças avançadas no âmbito social (reforma agrária, democratização, trabalho assalariado, etc.), mas, a partir de um projeto reformista, centrado na ação do Estado, principalmente da figura do Imperador. NEEDELL, Jeffrey D. "A Liberal Embraces Monarchy: Joaquim Nabuco and Conservative Historiography". Cambridge University Press, *The Americas*, Vol. 48, No. 2, Oct., 1991. p.165.

³⁶ DANTAS, *Op. cit.* p.19.

³⁷ Primeiro mandato que, diga-se de passagem, foi articulado por lideranças do partido liberal em uma eleição arranjada. O próprio Nabuco expunha abertamente a forma como chegou ao parlamento pela primeira vez: “a minha eleição de 1878 foi toda devida à influência pessoal e ao prestígio do chefe do partido liberal, naquela época o Barão de Villa Bella...”. NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p.58.

³⁸ Até 1881 o eleitorado brasileiro era bastante amplo para os padrões da época, mais de um milhão de pessoas votavam, no entanto, o sistema eleitoral era indireto e a esmagadora maioria desses votantes não votava nos candidatos, mas sim em uma pequena parcela de eleitores e esses eram os que scrutinavam os candidatos. Com a reforma de 1881, o voto passou a ser direto, mas o eleitorado foi reduzido a cerca de 140 mil pessoas. As restrições que eliminaram mais de 90% dos que antes votavam foram impostas em torno de dificuldades burocráticas para a comprovação de renda, além da eliminação dos analfabetos a partir das qualificações eleitorais de 1882. Em pesquisa anterior demonstrei que as parcelas mais afetadas com a perda do direito de voto foram as populações que viviam nas zonas rurais e os indivíduos das classes pobres das cidades, principalmente os analfabetos, antes maioria, foram quase que completamente suprimidos do eleitorado. Ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. *O eleitorado imperial em reforma*. Recife, Editora Massangana, 2014.

contra o povo”.³⁹ Se opunha energeticamente por perceber nela um ato de expiação injusta à maior parte do eleitorado pela ineficiência do sistema.

E como é que essas classes vêm hoje perante o país, escandalizadas, cobrindo as faces de vergonha, dizer que a responsabilidade dessas corrupções deve reverter sobre esses pobres homens, que as não podiam pagar; que a culpa dessas atas falsas pertence aos analfabetos, que não as podiam escrever; que o crime dessas qualificações fraudulentas, dessas duplicatas imaginárias, dessas apurações escandalosas, de todo o nosso regime eleitoral, enfim, é obra daqueles que, no mais, não foram seus cúmplices?⁴⁰

O Brasil não era o único país com altos índices de corrupção, ao longo do século XIX as fraudes sistêmicas eram antes regra do que exceção ao redor do mundo. No entanto, o último quartel do século foi caracterizado pela tendência por ampliação do eleitorado na maior parte dos países ocidentais, um recurso que, entre outros fins, tinha por objetivo também combater a venda de voto, a barganha de cargos e outros tipos de corrupção eleitoral. Nabuco tinha verdadeira devoção pelo sistema inglês e não se furtava de o usar como parâmetro, afirmava abertamente que tinha “sempre a Inglaterra por modelo de país representativo”, tomemos, portanto, seu exemplo para entender esse processo.⁴¹

As eleições nas ilhas britânicas eram afamadas por uma corrupção endêmica nas primeiras décadas do século XIX, reformas legislativas foram executadas sucessivamente no sentido de coibir as fraudes, em 1832, 1854, 1867, 1872 e 1883, foram criadas leis mais duras para compra de votos e práticas ilegais, ampliação do acesso a petições de denúncia de crimes eleitorais, introdução do voto secreto, entre outras modificações.⁴² No Brasil aconteceu um processo semelhante, reformas em 1855, 1860, 1875 e 1881, criaram mecanismos voltados à promoção de eleições livres, com a ampliação da lista de crimes eleitorais, aumento das incompatibilidades entre determinados cargos e candidaturas, alteração de autoridades eleitorais (dando maior proeminência aos agentes do poder judiciário), regulação do movimento de tropas e de agentes de segurança pública em períodos de votação, enfim, mudanças que sinalizavam

³⁹ DANTAS, *Op. cit.* p.34

⁴⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29/04/1879. Consultada em 17/11/2015 em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp.

⁴¹ Sobre a questão, Alfredo Bosi afirma que: “é possível que Nabuco haja idealizado os traços de um caráter nacional inglês em estado puro e refratário a influências externas”, o que para Arinos de Melo Franco redundou em uma fé “inteiramente irrealista” na “possibilidade de adaptação, no Brasil, da Monarquia parlamentar inglesa”. *Apud* BOSI, Alfredo. “Joaquim Nabuco memorialista”. *Estudos Avançados*, n.º24, (69), 2010. pp. 87-104.

⁴² STOKES, Susan. “What killed vote buying in Britain?”. In.: STOKES, Susan; DUNNING, Thad; NAZARENO, Marcelo; BRUSCO, Valeria. (orgs.). *Brokers, Voters, and Clientelism: The Puzzle of Distributive Politics*. Cambridge University Press, 2014.

uma preocupação continuada dos legisladores brasileiros em relação à lisura do processo. A promoção de dispositivos que coíbiavam a fraude era um fator primordial, no entanto, analistas da realidade britânica apontaram que a ampliação do eleitorado e melhorias de índices sociais foram de extrema importância para mudar o quadro de corrupção.

E de fato, em diversos países a expansão no número de votantes implicou dificuldades crescentes para a prática do clientelismo por dois motivos óbvios de operacionalização, em primeiro lugar porque quanto mais eleitores, maiores as despesas em relação a compra e barganha de votos e, em segundo lugar, dificultava-se ainda mais as formas de controle dos votantes.⁴³ Antes a compra de votos e o monitoramento do comportamento eleitoral eram executados em relação a dezenas ou algumas poucas centenas de indivíduos por distrito, mas, o progressivo aumento do eleitorado, com distritos que chegavam a contar com milhares de pessoas, foi tornando esse processo ineficaz e dispendioso. A industrialização impulsionou um processo de urbanização acompanhado por uma expansão nas taxas de alfabetização e incremento salarial no fim do século, fatores que também influíram para uma maior independência do eleitorado segundo pesquisadores do tema.⁴⁴

No Brasil, a reforma de 1881 foi executada no sentido contrário e contou ainda com um agravante, as alterações nas exigências para o acesso ao título eleitoral deram margem a um aumento considerável no número proporcional de funcionários públicos alistados. Categoria profissional tradicionalmente vinculada a tramas clientelísticas que capitalizavam os cargos do funcionalismo em transações de barganha eleitoral.

Em pesquisa anterior esquadrinhei detalhadamente as mudanças assinaladas no eleitorado com a implantação da Lei Saraiva.⁴⁵ A partir de dados de listas eleitorais do Recife de antes e depois de 1881, é possível perceber as mudanças desenhadas pela reforma, observe-se, por exemplo, a ascensão de um perfil profissional mais urbano e de

⁴³ Ao analisar o caso de alguns estados do sul dos EUA, Fabrice Lehoucq percebeu que nas unidades federativas onde foram criadas restrições aos escravos emancipados e aos brancos pobres, no final do século XIX, diminuindo-se o eleitorado, houve uma maior incidência de fraudes e corrupção. LEHOUCQ, Fabrice. "Electoral fraud: causes, types and consequences". *Annual Review of Political Sciences*, n° 6, (1), 2003.

⁴⁴ ZIBLATT, Daniel. "Shaping democratic practice and the causes of electoral fraud: The case of nineteenth-century Germany". *American Political Science Review*, vol. 103, n° 1, feb-2009. ZIBLATT, Daniel. "How did Europe democratize?". *World Politics*, 58, jan-2006. ANDERSON, Margaret Lavinia. *Practicing Democracy: elections and political culture in Imperial Germany*. New Jersey, Princeton University Press, 2000. LIZZERI, Alessandro; PERSICO, Nicola. "Why did the elites extend the suffrage? Democracy and the scope of government with an application to Britain's 'Age of Reform'". *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 119, n° 2, may-2004.

⁴⁵ SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. cit.*

ofícios relacionados ao domínio da escrita em um importante distrito da capital pernambucana⁴⁶:

Tabela I
Ofícios desempenhados pelos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife (1876)

Ofícios	Nº	%
Agricultor	1.397	30.4%
Negociante	626	13.6%
Artista	460	10.1%
Funcionário Público	359	7.8%
Jornaleiro	353	7.7%
Proprietário	197	4.3%
Carpina	131	2.8%
Pedreiro	82	1.8%
Advogado	51	1.1%
Oficial do Exército, Oleiro, Despachante, Ferreiro, Alfaiate, Marceneiro, Mestre de Açúcar, Charuteiro, Empregado do Hospital, Pintor, Professor, Escrivão, Outros.	938	20.4%
TOTAL	4594	100%

*Fonte: O Tempo, julho-agosto 1876.*⁴⁷

Tabela II
Ofícios desempenhados por parte dos votantes do 2º distrito eleitoral do Recife (1884)

Ofícios	Nº	%
Negociante	175	29.4%
Funcionário Público	123	20.6%
Proprietário	71	12%
Agricultor	30	5%
Artista	20	3.3%
Advogado	16	2.7%
Jornaleiro	14	2.3%
Solicitador	11	1.8%
Despachante	11	1.8%
Oficial do Exército, Guarda Livros, Professor, Médico, Escrivão, Carpina, Empregado, Escrivão, Alfaiate, Caixeiro, Outros.	125	21%
TOTAL	596	100%

Fonte: Qualificação dos eleitores da Boa vista 1884. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, setor de folhetos raros, cx. 8.

⁴⁶ Nessa época o Recife dividia-se em dois distritos eleitorais, os dados do segundo distrito que utilizo aqui dizem respeito a cinco freguesias: Boa Vista, Graças, Afogados, Várzea e São Lourenço da Mata. Os dois primeiros bairros citadinos com uma população mais abastada, o bairro de Afogados também era próximo ao centro da cidade, porém, seus habitantes eram em grande maioria pobres. As duas últimas freguesias eram essencialmente rurais. Esse distrito conforma assim um eleitorado bastante diverso com perfis diferentes de ocupação e de índices sociais. Suas vicissitudes são detalhadas em: SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. cit.*

⁴⁷ Optei por manter as categorias utilizadas na documentação, devo observar que, por algum motivo que me escapa a compreensão, os responsáveis pela produção dessas listas eleitorais utilizaram as categorias "carpina" e "pedreiro" em paralelo à categoria "artista".

A nova composição do eleitorado veio a potencializar eleições ainda mais controladas pelo governo, principalmente pautadas na negociação de cargos públicos. Em sua autobiografia, Nabuco expõe como essa configuração criava obstáculos para que o voto conseguisse representar os interesses políticos da população, para isso lança mão de uma pequena crônica sobre um momento que vivenciou. Trata-se de um relato de campanha, provavelmente das eleições de 1887. Ao percorrer as ruas do Recife em um porta-a-porta Nabuco dizia entrar “em contato direto com a parte mais necessitada da população”, dando a perceber que a condição social marcada pela pobreza, em nada implicava desinteresse ou apatia política, percepção que não era convencionada no período e que chegava a constranger o líder abolicionista, que afirmava:

Eu visitava todos os eleitores, de casa em casa, batendo em algumas ruas a todas as portas... A pobreza de alguns desses interiores e a intensidade da religião política alimentada neles fez-me por vezes desistir de ir mais longe... Doía ver o quanto custava a essa gente crédula a sua devoção política.⁴⁸

Em muitas casas que visitava, dizia Nabuco, “o chefe da família estava sem emprego havia anos por causa de um voto dado ao partido da oposição; a pobreza era completa, quase a miséria, mas todos ali tinham o orgulho de sofrer por sua lealdade ao partido”. O comportamento que ele chamava de “paixão e ilusão política do povo”, era o indício de uma vontade de potência abafada, uma força subterrânea por participação política que, segundo ele, não eclodia principalmente por causa de uma conjectura que selava no voto relações de dependência.

O caso de Jararaca, um operário do Arsenal que “só tinha de terrível o nome”, foi utilizada por Nabuco para ilustrar a questão do controle dos votos de empregados do Estado. Ao bater na porta da casa deste operário, o abolicionista afirmava que ele:

Estava pronto a votar por mim, tinha simpatia pela causa, disse-me ele; mas votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a *chapa de caixa* (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal) e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante. “Olhe, senhor doutor”, disse-me ele, mostrando-me quatro pequenos, que me olhavam com indiferença, na mais perfeita inconsciência de que se tratava deles mesmos, de quem no dia seguinte lhes daria de comer... E depois, voltando-se para uma criancinha, deitada por sobre os buracos de um antigo canapé desmantelado: “Ainda em cima, minha mulher há dois meses achou essa criança diante de nossa porta, quase morrendo de fome, roída pelas formigas, e é mais um filho que temos! No entanto, estou pronto a votar pelo senhor”, recomeçava ele cedendo à sua tentação liberal, “se o senhor me trouxe um pedido do brigadeiro Floriano Peixoto”. Esse foi talvez o primeiro *florianista* do país... “Pode vir por telegrama... Ele está no engenho,

⁴⁸ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, Senado Federal, 2009. p.209.

nas Alagoas... E o que ele me pedir, custe o que custar, eu não deixo de fazer... Telegrafe a ele...”⁴⁹

A narrativa acaba com Joaquim Nabuco dissuadindo Jararaca a não arriscar seu emprego e colocar em risco a sorte de sua família, “há de vir o tempo em que o senhor poderá votar em mim livremente”, dizia reafirmando sua crença em um futuro de voto livre. Na ocasião, Nabuco ainda afirmava ter negado o pedido de Jararaca para que ele intermediasse uma indicação sua a Floriano Peixoto, eis um aspecto interessante que passa sem maiores comentários pelo autor.

Da mesma maneira que Nabuco sentia-se à vontade para bater à porta da casa dos eleitores pedindo-lhes seus votos, Jararaca talvez pensasse que fosse natural negociar seu voto com os figurões que ali apareciam eventualmente a cada eleição. E é plausível que esse ato revelasse que o operário do arsenal da Marinha tinha uma compreensão bastante apropriada do jogo político, entendendo muito bem que antes de perder seu emprego votando no abolicionista, poderia ganhar do candidato a possibilidade de contato com um dos nomes mais proeminentes das forças armadas de então.

Acredito que o Jararaca a quem Nabuco se referia, era Benedito Francisco Jararaca, que na juventude ingressou no Arsenal da Marinha enquanto aprendiz e seguiu carreira trabalhando nas oficinas daquele empreendimento público por muito tempo.⁵⁰ É provável que o senso de oportunidade de Jararaca não tenha se perdido na negação de Nabuco em interceder seus pedidos à Floriano Peixoto, e seu “florianismo” tenha sido amplificado sobejamente nos anos em que esse marechal tornou-se presidente, pois justamente nos conturbados meses da Revolta da Armada, Jararaca alcançou conquistou patentes, muito provavelmente honorárias, passando a alferes e logo depois à tenente do exército.⁵¹ Numa época em que as promoções no funcionalismo estavam relacionadas a boas relações pessoais, e em um momento de crise como aquele, com Floriano precisando de adesões, o fluxo de favorecimentos adensou-se e muitos outros como Jararaca se depararam com uma chance real de ascensão social. Sobre esse processo escreveu Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

[...] a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações

⁴⁹ *Idem*. p. 210.

⁵⁰ *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Typographia Mercantil, 1881. p.82.

⁵¹ “Ministério da Guerra”. *Jornal do Recife*, 6 de julho de 1894. “Ministério da Guerra”. *Jornal do Recife*, 15 de julho de 1894

supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.⁵²

Levando em conta aspectos normativos da racionalidade em torno da escolha é extremamente plausível que Jararaca, como muitos outros eleitores independentemente da classe social, tenha transigido com seu voto ponderando se o destinava a contemplar os seus interesses pessoais imediatos (como, por exemplo, procurar meios de ascensão social através da criação de elos pessoais com figuras importantes da política) e os interesses sociais (votando de acordo com uma pauta de reformas alicerçadas no abolicionismo de Nabuco).⁵³ É basicamente esse o quadro de alternativas que o relato de Nabuco oferece, dando a entender que tanto o operário do arsenal, quanto a maior parte dos eleitores em situação parecida optavam por manter a segurança de seus empregos, ainda que ele se refira que eventualmente se deparou com casos de homens que sacrificaram seus cargos votando contra o governo.

O pensamento político de Joaquim Nabuco orbitava fundamentalmente em torno da ideia de mudança social, o propósito e a finalidade da política deveria se voltar objetivamente para a implantação das grandes reformas civilizacionais. No entanto, esses quadros de referência não encontravam correspondência na estrutura viciada e estagnante da vida política que ele percebia no Império brasileiro, o caso de Jararaca era um exemplo dessa falência sistêmica que o autor criticava. Essas questões são bem esquadrinhadas no seu *O abolicionismo*, onde, após arguir a fraqueza dos partidos e das instituições parlamentares, afirmava que “o povo como que sente um prazer cruel em escolher o pior, isto é, em rebaixar-se a si mesmo, por ter consciência de que é uma multidão heterogênea, sem fim a que se sujeite, sem fim a que se proponha”.⁵⁴ Tal diagnóstico, baseado essencialmente na ausência de um povo no sentido político de cidadãos organizados em torno de ideais programáticos ou movimentos sociais,

⁵² BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. MINC – FBN, e-book, sem data. p. 255. Ainda que tenha se notabilizado como um militar austero, Floriano Peixoto era um dos campeões de pedidos de nomeação no funcionalismo público, como indica José Murilo de Carvalho em estudo sobre o tema. CARVALHO, José Murilo de. "Rui Barbosa e a razão clientelista". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n° 1, 2000. p. 3

⁵³ Quando relevo que essa hipótese considera os aspectos normativos, me dirijo não objetivamente para a forma com que Jararaca pensou, o que seria um exercício impossível, mas dimensiono as opções possíveis de sua ação (que nos são apresentadas por Nabuco) ao nível de uma abstração ancorada na teoria da escolha racional. Por mais instrumentalista que pareça essa captação da agência individual de um personagem, ela nos ajuda não a prever suas escolhas, mas a entender o que o sistema político propiciava a eleitores como ele e quais os prováveis comportamentos em jogo. FAREJOHN, John. PASQUINO, Pasquale. "A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n° 45, fev-2001.

⁵⁴ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília, Senado Federal, 2003. p. 168.

relacionava-se diretamente com as negociatas em torno do voto, que em última instância implicavam no estancamento de qualquer força de transformação social. Em resumo, Nabuco via no povo um agente de mudança social apenas em potencial, mas, até então, dispersado por um sistema eleitoral que coibia a expressão franca do voto e que induzia a disputa ao parlamento a algo que ele não considerava “política”.⁵⁵

Um dos aspectos que Nabuco raramente destacou em escritos públicos, mas que votou atenção nas suas correspondências, é a imperícia ou desinteresse dos partidos em estimular a disputa democrática a partir da mobilização popular.⁵⁶ Para ele esse era um aspecto crucial para inflamar nas massas um princípio de organização da ação política coletiva - algo que ele entendia como uma vocação em suspenso. Talvez pela independência em relação aos grupos estabelecidos, foi no seu primeiro opúsculo que fez a crítica mais mordaz em relação ao tema, caracterizando o sistema partidário pela “falta de partidos reais, de interesses políticos bem definidos porque as bandeiras hasteadas até ontem não foram em nome de princípios, mas de indivíduos; não foram a frente do povo, mas de grupos ambiciosos”.⁵⁷ O tempo passou, mas sua descrença quanto ao potencial de mobilização popular dos partidos no Brasil permaneceu, pois em 1888 escrevia ao correligionário José Mariano que entendia que “os partidos esmagam o povo [...] não considero o interesse de nenhum partido, mas somente o do povo que nada pode fazer por mim por que ainda nem sequer balbucia a linguagem de seus direitos”.⁵⁸

As duas citações acima dão a ver que a vida política de Nabuco ao longo do período imperial foi marcada por uma frustração em relação ao papel dos partidos como um elemento irradiador de democracia. Questão que se refletia diretamente nas eleições pautadas por aspectos pouco ou nada programáticos. Em 1884, no entanto, Joaquim Nabuco encontrou circunstâncias favoráveis para buscar modificar esse estado de

⁵⁵ Em 1886, dizia ele após outra derrota nas urnas que “o mais considerável elemento de nossas eleições [é] o dinheiro”. Esse sentimento foi acentuado depois da reforma de 1881, com o adensamento de funcionários públicos nas sessões eleitorais, nas palavras de Nabuco a disputa eleitoral passou a se dar entre os que “tinham empregos que perder ou ganhar”. NABUCO, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886. p. 53 – 56.

⁵⁶ No entanto, em torno de outras questões ele se expressava criticamente com constância em relação aos partidos liberal e conservador. Um bom balanço dessa relação com os partidos se encontra na biografia intelectual de Nabuco escrita por Marco Aurélio Nogueira: NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2° ed., 2010. pp. 164-169.

⁵⁷ DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p.12.

⁵⁸ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CAp.6, doc. 101.

coisas. Com a campanha abolicionista já amplamente disseminada, principalmente nos centros urbanos, foi ocasião então de transformá-la em plataforma eleitoral, derivando daí uma série de práticas políticas populares que ampliaram o esteio dos debates, com interesse especial no apelo para a participação de setores sociais marginalizados do direito ao voto.

Tiros, facadas e identidades coletivas

Na carreira de Joaquim Nabuco as eleições de 1884 tiveram um lugar especial, especialmente pelos ares democráticos inflados pela ação da ala abolicionista do partido liberal. Caracterizando-se essencialmente pela incorporação de milhares de pessoas em manifestações públicas e comícios nas ruas. Duas questões principais distinguiam essa disputa de todas as outras no que diz respeito ao amplo envolvimento popular. Em primeiro lugar a opção por consagrar o debate público como estratégia primordial, promovendo comícios ostensivos por diversos pontos da cidade, desde o bairro de Afogados, onde a maior parte da população vivia em mocambos fincados na lama, até a Madalena, onde discursava diante das sacadas forjadas em aço dos sobrados, passando pelas praças do centro e pelas muitas conferências no Teatro Santa Isabel. O outro aspecto central foi o caráter propriamente abolicionista desses eventos, que deram uma identidade social à contenda política, dizia Nabuco que “foi a escravidão que transportou as nossas eleições para o campo da luta social”.⁵⁹ Seus discursos ressoavam uma temática que mobilizava com fervor discussões em círculos das mais variadas estratificações sociais, eleitores ou não, naquele momento ninguém era indiferente ao debate sobre a abolição.⁶⁰

Forma e conteúdo deram uma aparência nova e atraente à campanha, de modo que, ao contrário dos pleitos comuns, esse não foi disputado simplesmente em termos partidários, ou entre governo *versus* oposição. Os dois lados em jogo foram demarcados

⁵⁹ NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p.192.

⁶⁰ Nos últimos anos, Angela Alonso e Celso Castilho desenvolveram análises originais e pormenorizadas sobre o abolicionismo, ambos os estudiosos abordaram a temática dando destaque para a Campanha Abolicionista de 1884. Nesses estudos aspectos importantes dessa campanha, que aqui só apresentarei rapidamente, são examinados com mais minúcia, como as articulações partidárias, a propaganda, a reação oposicionista, as influências estrangeiras, a análise dos discursos de Nabuco, etc. Ver: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2016.

propriamente pelas ideias a que se filiavam, era a emergência de uma eleição baseada em uma disputa programática. A arena não se dividiu entre os candidatos do partido conservador e os do liberal, em 1884 as eleições foram disputadas entre os abolicionistas e os que pertenciam ao “partido do chicote”.⁶¹ Termos cunhados pelos próprios liberais, que afinal de contas, tomaram de assalto o debate público. Nabuco avistou naquela campanha um reflexo do que entendia por política:

O partido liberal em massa nessa cidade tornou-se abolicionista, e o abolicionismo que era a opinião de alguns tornou-se o partido popular. O Recife nunca viu semelhante espetáculo, novo também no Brasil: o de uma eleição disputada, como nos Estados Unidos ou na Inglaterra, na praça pública, em grandes *meetings*, com esta diferença somente: que naqueles países ambos os partidos comparecem perante o povo e batem-se diante deles na mais transparente publicidade possível, ao passo que em Pernambuco eram nos os abolicionistas os únicos a dirigir-nos ao povo, a falar ao povo.⁶²

Normalmente as campanhas se desenlaçavam a partir de circulares nos jornais, uma ou outra conferência em teatros ou auditórios fechados e banquetes privados que aconteciam geralmente às vésperas da votação e somente para os correigionários mais próximos. Alguns políticos também visitavam solenemente eleitores, batendo-lhes às portas como fez Nabuco à Jararaca. Mas, manifestações públicas, nas ruas e francamente abertas eram mais raras, aconteciam quando figurões vinham da Corte e eram recebidos no porto ou nas estações de trem (para o caso de recepções em cidades do interior), ou em festas oferecidas pelos candidatos nos dias de eleição aos votantes, ocasiões onde a cachaça e os quitutes eram tão, ou mais, atrativos quanto o debate político em si.⁶³

Nabuco fez 23 discursos em cerca de três meses. O que conhecemos hoje por comício era chamado pelos oitocentistas de *meetings*, manifestação que não era tão habitual à ritualística das campanhas, porém, quando temáticas populares agitavam os

⁶¹ A campanha de 1884 foi o evento culminante de um ciclo de manifestações abolicionistas que inflamavam algumas das principais cidades do país. Celso Castilho contextualiza esse cenário nacional, mas volta especial atenção as dinâmicas políticas de Pernambuco, onde situa bem essa polarização a partir da análise do Congresso Agrícola de 1884, evento reativo a ascensão abolicionista nas ruas e que congregava parte da classe dos grandes proprietários de terras contrários a abolição imediata e sem indenização. CASTILHO, Celso. "Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da Campanha Abolicionista". In.: ALBUQUERQUE, Severino (org.). *Joaquim Nabuco e Wisconsin: centenário da conferência na universidade, ensaios comemorativos*. Rio de Janeiro, Editora Bem-te-vi, 2010.

⁶² NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p. 170

⁶³ ROSAS, Suzana Cavani. "Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado". *Clio Série História do Nordeste*, Recife, n°20, 2002. p.91. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. Ver, em especial, o capítulo “O teatro das eleições”.

pleitos eles eram convocados, como no caso das eleições que antecederam a Praieira ou nos debates sobre a nacionalização do comércio em 1860.⁶⁴ O abolicionismo potencializou essa estratégia de propaganda política como nenhuma causa o havia feito no país.

A campanha, tida por André Rebouças como um “novo exemplo e excelente lição”, vicejava como alternativa a dinâmica eleitoral que, para ele, havia se reduzido “a uma imposição de chefes ou a um mendigar de votos da maior humilhação para o candidato”.⁶⁵ Um outro amigo de Nabuco lhe escrevia saudando-o de maneira semelhante, no entanto, ressentia-se do fato daquele modelo de disputa não poder “ser implantado, à falta principalmente de combatentes decididamente aparelhados para lutas semelhantes”.⁶⁶ Aspecto interessante, porque deslocava a problemática das formas de campanha não para o propalado despreparo do povo, mas para a falta de candidatos suficientemente habilitados para o debate público naqueles moldes.

Ao desvincular-se dessas estratégias tradicionais, Nabuco se propôs a falar para um público maior do que o convencionado. Para além daquele eleitorado que representava uma camada pouco espessa da sociedade, o abolicionista afirmava “que nós - e não os eleitores – representamos a opinião, as esperanças do povo do Recife”.⁶⁷ A frase que o orador anunciava era um convite para que tomassem parte do processo as camadas da população alijadas dos direitos políticos. Mais do que uma bravata discursiva, essa sentença ganhou ares de presságio para o pleito que não seria decidido pelos votos jogados nas urnas, mas propriamente pela intervenção violenta de uma população ávida por defender o mandato abolicionista.

Se aquela campanha afamou-se por sua profusão de pessoas e palavras, seu desfecho não deixou à desejar em intensidade. Ao fim do domingo de votação, a Igreja da Matriz de São José, que sediava a última sessão do 1º distrito eleitoral de Pernambuco, apresentava-se bem diferente do momento em que suas portas foram abertas nas primeiras horas da manhã para dar início aos trabalhos da mesa eleitoral. As

⁶⁴ Ver: ROSAS, Suzana Cavani. *Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*. Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

⁶⁵ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.6, doc. 253.

⁶⁶ Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.13, doc. 255.

⁶⁷ NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2º Ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. p. 27.

marcas de balas nas paredes, o arrombamento de portas, o sangue derramado em seu interior e a grande movimentação de gente e de papéis pelo adro frontal, com lideranças políticas correndo para se aquartelar no prédio do arsenal, davam a ver que os elementos de uma tragédia violenta haviam sido dispostos sobre os votos e as atas eleitorais.⁶⁸

José Mariano foi o candidato liberal que encampou a campanha abolicionista ao lado de Joaquim Nabuco, protagonista em todas as conferências que movimentaram a cidade, já era considerado uma liderança popular há pelo menos uma década. Naquela eleição ele era candidato do 2º distrito e passou o domingo a percorrer as ruas da cidade monitorando os locais de votação com um séquito de simpatizantes da causa. Estava em outro ponto do centro da cidade quando lhe chegaram rumores de que os conservadores estavam fraudando as eleições em São José. O abolicionista, então, saiu em disparada na sua carruagem com alguns correligionários. Momentos depois de ter adentrado a Igreja, quando conversava com os membros da mesa, um cortejo com dezenas de pessoas se aproximou do templo, os mesários e os fiscais conservadores correram para o consistório e trancafiaram-se cerrando suas enormes portas. Na versão conservadora, o ato foi impulsionado pelo medo de que os que acompanhavam Mariano viessem a inutilizar a eleição, que, segundo os próprios conservadores, havia sido vencida por Machado Portela e não por Nabuco. Segundo os liberais a ação se deu para que os agentes eleitorais conseguissem falsificar as atas em recinto reservado. De qualquer maneira, ao perceber o estranho movimento da mesa eleitoral, a população ouriçou-se e forçou a porta, o rastilho do desentendimento foi então inflamado.

Dos seis agentes políticos, entre mesários e fiscais, que estavam acudados no templo, saíram dois conservadores armados e abrindo fogo contra a população para

⁶⁸ Nota sobre as referências: como a grande maioria dos jornais citados são de Pernambuco, só serão indicados os estados das publicações de outras partes do país ou do mundo; em todas as citações as grafias foram atualizadas por mim. Os relatos sobre os fatos ocorridos na eleição de S. José narrados nos próximos parágrafos têm por base principal as seguintes matérias: “Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel entregou ao Dr. Augusto de Souza Leão, 3º vice-presidente, a administração dessa província no dia 26 de janeiro de 1885”. *Diário de Pernambuco*, 3 de fevereiro de 1885. “Publicações a pedido: Auto de perguntas feitas a Agostinho Bezerra da Silva Cavalcante”. *Diário de Pernambuco*, 13 de dezembro de 1884. “Primeiro distrito eleitoral: Auto de perguntas feitas a José Antonio da Silveira e Silva”. *Diário de Pernambuco*, 3 de janeiro de 1885. “Primeiro distrito: Auto de perguntas feitas a José Simplicio de Sá Esteves”. *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1884. “Aos eleitores do 1º distrito do Recife”, “Ao País” e “Eleição 1º distrito”. *Jornal de Recife*, 4 de dezembro de 1884. “A primeira batalha”. *Jornal de Recife*, 5 de dezembro de 1884. “Os fatos de S. José”. *Jornal de Recife*, 6 de dezembro de 1884. “O epílogo de Mario”. *Jornal de Recife*, 10 de dezembro de 1884. “Os acontecimentos do dia 1º” e “Ao País”. *Jornal de Recife*, 12 de dezembro de 1884. “As acusações d’O Tempo”. *Jornal de Recife*, 13 de dezembro de 1884. “Ao País” e “A paz no Recife”. *Jornal de Recife*, 3 de janeiro de 1885. “Vinte dias depois”, “Eleição do 1º distrito” e “Ao País”. *Jornal de Recife*, 20 de dezembro de 1884. “Ao eleitorado do 1º distrito”. *Jornal de Recife*, 19 de dezembro de 1884. “A eleição” e “Ao País”. *Jornal de Recife*, 17 de dezembro de 1884.

livrar a saída, um deles, segundo José Mariano “que estava armado de duas pistolas e conservava uma faca entre os dentes”, disparava contra o povo inopinadamente. Era um famoso conservador, conhecido como major Bodé. Ele e seu sobrinho, que também esvaziava a carga de sua pistola contra o aglomerado de gente, não conseguiram ser mais rápidos do que as laminas dos punhais que se colocaram em defesa da população acuada pelos tiros. Os dois foram as vítimas fatais do evento. Os mesários foram espancados e a ata se desvaneceu junto com o cheiro de pólvora que dominou o recinto, uma outra ata foi confeccionada posteriormente (com todos os ares de ilegalidade) dando a ver que Nabuco perdera a eleição, seu oponente teria tido 94 votos, Nabuco apenas 78. Ao fim, essa eleição foi anulada e outra convocada, que com a abstenção dos conservadores, foi vencida por Nabuco.⁶⁹

Não há como saber ao certo por quem era composta a multidão envolvida nos eventos da matriz de São José, mas tanto conservadores, quanto liberais, criaram narrativas para descrever seus protagonistas. São versões diferentes para os mesmos personagens, perspectivas profundamente influenciadas pela defesa das candidaturas de cada um dos lados, mas que deixam transparecer o quanto a apropriação de fatos circunstanciais referenciava a compreensão da ação política coletiva na época, dando-lhe respaldo ou subtraindo-lhe a legitimidade. Era no deblaterar que cercava fatos como esses que se cunhava a capacidade ou inaptidão da participação política das camadas populares.

Para os jornais conservadores o que houve não foi mero acaso, mas um morticínio arquitetado pelos abolicionistas que se usaram da força de uma clientela formada por “turbulentos”, escravos e libertos. O uso dessas categorias sociais era orientado em relação ao pensamento corrente na época que aventava que estas coletividades eram marginalizadas politicamente pela incapacidade de transigir com responsabilidade sobre os destinos coletivos, eram grupos pré-políticos. Nesse sentido, os conservadores buscavam responsabilizar os abolicionistas pelos atos daqueles que se insurgiram na matriz de São José, ao sugerir que os que ali estavam faziam parte de uma clientela controlada por Joaquim Nabuco e José Mariano. Subtraíam assim a agência

⁶⁹ “Escândalo inaudito”. Jornal do Recife, 19 de dezembro de 1884. O desenrolar em torno do mandato de Nabuco é confuso e revela a fragilidade dos mecanismos de representatividade diante de suas reviravoltas em *chicanas* internas ao jogo político. Depois de ter-se anulado a eleição da matriz de São José, convocou-se outra para alguns dias depois. Na segunda votação Nabuco venceu porque seu oponente se absteve. No entanto, quando na Câmara Geral, na Corte, Nabuco não foi diplomado por decisão dos deputados, que consideraram o processo ilegítimo e consagraram o mandato a Machado Portela. Acontece que um candidato de um distrito do interior de Pernambuco veio a falecer pouco tempo depois. Nabuco disputou essa vaga, ganhou e assumiu finalmente a deputação.

dos protagonistas do conflito, voltando aos líderes o predicado da concepção do ato e ao povo apenas sua execução mecânica, reificavam assim a ideia de incapacidade política desses grupos.⁷⁰

Cabe perceber que mesmo diante de uma questão racial candente, nesses conflitos termos ligados a raça não eram evocados nos artigos de jornais, como apresentarei mais a frente nessa tese, a racialização da política será propriamente tonificada após o 13 de maio. Ainda assim, nas narrativas dos conservadores a questão parece ser suscitada de maneira velada. Para os oposicionistas, Joaquim Nabuco e José Mariano buscaram com as conferências o “levantamento do espírito público” em uma campanha que a cidade “presenciou assustada”, dada “a propaganda do ódio, da vingança, da exaltação de todas as paixões ruins e da insurreição de escravos”. Na última frase há uma supressão de termos raciais, porém o sentido aparece implicitamente ao fim de cada expressão, como “propaganda de ódio”, “vingança” e “exaltação de todas as paixões ruins”.⁷¹

À tentativa de buscar desqualificar a campanha eleitoral, somou-se a acusação de premeditação dos crimes eleitorais, pois antes da consumação do fato já diziam perceber o fluxo de “grupos do povo armado para qualquer movimento oportuno, conforme o resultado”, esses grupos, segundo o relato, eram formados principalmente por “conhecidos desordeiros e escravos armados”.⁷² Um dos agentes conservadores que estava presente na ocasião, afirmou em um auto de perguntas para o delegado de polícia que tudo aconteceu com o consentimento de José Mariano e que os “turbulentos” que invadiram a Igreja o fizeram sob os gritos de “mata essa cambada de escravocrata”.⁷³ A maior parte dos relatos da imprensa conservadora fazia notar que esse grupo agiu não em torno de interesses próprios, mas sob o mando de José Mariano, o que se dizia é que ali não estava o “povo”, mas o “povo de Mariano”, descrito como “uma clientela faminta, insaciável, suspeita e de má catadura, capaz de conflagrar uma cidade para que se fale do seu nome”.⁷⁴

⁷⁰ As formas pelas quais as coletividades em torno de José Mariano foram retratadas enquanto clientela violenta e turbulenta, se intensificam com a proximidade da abolição e culminam nos primeiros anos republicanos. Esse processo, que será analisado no capítulo três dessa tese, foi investigado por Israel Ozanam. OZANAM, *Op. cit.*, 2015.

⁷¹ “Eleição”. *Jornal do Recife*, 4 de dezembro de 1884. (Artigo transcrito do jornal conservador *O Tempo*).

⁷² “O telegrama de 10 de dezembro”. *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884. (artigo transcrito do jornal conservador *O Tempo*).

⁷³ “1º distrito. Eleição de S. José. Auto de perguntas feitas a José Symplicio de Sá Esteves, aos 2 de dezembro, pelo delegado de polícia”. *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1884.

⁷⁴ “José Mariano”. *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1884.

Em resposta a algumas dessas acusações, um abolicionista afirmou na imprensa que “essa história de escravos armados indica só que, pela primeira vez durante toda a vida imperial deste país, os escravos já chegaram ao ponto de reconhecer que devem pela resistência procurar sua liberdade”.⁷⁵ Ainda que observasse com temor que esse tipo de postura poderia desencadear algum tipo de revolta escrava, não deixava de reconhecer uma tomada de consciência política. O caráter autônomo e franco da atuação dos grupos que defendiam a candidatura abolicionista era insistentemente defendido pelos liberais, uma argumentação que os situava justamente como o “povo político” perseguido pelos analistas de política da época e muito raramente encontrado em terras brasileiras. Aquele foi provavelmente um dos únicos momentos em que parte da elite admitiu que se podia reconhecer uma aptidão política satisfatória, ainda que circunstancial, a escravos.

Mesmo que a atitude dessas dezenas de pessoas fosse saudada, só raramente os liberais se dirigiam a elas em torno das mesmas categorias sociais que os conservadores. As identidades coletivas apodadas pelos conservadores, como escravos e libertos, foram diluídas pelos abolicionistas em torno de uma terminologia nobre no léxico político da época, mas etérea para a identificação de seus componentes. Foram, enfim, chamados povo. A indistinção entre escravos e livres sob a classificação comum “povo”, emergiu, segundo José Mariano, da incidência de práticas democráticas germinadas pela campanha abolicionista:

[...] quem esteve pelas ruas da cidade anelante de ansiedade, exposto aos raios ardentes do sol, novos hebreus em busca da promessa da liberdade, foi o povo pernambucano, foi o viril povo pernambucano que ao sopro cáldo da democracia, sacudido pela nova propaganda, parecia ter ressuscitado de longo sono de quase meio século.⁷⁶

Era tamanha a disposição em compactar esse agrupamento de indivíduos em torno da categoria indivisível “povo”, que um cronista liberal chegava a encarnar a coletividade em um só corpo, com o gestual típico e o sentimento comum de uma descrição no melhor estilo Michelet, descrevendo: “a imensa multidão que a passos rápidos, ou antes correndo, se dirigia para S. José, com os olhos úmidos, os lábios lívidos, o semblante decomposto, o coração batendo precipitadamente, o braço erguido”.⁷⁷ Era com esses contornos humanos que uma massa antes amorfa, passava a

⁷⁵ “O telegrama de 10 de dezembro”. *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884.

⁷⁶ “Ao País”. *Jornal do Recife*, 24 de dezembro de 1884.

⁷⁷ “As acusações do Tempo”. *Jornal do Recife*, 14 de dezembro de 1884.

ter seu papel social e político bem delimitados. Mesmo que estes, em sua maior parte, não gozassem dos direitos políticos, passaram a representar um papel fiscalizador no processo eleitoral, como insinuava um articulista liberal referindo-se ao “povo que, bem ou mal, entende ter o direito de exigir, que a eleição seja a expressão fiel das urnas e não a mistificação da opinião pública [...] o povo, que nessa intervenção ou fiscalização julgava exercer um ato legítimo de sua soberania”.⁷⁸

O assassinato dos fiscais conservadores foi, por esta perspectiva, um tropeço no percurso desse “brioso povo pernambucano”, um acidente imprevisto. José Mariano utilizava de figuras metafóricas para descrever os assassinos, um agente metafísico havia vibrado o punhal contra o major Bodé e seu sobrinho, era a “cólera do povo” em sua explicação:

Quem podia naquela massa compacta e confusa, que se chama a multidão; quem podia descobrir o braço vingador que trazia enfeixados todos os raios da cólera popular, tremenda e fatal como o gladio de fogo do anjo que as sagradas letras pintam à porta do Paraíso para vingar no homem pecador a cólera divina? Quem matou o major Ferreira Esteves e Lisboa Esteves foi a cólera do povo, que eles haviam recebido a tiros, como se fossem uma horda de animais ferozes.⁷⁹

Por hora, cabe observar que afirmar o protagonismo dessa “massa”, defender a autonomia política do “povo”, era uma estratégia interessante para José Mariano e demais abolicionistas, assim afastavam-se das acusações que os relacionavam aos crimes de sangue ocorridos naquela eleição. Mariano não se furtava a explicitar que não queria ter parte nos fatos que ocorreram, afirmava: “não se vê que não seria tão inepto que fosse colocar-me a frente de um movimento que não me dava nenhuma glória, que comprometia a minha posição?”.⁸⁰

Mas, o assassinato dos conservadores e os espancamentos que tiveram por palco aquela eleição, conformaram um elemento de uma extensa narrativa que foi sendo construída ao longo daquela década pelos conservadores e, anos depois, pelos republicanos, para constranger o envolvimento com a dinâmica política de setores da população situada entre os mais pobres e os negros, geralmente classificando-lhes como capangas de José Mariano. Uma questão, no entanto, me parece oportuna: se eram relativamente comuns os crimes, a coerção violenta e mesmo assassinatos em meio as

⁷⁸ “O epílogo de Mario”. *Jornal do Recife*, 10 de dezembro de 1884.

⁷⁹ “Ao País”. *Jornal do Recife*, 3 de janeiro de 1885.

⁸⁰ “Ao País”. *Jornal do Recife*, 13 de dezembro de 1884.

disputas eleitorais da época, porque esse fato em especial foi tão marcante para a sociedade de então?

Não me parece que a preocupação se relacionava essencialmente com os atos de violência ou a lisura do processo eleitoral, até porque as únicas pessoas que realmente estavam armadas com pistolas foram justamente os conservadores assassinados. O fato de um volumoso número de pessoas tradicionalmente apartado do exercício dos direitos políticos, estarem não só tomando parte das eleições, como efetivamente decidindo-as (mesmo que ilegalmente) é que parecia mobilizar os mais intensos debates.

Toda aquela gente que se via marginalizada da arena de decisão política, quando agitada pelo discurso abolicionista para fazer parte do processo foi literalmente recebida a tiros no local de votação. As versões sobre esse desfecho maculavam ainda mais a compreensão sobre a participação política da população pobre, negra e escrava. E é como se essas narrativas que os figuravam enquanto turbulentos, e portanto inaptos para o exercício democrático, fossem ao encontro das teorias políticas que submetiam a participação formal a traços de distinção que viessem a selecionar as fatias mais qualificadas da sociedade para representar a Nação.⁸¹

Essa ascensão momentânea ao status de “povo”, ainda que imbuída de interesses pessoais dos liberais que assim os classificavam, também conformou uma narrativa paralela que buscava legitimar as relações em torno de uma política mais democrática. Nesse momento cabe perceber que mesmo tratando-se de compreensões diferentes, liberais e conservadores utilizavam semelhantes chaves de classificação para perceber a atuação política dessas pessoas, sempre em torno de termos como residual, espasmódica ou ensaística, ela nunca era entendida em si, mas em relação a um modelo de

⁸¹ Na organização dos sistemas representativos de governo uma questão era central, quem poderia participar do processo? Ou seja, quem teria o direito de votar e ser votado? No começo do século XIX, a concepção sobre quem participaria das eleições estava diretamente ligada a ideia de capacidade de discernimento político, concepção que contemplava não só os atributos intelectuais, como a capacidade de independência na escolha que cada indivíduo gozava. No caso do Brasil, por exemplo, que em sua Constituição de 1824, vetava a participação de mulheres, menores e escravos, o fazia sob a ideia de que as pessoas alistadas nessas categorias eram dependentes de um *pater familias*, um senhor cuja autoridade sobre a esposa, os filhos e os criados, influenciaria fatalmente na decisão política destes. Esta independência, tida como vital para o bom exercício do voto, deveria ser financeira também, daí adveio o princípio censitário do voto, estabelecido em uma quantia relativamente baixa no Brasil Império e abolida com a República. A reforma de 1881 impôs outro tipo de restrição, o chamado censo literário, que vetava o direito de voto aos analfabetos que requeressem esse direito a partir de 1882. Entendido no contexto de abolição, essa medida foi adotada para restringir o acesso de libertos à arena política, visto que apenas 1% dos escravos eram alfabetizados no país. Essas questões dizem respeito ao que Bernard Manin chama de “princípios de distinção”, ferramenta dos sistemas representativos menos democráticos para designar o conjunto de caracteres responsáveis por tornar alguns cidadãos aptos à participação política e outros não. MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. New York, Cambridge University Press, 1997.

participação externo e formal. Pouco mais de um ano depois, por exemplo, Joaquim Nabuco, em um folheto que comentava suas duas últimas eleições, discorria que “esse povo todo de escravos e servos” não tinha “consciência da força e do direito” e expressavam-se em “em aspirações que tem apenas lampejos prematuros”.⁸²

O tipo de participação que os analistas da época se ressentiam em não encontrar nos setores da sociedade mais pobres era justamente baseado em um modelo que não dizia respeito à política como era habitualmente praticada no Brasil, seja pelas formas de organização social, ou pelos próprios empecilhos institucionais do sistema representativo e da tibieza das estruturas partidárias. Nesse sentido, pode-se dizer que a campanha de 1884, enquanto estratégia de disputa eleitoral e de prática política também pode ser considerada um “lampejo prematuro”.⁸³

Esse lampejo, no entanto, nos mostrou o alcance da política na época e a disposição de enfrentamento e luta na defesa de candidaturas abolicionistas por parte de setores não reconhecidos como aptos para a prática política. Nesse sentido, é apropriado reforçar a ideia de que o termo *política* é historicamente construído, ou seja, quando os oitocentistas afirmavam que os escravos e a arraia miúda da população eram inaptos ou indiferentes, essas classificações eram alusivas a determinado conceito de política que se situava em contextos e interesses circunstanciais em um plano discursivo. Havia um perene fluxo de práticas políticas que podem ser percebidas entre esses setores, mas que só esporadicamente eram registrados pelos produtores de fontes da época sob a legenda “política”, muitas vezes essas práticas eram agrupadas no rol de crimes e desordens, outras simplesmente passavam ao largo dos registros documentais, e outras ainda confluíam com os ideais institucionais de política e se inscrevem no noticiário dos jornais partidários e nas memórias de estadistas, assim como foram, por exemplo, os eventos de 1884.

⁸² NABUCO, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886. pp. 56-57.

⁸³ Em *Democratic subjects*, Patrick Joyce, mostra o quanto Gladstone, que era o ídolo político de Nabuco, esforçava-se por criar na Inglaterra uma cultura democrática para além desses “lampejos prematuros”. Na ilha britânica, no entanto, esses esforços se deram na década de 1880, quando aquele país já havia implantado os mecanismos de uma política de massas a cerca de 20 anos. Joyce evidencia nesse sentido a lenta marcha para a implantação de uma democracia, no que diz respeito não apenas as instituições democráticas, mas principalmente a uma cultura democrática capilarizada no espírito popular. A percepção de Nabuco, como a de muitos outros analistas do período, de que a expressão política dos mais pobres era evidenciada apenas por “lampejos prematuros”, parece refletir o estado social e político do próprio país, cujas instituições pouco acessíveis e uma cultura social hierarquizada não propiciavam muito mais do que isso. JOYCE, Patrick. *Democratic subjects: the self and social in nineteenth-century England*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994. p.216

Episódios como o das eleições da matriz de São José dão a ver que quando a política partidária assimilava pautas de amplo interesse da população, como as questões raciais e o abolicionismo, o envolvimento era exponencial. Naquele domingo de eleições, por exemplo, ao espalharem-se as primeiras notícias que José Mariano havia saído vitorioso e Joaquim Nabuco tinha boas chances de triunfo, um grupo de pessoas não identificadas adentrou no engenho do conservador Barão de Muribeca, que ficava em um arrabalde relativamente distante do centro do Recife, e forçaram “uma de suas dependências, onde estava detido um escravo”. Segundo o relato do jornal, esse grupo e o escravo “sublevaram parte da escravatura” e estes foram a pé caminhando até a cidade festejar a vitória dos candidatos abolicionistas. Após algum tempo o chefe de polícia conseguiu “deter os escravos sublevados, depois de ter presenciado a entrada triunfante destes na cidade, já aterrada pelo sangue que havia corrido em São José”. A senzala não estava tão alienada da política como se supõe, por breves momentos ela foi a protagonista, aquele foi um dia agitado e, ainda que por alguns instantes, comemorado por esses escravos como um domingo de esperança e vitória.⁸⁴ Na narrativa dos liberais eles também foram incluídos entre o “povo”, ao lado dos demais livres e libertos.

A historiografia já havia notado outro momento em que escravos e livres foram situados em igualdade pelo jogo político pernambucano. Trata-se do julgamento dos crimes da Rebelião Praieira em 1848, nas folhas políticas e nos documentos jurídicos analisados por Isabel Marson: “homens livres e escravos se igualizaram como pessoas, como cidadãos, mas de uma forma ambígua para os preceitos vigentes sobre a cidadania – igualizaram-se numa atuação criminosa”. Tratava-se de uma manobra jurídica para que a soma do número de acusados correspondesse a uma quantidade suficiente para que aquela luta armada fosse enquadrada enquanto rebelião, e os revoltosos pudessem ser julgados com maior severidade.⁸⁵

O sentido em 1884 foi outro, justamente o contrário, a classificação de escravos e livres sob um termo que os tornava indistintos, tinha a intenção justamente de afastar a possibilidade de aqueles eventos serem lidos enquanto maquinações criminosas, emprestando-lhes um véu de expressão política legítima e cidadã. Em ambos os casos, no entanto, percebe-se que os campos de classificação que fixavam as identidades entre livres e escravos, por muito tempo entendidos como rígidas, eram, em verdade,

⁸⁴ “Eleição”. *Jornal do Recife*, 4 de dezembro de 1884. (artigo transcrito do jornal conservador *O Tempo*).

⁸⁵ MARSON, Isabel. “O ‘cidadão criminoso’: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n°16, 1989.

eventualmente burladas por setores das elites interessados em mobilizar essas categorias de classificação de acordo com seus interesses.

CAPÍTULO II

Como funcionava a política na sociedade do “favor”: políticos, empresários e capangas na década do abolicionismo em Recife.

Dois dos principais envolvidos nos acontecimentos da matriz de São José eram indivíduos que possuíam estreitas relações com lideranças do partido liberal. Nicolau Duarte da Gama e Manoel Rosendo de Sá e Albuquerque, descritos como pardos e analfabetos, eram, segundo os relatos da época, funcionários da casa de José Mariano, seus boleeiros.⁸⁶ Sobre Nicolau, diziam ainda ser ex-escravo de um familiar da esposa de Mariano, de quem, aliás, herdou o sobrenome.⁸⁷ Ele foi o principal acusado dos assassinatos ocorridos nas eleições de 1884, porém, não consta que nem ele nem Rosendo chegaram a ser julgados por isso. Essa impunidade era alardeada como um tipo de foro privilegiado que os dois gozavam através de suas relações pessoais com eminências da política, da polícia e da justiça. A partir da análise das trajetórias desses personagens, esse capítulo pretende explorar como, através dos mandatos políticos, formavam-se redes de poder que atravessam verticalmente as hierarquias sociais da época. Ainda que constituídas em uma ordem paralela aos mecanismos institucionais da política, essas redes pavimentavam a estrutura de poder de grupos políticos locais e conformavam as maneiras como muita gente participava da política.

⁸⁶ Em momentos diferentes da década de 1880 os dois foram apontados como analfabetos. No entanto, cabe pesar que nos livros de entrada dos presos da Casa de Detenção no início de 1891, Nicolau foi registrado como alfabetizado. Daí que devemos pesar duas possibilidades para o caso. Na primeira, Nicolau seria de fato analfabeto na década de 1880 e se alfabetizou anos depois. Na segunda, seria classificado pelos oposicionistas como analfabeto em uma estratégia de lhe desqualificar. Seu registro na Casa de Detenção foi encontrado por Israel Ozanam em: *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.87. Ver, OZANAM, Israel. *Op. cit.* 2013, p.128. Alguns dos documentos em que é representado como analfabeto: “As urnas do 2º distrito”. Diário de Pernambuco, 26 de fevereiro de 1886. “Ao público”. Diário de Pernambuco, 1º de janeiro de 1885.

⁸⁷ Havia, à época, um antigo costume dos libertos adotarem o sobrenome de seus antigos proprietários. É provável que Nicolau tivesse sido escravo de Aristides Duarte Carneiro da Gama, que, em outras fontes, também aparece como Carneiro da Cunha Gama, antigo liberal e cunhado de José Mariano. “Ao público”. Diário de Pernambuco, 1º de janeiro de 1885. Sobre ele foi publicado que: “pardo e moço ainda, que foi escravo do falecido Aristides Duarte, segundo lhe consta, e atualmente é criado ou boleeiro do Dr. José Mariano”.

Quando figuras importantes da sociedade foram à imprensa em defesa da honra de Nicolau, já fazia mais de vinte dias que o nome do cocheiro havia sido citado por duas testemunhas como principal acusado das facadas e cacetadas que mataram os conservadores na eleição de São José. Na verdade, o caso já era outro, a cidade ainda vivia a indefinição sobre as punições daquele episódio e quem seria eleito por aquele distrito, e já estavam os jornais mais uma vez publicando novas acusações sobre o envolvimento de Nicolau e Rosendo em outro crime.

Na escuridão da noite, no caminho da estrada dos Remédios, montou-se uma emboscada para dois juízes de paz do bairro de Afogados. Estes, que no dia posterior iriam compor uma comissão para revisar as atas da eleição malograda, foram avisados às pressas de uma reunião na casa do conselheiro João Alfredo. Era uma cilada que fora percebida logo que avistaram Nicolau e Rosendo cercando-lhes a diligência. “Armados de facas ou punhais bastante grandes e estreitos” os intimaram a não comparecer a essa junta “sob pena de serem ambos assassinados em suas casas”.⁸⁸

Essa acusação pesou para que os jornais conservadores atribuíssem ao “celebérrimo Nicolau”, uma atuação baseada na “mera ostentação de maus instintos e na impunidade de que goza”. Por outro lado, para o delegado do caso, que era um liberal conhecido, o Sr. José Clímaco do Espírito Santo, o caso não passava de “torpe falsidade” em um “cortejo de calúnias”. Buscando talvez demonstrar que Nicolau não era um capanga liberal, Espírito Santo argumentava que ele, até pouco tempo, foi “comensal do Sr. Antonio Francisco Correia de Araújo, de quem ainda hoje não cessa de receber as maiores provas de atenção”. Este Araújo a que se referia, era irmão do chefe conservador, o conselheiro João Alfredo, e também era um dos donos do jornal em que se publicavam as acusações contra o boleiro.⁸⁹

José Mariano concordava que aquela história toda do rapto dos juízes era uma “fantasia” ou “troça”. Ele defendia Nicolau, a quem chamava com intimidade de “o liberto da minha da casa”, destacando, no entanto, que se tratava de um “cidadão” e trabalhador honrado “que tem meio conhecido e decente”. Situando a honra de Nicolau em oposição aos que publicavam essas acusações, os “redatores do *Tempo*”, que,

⁸⁸ “Ao público”. Diário de Pernambuco, 1º de janeiro de 1885.

⁸⁹ “O delegado de polícia do 2º distrito ao ‘Tempo’”. Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1885. As acusações que os conservadores fizeram a Nicolau foram publicadas originalmente no *Tempo*, mas, para esse período o jornal não se encontra disponível. No mesmo artigo, o delegado Espírito Santo, voltou a falar dos dois personagens na tentativa de afirmar sua imparcialidade, dizia que: “no cumprimento dos meus deveres não levo em conta os nomes próprios. Para mim tanto vale um Nicolau como um Antonio Francisco Correia de Araújo. E acreditem que no paralelo sou por demais generoso”.

segundo ele, “ficariam embaraçados se fossem chamados à polícia para dizerem do que vivem”, e mesmo os conservadores que testemunharam contra Nicolau no caso da eleição de São José, que foram chamados por Mariano de “energúmenos”.⁹⁰

Em meio a duas possibilidades diferentes de representação, que não eram contraditórias entre si, Nicolau figurava como um liberto que se beneficiava objetivamente de suas relações pessoais. Fosse circulando socialmente pelas casas de deputados, tendo sua dignidade defendida por autoridades ou aparentando estar acima das leis, os relatos do começo de 1885 o concebiam em torno de uma série de valores que não eram usualmente relacionados a outros ex-escravos. As narrativas em torno de Nicolau o distanciavam dos emblemas comuns aos que, como ele, viviam sob o estatuto jurídico de uma cidadania incompleta. Classificações como “oprimido”, “subjugado” ou “marginalizado”, portanto, não me parecem termos apropriados para descrever sua posição dentro do jogo político da época.

O acompanhamento da trajetória de Nicolau como a de Rosendo, por meio de artigos de opinião nos jornais e de discursos no parlamento, pode mostrar mais do que a ascensão social de pardos bem relacionados simplesmente por astúcia própria. A atuação política de homens que tinham um perfil social semelhante ao deles era premissa para o sucesso eleitoral de importantes lideranças partidárias da província. Diante de uma estrutura onde eram protagonistas, procurarei evidenciar quais interesses motivavam o envolvimento desses indivíduos com a política partidária. Antes de precipitar o texto por análises mais gerais, acompanhemos como episódios específicos foram gradualmente transformando esses dois personagens em ícones políticos da época.

Laços e redes que embalavam a política

Braz José de Santana. Esse nome próprio é o único dado que encontrei sobre um indivíduo esfaqueado ao sair de um presépio à noite no bairro dos Coelhos, centro do Recife. Afora isso, sei que ele também foi o único a apontar os autores do crime que sofrera. Em um dos leitos do Hospital Pedro II em situação “considerada gravíssima”, afirmou que seus ofensores foram “um tal de Nicolau e um tal de Rosendo”.⁹¹ Muitas pessoas foram ouvidas pelo subdelegado, algumas delas inclusive haviam sido “feridas

⁹⁰ “Ao país”. Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1885.

⁹¹ “Feridos”. Diário de Pernambuco, 14 de fevereiro de 1885.

levemente e contundidas em tal conflito”. Mas, ninguém deu informações conclusivas ou revelou a identidade dos agressores ou outros detalhes sobre a contenda. Os depoimentos foram dados “debaixo de prisão”, pois todos “se negaram ao comparecimento espontâneo”, mesmo assim, emudeceram diante do agente da lei.⁹²

O caso ocorreu dois dias depois de Nicolau e Rosendo terem sido inocentados pelo tribunal do júri em julgamento sobre as mortes relacionadas à eleição do ano anterior,⁹³ e viria não só os colocar mais uma vez no banco dos réus, como evidenciar uma rede de proteção que parecia lhes garantir um tratamento especial da justiça. Eles, no entanto, não foram presos em flagrante, nem por mandado. Em certo dia de julho “se apresentaram voluntariamente [...] para serem recolhidos à prisão” e ficaram aguardando julgamento na Casa de Detenção.⁹⁴ Por pouquíssimo tempo, diga-se de passagem. Nicolau e Rosendo ficaram atrás das grades pelo período de exatas duas semanas, quando foram julgados inocentes pelo tribunal do júri. Um procedimento cercado por acontecimentos burlescos, segundo a oposição.

Os dias que passaram na prisão não foram momentos de extrema penúria. Pelo menos é o que indica uma publicação da parte oficial do *Diário de Pernambuco*, quando o chefe de polícia levava ao conhecimento público que “em ofício de hoje, comunicou-me o Administrador da Casa de Detenção que os detentos Nicolau Duarte da Gama e Manoel Rosendo de Sá Albuquerque agradeceram a alimentação fornecida por conta dos cofres da província”.⁹⁵ Esse informe foi compreendido pela oposição conservadora não só como uma chacota em letras oficiais, mas como mais uma evidência de que o processo de julgamento havia sido “preparado ilegalmente” e já estava pronto e com data marcada antes mesmo da prisão dos dois. Os acusados estariam no cárcere representando um tipo de *mise-en-scène*.

Uma das ilegalidades apontadas no processo era o fato de que eles seriam julgados antes dos “presos de pronúncia e prisão antiquíssima”, cuja “preferência legal” seria preterida diante da “estonteante e infrene proteção que [Nicolau e Rosendo] gozam até da polícia”.⁹⁶ Esse entrave, no entanto, já estava sendo contornado pelas autoridades

⁹² “Secretaria da polícia de Pernambuco”. *Diário de Pernambuco*, 11 de março de 1885.

⁹³ “Acontecimentos da matriz de S. José”. *Diário de Pernambuco*, 11 de fevereiro de 1885. Segundo a sentença havia “deficiência nas bases” da acusação, e “apesar dos esforços empregados pelo Dr. 1º delegado [...] pouca ou nenhuma luz” se fez sobre a autoria do crime.

⁹⁴ “Repartição da polícia”. *Diário de Pernambuco*, 8 de julho de 1885.

⁹⁵ “Repartição da polícia”. *Diário de Pernambuco*, 18 de julho de 1885.

⁹⁶ “Júri do Recife”. *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1885. Ao afirmar que os presos comuns recebiam tratamento diferenciado do “patronato dos presos protegidos, que em regra são parte componente de uma capangada desordeira e malfeitora”, o articulista dava a entender que Nicolau e

judiciais interessadas em dar um ar de legalidade ao processo. Pois, enquanto Nicolau e Rosendo traçavam a “sopa gorda” da Casa de Detenção,⁹⁷ preparava-se uma sessão do júri que não só se distinguiu pela celeridade com que iria julgar os dois réus, mas também por ser uma das maiores audiências do tribunal do júri daqueles tempos. Com o intuito de não ferir a prioridade de prisioneiros que esperavam seus julgamentos há tempos, as autoridades competentes montaram uma sessão onde foram julgados nada menos que 22 processos e 29 réus, quando o comum da época eram audiências que julgavam um ou dois processos por reunião do corpo de jurados. A passagem de Nicolau e Rosendo pelo tribunal tangenciou esse recorde e fez despertar uma diligência judicial que esgotou todos os processos que estavam esperando julgamento.⁹⁸

Sobre a forma como se desenrolou a audiência algumas arbitrariedades foram apontadas pelos conservadores, como a acusação de que as cédulas do sorteio do júri haviam sido manipuladas de modo a que fossem sorteados apenas jurados afinados com o partido liberal.⁹⁹ Independente da veracidade da acusação sobre a filiação partidária dos jurados, pode-se afirmar sem dúvida que juiz e advogados de defesa eram liberais conhecidos. O juiz do caso em outra oportunidade chegou a ser colocado na berlinda por supostamente agir como “partidário intransigente”, a imprensa (partidária dos liberais) defendeu-o dizendo que “muito embora, francamente liberal, ele na sua administração prudente e moderada, não tem sido partidário no sentido de faltar com a justiça e até com condescendência aos seus rancores oposicionistas”.¹⁰⁰ Quanto aos advogados de defesa, um era promotor e chefe político de uma importante cidade do interior, e o outro era José Maria de Albuquerque Mello, deputado provincial e um dos

Rosendo não eram caso único de favorecimento das autoridades a determinados réus indiciados por crimes. Outro artigo reafirmava a questão, sentenciando que “muitos estão presos por crimes leves, e estão quase com o pé na sepultura, com a saúde grandemente comprometida, pela demora que ali tem, tudo por não terem protetores, por não serem sicários afamados!”, completando ainda que “Nicolau e Manoel Rosendo, apesar de terem sido vistos por grande população desta cidade com a arma homicida gotejando o sangue das vítimas de S. José, campeiam impunemente na nossa sociedade!”, por terem proteção de autoridades de “gravata lavada”. “Júri do Recife”. *Diário de Pernambuco*, 17 de julho de 1885.

⁹⁷ O termo “sopa gorda” foi usado em um artigo que sugeria que os dois estavam vivendo “confortavelmente” na prisão. “Júri do Recife”. *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1885.

⁹⁸ “Júri do Recife”. *Jornal do Recife*, 24 de julho de 1885. Para se ter ideia, na comarca da cidade vizinha anunciou-se uma sessão do júri dizendo-se que era “uma das maiores das que tem havido”, em uma ocasião em que foram submetidos a julgamento nove réus, menos de um terço da sessão que julgou Nicolau e Rosendo. “Tribunal do Júri de Jaboatão”. *Jornal do Recife*, 15 de julho de 1883.

⁹⁹ “Júri do Recife”. *Jornal do Recife*, 26 de julho de 1885.

¹⁰⁰ “Será ameaça”. *Jornal do Recife*, 12 de fevereiro de 1884.

políticos mais carismáticos daqueles tempos, sua relação com os réus ia muito além do compromisso profissional entre advogado e clientes, isso veremos mais à frente.¹⁰¹

“Tendo sido esgotados todos os processos antes de terminar o prazo da sessão do júri”, Nicolau e Rosendo foram “absolvidos unanimemente” e saíram pela porta da frente do tribunal, livres, inocentados e, segundo a oposição, sob as benções de poderosos que estavam no poder.¹⁰² A maneira como esse julgamento foi interpretado pelos conservadores pode ser uma baliza sinalizando a forma como os contemporâneos entendiam e vivenciavam a política naqueles tempos. Se levantadas unicamente as motivações do caso, pode-se chegar à conclusão de que ele não tinha nenhuma relação aparente com a política, afinal, não passava de uma briga na alta madrugada em um bairro já famoso por cenas do tipo. Mas, esse fortuito caso de desinteligência acabou mobilizando redatores de jornais a acusarem políticos de manipulação dos agentes e das instituições de segurança da província em proveito de seus protegidos. O caso é adequado para pensarmos o funcionamento da política em um sentido ampliado.

A política partidária era um fenômeno que movia muito mais do que ideias políticas no senso formal do termo, ela dividia grupos de interesse e de poder. E em diversas ocasiões que tinham pouco, ou nada a ver, com aspectos internos da estrutura do sistema representativo, ela continuava a agir como uma idiossincrasia que conformava coletividades que primavam pela proteção mútua. A própria estrutura do estado garantia a facilidade da constituição dessas redes. Tome-se a polícia, por exemplo, que com seus cargos de comando ocupados por nomeação pessoal das autoridades do executivo, figurava como uma das espinhas dorsais desse arranjo de poder.¹⁰³

Era comum que em denúncias de corrupção ou imperícia dos agentes policiais a imprensa representasse a instituição como “a polícia de Dr. Fulano de Tal” (sendo

¹⁰¹ “Júri do Recife”. *Jornal do Recife*, 25 de julho de 1885. O advogado liberal e promotor da cidade de Palmares era o Sr. Albuquerque Mello e Mendo de Sá Barreto Sampaio.

¹⁰² “Júri do Recife”. *Jornal do Recife*, 24 de julho de 1885.

¹⁰³ Uma das queixas mais recorrentes nos períodos em que os partidos se alternavam no poder era justamente o desmonte das estruturas policiais acompanhadas de uma enxurrada de nomeações com fins políticos. Em 1880, por exemplo, um conservador no Senado denunciava como o recém empossado presidente da província de Pernambuco acomodou seus correligionários em um despacho que mobilizou 60 demissões de uma só vez: “dois chefes de repartição, o oficial da secretaria da presidência, 5 promotores, 5 oficiais da guarda cívica, 13 coletores, 11 escrivães de coletorias, 19 oficiais de polícia, 4 fiscais de coletoria, ao todo 60”. “Senado”. *Diário de Pernambuco*, 22 de julho de 1880. Um colunista do *Diário de Pernambuco* chamou essa prática de “partilha de Caim”, utilizando a metáfora bíblica para tergiversar sobre a tomada de cargos públicos por nomeação política, dizia ainda que essa prática podia ser percebida com mais intensidade entre os cargos de polícia. “Partilha de Caim”. *Jornal do Recife*, 29 de agosto de 1885.

“Fulano de tal” geralmente o chefe de polícia em atividade ou algum delegado em especial) e não simplesmente como “a polícia”.¹⁰⁴ Essa “fulanização” do órgão de segurança é sintomática da percepção que havia na época de que a polícia era menos uma instituição operada por agentes atentos a seus princípios corporativos legais do que um aparato a serviço de redes de clientela lotadas na estrutura de poder provincial.¹⁰⁵ As representações que conferiam à polícia a aparência de tentáculo de grupos partidários, em detrimento da imagem de uma entidade de segurança pública, também podiam ser percebidas no sentido inverso. Na própria documentação interna escrita por delegados, muitas vezes os agentes se colocavam como vítimas de acusações de jornais “políticos de oposição” e os tratavam como “adversários”.¹⁰⁶

Esse arranjo fragilizava o respeito aos estatutos legais do Império. Possíveis empenhos das forças policiais em executar as leis desvaneciam caso entrassem em conflito com interesses de pessoas bem apadrinhadas. Nesse sentido, delitos previstos no código criminal eram muitas vezes relativizados e, ao cabo, a permanência ou não de uma pessoa atrás das grades poderia depender muito mais dos tipos de relação pessoal que o indivíduo mantinha com grupos políticos do que propriamente a partir da observância de códigos e recursos jurídicos.

Por não se pautarem em regras tão categóricas, as negociações pessoais que atravessavam o aparelho de estado geravam um fluxo de agências individuais pouco sistematizáveis não só pela própria natureza das relações, que eram estabelecidas em dinâmicas completamente circunstanciais, mas principalmente pela forma com que, nos dias de hoje, podem vir a ser verificadas nas fontes. Passando ao largo de institucionalizações, os pactos que definiam muitas das decisões de agentes do estado se

¹⁰⁴ Ver, por exemplo: “A polícia do Sr. Pinto”. *Jornal do Recife*, 12 de julho de 1887. A matéria afirma que a polícia, na gestão daquele chefe de polícia, havia se tornado um grupo de “capitães de campo e guarda-costas dos sustentadores do grande e generoso partido conservador!”: “Segurança pública”. *O binóculo*, 21 de abril de 1883. Matéria crítica à “polícia do Sr. Costa Ribeiro”, afirmando que este chefe de polícia liberal “sujeita-se a fazer as nomeações que lhes são indicadas pelas influências partidárias”. Em 18 de janeiro de 1883, o mesmo jornal noticiando uma onda de roubos referia-se à polícia como “a gente do Dr. Costa Ribeiro”. Em: “Pela polícia”.

¹⁰⁵ Essa percepção, como assinalou Marcos Bretas, não foi percebida por muito tempo pela historiografia. Ele explica a questão nos seguintes termos: “As concepções de engenharia social, formuladas pelo pensamento científico que dominou o séc. XIX, obtiveram pleno êxito ao dividir o estado em duas partes: uma política, sujeita à controvérsia partidária, representando ‘o Estado’; e outra, administrativa, independente da política partidária, concebida tanto quanto possível como ‘natural’ – vale dizer, administrada da única maneira racional possível – e invisível. Daí emergiu a percepção de que as relações entre a polícia e o público eram, ou deveriam ser, um não-assunto, uma parte imutável do mecanismo racional da administração”. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997. p.10.

¹⁰⁶ APEJE, sessão de documentos manuscritos, fundo SSP, livro n°428, fl. 111 – 112 e 137 - 140. Os dois casos são referentes a primeira delegacia da capital para o ano de 1883.

firmavam em âmbito privado, as motivações em jogo dificilmente eram documentadas. Ainda assim, esses enredos estavam imersos em disputas políticas e as denúncias da formação dessas redes eram trazidas à tona com constância no noticiário político. Mas, para além dessas publicações que buscavam pautar a opinião pública contra o governo, eventualmente os debates parlamentares expunham essas práticas, dando visibilidade a um tipo de moral que naturalizava essas relações.

O deputado liberal José Maria de Albuquerque Mello, que foi advogado de Nicolau e Rosendo no processo narrado páginas atrás, teve uma série de discursos bastante reveladores sobre a natureza dessas relações publicados nos anexos dos Anais da Assembleia Provincial. Ressalto que seus discursos estavam nos anexos porque, ainda que os tenha proclamado abertamente no púlpito do parlamento, talvez não os quisesse ver impressos, pois essa parte específica do tomo era a única que vinha a público sem ser revisada pelos parlamentares.¹⁰⁷

Em certa ocasião José Maria discursou sobre um caso em que três indivíduos foram presos em flagrante delito pela polícia por estarem violentando uma mulher. O pai de um dos presos era amigo do deputado e lhe contou que ao visitar seu filho na Casa de Detenção fora orientado pelo administrador a procurar o chefe de polícia para tentar “entender-se” com este. O chefe de polícia, no entanto, estava dormindo e ele foi então à casa do Sr. João Vieira de Araújo para lhe “pedir proteção” e a “intervenção” do magistrado no caso.¹⁰⁸ No entanto, o cartão de recomendação do célebre catedrático de nada lhe valera, o caso é “muito grave”, dissera o chefe de polícia, que não declinou e confirmou que o processo judicial seria aberto normalmente. Um tanto desolado, o pai do criminoso foi procurar José Maria para que este prestasse seus serviços jurídicos. Porém o deputado não precisou gastar seu latim na formulação de argumentos de defesa, ele conseguiu ajudar seu amigo com um simples conselho:

Conhecedor das coisas dessa terra disse-lhe que ele estava perdendo o tempo, que o meio eficaz era corromper a polícia; que fosse oferecer dinheiro que obteria tudo. Ouvindo estas palavras, e acreditando, porque sabe que eu não minto, o homem saiu com o intuito de tentar o suborno. Não se leve a mal seu procedimento, porque ele é pai, e um pai extremoso é capaz de todos os

¹⁰⁷ Há uma possibilidade nada dispensável de que a publicação desses discursos em anexos “não revisados pelo orador” tivessem o interesse de prejudicar José Maria. Na época, o taquígrafo da Assembleia era Alfredo Falcão, republicano histórico e irmão de Aníbal Falcão, que, naquele momento, estava no Rio de Janeiro em campanha com a nata dos republicanos contra o Gabinete liberal de Ouro Preto. Para Alfredo Falcão enquanto taquígrafo, ver: “Taquígrafo”. Diário de Pernambuco, 2 de setembro de 1888. Ele exerceu o cargo até pelo menos meados de 1891.

¹⁰⁸ João Vieira de Araújo era professor da Faculdade de Direito do Recife e um dos mais renomados criminalistas da época. Teve certa atividade política baseado nas hostes do partido conservador.

sacrifícios por seu filho. Além disto quem é que podendo pela corrupção conseguir o seu fim, não lançará mão desta arma? Mais tarde voltou, contente e satisfeito dizendo que conseguira tudo.¹⁰⁹

“Uma miséria, uma ridicularia”, foi o que, segundo José Maria, pagou-se ao delegado para pôr em liberdade o filho criminoso. Como desfecho do discurso, o liberal ainda assinalou que “se, por ventura, qualquer dos nobres deputados encontrar na sua vida qualquer dificuldade dependendo da polícia pode mandar me procurar, porque [...] eu servirei”, e repetiu enfático diversas vezes frases como: “obtenho da polícia tudo quanto quero”, “eu mando [...] e a polícia obedece”, “o meu negócio é com a polícia, ali mando eu”.¹¹⁰

O suborno era apenas uma das táticas que José Maria aconselhava. Bom conhecedor das dinâmicas daquela corporação, como ele mesmo se orgulhava de dizer, seus discursos fornecem um conjunto de táticas diferentes para lidar com a polícia em situações diversas. Algumas não primavam pela sutileza, como, por exemplo, em caso de abuso da violência policial, quando o deputado sugeria que matar o agente autoritário figurava como a melhor solução. A questão foi levantada a partir da discussão de um caso de um subdelegado que prendeu arbitrariamente um indivíduo sem provas. Tratava-se de um subdelegado que, segundo o deputado, “no domínio liberal andava aqui na Assembleia dizendo-se muito liberal [...] pedindo favores, mas mudando-se as coisas ficou logo muito conservador e muito valente”. Aparentemente não era a primeira vez que essa autoridade era denunciada por abusos do tipo e para não sofrer as hostilidades do agente da lei, o deputado aconselhava o simples revide, pois “incomodado fica aquele que apanha, porque tomam-lhe o fôlego e sabe que ele não reage. Desde que souberem que o homem reage não o incomodarão”.¹¹¹

Nesses casos prevalecia a honra, códigos de conduta moral colocavam em suspenso as tipificações do código criminal: “Um homem que foi amarrado, que foi espancado, que foi vilipendiado por um subdelegado deve matá-lo para poder aparecer com a frente erguida na sociedade”. Sabendo que nem todo homem carrega consigo arrojo suficiente para puxar um gatilho, ainda assim José Maria arranjava maneira, “se não tem coragem para afrontar de frente [...] mate-o pelas costas; dê-lhe um tiro por trás

¹⁰⁹ *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1889. Apêndice, p.5. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

¹¹⁰ *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1889. Apêndice, p.6. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

¹¹¹ *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1889. Apêndice, p.10. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

de um pé de pau, mas dê-lhe o ensino”. Outros deputados respaldavam, “apoiado, é cada um armar-se e defender-se”, dizia José Mariano. Se por acaso, as pernas do autor da vingança não fossem tão ligeiras e ele não conseguisse escapar da prisão, ou pior, da morte em um contra-ataque inesperado e fulminante, ainda assim o deputado tinha um acalanto para a situação de uma possível família desamparada:

Compenetrem-se disto os cidadãos; fiquem tranquilos, não tenham receio de deixar a mulher e os filhos, que não morrerão de fome. Amanhã esse cidadão que se não desafrenta com receio de ser preso deixando a mulher ao desamparo, morre de qualquer moléstia, e sua família aí ficará e nem por isso terá de morrer, porque encontrará sempre um filho de Cristo que a auxilie na sua desgraça. Minha bolsa é magra, mas nela sempre se encontram uns níqueis para matar a fome da mulher e filhos do homem que tiver morto o aguazil policial que desrespeitou os seus direitos. Além disto comprometo-me a empregar todos os meios, todos os esforços, todos os recursos, todas as minhas energias, afim de ser ele absolvido no júri.¹¹²

O que motivava José Maria a compartilhar esses casos publicamente era provavelmente a consciência de que, mesmo ali em uma instituição parlamentar e diante de outros legisladores, haveria uma compreensão compartilhada de práticas sociais que afrontavam o espírito das leis e que poderiam ser expostas sem prejuízo à sua boa imagem enquanto autoridade. Tanto a prática do suborno quanto o assassinato de agentes policiais pareciam plenamente justificáveis no âmbito moral em situações em que os indivíduos se viam prejudicados pelas ações das forças de segurança pública, fossem elas legais ou não.

Os discursos de José Maria evidenciam a fluência de uma concepção de justiça operada não por abstrações legislativas, mas pela força de códigos de convivência social. Esse quadro de duplicidade normativa, traçado no paralelo dos desígnios pessoais de autoridades do estado e dos códigos legais, já foi discutido amplamente pela literatura antropológica no Brasil, sobre o tema, Manuela Carneiro da Cunha escreveu:

A verdadeira sociedade brasileira oitocentista é esse conjunto do escrito e do não escrito, que não se cruzam, um afirmando relações sem privilégios entre cidadãos equivalentes, outro lidando com relações particulares de dependência e de poder. Coexistem sem embaraços porque, sendo aliados, recortam para si campos de aplicação bastante distintos: aos livres pobres, essencialmente a lei; aos poderosos, seus escravos e seus clientes, o direito costumeiro.¹¹³

¹¹² *Idem*. Grifo meu com o objetivo de ressaltar a insinuação de que o deputado poderia ter capacidade de influenciar os resultados do júri, tal como foi alardeado pelas lideranças conservadoras para o caso de Nicolau e Rosendo.

¹¹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense / Editora da Universidade de São Paulo, 1986. pp. 141-142.

Do trecho acima, escrito décadas atrás em um estudo seminal, devo apenas ponderar sobre a alusão de que a lei era aplicada com essencialidade aos livres pobres. Ainda que o recorte de classe fosse relativizado pela categoria “cliente”, já há bibliografia nos dias de hoje que coloca em suspenso essa assertiva ao demonstrar casos em que pobres, não filiados a redes de clientela, negociavam a aplicação de códigos legais pessoalmente com os agentes da polícia, como soldados, subdelegados ou comissários.¹¹⁴ Os agentes policiais, que tinham pouco ou nenhum treinamento formal, eram eles próprios pertencentes às classes mais baixas e compartilhavam visões de mundo e sociabilidades com muitos dos indivíduos que deveriam policiar.¹¹⁵ Sendo mais provável que, na rotina das ruas, empregassem formas de negociação baseadas em códigos de conduta partilhados pela vivência, do que se portassem como operadores de um sistema disciplinar institucional orientado coerentemente por um projeto de dominação de classe. Ainda que muitas vezes esses dois perfis de conduta pudessem ser plenamente conciliáveis, a utilização de um recorte analítico baseado na classe dos sujeitos pode vir a anuviar uma série de significados contingenciais. Não há como afirmar com segurança se a lei seria aplicada com rigores diferentes para sujeitos que não gozavam de proteção pessoal simplesmente pela classe a que pertenciam.

No romance *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antônio de Almeida narra o cômico caso de uma senhora, cujo afilhado fora preso por insubordinação, e apelou a uma comadre que no passado havia tido um *affair* com o major responsável pela detenção de seu familiar. Ela sabia que “o major guardava na sua velhice doces

¹¹⁴ Ainda que essas obras não tragam debates relativos a como a questão de classe interferia na aplicação da lei, elas abarcam uma série de casos de negociação entre pessoas despossuídas e a polícia baseadas em outras dinâmicas sociais nas quais o fato de ser pobre e não pertencer a redes de clientela não foi uma barreira para que conseguissem burlar os rigores das leis. Veja, por exemplo: GARZONI, Leriche de Castro. *Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)*. P.158-159 (mesmo que esse estudo extrapole por alguns anos o limiar oitocentista, creio que boa parte das suas análises são compatíveis com os primeiros anos republicanos no século XIX e mesmo para a análise de certas dinâmicas imperiais); AZEVEDO, Elciene. *A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “raça paulista”*. p. 82. Ambos os artigos em: AZEVEDO, Elciene... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009. OZANAM, Israel. “Foi metido num tronco, por uma espécie de ressurreição das épocas anteriores a 13 de maio de 1888”: o “popular” dentro e fora dos mocambos do início da República. In: BORGES, RAQUEL, et. al. (org.). *Fronteiras culturais no Recife republicano*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013. BRETAS, Marcos Luiz. *Op. cit.*, p.150-151.

¹¹⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Op. cit.*, p.144. Sobre a formação dos quadros da polícia, ver também: BRETAS, Marcos Luiz. *A polícia carioca no Império*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n° 22, pp. 219-234. Em seu diário pessoal, Lima Barreto, comentando o envolvimento de agentes policiais entre os insurgentes da Revolta da Vacina, afirmava: “o governo diz, com armas na mão, que os opositores à vacina são vagabundos, gatunos e assassinos”, ele “se esquece de que o fundo de seus batalhões, de seus secretas e inspetores” seria composto “da mesma gente”. BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956. p. 47.

recordações da mocidade”, e que se utilizando disso poderia “arrancar dele tudo quanto queria”. Para tratar do caso as comadres não foram ter com a autoridade em seu local de trabalho, bateram-lhe a porta de sua casa apanhando-o em trajes noturnos de “rodaque de chita e tamancos”. Muito argumentaram, mas o major fez ouvidos moucos, dizendo-lhes que manteria o corretivo ao rapaz. Umas das senhoras que aparentemente sabia que a primeira negativa era só uma parte da negociação em andamento, continuou apelando até ser interpelada pelo major, que disse, “bem sei, mas e a lei?”, ao que ela respondeu, “ora, a lei... o que é a lei, se o Senhor major quiser?...”. O personagem que já começava a ficar balançado com os melindres da sua antiga Dulcinéia baixou de vez a guarda quando ela o puxou “para um canto da sala, e disse-lhe ao ouvido algumas palavras. O major, desanuviou o rosto, remexeu-se todo, coçou a cabeça, balançou com as pernas, mordeu os beiços”, em uma profusão de cacoetes que era o sinal esperado: o trato estava feito e o afilhado não demorou para ser posto em liberdade.¹¹⁶

Mas, voltando à análise da atuação parlamentar de José Maria e de sua propalada desobediência às leis do Império, creio que incorreria em censurável simplismo caso atribuisse essa postura exclusivamente à vontade pessoal do deputado em constituir uma rede de vantagens individuais a partir de seu cargo público. O desrespeito às leis e às instituições de segurança era uma face visível do funcionamento da política, tangenciando um amplo arco do conjunto de práticas - fossem elas em direção a interesses pessoais ou em pautas coletivas. A defesa do abolicionismo que notabilizou a figura de José Maria na memória política pernambucana expõe essa lógica.

Quando em 1887 policiais irromperam as portas de um estabelecimento no centro do Recife para capturar um grupo de escravos fugidos que estavam acoitados em uma oficina desativada, deram de cara com homens, mulheres e crianças “seminus, com as faces encovadas e com os corpos chagados”. Era uma atuação policial que, na perspectiva de um deputado conservador, estava dentro da lei, mesmo assim, o caso motivou um discurso inflamado de José Maria.¹¹⁷ Na ocasião, o liberal não só criticou severamente a atuação da polícia (como era de costume), mas também declarou ser ele próprio um acoitador de escravos (algo que já era de conhecimento público naquele estágio da luta abolicionista). Seu discurso fora incitado por uma fala de um deputado

¹¹⁶ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1967. p.229.

¹¹⁷ *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888*. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Apêndice, p.293. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

conservador que defendia que “a polícia deveria prender os acoitadores”, José Maria então lhe respondeu:

O Sr. José Maria (*com força*) – Pois o nobre deputado que é conservador, que é amigo do Sr. chefe de polícia, denuncie o humilde orador que está na tribuna, [pois este] acoitará sempre que puder todos os escravos que tiverem a lembrança de procurá-lo.

Fique sabendo o nobre deputado, a província e o país inteiro que o deputado José Maria acoitará pela maneira porque puder e quizer todo o escravo que se lembre de procurá-lo. (*Apoiados. Muito bem, muito bem*).¹¹⁸

O caso em tela evidencia que o entusiasmo de José Maria em peitar a polícia e as leis era o mesmo diante de conflitos em prol de interesses particulares ou de projetos políticos coletivos. Mas, será que era possível classificar motivações particulares ou coletivas em campos diferentes na ação política daqueles tempos? Acredito que não, ou pelo menos não *a priori*. A concessão de favores que implicava em um reconhecimento de proteção ou de beneficiamento privado dos recursos públicos em um primeiro plano, poderia *a posteriori* se desdobrar em aliança para efetivação de projetos políticos coletivos. A observação de algumas linhas distendidas das redes que deram sustentação ao movimento abolicionista pode evidenciar essa questão.

Havia no Recife daquela época um empresário de médio porte chamado Major Francisco de Paula Mafra (em alguns documentos aparece como coronel e noutros ainda como tenente), ele era um comerciante muito popular na cidade e sua trajetória pessoal é reveladora de como a iniciativa privada poderia ser prejudicada pelos conflitos da política partidária. Veterano da Guerra do Paraguai, Mafra não seguiu carreira militar, ainda que por muito tempo estivesse à frente do Clube dos Oficiais Honorários do Exército, dedicou-se desde idos da década de 1870 ao mundo dos negócios. Uma vida profissional demarcada por altos e baixos. Durante os anos de governo conservador atravessou um calvário para se estabelecer no comércio, durante os anos liberais gozou de privilégios, e, no início do regime republicano, voltou a sofrer duras penas por suas ligações políticas. Tentarei resumir essa história longa e conturbada ao máximo para não deixar escapar o fio da meada.

Em 1873 Mafra abriu um estabelecimento mortuário e de carros fúnebres, passando a ameaçar a soberania da única casa do ramo na cidade. Acontece que a outra empresa funerária pertencia a Gonçalves Agra, que era primo do chefe conservador João Alfredo Correia de Oliveira, e que tinha por advogado um deputado provincial que

¹¹⁸ *Idem*. No discurso, José Maria, afirmou ainda que dava abrigo a escravos desde 1875.

também era conservador e da família Correia. Naquele mesmo ano a Assembleia Provincial aprovou uma lei de monopólio de serviço em benefício do concorrente de Maфра e a partir de então o major passou a enfrentar árduas contendas. Primeiro que, para continuar em atividade, o novo empreendedor teve que conseguir na justiça uma concessão provisória de funcionamento, o que não impediu que os agentes da polícia passassem constantemente a interpor problemas a seus cocheiros e a interromper cerimônias fúnebres requisitando matrículas e licenças.¹¹⁹

Os policiais, a mando do chefe de polícia conservador, sequer respeitavam o descanso dos mortos. Houve um dia em que os funcionários da empresa de Maфра foram obrigados a deixar insepultos dois cadáveres porque os agentes de segurança pública se negaram a pôr visto nos atestados necessários.¹²⁰ Em outro episódio, nesse de violência com os vivos, o próprio chefe de polícia interceptou dois cocheiros em serviço, lhes pediu as respectivas matrículas e as rasgou diante dos olhos dos dois trabalhadores. A autoridade parecia obstinada em mudar a carreira profissional dos funcionários de Maфра, disse-lhes que “desta data em diante não seriam mais cocheiros”. Ambos foram presos e deixados incomunicáveis para serem alistados no recrutamento de uma cidade vizinha, um conseguiu escapar desse destino porque um capataz da polícia intercedeu em seu favor argumentando que ele “era casado e tinha família”. Ainda nessa ocasião, segundo os relatos da imprensa, o chefe de polícia ameaçou Paula Maфра “com prisão por 30 dias e multa se acaso o encontrasse na boleia de algum carro”.¹²¹ Desse dia em diante os funcionários da empresa tiveram que passar a levar em suas algibeiras não só farta documentação em relação a matrículas, licenças e registros da empresa, mas também passaram a trabalhar munidos de *habeas-corpus*. Isso não impediu que em diversas cerimônias eles se deparassem com a polícia os esperando na porta do cemitério e que continuassem a colecionar multas.¹²²

Além dos dispositivos jurídicos que Maфра constantemente buscava lançar mão para não cerrar as portas de seu negócio, ele também foi à imprensa manifestar as perseguições de que estava sendo vítima. As gazetas oposicionistas, como é de se imaginar, viram no caso uma oportunidade ímpar para atacar os conservadores no poder e se utilizaram largamente da querela. O caso passou a estampar colunas e editoriais dos

¹¹⁹ “Privilégio fúnebre”. A Província, 11 de novembro de 1873. “Privilégio fúnebre”. A Província, 7 de dezembro de 1873. “Editorial”. O Liberal, 24 de dezembro de 1873.

¹²⁰ “Cadáveres insepultos”. A Província, 5 de dezembro de 1873.

¹²¹ “Denúncia contra o Dr. Chefe de polícia”. A Província, 20 de dezembro de 1873.

¹²² “Destacamento policial”. A Província, 21 de dezembro de 1873. “Habeas corpus”. A Província, 23 de dezembro de 1873.

jornais oposicionistas e é provável que nesse período tenha se dado a aproximação de Mafra com os liberais. No dia em que o monopólio foi levado novamente ao plenário da Câmara para se debater de uma vez por todas se Paula Mafra poderia ou não continuar com sua empresa, o próprio José Mariano o acompanhou na sessão com mais “8 ou 10 pândegos”, segundo o *Diário de Pernambuco*, que viram as esperanças do major naufragarem.¹²³ Mafra foi obrigado então a mudar de ramo, e nos anos de domínio conservador esteve à frente de uma fábrica de velas e de uma loja de importação de chás indianos.¹²⁴

Com a mudança de governo e ascensão dos liberais, Paula Mafra viu abrir-se de novo o mercado, suas conexões na política foram oportunas para que ele conseguisse voltar a trabalhar no ramo funerário. Em 1881, quando já não havia mais o privilégio, o próprio escreveu na imprensa que por gratidão deveria demonstrar e “fazer pública a boa vontade que encontrei em muitos legisladores, sem a qual por certo seriam baldados todos os meus esforços e sacrifícios”.¹²⁵ Essa foi a primeira de uma série de facilidades que o major encontrou no governo liberal. Em 1884, suas carroças passaram a transportar também os vivos, pois fora autorizado a oferecer os serviços de “carros de praça, andorinhas e carros ônibus de tração animal”, ficando por estes serviços “isento do pagamento de quaisquer impostos provinciais ou municipais durante o prazo do privilégio, que não poderá exceder 20 anos”.¹²⁶

Na ocasião de sua morte, o catedrático da Faculdade de Direito, Faelante da Câmara, escreveu um longo necrológio sobre ele, a quem considerava um amigo íntimo. Dizia que seus primeiros contatos foram justamente naquele ano de 1884, durante a “memorável campanha abolicionista, quando ele, diariamente, mandava postar um carro da sua cocheira, então próspera, à porta do Joaquim Nabuco, no intuito de poupar ao árduo apóstolo dos escravos as extenuantes caminhadas do serviço eleitoral”. Essa passagem revela um traço interessante do estilo adotado por Faelante em seu texto.

¹²³ “Privilégio fúnebre”. *Diário de Pernambuco*, 23 de março de 1874.

¹²⁴ “Casa Paula Mafra”. *A Província*, 18 de maio de 1875. “Non Plus Ultra”. *A Província*, 27 de novembro de 1875.

¹²⁵ “Para esclarecer dúvidas”. *Diário de Pernambuco*, 25 de maio de 1881.

¹²⁶ “Assembleia Provincial”. *Diário de Pernambuco*, 2 de julho de 1884. Paula Mafra, no entanto, não conseguiu gozar os 20 anos de privilégio que dispunha, sua concessão foi cassada, não por acaso, durante a vigência do Gabinete João Alfredo. A partir de então, ele e seu grupo político, passaram a enfrentar perseguições sistemáticas na imprensa conservadora. Com o advento da República a situação tornou-se ainda mais crítica. O major viveu tempos obscuros durante a Revolta da Armada, quando amargou certo tempo de prisão no Forte do Brum, em Recife, e depois foi transferido para a Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em companhia de José Mariano e outras lideranças políticas da época. *Diário de Pernambuco*, 1 de maio de 1889. “Paula Mafra”. *A província*, 18 de setembro de 1904.

Diferente da maior parte dos necrológios escritos naquela época, que se destacavam por um uso excessivo de adjetivações em panegíricos hiperbólicos, ele procurou compor o perfil de Paula Mafra a partir de pequenas histórias encadeadas em parágrafos curtos. Na maior parte delas a virtude que se destacava era a generosidade do major. Na pena de Faelante, Mafra não oferecia mercês apenas aos políticos aliados, havia toda uma estrutura de assistência e apadrinhamento a pessoas que viviam em situação de penúria na cidade: “no correr dos tempos tive ocasião de vê-lo na intimidade, com a casa cheia sempre de protegidos, crianças material e moralmente abandonadas, viúvas sem arrimo, aos quais o prendiam os mais remotos laços de sangue ou amizade, que apenas serviam de pretexto delicado aos seus impulsos de comisseração”.¹²⁷

Seu nome podia ser encontrado na diretoria de diversos clubes e sociedades, como o *Club Popular*, a *Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais* e o *Clube dos Oficiais Honorários do Exército*.¹²⁸ Era bem quisto entre muitos da Faculdade de Direito, financiou publicações de professores da instituição e, segundo Faelante, muitos “rapazes de mérito intelectual receberam dele o dinheiro da matrícula no curso de direito, ainda que o tivesse de pedir emprestado!”.¹²⁹ Enfim, Francisco de Paula Mafra parecia ser um distinto operador do mercado de favores que conformava as relações naquela sociedade, sua infiltração nos mais diversos setores era notável. Além do mais, não se pode ignorar que seu próprio ofício lhe proporcionava estar presente em situações propícias para o estreitamento de vínculos pessoais. Não importa a posição social, a morte chega para todos, e, para os que ficam, o luto geralmente é um momento de reconfiguração diante da perda e de sensibilidades afloradas. Nessas ocasiões, Paula Mafra oferecia seus serviços e, porque não, uma ou outra palavra de conforto ou mesmo

¹²⁷ “Paula Mafra”. A província, 18 de setembro de 1904. A residência de José Mariano era descrita de maneira muito semelhante por um memorialista do Recife: “A casa de José Mariano era uma espécie de albergue. Pão, luz e subsídios, recebiam quem nela entrava [...] eram braços abertos à pobreza”. “O enamorado da vida”. *Jornal Pequeno*, 25 de junho de 1937.

¹²⁸ *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Tipografia Mercantil, 1881. p. 145. Além dessas organizações civis, Mafra também fazia parte de associações religiosas, ver: “Eleição dos devotos que hão de festejar a Nossa Senhora...”. *Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1880. Mafra aparece como doador de 8\$000 réis para as casas de caridade mantidas pelo padre Ibiapina, em: “Publicações a pedido”. *Diário de Pernambuco*, 1 de setembro de 1881. Também era vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia do Recife. “Governo da Província”. *Diário de Pernambuco*, 12 de junho de 1885.

¹²⁹ É provável que Mafra também atuasse como mecenas de grupos artísticos. Entre 1884 e 1885, ele custeou um periódico do *Club Dramático Familiar*, chamado *A Arte Dramática*. Em 1885, bancou a *Revista das Artes*, que tinha por subtítulo “Hebdomadário de propaganda instrutiva” e era escrito por intelectuais expressivos do cenário pernambucano, como Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Martins Junior, Faelante da Câmara e Pereira da Costa. O próprio Tobias Barreto, anos antes, havia ido à Assembleia Provincial discursar em defesa de Paula Mafra nos assuntos referentes ao privilégio do serviço funerário.

um favor.¹³⁰ Foi assim, por exemplo, que criou laços fraternos com Faelante da Câmara, quando ofereceu transporte para o corpo de uma filha do catedrático que morrera precocemente.¹³¹

O ponto em que quero chegar ao expor a trajetória de Paula Mafra é a exposição de uma lógica social baseada na economia do favor. O que fez de Mafra uma personalidade popular na cidade foi, em grande parte, sua habilidade em criar redes com poderosos e, ao mesmo tempo, com pessoas carentes, usando para isso o expediente da troca de favores e de proteção.¹³² Isso foi possível porque as dinâmicas políticas se guiavam por essa lógica em que a troca tinha um papel central, ela conformava as alianças coletivas e pessoais em fluxos variantes que eram ao mesmo tempo voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, mas mantinham um caráter compulsório. Conceder ou receber favores era, ao mesmo tempo, um marcador de diferenciação social e uma forma de operar poder.

Aqui temos um aspecto interessante do ponto de vista teórico, questões relacionadas à concessão de favores em contextos políticos dividem pesquisadores em torno de dois modelos de explicação que muitas vezes se confundem. De modo geral, temos de um lado historiadores e cientistas políticos que tendem a perceber essa lógica sob o prisma do clientelismo e, de outro, antropólogos, que depreendem essa dinâmica sob o regime da dádiva, em alusão ao arcabouço pensado por Marcel Mauss a partir de um conjunto de diferentes materiais etnográficos.¹³³ Em ambos os casos temos o voto e o apoio eleitoral compreendidos como um vetor de negociação para conquista ou acesso de bens e posições sociais. O clientelismo e a dádiva conformam esse sistema de prestação de favores a partir de regras não formalizadas, no entanto, o primeiro ocorre

¹³⁰ Em 1881, um indivíduo foi à imprensa agradecer a Paula Mafra por ter sido empregado em seu estabelecimento. Ele dizia que sua ação era movida “por gratidão, que lhe devia desde a morte de meu presado irmão” e também deixava clara a intenção de retribuir a benesse: “ofereço-lhe os meus fraquíssimos préstimos”. O sujeito em questão era José Monteiro Pessoa, que era tido como simpatizante do partido liberal e chegou a trabalhar em mesas eleitorais posteriormente. “Ao público”. Diário de Pernambuco, 20 de dezembro de 1881. Em 1884, outra pessoa também publicou um agradecimento a Mafra por este ter aberto as portas de sua casa para o velório de seu filho, dizendo ser esse “mais um ato humanitário praticado pelo mesmo senhor o qual já é bem conhecido da população”. Diário de Pernambuco, 7 de agosto de 1884.

¹³¹ “Paula Mafra”. A província, 18 de setembro de 1904.

¹³² Em estudo sobre os fundos de emancipação locais, Celso Castilho e Camília Cowling observam que “as doações [para os fundos de libertação] guardavam implicações para a política local”, além de “criar meios para reforçar os perfis públicos” dos doadores. Os historiadores citam casos em que doações “espontâneas” eram utilizadas como “forma de assegurar favores da Câmara”. CASTILHO, Celso; COWLING, Camília. “Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos de emancipação na década de 1880 no Brasil”. *Afro-Ásia*, 47, 2013. p. 27.

¹³³ MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003. Em especial, o capítulo: “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca em sociedades arcaicas”.

em relações onde as trocas de favores nunca são desinteressadas e suas finalidades sempre remetem a objetivos políticos. Conquanto o regime de dádiva é apreendido pelos antropólogos como uma dinâmica de maior amplitude, que atravessa a política conformando redes, mas que não se findam apenas, ou necessariamente, em objetivos eleitorais. A dádiva é, a uma só vez, interessada e desinteressada. Em relação a esse último esquema, a dinâmica das trocas se realiza enquanto um “fato social total”, nas palavras de Mauss, onde a atividade social (seja ela religiosa, econômica, política, ou de qualquer natureza), se desenrola enquanto um sistema de prestações e contra-prestações envolvendo todos os membros da comunidade.¹³⁴

Ao buscar interpretar a constituição das redes de clientela em Portugal do antigo regime, Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha desenvolveram um estudo histórico profundamente imbuído da teoria de Marcel Mauss. Uma proposta que põe à luz “níveis menos evidentes das ‘razões da política’, que a ilusão jurista e estatista da historiografia contemporânea do direito e das instituições tem frequentemente esquecido”.¹³⁵ Para compreender essas lógicas que passavam ao largo dos códigos normativos, o estudo evidenciou como existia uma intrincada estrutura de laços de interdependência que se efetuava sob a batuta das prestações, segundo os autores: “o ato de dar podia corresponder a um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social”.¹³⁶ Nesse ponto a tese de Hespanha e Xavier dialoga com um aspecto que Mauss desenvolveu a partir de suas análises das modalidades de trocas arcaicas: o valor dos bens negociados, não é superior ao valor das relações firmadas em torno deles.

O laço relacional que se distende nos pactos eleitorais é, nesse sentido, um movimento desenvolvido dentro da política, mas que não se limita a essa arena. Tem por pano de fundo um sistema de distribuição de recursos e de definições de identidades

¹³⁴ O debate entre as duas concepções ainda é um fértil campo em aberto para reflexão. Ver, por exemplo: KUSCHNIR, Karina. "Antropologia e política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n° 64. MARTINS, Paulo Henrique. "A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação". *Revista crítica de Ciências Sociais*, n°73, 2005. VELOSO, Giovana Rocha. *Clientelismo uma instituição política brasileira*. Brasília, dissertação de mestrado em Ciência Política, UnB, 2006. MOTA, Leonardo de Araújo e. "Dádiva e sociabilidade no Brasil". *Revista Antropológicas*, v. 13, n° 2, 2002. SABOURIN, Eric. "Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil". *RURIS*, v. 6, n°2, 2012. Nesse esteio, cabe também destacar ótimos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo de trabalho *Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)*, sediado no Museu Nacional da UFRJ. Destaco em especial o livro que de alguma maneira inspirou a paráfrase do título do presente texto: GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma etnografia da política*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006.

¹³⁵ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "As redes clientelares". in. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. p. 381.

¹³⁶ *Idem*. p. 388.

que transcendem a questão do voto ou do apoio em eleições e, portanto, quando percebidos essencialmente sob o conceito do clientelismo clássico podem deixar a míngua uma série de sentidos e interesses em torno das motivações que levavam as pessoas a se envolver com a política.¹³⁷

Acredito que muitas das pessoas que compunham as redes que davam base de sustentação a grupos partidários, e falo desde o inspetor de quarteirão nomeado por indicação de um subdelegado qualquer, até alguns dos seus quadros mais orgânicos, podiam não compartilhar da cartilha programática do partido ou sequer saber que existia uma, mas davam suas vidas por aquela coletividade genérica em dias de eleição. Estavam amalgamados pelo advento das prestações, uns por meio de favores concedidos, outros por os terem recebido em algum momento da vida. Entender as relações em jogo sob esse prisma, onde a troca de favores vinculava os indivíduos ao mundo social, pode nos ajudar a pensar uma outra série de questões sobre participação política, principalmente em torno de seus possíveis significados para os contemporâneos.

Os interesses em jogo

Os três personagens centrais desse capítulo não foram escolhidos aleatoriamente, eles estavam conectados por uma rede de atuação política vinculada à ala abolicionista do partido liberal. José Maria, Paula Mafra e Nicolau Duarte, ocupavam lugares sociais distintos, mas compunham uma micro-linhagem dentro dessa rede, executando papéis diferentes, mas complementares. Durante a segunda metade da década de 1880 e o período de instalação do novo regime, quando as disputas entre os grupos políticos se acirraram em Pernambuco em torno de grandes temas como a abolição e o republicanismo, Paula Mafra foi acusado pela oposição em diversas ocasiões como sendo a figura que dava suporte às ações do grupo de José Maria e José Mariano.

Ele não apenas emprestava suas carruagens a políticos em campanha como vimos páginas atrás, mas também promovia as figuras do partido liberal entre seus

¹³⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, “o conceito de clientelismo [...] de modo geral indica um tipo de ação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma do voto”. CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In. *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998. p.134.

aliados organizando grandes festas e recepções,¹³⁸ e em determinados momentos foi apontado por opositores como o responsável pela arregimentação de capangas. A emboscada montada para os juizes de paz narrada no início desse texto, fora, por exemplo, executada em diligências da empresa de Mafra. Mais tarde, em 1890, foi acusado de contratar “por valores entre três e cinco mil réis por cabeça e com passagem de trem paga, uma grande quantidade de pessoas dos arrabaldes do Recife e de localidades mal reputadas para, de facas na cintura” apoiarem José Mariano em um comício.¹³⁹ Em 1892, reuniu uma “multidão desordeira” e encabeçou um “ajuntamento popular sedicioso” contra a Junta Governativa que estava à frente do governo do estado.¹⁴⁰

Como se sabe, um dos executores da emboscada para os juizes de paz foi Nicolau Duarte, chamado por José Mariano de “o liberto da minha casa”, ele era também funcionário de Paula Mafra. Afora o episódio dos crimes da eleição de 1884, quando foi o principal acusado de ter matado os fiscais conservadores, sua presença era registrada a serviço dos liberais a cada pleito, fosse votando ilegalmente ou acompanhando políticos.¹⁴¹ Em 1889, quando José Maria disputou eleição em uma cidade do interior, lá estavam os “dois heróis Nicolau e Rosendo” lhe flanqueando dentro da Igreja, segundo seu adversário político, escoltados por “mais 10 impávidos auxiliares da liberdade de voto, ostentadamente armados, e prontos para todo o serviço”.¹⁴² Dois anos antes, Nicolau e Rosendo já haviam o acompanhado em outra incursão eleitoral pelo interior da província, prática denunciada pela oposição que os apontavam como “capangas armados”, mas que era colocada em panos quentes por José Maria, que afirmava, na Câmara, que eles só o acompanhavam por dedicação a causa política:

S. Exc. julgou que me faria, dizendo que naturalmente me acompanhariam Nicolau e Rosendo. Não me ofende, não, Sr. conto que me acompanharam e saiba o nobre deputado que são dois homens do povo é verdade, mas são dois homens trabalhadores, que vivem do suor de seu rosto, são dois homens

¹³⁸ “Câmara Municipal”. Diário de Pernambuco, 18 de junho de 1885.

¹³⁹ OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, dissertação de mestrado, UFPE, 2013. p.57.

¹⁴⁰ *Idem*. pp. 86 – 87. Os trechos aspeados foram encontrados pelo autor em documentação primária.

¹⁴¹ Nas duas eleições de 1886, tanto Nicolau como Rosendo foram apontados como “fraudulentamente alistados [...] por parte de José Mariano” nas listas do Poço da Panela. Em certa ocasião, se denunciou que eles estavam alistados, já há alguns anos, ilegalmente: “há eleitores analfabetos alistados de 1883 em diante, Nicolau e Rosendo, figuram neste número!”. “As urnas do 2º distrito”. Diário de Pernambuco, 26 de fevereiro de 1886. “Assembleia geral: parecer da 1ª comissão de inquérito sobre a eleição do 2º distrito de Pernambuco”. Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1886.

¹⁴² “6º distrito”. Diário de Pernambuco, 7 de setembro de 1889.

dedicados, que tem crenças firmes [é interrompido] merecem, digo ao nobre deputado, essas atenções, porque se me acompanharem o farão não por ganâncias, não por dinheiro que não o tenho pra dar, mas por dedicação e amor a causa que eles abraçam, e que é a mesma causa que eu abraço, sucedendo talvez que esses que acompanham o nobre deputado, não o façam tão desinteressadamente como eles.¹⁴³

Fosse no interior ou em Recife, as duas figuras de “legendário nome”, segundo um articulista do *Diário de Pernambuco*, trafegavam tranquilamente inclusive em meio a manifestações políticas. Isso lhe parecia um completo absurdo, visto que o chefe de polícia deveria se empenhar na “captura de Nicolau, contra quem há mandado de prisão”, no entanto, dizia: “sob o paternal governo liberal [...] ele e outros pronunciados passeiam impunes por essa cidade”, Nicolau “continua a andar muito descansado, não fugindo mesmo dos ajuntamentos populares, o que quer dizer que se sente bem fortalecido pela proteção que dispõe”.¹⁴⁴

A percepção de que Nicolau era protegido é interessante para entender as prováveis motivações que o levavam a se envolver com os negócios políticos. Ainda que a ideia de que ele andava tranquilamente pelas ruas tenha sido colocada por um oposicionista com o interesse justamente de lhe privar essa liberdade, não podemos desconsiderar que em diversos momentos a documentação nos mostra Nicolau sendo auxiliado por autoridades legislativas, judiciárias e policiais, para escapar dos rigores da lei.

Pode-se pesar, por exemplo, no contexto de uma sociedade que vivia o que Sidney Chalhoub denominou de “precariedade estrutural da liberdade”, um conceito baseado na vigência institucionalizada de práticas que debilitavam a experiência de liberdade de pessoas negras. Uma questão que o historiador aponta, era a grande regularidade com que pessoas eram mandadas para a prisão, “sob a dupla suspeição de que fossem escravas e de que estivessem fugidas”, prática que atingia objetivamente indivíduos que tivessem a pele escura, tal como Nicolau. Nesse sentido, essas redes de proteção lhe fossem necessárias como um ato de afirmação de liberdade.¹⁴⁵

Homem de cor, liberto e com o rosto talhado por cicatrizes (uma grande na testa e outra no nariz), Nicolau carregava em sua história e em seu corpo signos de vulnerabilidade social evidentes, mas que podiam ser resignificadas, ou pelo menos

¹⁴³ “Assembleia provincial: Discursos do Sr. deputado José Maria, nas sessões de 1886 – sessão de 17 de julho”. *Diário de Pernambuco*, 8 de janeiro de 1887.

¹⁴⁴ “Impunidade”. *Diário de Pernambuco*, 21 de setembro de 1889.

¹⁴⁵ CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, n° 19, segundo semestre de 2010. p. 52.

mitigadas, pelo universo de relações que circundavam sua figura.¹⁴⁶ Ainda que se possa contrapor que os índices de escravização ilegal e de prisão por suspeição diminuíssem com a proximidade da abolição, devo pesar que esses dados estatísticos provavelmente não faziam tranquilizar os homens negros da época, visto que até as vésperas do 13 de maio casos do tipo eram denunciados em Pernambuco. Em 1887, o próprio José Maria, enquanto deputado provincial, fez um discurso eloquente sobre o caso de quatro homens perseguidos pela polícia que supôs serem eles escravos. Ao tentar prendê-los, os homens acoissados esboçaram resistência e um deles acabou assassinado com uma facada no ventre dada pelo agente policial. Uma pessoa foi morta e outras três profundamente constrangidas e violentadas “pela razão única de desconfiarem que eles eram escravos, e a razão que tinham para essa desconfiança, era serem esses indivíduos de cor”, concluía o deputado.¹⁴⁷

Para além da proteção em relação a atentados do tipo, acredito que o estabelecimento da respeitabilidade diante dos outros homens também perpassava uma moral profundamente arraigada no uso legítimo da força. José Maria, em discurso sobre a polícia páginas atrás, evidenciava a questão de como a dignidade social se impunha pelo domínio da violência justificada, fosse ela em defesa de si ou se impondo contra outros em salvaguarda de seus interesses. Ter seu corpo, e as vezes seu nome, violado era um achaque que implicava revide no sentido de evitar que os valores de masculinidade e de honradez do ofendido fossem colocados em questão publicamente. As redes de proteção poderiam ser extremamente oportunas para o estabelecimento da segurança própria e do uso da violência em casos do tipo. Essa dinâmica de interação era fundamental para resguardar a autonomia individual dos sujeitos daquela época. A inviolabilidade do corpo e da honra de Nicolau, um homem saído do universo de subjugação do cativo, era salvaguardada pela estrutura relacional em torno de si, pois, como vimos, em algumas ocasiões em que ele entrou em conflito direto com outros sujeitos, autoridades policiais e jurídicas saíram em sua defesa para livrá-lo da prisão.

Estar metido em política poderia ser uma maneira de abrir possibilidades para toda uma sorte de vivências alternativas às hierarquias sociais, aos ordenamentos jurídicos e ao disciplinamento do trabalho. Foi com essas tintas que Lima Barreto criou

¹⁴⁶ Sobre as cicatrizes, Israel Ozanam as encontrou registradas no *Livro de Entrada e Saída de Presos*. Casa de Detenção, Cidade do Recife. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891), p.87. Ver, OZANAM, Israel. *Op. cit.* 2013, p.128.

¹⁴⁷ *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887*. Recife, Tipografia de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1887. p. 163.

seu personagem Lucrécio Barba de Bode, um “mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas que há muito que não exercia o ofício”.¹⁴⁸ A sua aparição como personagem em *Numa e Ninfa* se dá como capanga, sobre seu passado de carpinteiro só se sabe que abandonou quando um conhecido certo dia lhe disse que aquilo de trabalhar “que nem um mouro” não tinha futuro, introduzindo-o no mundo da política.

Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Totonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar a soltura de conhecidos, pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a niilidade do bom comportamento. Todo o seu sistema de ideias e noções sobre a vida e a sociedade modificou-se, se não se inverteu. Começou a desprezar a vida dos outros e a sua também. Vida não se fez para negócio... Meteu-se numa questão de jogo com um rival temido, mato-o e foi sagrado valente. Foi a júri, e, absolvido, por isto ou por aquilo, o Totonho fez constar que o fora por empenho do Dr. Campelo. Daí em diante se julgou cercado em um halo de impunidade e encheu-se de processos.¹⁴⁹

Tal como os capangas que a imprensa noticiava no fim do século XIX, Lucrécio estava sempre ocupado batendo em opositores, disparando seu revólver, organizando manifestações, negociando cargos e tudo mais que naqueles tempos era próprio da prática eleitoral e da vida política. No entanto, na trama, esse personagem ficcional é abordado de maneira diferente daqueles representados nas gazetas impressas, ele tem profundida psicológica.

No livro de 1915, encontra-se esse sujeito em sua dimensão destemida, mas, também há o valente em seu âmbito privado, morando em um abrigo singelo (dois cômodos para seis pessoas, tendo a mobília simplesmente descrita como a “mais reduzida possível”) e afundado em incertezas. Na própria descrição do bairro em que Lucrécio morava, Lima Barreto parece tencionar uma metáfora de seus viventes, “aquelas ruas pobres, com aquelas linhas de rótulas discretas em casas tão frágeis, dando a impressão de que vão desmoronar-se, mas, de tal modo umas se apoiam nas outras, que duram anos”. Lhe afligia o futuro do filho, e na desordem de sua vida pegava-se pensando, “que vai ser dele?”, com “o ceticismo desesperado dos imprevidentes”, respondia a si, “há de ser, como os outros, como eu e muita gente. É sina!”. Era uma vida errante, eventualmente pensava em voltar ao ofício, “mas, estava desabitado e sempre tinha a esperança de um emprego”, não deixava de fazer fé em loterias e jogava no bicho, parecia sempre contar com a sorte ou o acaso, provavelmente

¹⁴⁸ BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961. p.59. Publicado pela primeira vez em 1915.

¹⁴⁹ *Idem*.

nisso fiava também suas esperanças de conseguir um emprego pela política, “tudo isso vai mudar. O ‘homem’ vem...”, dizia devaneando a possibilidade de seu candidato vencer eleições.

Com o tempo educou-se na política, “ficou sabendo muito da difícil arte de governar os povos e [...] já compreendia certas manobras da alta estratégia dos deputados”. A experiência ensina, não se deve desprezar o potencial politizador que conformavam as redes de clientela. Lima Barreto escrevia que Lucrécio “não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares”, para além desse tipo de atuação, eventualmente fazia as vezes de articulador. Já nas partes finais do livro ele é situado como um operador da política com alguma fama pela cidade, procurado em sua casa por um engenheiro que lhe fora pedir para que intercedesse em uma progressão na sua carreira, Lucrécio mostra com um fino humor que sabia mais das coisas públicas do que o experiente diplomado:

-Venho aqui, senhor Lucrécio, pedir-lhe um favor.
 -No que for possível, Doutor!
 -Estou há muito tempo como engenheiro do governo de Palmeiras... Não sou moço, tenho filhos e não há meios de ser promovido.
 -De que partido é o senhor?
 -Não tenho partido.
 -É por isso.¹⁵⁰

É provável que Nicolau também levasse essa vida incerta, ordenando suas despesas à sorte do fluxo de favores movidos pela política, provavelmente às margens do trabalho disciplinado e da organização de soldos regulares. Como afirmei antes, ele ocupava uma zona cinzenta do universo do trabalho, liberto, era tratado como um funcionário (ou seria cliente?) da casa de José Mariano e ao mesmo tempo era cocheiro da empresa de Paula Mafra, lembrando que naqueles tempos até a concessão de emprego poderia configurar um favor.¹⁵¹ Manoel Rosendo, por exemplo, beneficiou-se de cargos no funcionalismo. Em alguns momentos atuou na força pública, mas também trabalhou na estação da estrada de ferro de uma cidade próxima à capital, provavelmente por indicação do chefe liberal José Mariano. Nesse último cargo, foi denunciado por pessoas da localidade como autor “das maiores insolências, desordens, anarquias e tentativas de mortes”, tudo com a anuência da polícia, segundo o relato, que

¹⁵⁰ *Idem.* p.247.

¹⁵¹ Sobre concessão de emprego enquanto favor, ver nota 130.

dizia que o subdelegado da localidade era “de pouca energia e excessivamente político”.¹⁵²

Enfim, a trajetória dos três personagens coloca em evidência que os sentidos sociais da política, quando observados de perto, a partir dos interesses individuais, se relacionam objetivamente a uma dimensão estreitamente prática da vida social, como um meio de ascensão social ou de acesso a direitos e bens. No entanto, isso não impedia que contingencialmente, essas mesmas práticas e relações de beneficiamento individual pudessem servir aos propósitos de mudança social, como aqueles arvorados por Joaquim Nabuco que foram expostos no capítulo anterior. Por esse ângulo, parece não haver contradição entre interesse particular e coletivo. José Maria precisava de suporte estrutural e de gente para executar artimanhas cabalísticas, afinal, era assim que se ganhava uma eleição; Mafra precisava de apoio político para receber concessões e fazer florescer seu negócio, de outra maneira iria penar em um mercado de trabalho dominado por influências políticas; Nicolau gozava proteção para vivenciar uma experiência de liberdade mais ampla e autônoma, driblando as adversidades da estrutura de classe e raça que tendiam a lhe inferiorizar enquanto sujeito. Ao mesmo tempo, todos eles trabalharam em um projeto político comum, estavam alinhados com o partido liberal e lutaram pelo abolicionismo, cada qual em um segmento de atuação diferente.

Para além de Joaquim Nabuco, muitos outros analistas insistiram na existência dessa divisão na análise da participação política dos brasileiros, indicando que o voto se

¹⁵² “Oh!!!”. *Jornal do Recife*, 27 de novembro de 1890. “Chã de Carpina: Apontamentos dos casos horrorosos praticados nessa localidade”. *Diário de Pernambuco*, 17 de outubro de 1889. Baseio minha hipótese de que o emprego fora oferecido a Rosendo por José Mariano, pois o irmão deste político ocupava um cargo de importância na mesma linha da estrada de ferro em que Rosendo estava empregado na época. Robério Souza mostra que na Bahia havia grande recorrência de “desertores, contraventores fugitivos, acusados de crime” nas estradas de ferro, principalmente na construção de suas linhas. SOUZA, Robério. *“Se eles são livres ou escravos”: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1963*. Campinas, Tese de doutorado em História Unicamp, 2013. p.73. Em Pernambuco, o trabalho nas estradas de ferro também se destacava por ser um abrigo de foras da lei, esses lugares eram conhecidos pela recorrente afluência de sinecuras e de crimes (e criminosos) relacionados à política. Em um depoimento publicado em 1890, um funcionário de baixo escalão da estrada de ferro de Caruaru, o despachante Félix Bahia, relatou as opressões que sofria em seu emprego por não ser aliado de José Mariano, disse que “quase toda pessoa empregada na estrada de ferro foi colocada pela influência de José Mariano”, fala inclusive que alguns empregos foram criados apenas com finalidade política, sobre um cargo dizia que “só foi criado em Caruaru para se bem colocar um cabo eleitoral, que pelas suas cabalas é por demais conhecido nos anais de eleições”. “Ao Exm. Sr. Dr. Governador do Estado e ao público geral”. *Diário de Pernambuco*, 4 de maio de 1890. No entanto, não só eram liberais, nem muito menos trabalhadores pobres que eram beneficiados por esse tipo de arranjo político. Na situação conservadora, João Alfredo empregou um genro como engenheiro das obras do prolongamento da estrada de ferro de São Francisco. Obra chamada de “rendosa sinecura” e “elemento de conquista das urnas”, foi onde o engenheiro se envolveu em conflitos, destratando e dando bengaladas em outros funcionários. Talvez agisse como Rosendo, de quem dizia-se que sua proteção política lhe permitia esses excessos com a tranquilidade de que seria mantido no ofício. “Anarquia”. *Jornal do Recife*, 23 de fevereiro de 1888.

relacionava antes a impulsos despolitizados que obedeciam a interesses individuais, do que a projetos coletivos. Sílvio Romero, por exemplo, afirmava em 1906 que "não é de estranhar que a política preocupe muito os brasileiros, mas é a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores",¹⁵³ assim como Gilberto Amado, em 1931:

Que adianta que o eleitor “conheça” o candidato em que vota, o aprecie, o admire mesmo, já lhe tenha ouvido discursos, lido artigos, admirado sua administração em qualquer cargo público, se esse voto é apenas uma espécie de presente, um cesto de laranjas, um cacho de bananas, um peru ao “compadre” da vila no domingo ou dia de feira, sem que haja nele, nesse voto, nenhum sentido político, nenhuma direção ou intenção ideal, nenhuma significação enfim que se relacione, de longe ao menos, com qualquer coisa que seja o bem da pátria, o interesse nacional, certas ideias, certos problemas, certos pontos de vista, diferentes de outras ideias, de outros problemas, de outros pontos de vista, que devem existir, e que é útil que existam entre os homens encarregados de representar o país?¹⁵⁴

Esse tipo de análise, que se baseava em uma concepção idealizada de prática política, sem correspondência aparente com a realidade brasileira, foi repetida quase que mecanicamente por analistas em tempos imperiais e republicanos, tornando-se um truísmo que acabou por esvaziar de sentido político a participação eleitoral. Por outro lado, ao colocar em exame as experiências dos indivíduos que vivenciavam esse universo, o que se observa é que as tramas eleitorais da época eram operadas por lógicas próprias e extensivas. E o que estava em jogo muitas vezes era o poder de autorizar ou desautorizar a ação de um agente, uma coletividade ou uma prática em torno do que poderia ser considerado “político” ou “apolítico”, ou mesmo sob a classificação de termos legitimadores relacionados a esse universo, como apresentei no primeiro capítulo as disputas em torno da noção de “povo político”. Foi em volta dessa espécie de disputa narrativa que foram criadas as caricaturas coletivas de um eleitorado amorfo e sem autonomia, fundamentando a exclusão política de camadas marginalizadas da sociedade e justificando projetos antidemocráticos, procedimento amplamente visitado no início da república, como veremos no próximo capítulo.

¹⁵³ ROMERO, Sílvio. *As zonas sociais e a situação do povo*. In.: *O Brasil Social e outros estudos sociológicos*. Brasília, Senado Federal, 2001. p. 59.

¹⁵⁴ AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Brasília, Senado Federal, 1999. p. 132.

Capítulo III

A disputa pelo apoio popular nos primeiros anos republicanos em Recife

O Teatro Santa Isabel encontrava-se agitado em uma tarde quente daquele verão de 1889, "cerca de três mil pessoas aglomeravam-se nos corredores, nos camarotes e na plateia".¹⁵⁵ Não era a apresentação de alguma companhia lírica europeia que atraía o expressivo público, mas sim uma reunião do partido liberal "convocada para a eleição do Diretório Provincial". A numerosa audiência em um evento interno de um partido era a expressão de sucesso das estratégias de popularização da política desenvolvidas por Joaquim Nabuco, José Mariano e a ala abolicionista dos liberais ao longo daquela década de 1880.

Há um consenso na historiografia sobre o fato de o movimento abolicionista ter estabelecido novos parâmetros na forma como a política era feita.¹⁵⁶ Com a implantação de um amplo repertório de mobilização, o movimento foi responsável pela expansão do espaço público de debate, atraindo setores sociais antes marginalizados da esfera de participação política. Era com esse cenário que os agentes políticos tinham que lidar nos anos iniciais da República. Em Pernambuco, a disputa pelo poder em 1889 encontrava-se profundamente polarizada, os dois projetos políticos em disputa divergiam objetivamente sobre a questão da participação política. De um lado havia um grupo liderado por José Mariano, que buscava então dar continuidade a um projeto democrático de participação, estando a frente de eventos como o citado acima, ocorrido

¹⁵⁵ "A reunião liberal". *Jornal do Recife*, 26 de fevereiro de 1889.

¹⁵⁶ Algumas interpretações, como a dos historiadores Sandra Lauderdale Graham e Jeffrey D. Needell, apontam, para o Motim do Vintém, ocorrido no Rio de Janeiro em 1880, como o estopim de uma nova cultura política que desabrocharia naquela década pelos centros urbanos do país. O movimento abolicionista veio a sistematizar os métodos de mobilização empregados naquele motim em uma estratégia eleitoral centrada no apelo às classes populares, principalmente a partir de comícios, passeatas, e da cobertura militante da imprensa. Ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. "O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 10, n° 20, ago. 1991. NEEDELL, Jeffrey D. "O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n° 65, 2013.

no Teatro Santa Isabel.¹⁵⁷ De outro, com Martins Junior à frente, os republicanos históricos estavam organizados em torno de um manifesto escrito em 1888, e perseguiram a implantação de um novo regime político estruturado nos moldes de uma ditadura republicana centralizada.¹⁵⁸

Esse último grupo, ganhou certa força ao firmar alianças com ex-senhores de escravos insatisfeitos com a abolição, o que adensou ainda mais as divergências políticas e ideológicas entre os republicanos históricos e os liberais abolicionistas. Nesse panorama os debates sobre a natureza da participação política e quem, por direito, deveria tomar parte nela, acabaram por se enredar de vez em meio as discussões sobre cidadania e a nova ordem social no pós-abolição. Tais aspectos serão analisados na primeira parte do capítulo.

São debates que ocorreram em um momento de incertezas e rearranjos encetados pelo novo regime, nesse contexto, mesmo os republicanos históricos tiveram que lidar com o momento de popularização vivido na cidade. À procura de novas formas de tecer relações com certa diversidade de grupos e interesses sociais, acabaram encontrando na fundação de diversos clubes republicanos, uma forma organizando de difusão de seus ideais. A existência dessas agremiações evidenciava a capilaridade da vida política e a continuação de um projeto de popularização da política República adentro. Esse processo, que se amparava em um universo de participação que se distinguia por sua considerável diversidade de agentes e estratégias, será analisado na última parte do capítulo.

"Bendito povo de ignorantes e de perversos..."¹⁵⁹

Em um folheto publicado dois meses antes da proclamação da república, um de seus propagandistas mais incansáveis, Silva Jardim, procurava expor, as diferenças fundamentais entre monarquia e república:

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, *A Província*, 7 de agosto de 1889. "José Mariano e o libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado". Onde Mariano elaborava sua conduta em "servir a causa da democracia".

¹⁵⁸ Formato que revelava as inclinações positivistas de seus membros. *Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco – 1888*. In.: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (comp.). *A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973. p. 107.

¹⁵⁹ "José Mariano e o libelo difamatório do sr. Ambrósio Machado VII". *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1889. Trecho de uma frase de José Mariano em um artigo em que buscava responder às críticas que seus opositores faziam a si e a seus seguidores. A frase completa é: "Bendito povo de ignorantes e de perversos que até hoje se tem empenhado nas santas cruzadas do bem, da justiça, do direito e da liberdade!".

A Monarquia é um governo do privilégio, da vontade de um homem; a República é o governo da opinião pública, do desejo de uma nação. Na *Monarquia o povo é governado*; na República *o povo se governa*. [...] A Monarquia é um governo de uma pessoa impopular; a República é um governo de *sociedade*, popular.¹⁶⁰

A demarcação conceitual da República que viria a ser fundada naqueles tempos tinha por referente principal “o povo”, entidade abstrata cujo maior ou menor potencial de atuação variava de acordo com o modelo em tela, fosse o de república liberal, positivista ortodoxa, heterodoxa, etc. O que interessa perceber é que, no nível discursivo, o fator “povo” era uma âncora legitimadora da necessidade do novo regime, era em sua função que, em teoria, a nova organização política deveria emergir.¹⁶¹ E, quando de fato a República rebentou, o informe oficial distribuído para as províncias lhe situava entre as forças responsáveis pela “revolução nacional”, a trindade que destronou o rei foi então anunciada: “Povo, Exército e Armada Nacional”.¹⁶²

Para os republicanos pernambucanos, mesmo em seus genéricos exercícios de eloquência, onde o “povo” era evocado enquanto emblema sem substância, a alusão a um suposto apoio popular era frequentemente refutada por seus opositores. Ao contrário do grupo tradicionalmente vinculado a José Mariano e aos demais liberais abolicionistas, os republicanos não tinham expressão eleitoral relevante até 1888, com seu raio de influência praticamente limitado ao universo de jovens bacharéis. Se, após a abolição, o movimento granjeou adeptos entre ex-senhores de escravos insatisfeitos com a monarquia, mesmo assim, durante os primeiros anos do novo regime, os republicanos ainda estavam longe de despertar estima para além desses círculos reduzidos.¹⁶³

¹⁶⁰ JARDIM, Silva. *A República no Brasil: compêndio de teorias e apreciações políticas destinado à propaganda republicana*. Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1888. p.5. Coleção Sérgio Buarque de Holanda, Biblioteca Central, UNICAMP.

¹⁶¹ Sobre os diferentes modelos de governo que estavam em jogo com a proclamação da república, ver: HOLANDA, Cristina Buarque. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

¹⁶² “Proclamação do Governo”. *Jornal do Recife*, 19 de novembro de 1889. Nessa primeira declaração assinada pelo chefe do governo provisório e pelos ministros, o termo “província” ainda era utilizado, pouco tempo depois “estado” passa a ser o termo adotado. A notícia chegou pelos telégrafos ainda no dia 15, os jornais de 16 de novembro publicaram muitas das mensagens enviadas do Rio de Janeiro, em várias delas há menção ao “povo” de maneira semelhante à citada acima. A trindade a que se atribui a derrubada do regime, tornou-se um emblema da fundação republicana, poucos dias depois podia-se ler no jornal um “hino escolar” intitulado “Quinze de Novembro”, cujo estribilho era: “Povo, Exército e Armada / Desta briosa Nação / Gritaram: ergamos juntos / Da República o pendão”. “Quinze de Novembro”. *Diário de Pernambuco*, 23 de novembro de 1889.

¹⁶³ Sobre a falta de expressão dos republicanos até 1889, ver: LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira (1889 -1931)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. HOFFNAGEL,

Talvez a intenção de veicular uma imagem diferente, tenha motivado o tom animado com que repercutiram uma solitária demonstração de adesão popular em dezembro de 1889, que partia justamente do Mercado de São José, o coração pulsante da cidade. Ali, "marchantes e talhadores embandeiraram seus compartimentos", flâmulas que traziam inscrições como "Viva Martins Junior", "Viva o 15 de Novembro", "Viva a República do Brasil", manifestavam a identificação de negociantes e de simples trabalhadores com a causa e seu principal líder em Pernambuco. No entanto, em pouco tempo o administrador do mercado, "prorrompendo em impropérios", ordenou a retirada das bandeiras. A censura levada a cabo "violentamente [...] e que teria tomado serias proporções senão usassem da prudência aqueles a quem diretamente se provocara", era colocada na conta de uma autoridade que resistia ao novo regime, "nesse estabelecimento parece querer-se encetar a reação à República".¹⁶⁴

Mas, o que aparentava ser uma demonstração de apoio coletiva, brotada do ânimo do pessoal do mercado e impetuosamente tolhida por uma autoridade monarquista, foi na verdade um ato de imposição de um marchante. No dia seguinte, em uma publicação solicitada, um abaixo assinado com os nomes de 30 talhadores de carne, desmentia os ares cívicos e espontâneos da notícia veiculada anteriormente sobre o fato. Segundo os talhadores, as bandeiras "se achavam em nossos compartimentos por ordem do Sr. Ludovico Gomes da Silva", e estavam expostas apenas em "meia dúzia de talhos, e não no geral". A ordem da retirada das bandeiras partiu mesmo do administrador, mas, ao declarar que ele assim procedeu "de maneira atenciosa", e que no ato da retirada "os compartimentos não fizeram a menor resistência", os talhadores davam a entender que o administrador procedia atendendo a um desejo deles próprios.¹⁶⁵

Independente da veracidade dos sentimentos republicanos do Sr. Ludovico Gomes da Silva, é certo que esse marchante deveria estar interessado em demonstrar sua adesão ao novo governo porque, como veio a expor em ofício enviado ao governador pouco tempo depois, seu contrato com o mercado havia se encerrado há um ano e ele andava encontrando dificuldades com seu negócio, dizia ele que "afilhados"

Marc Jay. "O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XLIX. Recife, 1977.

¹⁶⁴ "Mercado Público de S. José". *Diário de Pernambuco*, 10 de dezembro de 1889.

¹⁶⁵ "Protesto". *Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1889. Em outros momentos, a imprensa acusou marchantes e administradores do mercado de se utilizarem de sua posição para obrigarem talhadores a engrossar manifestações políticas em benefícios de seus interesses privados. Ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. "Negro não pode ser conservador": a política nos talhos do mercado público do Recife nas décadas finais da escravidão". *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, n.9, 2015. p. 168.

de membros da intendência se opunham a sua pessoa.¹⁶⁶ Por outro lado, não é possível afirmar que todos os talhadores que assinaram o “protesto” eram *marianistas*, mas alguns deles, como Manoel Gregório dos Santos e Claudiano André Gomes, haviam protagonizado cenas classificadas como “algazarra” e “grande desordem” nas eleições de 1886 quando, segundo relato de uma autoridade policial, davam “vivas ao Sr. Dr. José Mariano” e afirmavam que “negro não pode ser conservador”.¹⁶⁷

O episódio de 1886, que também ocorreu no pátio do mesmo mercado, se deu durante o acirramento da campanha entre abolicionistas e o partido conservador, à época chamado de partido do chicote por liberais como José Mariano. Ainda segundo a documentação policial, naquela ocasião Gregório e Claudiano estavam acompanhados de grande grupo de outros talhadores de carnes verdes, ganhadores e moleques de rua. O expediente de retalhar e vender carne nos compartimentos dos mercados públicos da cidade foi, por muito tempo, ofício desempenhado por trabalhadores escravizados e libertos. Muitos dos libertos, inclusive, se organizaram desde a década de 1870 na Sociedade de Amor e Beneficência das Carnes Verdes. Nas fontes podemos encontrar essa associação denunciando os frequentes abusos e castigos dos administradores e fiscais, bem como, dirigindo algumas petições à Assembleia Provincial, geralmente acolhidas por políticos do partido liberal.¹⁶⁸

Tal como no episódio do mercado, o anunciado apoio popular aos republicanos naquele início de República era apontado como um simulacro. Segundo o jornal dos *marianistas*, “o estigma do desprezo social” acompanhava o grupo de Martins Junior “como a sombra ao corpo”.¹⁶⁹ De certo, tanto a zombaria que os *marianistas* publicavam na imprensa em relação à impopularidade dos republicanos, quanto as manifestações que, das ruas do Recife, expressavam a empatia de variados setores da sociedade ao grupo de José Mariano, minavam a credibilidade dos republicanos e colocavam em suspeita a capacidade desse grupo para gerir o estado e estabelecer uma

¹⁶⁶ “Ao cidadão governador”. Diário de Pernambuco, 27 de março de 1890.

¹⁶⁷ Apeje, seção de documentos manuscritos, fundo SSP, 1ª delegacia da capital (1884-1886), livro nº429, fls. 115-117.

¹⁶⁸ Alguns dos diretores da *Sociedade de Amor e Beneficência das Carnes Verdes*, também assinaram o abaixo assinado da publicação de 1890. Os aspectos levantados nesse parágrafo são discutidos em: SOUZA, Felipe Azevedo e. “Negro não pode ser conservador”: a política nos talhos do mercado público do Recife nas décadas finais da escravidão. Rio de Janeiro, Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, n.9, 2015.

¹⁶⁹ “Notas leoninas”. A Província, 27 de fevereiro de 1891. Um antigo aliado de Martins Junior, o acadêmico Alfredo Falcão, suplicava-lhe “desça da altura aristocrática a que os seus novíssimos amigos o elevaram e misture-se com o povo para estudar-lhe as grandes dores silenciosas, mas, por isso mesmo, terríveis; descalce a sua bela luva de pelica...”. “As claras”. A Província, 8 de junho de 1890.

ordem social equilibrada naqueles confusos anos. A repentina quebra das rotinas institucionais e o dismantelo dos arranjos partidários depois do 15 de novembro, fez surgir um horizonte político permeado de incertezas, nessas circunstâncias a aclamação popular não só era desejável, como podia figurar como uma tábua de salvação em meio ao ambiente tormentoso.¹⁷⁰

Esse contexto levou os republicanos a atuarem em duas frentes com o objetivo de firmar laços sociais mais amplos, traçando um projeto que ambicionava erguer uma nova unidade política em suas dimensões de substância e de forma. Esse empreendimento se baseava, por um lado, em um processo inventivo de criação dos parâmetros que viriam a definir quem se enquadraria no conceito de "povo político", ou seja, a parcela da população apta a atuar politicamente em conformidade com os propalados valores republicanos. Por outro lado, em relação à forma, houve uma significativa mudança na maneira de atuação política do grupo. A propaganda do movimento, que no período monárquico se concentrava em publicações na imprensa e em reuniões fechadas, passava por uma ampliação de seu raio de alcance a partir da difusão de clubes republicanos de bairro e de alianças com líderes comunitários.

Em relação ao primeiro aspecto, tenho pouco a acrescentar à análise desenvolvida por Israel Ozanam, que ao investigar os significados sociais imputados à "capoeira" e aos "capoeiras" no Recife, percebeu que a atribuição de identidades relacionadas a esses termos tinha relação com as disputas políticas do período, com destaque para os conflitos entre republicanos históricos e *marianistas*.¹⁷¹ Para muitos dos republicanos que se alinhavam ao grupo de Martins Junior, as multidões que acompanhavam José Mariano eram apresentadas sob duas chaves de classificação coletivas: a "*claque* baixa e analfabeta"¹⁷² formada por dependentes sem autonomia, e "o povo que assassina [...] que provoca desordem",¹⁷³ entendidos como uma malta de capangas turbulentos. Se essas classificações insinuavam posturas diferentes de se relacionar com a política, tinham em comum o objetivo de remeter a impulsos pré-políticos de participação, motivados por interesses pecuniários ou por mera

¹⁷⁰ Sobre a popularidade ser um fator determinante para grupos políticos, e de que maneira esses disputavam a proeminência da simpatia popular, há uma série de artigos na imprensa, ver, por exemplo: "A última prova IV". Diário de Pernambuco, 1º de janeiro de 1890. "A república e os partidos". Jornal do Recife, 22 de janeiro de 1890. "Os grandes melhoramentos". Diário de Pernambuco, 23 de fevereiro de 1890. "No vácuo". Jornal do Recife, 15 de julho de 1891.

¹⁷¹ OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2015.

¹⁷² "Ontem e hoje". Diário de Pernambuco, 9 de agosto de 1889.

¹⁷³ OZANAM, Israel. *Op. Cit.*, p. 56.

incapacidade de transigir de acordo com uma racionalidade considerada adequada para a participação política.

Essas classificações nada tinham de originais, foram evocadas exaustivamente nos debates sobre direitos políticos ao longo do século XIX para demarcar quais indivíduos e práticas deveriam ficar à margem da arena política.¹⁷⁴ O que se pode indicar de novo, é que, como demonstra Ozanam, nesse período elas ganharam um teor racial explícito e sistemático, se dirigindo especificamente à parcela negra e pobre da população. O afã por criminalizar e marginalizar a atuação política dessas pessoas, levou parte da imprensa republicana a se dirigir aos *marianistas* enquanto "guarda negra", uma alusão ao grupo que atuava no Rio de Janeiro e que era compreendido pelos republicanos como uma "agremiação secreta de homens de cor" que atuava "fora da legalidade" e tinha por objetivo "a divisão das raças e a guerra civil".¹⁷⁵

Nas páginas das memórias de Silva Jardim sobre a campanha republicana, de onde tirei essa definição de "guarda negra", também são narrados os episódios que levaram ao aprofundamento definitivo do acirramento entre os *marianistas* e os republicanos históricos. No relato da intensa e atribulada jornada itinerante do propagandista pelo país, há uma narrativa recheada de fugas e conflitos em que Silva Jardim é antagonizado por pessoas negras. Em muitas passagens do livro, o negro é o outro do republicanismo, um empecilho à sua campanha; os "trezentos libertos" que buscavam impedir sua conferência em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais, os "representantes da raça preta" que atacaram seu discurso no Rio de Janeiro, a recepção em Salvador a "cacetadas e pedradas" distribuídas por "um grupo de mais de cem capadócios, homens de cor".¹⁷⁶ A agência política daqueles que o enfrentavam se desvanecia em impulsos irracionais, "eles são irresponsáveis, o ódio os cega, a

¹⁷⁴ Sobre uso desses termos para classificar os que deveriam ser excluídos dos direitos eleitorais, ver, por exemplo: LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília, Gráfica do Senado Federal, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vol. No 18, 1979. BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral*. Recife, Typographia Universal, 1862. APEJE – Folhetos Raros.

¹⁷⁵ JARDIM, Silva. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891. pp. 227-228. Coleção Sérgio Buarque de Holanda, Biblioteca Central, UNICAMP. Sobre a guarda negra no Rio de Janeiro, ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro, Access, 1999.

¹⁷⁶ *Idem*. pp. 293 / 232 / 360. Para uma análise detalhada da passagem por Salvador, ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Op. cit.* Capítulo 3: "Divergências políticas, diferenças raciais: Rui Barbosa e Guarda Negra".

ignorância os ilude, a simpleza os corrompe",¹⁷⁷ de certo modo, é também esse o tom das memórias de sua passagem por Pernambuco.

Em verdade, os primeiros dias de Silva Jardim na capital pernambucana foram mais tranquilos se colocados em comparação ao que havia se passado em Salvador, ainda assim, sua estada esteve a todo tempo sob uma atmosfera de tensão. Mesmo na casa de um membro do partido republicano local, "à mesa de chá" e em "conversação descuidada", todos permaneciam armados.¹⁷⁸ Essa casa, onde estava hospedado, foi apedrejada e teve os vidros das janelas quebrados, episódio que somado a alguns apartes de homens que chegaram a "tirar do bolso seus revólveres" em meio a sua conferência em um teatro, e as cartas com ameaças de morte a Silva Jardim e a Martins Junior, evidenciavam que a situação estava longe de ser considerada calma. Fatos que influenciaram os administradores de teatros do estado a negarem seus palcos para outras conferências. Mas, mesmo diante dessas circunstâncias os republicanos anunciaram um grande *meeting* em praça pública, um evento que nunca chegou a acontecer.

Na tarde do dia 22 de julho de 1889, quando devia ocorrer o grande comício republicano, o largo da Matriz de Santo Antônio já estava tomado por "gente toda pertencente a classe ínfima da população, que, brandindo grossos cacetes e empunhando facas, ameaçou perturbar a tranquilidade pública, produzindo mesmo certo pânico na cidade e muitos fechamentos de casas comerciais".¹⁷⁹ Esses manifestantes acompanhavam José Mariano que, à frente da banda do 14º batalhão, puxava as "Vivas a Monarquia" e ao Imperador, em desfile cívico que, segundo a versão liberal do fato, se prestava a solenizar a presença do Conde d'Eu que também se encontrava na capital pernambucana.¹⁸⁰

Diante da situação, o delegado do 1º distrito, o Dr. Barros Rego, se dirigiu à redação do jornal de Martins Junior, local onde os republicanos estavam concentrados, e os convenceu a declinar da reunião política. Por exigência dos republicanos, o delegado escreveu a punho uma nota em que confessava ser incapaz de manter a tranquilidade pública na ocasião. A declaração foi elevada a documento comprobatório do descalabro monarquista, uma demonstração da "facilidade inconcebível com que a autoridade capitula diante da desordem".¹⁸¹ A certidão de impotência da autoridade servia também

¹⁷⁷ *Idem*, p. 233.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 395.

¹⁷⁹ "O meeting anunciado para o dia 22". Diário de Pernambuco, 27 de julho de 1889.

¹⁸⁰ "O meeting republicano". Jornal do Recife, 23 de julho de 1889.

¹⁸¹ "Pobre autoridade". Diário de Pernambuco, 18 de agosto de 1889.

à narrativa de que os republicanos não se acovardaram diante da demonstração de força dos *marianistas*. Esse "povo", descrito por Silva Jardim em termos bélicos, tinha sua atuação política explicada por impulsos quase devocionais ao seu projetado líder:

Essa massa proletária, sem ofício certo, forma na cidade nortista uma corte de bravos, capaz de morrer por um capricho de submissão por um homem, mesmo mais que por uma ideia. Ela tem o instinto da revolta contra todas as prepotências e tiranias, mas é suscetível de sacrificar a mesma liberdade quando mal guiada por especuladores políticos.¹⁸²

Mas, por que tanta gente se opunha à realização do comício? Para os republicanos a resposta para isso era objetiva, uns estavam ali por "ordem" de José Mariano, tratava-se de uma massa de gente manipulável que vivia em um estado de sonolência cívica, acometidos por um tipo de "triste e torpe apostasia".¹⁸³ Outros porque foram pagos, como as "mais de 300 pessoas, vindas da Cabanga, da Várzea, do Poço e de outras paragens compreendendo malfeitores e desordeiros assalariados a 2\$000 por dia, soldados disfarçados à paisana, guardas fiscais e outros empregados de baixa categoria".¹⁸⁴

Mas, entre a idolatria cega e a recompensa financeira, o articulista do *Diário de Pernambuco* deixava escapar outros sentidos possíveis para o comparecimento daquelas pessoas que se mostravam dispostas ao enfrentamento. Uma matéria que buscava reconstituir o clima dos dias anteriores ao comício, dizia que José Mariano, o "filho degenerado da democracia pura", buscava "incutir no ânimo do povo o sentimento de odiosidade contra Silva Jardim, chamando-o deslealmente de *caixeiro dos indenistas*, e de *assalariado dos fazendeiros do Sul*".¹⁸⁵ O alinhamento entre líderes republicanos e antigos senhores de escravos fundamentava o discurso de Mariano, mas, como Israel Ozanam observou, "alguém que se reconhecia como liberto ou livre pobre do Recife daquele período não dependeria dos discursos de José Mariano para sentir sua liberdade e seus direitos políticos ameaçados diante de uma eventual ascensão dos republicanos", afinal de contas, qualquer pessoa poderia ver com seus próprios olhos Martins Junior andando de braços dados com o fazendeiro Ambrósio Machado.¹⁸⁶

¹⁸² JARDIM, Silva. *Op. cit.* p. 392.

¹⁸³ "Um falso patriota". *Diário de Pernambuco*, 8 de agosto de 1889.

¹⁸⁴ *Diário de Pernambuco*, 6 de dezembro de 1889. "A verdade (documento para a história) IV". Não deixa de ser interessante perceber que, enquanto os republicanos pernambucanos acusavam que a atuação dos *marianistas* era remunerada, nas anotações dos gastos de Silva Jardim em Pernambuco, consta que na ocasião do *meeting*, dispendeu certa quantia com o que chamou de "sustento dos homens". JARDIM, Silva. *Op. Cit.* p. 418.

¹⁸⁵ "O meeting anunciado para o dia 22". *Diário de Pernambuco*, 27 de julho de 1889.

¹⁸⁶ OZANAM, Israel. *Op. Cit.*, p.18.

Líder do Clube da Lavoura e um dos principais opositores do abolicionismo, Machado era agora um nome de peso no diretório republicano, o que, se por um lado poderia atrair outros fazendeiros endinheirados para a causa, por outro, representava um elemento de profunda impopularidade em meio a amplos setores da população recifense, visto que em torno de seu nome circulavam várias histórias relacionadas aos castigos que aplicava aos escravizados e libertos que trabalharam na sua fazenda até pouco tempo.¹⁸⁷ Na imprensa *marianista* as imagens que relacionavam república e escravidão se multiplicavam, em uma matéria intitulada “O Sr. Ambrósio Machado em cena”, buscava-se ressaltar que sua figura política não poderia ser dissociada da figura do senhor de escravos:

...com seu ar de capitão mor [...] dir-se-á que tem ainda nas mãos o azorrague com que retalhava as carnes dos escravos na bagaceira de Gaipó; dir-se-á que ele pretende dominar na república de tagante em punho para obrigar todos os cidadãos a dizer que só o Martins é grande.¹⁸⁸

“A república desentranhada do seio das esqueléticas senzalas”, era essa a imagem que os *marianistas* reproduziam.¹⁸⁹ Diante do incômodo, Ambrósio Machado respondia que toda celeuma em torno da escravidão pertencia apenas ao passado, “o abolicionismo é um fóssil”, manejado por José Mariano para “manter por todo o sempre o ódio das classes menos favorecidas de fortuna contra os agricultores”.¹⁹⁰ Os republicanos, mais uma vez chamando Mariano de “democrata degenerado”, apontavam que o debate sobre a abolição era inflamado de maneira diversionista, uma estratégia para manobrar as multidões incautas, “não porque visse na democratização das classes uma tendência e uma necessidade do século atual, mas tão somente porque serviam de alicerce aos seus desígnios ambiciosos”.¹⁹¹

¹⁸⁷ Em 1886, Ambrósio Machado ainda mantinha 85 trabalhadores escravizados em seu engenho, dado levantado por Maria Emília Vasconcelos dos Santos, que escreveu um estudo específico sobre as relações que Machado mantinha com os trabalhadores de sua propriedade. Neste trabalho a figura de escravocrata da gema é destacada como a face conhecida do fazendeiro republicano, um dos poucos políticos proeminentes de Pernambuco a se afirmar “indenista”: SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “O Doutor Ambrósio Machado e os trabalhadores do Engenho Gaipó - Ipojuca, Zona da Mata, Sul de Pernambuco (1885-1893)”. In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*. Vol. 2. Niterói: Editora da UFF, 2014.

¹⁸⁸ “O Sr. Ambrósio Machado em cena”. A Província, 17 de agosto de 1890. Gaipó é o nome do portentoso engenho de que era proprietário, hoje em processo de tombamento pelo IPHAN. Algum tempo depois, referências semelhantes seriam empregadas em relação a Martins Junior, dizia-se que este pretendia dominar o estado de “chicote e de esporas”. A Província, 2 de dezembro de 1890.

¹⁸⁹ “Uma glosa ao artigo do Dr. Ambrósio Machado”. Jornal do Recife, 30 de agosto de 1889.

¹⁹⁰ “Resposta ao Sr. José Mariano”. Diário de Pernambuco, 23 de agosto de 1889.

¹⁹¹ “A verdade”. Diário de Pernambuco, 5 de dezembro de 1889.

Nessa linha de raciocínio, o abolicionismo era uma pauta perigosa, pois estimulava uma forma de política popular vista com reservas pelos republicanos, principalmente porque o tipo de povo que era mobilizado pelo tema não se encontrava em condições satisfatórias para intervir no debate público. O projeto de representação que guiava os republicanos de Pernambuco tinha por base um manifesto escrito em 1888, onde defendia-se o ideal de uma ditadura científica de caráter centralizador. Neste modelo os cargos de poder seriam ocupados por uma seleta camada de homens doutos e ilustrados capazes de aquiescer os interesses nacionais de maneira imparcial e acima do burburinho das ruas e dos privilégios particulares.¹⁹² Na perspectiva dos republicanos históricos, José Mariano antagonizava esse ideal e seu democratismo liberal era duramente criticado.¹⁹³ Sobre o tema, os republicanos escreviam que “não é dando força a elementos degenerados que se serve à pátria”, visto que, “os governos democráticos oferecem certos inconvenientes contra os quais devemos nos prevenir”, esses inconvenientes, como o artigo evidencia, afloravam principalmente nos países onde o povo não era autônomo e apresentava a vulnerabilidade de ser “absorvido por individualidades políticas, [casos em que] a democracia é um mal”.¹⁹⁴ O efeito que Mariano poderia vir a causar à ordem política era comparado a um suposto processo de desvirtuamento da democracia que estava em pleno curso nos Estados Unidos:

Essas preocupações não podem escapar a quem conhece as tendências absorventes do Sr. José Mariano, o despotismo que emprega para a convenção de seus fins políticos, os meios imorais que lhe servem de arma e, sobretudo, a *habilidade* com que tem sabido imitar os *politicians* americanos. Spencer acha que o povo nos Estados Unidos não tarda em tornar-se um manequim que somente se move e fala como quer o *pantomineiro político*.¹⁹⁵

¹⁹² *Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco – 1888*. In.: PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (comp.). *A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973. p. 107. Em análise sobre essa perspectiva positivista, em que uma elite ilustrada deveria conduzir os rumos políticos do país, Cristina Buarque de Holanda tece interessantes apontamentos, indicando um paradoxo de raiz, onde determinados indivíduos eram alçados ao poder, mas o desempenho satisfatório do cargo dependia de uma “completa diluição de suas vontades e desejos” pessoais “nas vontades e desejos do coletivo”. HOLANDA, Cristina Buarque. *Op. Cit.* p. 84-85. Por alguns dias o jornal dos aliados de José Mariano, *A Província*, publicou em sua primeira página considerações críticas de Stuart Mill sobre o “Comtismo ortodoxo”, onde podia-se ler que: “nada pode exceder ao seu ódio e desprezo pelo governo das assembleias e pelas instituições parlamentares ou representativas [...] a eleição dos superiores pelos inferiores, salvo à título de expediente revolucionário, é a seus olhos uma abominação”. “O Comtismo ortodoxo”. *A Província*, 12 de abril de 1890.

¹⁹³ Em circular ao eleitorado no ano de 1889, dizia Mariano que: “devemos trabalhar para que o povo tenha intervenção mais direta e efetiva na governança pública pela ampliação do direito de voto, do qual, em sua maioria, tem estado privado”. “Ao eleitorado do 2º distrito”. *Diário de Pernambuco*, 23 de agosto de 1889.

¹⁹⁴ “Os puritanos e a república”. *Jornal do Recife*, 31 de julho de 1890.

¹⁹⁵ *Idem*.

É muito provável que essa alusão às considerações de Herbert Spencer sobre a democracia norte-americana tenha sido extraída de uma publicação de 1883. No livro que apresenta um compilado de entrevistas e discursos realizados pelo filósofo durante sua rápida passagem pelos Estados Unidos, Spencer alertava para o abatimento das instituições e dos valores de liberdade diante de um mau funcionamento da política causado por poderosos líderes que submetiam o eleitorado a seus interesses pessoais, “desprezando a vontade geral e fazendo a comunidade se submeter as suas exigências”. Afirmava ainda que os *founding fathers*, quando desenharam as instituições, nunca sonhariam que um dia seria possível que “vinte mil cidadãos seriam levados às urnas liderados por um ‘boss’”.¹⁹⁶ Na historiografia, trabalhos como o de Richard Bense, explicam como essas levadas de eleitores eram encaminhadas aos locais de votação por agentes partidários que, muitas vezes tinham relação com a administração pública, e lançavam mão da compra de votos por meio de dólares, whisky ou empregos.¹⁹⁷

De parte dos republicanos pernambucanos, havia um esforço de correspondência entre os aspectos defectivos da democracia de massas norte-americana e aquela que José Mariano buscava empreender no Brasil.¹⁹⁸ Ele mesmo era apontado como sintoma de um mal originário, se alguns o criticavam por manipular um amplo séquito de seguidores, por meio de uma retórica radical, outros desconsideravam por completo esse expediente, fazendo crer que sua popularidade derivava unicamente de uma projetada habilidade em angariar seguidores a partir da distribuição de cargos públicos:

Incapazes de adquirir as simpatias populares pelo doutrinamento, pela exposição de ideias, conquistam uma claqué à custa dos exaustos cofres públicos, constituem uma clientela à custa das rendas já débeis da pátria! E eles não se limitam a isso: eles condenam os verdadeiros patriotas, os que não prometem empregos, os que elevam o homem à categoria de cidadãos e não o rebaixam ao nível de pretendentes eternos àqueles que repelem com a popularidade comprada com o suor dos contribuintes [...] Que valem essas levadas de funcionários a atulharem as repartições?¹⁹⁹

¹⁹⁶ SPENCER, Herbert. *Herbert Spencer on the Americans and the Americans on Herbert Spencer*. New York, D. Appleton and Company, 1883. p. 14. Ainda sobre o artigo “Os puritanos e a república”, cabe notar que é assinado com o pseudônimo “Georges Renard”, alusão a um socialista francês que escreveu uma obra voltada as maneiras de reformar o modelo democrático francês, além do que, entre 1894 e 1898 foi diretor da *Revue Socialiste*, revista que teve certa popularidade no Brasil.: RENARD, Georges. *L'Organisation Politique de la Démocratie*. Paris, Édition Radot, 1928.

¹⁹⁷ BENSEL, Richard Franklin. *The American ballot box in the mid nineteenth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004. Ver, especialmente o capítulo 2: *Structure and practice of elections*.

¹⁹⁸ Na década de 1890, os Estados Unidos registravam um comparecimento médio de 19% da população em eleições, número muito elevado para o período, comparável apenas a alguns países como França e Nova Zelândia. No Brasil, esse mesmo índice girava em torno de 2,5%. NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral no Brasil*. Oxford, 2001.

¹⁹⁹ “Lógica ou insensatez”. *Gazeta da Tarde*, 21 de setembro de 1891. Citado por: OZANAM, Israel. *Op. Cit.* p. 105.

A preocupação oposicionista com os *marianistas* no funcionalismo público não estava estampada apenas nas colunas da imprensa, alguns anos antes, em meio a correspondência pessoal do líder conservador João Alfredo, aliados já se queixavam que “a alfandega, os melhoramentos do porto e o prolongamento da estrada de ferro são viveiros de eleitores *marianistas*”.²⁰⁰ Nesses casos, pediam providências para demitir os trabalhadores engajados, mas não era tão fácil, como relatava o próprio chefe de polícia da província:

[...] é necessário que José Mariano não continue a sustentar sua clientela a custo dos cofres públicos, e para isso mister que não disponha, como até agora de obras em repartições que mais se prestam a arrumações dos melhoramentos do porto e prolongamento da estrada de ferro. Têm sido desalojados de outras repartições alguns bravos do grande tribuno, e em ato contínuo arrumados com uma das repartições que acima mencionei. Há poucos dias foi demitido da Alfandega um empregado, por má conduta e como era do bando foi logo arrumado no prolongamento. V. Exc. sabe que para conseguir os fins é preciso empregar os meios e é preciso que o séquito de José Mariano se convença que ele não tem a sua disposição empregos para dar-lhes.²⁰¹

A rixa em torno das nomeações de Mariano continuou durante a República, o que pode ser constatado da leitura de suas cartas ao Barão de Lucena, então ministro da Fazenda, onde se queixava da perda de alguns cargos e reclamava outros postos.²⁰² Mas, é difícil mensurar qual o impacto que esse tipo de denúncia tinha na opinião pública, tendo em vista a banalização dessa prática em meio a todas as correntes políticas.²⁰³ É muito provável que o único governo que não tenha se beneficiado desse recurso tenha sido o de Sigismundo Gonçalves, nomeado presidente da província em 14 de novembro de 1889 e deposto no dia seguinte com a queda do regime. O próprio Martins Junior

²⁰⁰ Coleção João Alfredo, Biblioteca Central da UFPE. Secção de correspondências recebidas. CR_000.148 – 6/12/1885 - José Fernandes da Costa Pereira Junior. Em relação as obras do porto, desde 1876 que um jornal conservador já publicava que ali havia enorme concentração de “valentes cabalistas liberais”. *O Tempo*, 3 de outubro de 1876. Na notícia, os “carpinas da repartição de obras públicas” também são classificados como “cabalistas liberais”.

²⁰¹ Coleção João Alfredo, Biblioteca Central da UFPE. Secção de correspondências recebidas. CR_000.192 – 22/10/1885 – Antonio Domingos Pinto.

²⁰² Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n°. 855, 17/6/1891. Nessa carta José Mariano tratava de empregos nos Correios, para a estação de trem do Brum e para a Estrada Central.

²⁰³ Alguns estudos analisaram conjuntos documentais de lideranças partidárias e perceberam o grande volume de pedidos por colocação no funcionalismo público em troca de lealdade política, ver: PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. CARVALHO, José Murilo de. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, n° 1, 2000. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

ficou a cargo de criar uma comarca no interior unicamente para alocar um parente do Barão de Lucena que tinha acabado de se formar bacharel.²⁰⁴

No caso das críticas a Mariano, havia um subtexto de depreciação dos seus eleitores, conquistados "às custas dos cofres públicos". Argumento que circulava pelas gazetas com constância,²⁰⁵ era como se a atuação política dos *marianistas* não pudesse obedecer a outras motivações que não as pecuniárias, afinal, como esperar independência de um grupo de pessoas que vivia seus dias sob o imperativo da miséria, alguns recém-saídos da realidade de subjugação do cativo. A "guarda negra" do Recife, coletividade inventada pelos republicanos que os apresentava enquanto "mal-educados por princípio, ignorantes por base e desordeiros por fim", vivia a política com objetivo de criar o "partido do orçamento", ou seja, se a participação desse grupo era em potencial indesejada pela falta de autonomia, na prática seria onerosa aos cofres públicos.²⁰⁶

Eram esses os traços mais gerais do "povo de José Mariano", a claqué "baixa e sem talento" que andava "beijando as sandálias [...] do príncipe dos cortiços".²⁰⁷ Adjetivações atribuídas em um processo de espelhamento invertido, onde os republicanos imprimiam aos *marianistas* toda uma série de representações pré-políticas e incivilizadas, ao tempo que se apresentavam enquanto opostos. Era muito comum que essas matérias de jornais fossem escritas em uma lógica de contraste, de um lado os *marianistas*, de outro "as classes honestas e trabalhadoras do Recife".²⁰⁸ A construção de uma oposição entre a "casta faminta que acompanha[va] o Sr. José Mariano"²⁰⁹ e a "opinião pública ilustrada e sensata", tinha por objetivo imediato deslegitimar a popularidade de Mariano, buscando anular suas pretensões de poder na nova ordem política, e uma intenção mais ampla de excluir "essa turba inconsciente, essa plebe

²⁰⁴ Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n.º. 899, 4/7/1890

²⁰⁵ "A guarda negra ilude-se". *Diário de Pernambuco*, 19 de março de 1890.

²⁰⁶ Afirmo que a Guarda Negra no Recife era uma coletividade inventada, porque, diferente da "Guarda Negra da Redentora", criada no Rio de Janeiro, com estatutos próprios e membros conhecidos. No Recife, a associação só existia enquanto categoria de acusação, geralmente atribuída por republicanos à pessoas negras que apoiava José Mariano. "O major Antonio Afonso Leal, ao público". *Diário de Pernambuco*, 17 de dezembro de 1889. Muitos artigos foram escritos nesse tom, projetando os resultados da subida de Mariano ao poder: "não só liquidará o tesouro, como deixará este Estado entregue a generosidade dos brabos". "A conferência de quinta feira". *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1890. Ver, também: "O major A. A. Leal a Guarda Negra, o cabeleira e o Club do Cupim". *Diário de Pernambuco*, 17 de dezembro de 1889. "A verdade". *Diário de Pernambuco*, 6 de dezembro de 1889. "Protesto". *Jornal do Recife*, 14 de setembro de 1890.

²⁰⁷ "A guarda negra em desespero". *Diário de Pernambuco*, 21 de dezembro de 1889.

²⁰⁸ "A verdade". *Diário de Pernambuco*, 6 de dezembro de 1889.

²⁰⁹ "Os ídolos". *Diário de Pernambuco*, 13 de agosto de 1889.

ignorante que o acompanha e que lhe [dá] vitória", da possibilidade de obtenção e gozo de direitos políticos.²¹⁰

Essa assimetria que facetava o projeto dos republicanos de construção de um povo político em Pernambuco era apropriada e acentuada por seus opositores. A imprensa *marianista* em diversas ocasiões procurou enfatizar as diferenças entre os dois grupos, exagerando as tendências antidemocráticas dos alinhados à Martins Junior e se apropriando dos termos discriminatórios utilizados contra seu grupo. Assim, em uma manobra retórica, afirmavam ao mesmo tempo José Mariano enquanto líder popular amplamente aclamado pelas diversas camadas da população e o isolamento de Martins Junior. Essa estratégia é bem ilustrada em um artigo escrito pelo próprio Mariano:

O prestígio de quem me tem cercado o povo pernambucano, desnorteia completamente os meus rancorosos inimigos, impotentes e covardes para destruírem essa grande força em que me tenho apoiado. [...] E como é preciso desprestigiar essa força que os tolhe, que os amedronta, que os esmaga, eles ora dizem que ela é constituída da recova de pretendentes a empregos públicos, de ociosos e anarquistas, de imbecis e ignorantes. [...] Com esse povo de ignorantes e de assassinos que tanto horror inspira ao Sr. Ambrósio e aos seus apaniguados, diz-me a consciência que ajudei a levar ao fim a grande campanha do bem que se chamou a abolição!

Mas, se esse povo que tem me ajudado a fazer tudo isso que está na consciência nacional, é um povo tal qual o pintaís, onde está o outro povo do qual certamente procurais diferenciar deste que eu chamo meu, como dizeis?²¹¹

"Onde está o outro povo do qual certamente procurais diferenciar deste que eu chamo meu, como dizeis?", era o que perguntava Mariano, nesse artigo onde ele próprio se colocava em antagonismo aos republicanos históricos: "eu procuro salvar a causa da democracia da mácula, da baba pestífera da escravidão", contra os que "pretendem fundar uma república ditatorial e autoritária com o concurso, adesões e dinheiro dos ex-senhores de escravos que por despeito e ódio se declararam republicanos".²¹² Argumentos que foram repetidos no dia 14 de abril de 1890, quando José Mariano convocou uma nova conferência no Teatro Santa Isabel, pouco mais de um ano desde a convenção do partido Liberal com três mil pessoas no mesmo teatro.

²¹⁰ "Ontem e hoje". Diário de Pernambuco, 9 de agosto de 1889. O artigo se referia aos tumultos ocorridos entre os republicanos e o grupo de Mariano, motivados pela passagem de Silva Jardim por Pernambuco, o fato será tratado ainda nesse capítulo. Essa matéria também faz referência ao fato de que os *marianistas* eram uma "capangagem assalariada".

²¹¹ "José Mariano e o libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado VII". Diário de Pernambuco, 23 de agosto de 1889.

²¹² "José Mariano e o libelo difamatório do Sr. Ambrósio Machado IV". Diário de Pernambuco, 13 de agosto de 1889.

A ocasião era estratégica, as primeiras eleições republicanas já haviam sido marcadas e José Mariano disputava a proteção dos chefes do executivo no Rio de Janeiro. Sua conferência serviria para que ele se distanciasse de vez das acusações de que era *orleanista* e restaurador. Rumores que eram propagados principalmente por Martins Junior, que afora acusações que publicava na imprensa, escreveu uma correspondência endereçada ao “generalíssimo Deodoro da Fonseca”, afirmando que:

...o elemento *marianista* [...] tem procurado abalar a confiança no Partido Republicano e no atual governador, em sessão pública, atacou o governo da República em violento discurso [...] nenhuma medida repressiva tem querido o governo tomar quanto ao referido Dr. para que não se o tache de violento. Entretanto V. Exc. dirá se, reincidindo o Dr. José Mariano, convém proceder contra ele.²¹³

A carta de Martins Junior foi recebida mais de dois meses depois da conferência em que Mariano se posicionava enfaticamente a favor do regime republicano, talvez por isso Deodoro a tenha encaminhado para o Barão de Lucena, político que mantinha diálogo com Mariano e que já sabia por outras fontes o que o tribuno havia dito na ocasião. Em outra correspondência da coleção do Barão, um informante o punha a par da popularidade do evento: "O cenário e bastidores do teatro e as primeiras ordens de cadeiras tinham gente de toda a catadura, uns da cidade e subúrbios e outros vindos de comarcas próximas [...] Imagine a concorrência a mais descomunal e terá uma ideia do que houve na tal conferência. Imagine também as ovações mais estrondosas, e esta foi o que ali recebeu José Mariano".²¹⁴ Segundo a imprensa *marianista*, o tribuno falara na ocasião para cinco mil pessoas que se acotovelavam no Teatro Santa Isabel, além disso, diziam, “as edições da nossa folha, só por trazerem a notícia da conferência foram muito cedo esgotadas, apesar de terem sido aumentadas”.²¹⁵ A partir daquele momento, José Mariano frisava que lutaria pelo governo, não pela volta do regime decaído, tinha um imenso apoio popular e já costurava alianças nos bastidores com os dirigentes do Executivo Rio de Janeiro.

Diante da ameaça de serem anulados pelo que chamavam de “elemento *marianista*”, Martins Junior e os republicanos históricos, dobraram as mangas das

²¹³ Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n°. 750, 24/6/1890. É fato de se notar que a carta à Deodoro tenha acabado nas mãos de seu ministro, o Barão de Lucena, o qual, naquele momento já articulava aliança com o grupo de José Mariano.

²¹⁴ Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n°. 711, 18/4/1890.

²¹⁵ "A conferência". A Província, 17 de abril de 1890. "A conferência". A Província, 16 de abril de 1890. É importante ressaltar que esses números indicados pelos publicistas liberais em relação as audiências das conferências no Santa Isabel eram estimativas dos próprios organizadores, que muitas vezes inflavam os números, é bastante improvável que esse teatro comportasse cinco mil pessoas.

camisas e investiram em um projeto de ampliação de suas bases sociais com a criação de diversos clubes republicanos pelos bairros de Recife e em cidades vizinhas.

Os Clubes republicanos na cidade dos mocambos

Nos meses que sucederam o 15 de novembro, clubes republicanos foram criados na maior parte dos centros urbanos do país.²¹⁶ Além de serem espaços de propaganda e difusão dos ideais do novo regime, essas agremiações eram centros de reorganização da ordem partidária, principalmente a nível local, onde muitos dos políticos que compunham os antigos partidos imperiais se articulavam com as lideranças republicanas e se posicionavam publicamente em adesão à república.

Recife provavelmente foi a cidade que concentrou o maior número de clubes republicanos, entre 1889 e 1891 nada menos que vinte e duas agremiações do tipo foram fundadas.²¹⁷ Expressão de uma intensa politização que se vivia na capital pernambucana, essa profusão de clubes espalhou-se entre bairros centrais e arrabaldes, colocando em evidência a capilaridade da circulação das grandes disputas encetadas desde o movimento abolicionista e intensificadas com o processo de mudança de regime. O acompanhamento da atuação de alguns dos chefes locais que fundaram e tocaram esses clubes em seus bairros, é uma das maneiras de olhar com mais proximidade para um amplo conjunto de práticas que tinham seu fluxo nessas malhas mais finas da política urbana. A partir dos relatos das experiências desses indivíduos, buscarei aventar sentidos que justificassem o envolvimento de tanta gente com a política em um contexto onde o discurso antidemocrático se impunha com vigor.

²¹⁶ Em algumas cidades do país, principalmente na região Sul (aqui inclusos os estados hoje compreendidos enquanto Sudeste), já existiam clubes republicanos, alguns fundados ainda na década de 1870. VISCARDI, Claudia. "Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)". *Tempo*, Niterói, vol. 16 n. 32., jul. 2012.

²¹⁷ Nessa contagem, incluí também os dois clubes republicanos da vizinha cidade de Olinda, localizada a poucos quilômetros do centro do Recife. Os fundadores dos dois clubes olindenses eram, em sua maioria, habitantes da capital. Marcos Guedes Veneu, em estudo detalhado sobre o cenário político local nos primeiros anos republicanos do Rio de Janeiro também aponta que em diversas freguesias foram fundados clubes republicanos. Claudia Viscardi computa um total de 51 clubes republicanos espalhados por todo o estado de Minas Gerais no ano de 1889. Ainda que ambos os estudos não explorem de maneira detida a atuação e organização dessas coletividades, citam algumas das práticas desenvolvidas pelos clubes, como a organização de alistamentos eleitorais, promoção de caridade e instituição de cursos de alfabetização. Como mostrarei nas próximas páginas, as agremiações de Recife desenvolveram as mesmas atividades. VENEU, Marcos Guedes. "Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados*, Rio de Janeiro vol. 30, nº 1, 1987. VISCARDI, Claudia. "Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)". *Tempo*, Niterói, vol. 16 n. 32., jul. 2012.

Os clubes tinham perfis de atuação diferentes, cada um tinha estatuto próprio, critérios particulares para definição de seus membros e a mesma autonomia em relação aos fins sociais a que se propunham. Mas, a distinção de origem que os singularizava era em relação ao alinhamento com as correntes políticas majoritárias. Encetados inicialmente pelos *martinistas*, foram em pouco tempo copiados pelos *marianistas* que perceberam o potencial de mobilização daquele formato de organização. Passando a reproduzir as disputas entre os dois blocos políticos, os clubes se multiplicaram. Em Olinda ou Tejipió, por exemplo, quando se fundaram clubes filiados aos republicanos históricos, não tardou uma semana para que os aliados de José Mariano se articulassem para fundar o seu próprio. Desse modo, a cidade foi se pontilhando de agremiações do tipo, que, formalmente, alegavam divergências programáticas para justificar o contínuo fracionamento. Enquanto os republicanos históricos exigiam que seus clubes se submetessem as diretrizes do manifesto de 1888, que propugnava uma república unitária, os *marianistas* se afirmavam federalistas em sintonia com o formato de organização implementada pelo governo de Deodoro.²¹⁸

É difícil precisar o perfil dos sócios que compareciam às reuniões desses clubes, mas, a leitura dos estatutos nos informa ao menos qual era o tipo de cidadão que os diretores desejam ver em seus salões. Dos sete estatutos consultados, apenas um não fazia alusão ao retrospecto moral dos candidatos a sócio. Tanto o Clube Republicano da Madalena, quanto o Federalista de Tejipió, por exemplo, exigiam "boa conduta moral e cívica", este segundo estabelecia ainda que o aspirante tivesse "profissão e meio honesto de sobrevivência", e um critério ainda mais subjetivo: "ser humanitário".²¹⁹ O Clube Frei Caneca era o único a aceitar "todos os cidadãos republicanos de um e ou outro sexo", ainda que punisse com expulsão "os que forem condenados justamente por crimes infamantes".²²⁰ Alguns deles cobravam mensalidade e uma "joia" no ato de inscrição, mas eram valores praticamente simbólicos, entre 500 e 1\$000 réis, dinheiro

²¹⁸ "Caveat Populos". A Província, 30 de março de 1890. "República unitária". A Província, 1º de abril de 1890.

²¹⁹ "Estatutos do Clube Republicano da Madalena". Diário de Pernambuco, 18 de março de 1890. "Estatutos do Clube Republicano Federalista de Tejipió". A Província, 18 de maio de 1890. "Estatutos do Clube Republicano Vinte e Dois de Julho". Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1890. "Projeto de Estatutos do Clube Republicano da Comarca de Olinda". Diário de Pernambuco, 27 de março de 1890. "Estatutos do Clube Republicano Federalista da Comarca de Olinda". A Província, 24 de abril de 1890. "Estatutos do Clube Republicano do Recife". A Época, 5 de junho de 1890. "Estatutos do Clube Republicano Frei Caneca". A Época, 2 de maio de 1890.

²²⁰ "Estatutos do Clube Republicano Frei Caneca". A Época, 2 de maio de 1890. Sobre a participação feminina, cabe dizer que a Sr. Ignez de Almeida Pessoa, professora do magistério primário, foi sócia fundadora desse clube. "Necrologia". Jornal do Recife, 3 de novembro de 1891.

com que se podia comprar um pequeno saco de fumo ou uma entrada para assistir as corridas no Prado.²²¹ Dois desses clubes expressavam que seu funcionamento se daria com “número limitado de sócios”, algumas publicações da imprensa registravam que a quantidade dos que compareciam as reuniões girava em torno de 40 a 60 presentes, média eventualmente extrapolada, como nas ocasiões em que importantes nomes da Faculdade de Direito do Recife ministravam conferências públicas, ou em assembleias gerais, como a que aconteceu no Clube Republicano de Olinda com a presença de 200 pessoas.²²² Nesse último caso, o evento ocorreu no Teatro Melpomene Olindense, mas, as reuniões ordinárias, que no caso de alguns clubes aconteciam semanalmente, eram feitas em escolas públicas, centros recreativos de bairro e principalmente nas residências de seus fundadores.²²³

Uma pesquisa extensiva entre os diversos membros dos conselhos diretores dessas agremiações revela que o traço comum entre eles era o letramento, muitos eram bacharéis e professores primários, havia também considerável presença de funcionários públicos e de comerciantes.²²⁴ Em termos de classe social é possível que houvesse maior diversidade, visto que à frente da direção de clubes, tanto podemos encontrar o professor de primeiras letras Laudelino Rocha, habitante do humilde bairro do Peres, quanto Arthur Orlando, que à época já era um afamado jurista. Essa questão fica mais evidente quando analisamos a distribuição espacial desses clubes entre as cidades de Recife e Olinda.

²²¹ Esses valores se encontram nos anúncios publicitários das seguintes edições: Jornal do Recife, 3 de janeiro de 1890. Diário de Pernambuco, 4 de janeiro de 1890.

²²² “Reunião política em Olinda”. Diário de Pernambuco, 24 de março de 1890. “Os federalistas em Olinda”. Jornal do Recife, 9 de abril de 1890. Sobre as conferências, não deixa de ser notável como esses clubes cumpriam acabaram por levar renomados intérpretes sociais daquele período, como os citados, a arrabaldes da cidade, como Várzea, Santo Amaro e Afogados.

²²³ O Clube Republicano da Boa Vista anunciava que suas reuniões aconteciam todas as terças, já o Clube Republicano do Beberibe tinha sessões todas as quintas-feiras. A Época, 22 de maio de 1890. A Província, 2 de setembro de 1890.

²²⁴ A importância do letramento era formalmente destacada nos estatutos de alguns clubes, onde a alfabetização era exigida como critério para sócios. “Estatutos do Clube Republicano Vinte e Dois de Julho”. Diário de Pernambuco, 22 de julho de 1890. “Projeto de Estatutos do Clube Republicano da Comarca de Olinda”. Diário de Pernambuco, 27 de março de 1890.

Mapa I

Clubes Republicanos fundados na região do Recife entre 1889 - 1891²²⁵



I - CLUB REP. DO RECIFE	XII - CLUBE REP. FED. DA COMARCA DE OLINDA
II - CLUBE REP. PROGRESSISTA DO RECIFE	XIII - CLUBE REP. DE BELÉM
III - CLUBE REP. PAROQUIAL DO RECIFE	XIV - CLUBE REP. DE BEBERIBE
IV - CLUBE REP. FED. DE SANTO ANTONIO	XV - CLUBE REP. FED. DA GRAÇA
V - CLUBE REP. 22 DE JULHO	XVI - CLUB REP. DA CAPUNGA
VI - CLUBE REP. DE SANTO ANTONIO	XVII - CLUBE REP. DA MADALENA
VII - CLUB REP. DA BOA VISTA	XVIII - CLUBE REP. DA TORRE
VIII - CLUB REP. FREI CANECA	XIX - CLUBE REP. FED. 2 DE FEVEREIRO
IX - CLUBE REP. PAROQUIAL DA BOA VISTA	XX - CLUBE REP. 15 NOVENBRO
X - CLUBE REP. DE SANTO AMARO DAS SALINAS	XXI - CLUB REP. MARTINS JUNIOR
XI - CLUBE REPUB. DA COMARCA DE OLINDA	XXII - CLUB REP. DA CAXANGÁ / VARZEA

Em estudo anterior, detalhei o perfil socioeconômico dos votantes do Recife a partir de listas eleitorais de 1876, e percebi que havia uma grande oscilação de riqueza e alfabetização entre as freguesias da cidade. Em Afogados, por exemplo, dos 1.708 cidadãos alistados, 77% ganhavam uma renda muito próxima da mínima exigida para o voto, ou seja, entre 200 e 400 mil réis. Já no bairro de Santo Antônio, os que viviam com essa faixa de renda representavam apenas 7,3% de um total de 1.150 alistados. Essa patente desigualdade evidenciada pelos índices sociais não representava maior ou menor interesse pela participação política, e a distribuição espacial dos clubes

²²⁵ Dados aplicados pelo autor sob o mapa: *Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes*. Repartição de Obras Públicas de Pernambuco, 1875. Biblioteca Nacional. A escala indicada no próprio documento é de 0.0001 por metro (1/10.000).

republicanos no mapa I corrobora essa afirmativa.²²⁶ As ilhas centrais da cidade e os seus bairros mais nobres, como a Madalena e a Boa Vista, concentravam um grande número de clubes, mas localidades periféricas, que serviam de residência à grande parte da população pobre, também estavam bem representadas nesse mapa, veja, por exemplo, Santo Amaro, Várzea e Tejiptió, com quatro clubes (respectivamente os algarismos: X, XIX, XX e XXII).

Até a fundação desses clubes, era relativamente inusitado que matérias da imprensa relacionassem esses bairros pobres a algum tipo de ação política organizada. O bairro de Santo Amaro das Salinas, por exemplo, onde ficava o maior cemitério da cidade, era um grande alagado repleto de mocambos incrustados na lama dos manguezais. Para quem vinha pelo centro, a primeira localidade dessa freguesia era conhecida em tempos anteriores como Ilha dos Ratos. Lugar que causava medo a alguns, como era o caso de um redator do *Diário de Pernambuco* que, em 1858, denunciava que havia ali um "quilombo na cidade", onde "acoitam-se escravos fugidos e outros indivíduos mal-intencionados". Ainda segundo o mesmo relato, a "esses novos malunguinhos" que levavam ao lugar um rastro de "depredação", foi atribuído um assalto sofrido por "um estrangeiro que voltava do teatro", o tipo de ocorrência "que muito depõe contra nós sob a relação de povo civilizado", concluía.²²⁷ Os indesejáveis moradores do quilombo foram sendo afastados para mais longe do centro da cidade em um processo de reformas urbanas que pouco a pouco aterrou toda a área. Foi nesse lugar que as autoridades públicas decidiram construir o maior monumento à abolição, um amplo passeio público batizado de "13 de maio". Finalmente o lugar se tornaria um marco de civilização e modernidade, como desejava o redator do *Diário*, um espaço que se prestava a homenagear mais os grandes estadistas abolicionistas do que os "escravos fugidos" que viviam naquela localidade até pouco tempo antes.²²⁸

Após as desapropriações, um destino provável para os que tiveram que deixar a Ilha dos Ratos era entrar ainda mais no bairro de Santo Amaro, lugar onde havia uma alta concentração de mocambos. Por ali, em 1892, passou a correspondente

²²⁶ Em relação aos índices de analfabetismo do eleitorado por freguesia em 1876, em Afogados 46% não sabiam ler ou escrever, já em Santo Antônio apenas 3% não eram alfabetizados. Para os índices completos de renda, alfabetização e ofícios desempenhados pelos eleitores, ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. *Op. Cit.* Capítulo 3: *O Recife dos eleitores*.

²²⁷ "Quilombo na cidade". *Diário de Pernambuco*, 14 de junho de 1858.

²²⁸ FREITAS, Cândida. *O parque 13 de Maio na modernização do Recife*. Recife, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2006. Sobre a criação de um parque chamado 13 de maio no bojo das comemorações abolicionistas e outras ações de monumentalização dos líderes do movimento, ver: CASTILHO, Celso. *Op. Cit.* Em especial o capítulo: "Celebrations of freedom".

internacional Fannie Brigham Ward e escreveu um relato minucioso sobre as habitações daquele lugar “pantanoso e circundado por bananeiras, mangueiras, palmeiras, e ocupado – quanto aos humanos – apenas por negros e mestiços muito pobres”.²²⁹

Essas cabanas dilapidadas de bambus rebocados com lama são ideais para a *World's Fair*, e após inspecionar o interior de uma delas, você já viu todas as demais. Há um chão de terra natural, uma pilha de esteiras, amontoados de lixo em cada canto, e nada na linha de mobília para além de alguns potes para cozinhar, um tapete de couro de boi forrado ao chão no lugar de uma mesa e redes sujas, que servem tanto como cama, quanto como cadeiras. Mas as paredes são profusamente adornadas com imagens coloridas de virgens e de santos, vestidos em todos os tons do arco-íris, cercadas por rudes cruces e outros símbolos religiosos. Invariavelmente esses lugares são agitados por bebês nus, gatos escaldados, galinhas de pernas muito longas e os típicos cachorros de pelo curto do país.²³⁰

O modelo de mocambo descrito acima era, nas palavras de Gilberto Freyre, a "habitação para grande parte das populações proletárias" recifenses no século XIX e começo do XX. O lugar onde se encontravam em maior densidade era certamente nas redondezas da freguesia de Afogados. Ali, escreveu o sociólogo, existiam "20.000 mocambos dos pretos, dos pardos, dos mulatos de Afogados, do Pina, de Santana de Dentro, do Oitero, de Motocolombó".²³¹ E foi nessa região onde fundaram-se dois clubes republicanos, mais precisamente em Tejiipió, que era a paragem mais distante daquela freguesia em relação ao centro da cidade.

²²⁹ "Beautiful Olinda". The Salt Lake Herald (UT – USA), 4 de setembro de 1892.

²³⁰ *Idem*.

²³¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global, 2004. p. 783.

Imagem I

Crianças posam em frente a mocambos do Recife



A foto foi tirada entre 1890 e 1910, por Guilherme Gaensly e Rodolpho Lindemann. *Photograph album of city and landscape views of Brazil* (Collection 94/251). UCLA Library Special Collections, Charles E. Young Research Library, University of California, Los Angeles.

Foi em Tejipió onde se iniciou a carreira partidária do primeiro deputado federal a se afirmar "representante da raça negra" no Brasil, Manoel da Motta Monteiro Lopes. Nascido no Recife e, conforme o relato de um memorialista, filho de africanos, a trajetória de Monteiro Lopes vem sendo revisitada pela historiografia que destaca sua atuação junto a sociedades operárias e "associações negras", como a *Federação Paulista de Homens de Cor*, a *Sociedade União dos Homens de Cor do Rio de Janeiro*, o *Colégio São Benedito*, entre outras. Essas articulações foram firmadas no Rio de Janeiro já em entre meados da década de 1890 e começo do século XX, mas antes desse período em que era afamado por ser "advogado de irmandades", "defensor dos operários" e "líder dos pretos", ele foi sócio fundador e orador do clube republicano 15 de novembro, em Tejipió.²³²

²³² Sobre a trajetória biográfica de Monteiro Lopes, ver: DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um 'líder da raça negra' na capital da República". *Afro-Ásia*, Salvador, n° 41, 2010. DOMINGUES, Petrônio. "Vai ficar tudo preto': Monteiro Lopes e a cor na política". *Novos Estudos*, n° 95, março de 2013.

Nessa época, a imprensa ainda se referia a ele pelo deferente vocativo "bacharel", com cerca de vinte anos e recém-formado na Faculdade de Direito do Recife, sua figura ainda era muito associada à atuação em uma ala acadêmica do movimento abolicionista, visto que, mesmo depois do 13 de maio, continuou a fazer parte de um coletivo que ministrava aulas gratuitas para libertos.²³³ Tinha por parceiro nessa iniciativa Feliciano André Gomes, outro jovem bacharel negro com quem militou no *Núcleo Artístico Abolicionista*, seus nomes aparecem juntos em diversas publicações nesse anos, como na nota que transcrevia o telegrama que enviaram à João Alfredo em agradecimento à abolição, nela os dois acadêmicos afirmavam-se como “interpretes dos africanos” da cidade do Recife.²³⁴

Imagens II e III

Feliciano André Gomes e Monteiro Lopes



Não encontrei referência para as datas em que foram tiradas as fotos, a primeira foi publicada em: *Jornal do Recife*, 12 de outubro de 1927. Já a imagem de Monteiro Lopes aparece no artigo: DOMINGUES. Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. *Novos Estudos*, n° 95, março de 2013.

Assim como Monteiro Lopes, André Gomes dedicou-se intensamente à política partidária. As trajetórias de ambos são representativas de como o processo de

²³³ CASTILHO, Celso. *Op. Cit.* p. 174.

²³⁴ “Núcleo Artístico Abolicionista”. *Jornal do Recife*, 13 de setembro de 1887. “Telegrama”. *Jornal do Recife*, 25 de maio de 1888.

politização do movimento abolicionista abriu portas para uma renovação de agentes e discursos políticos interessados na melhoria da qualidade de vida da população negra e das classes trabalhadoras. O que não quer dizer que esses homens tenham sido assimilados de maneira pacífica e natural aos cargos públicos que disputaram.

Monteiro Lopes, por exemplo, só com muito custo conseguiu assumir sua candidatura enquanto deputado federal em 1909. Em outras ocasiões, mesmo tendo sido eleito pelo voto, teve sua eleição anulada pelas comissões de verificação de poderes das instituições parlamentares.²³⁵ Mas, mesmo antes das votações, ele e André Gomes tiveram que enfrentar campanhas eleitorais marcadas pela difamação racial, fosse no Recife ou no Rio de Janeiro, as piadas racistas que atacavam e procuravam deslegitimar as suas candidaturas ou eram as mesmas, ou eram muito parecidas.²³⁶

Nesse aspecto há uma perceptível mudança de tratamento da imprensa ao longo do tempo. Diferente das primeiras alusões nas páginas dos jornais, quando eram apenas jovens acadêmicos, e questões raciais não eram evocadas em relação aos dois, na primeira década do século XX a cor da pele parece ter se tornado um dado social inescapável aos cronistas. Esse aumento do interesse em tipificar racialmente os dois políticos se deu em meio a um crescente processo de racialização da sociedade brasileira após 1888, mas também diante da ascensão de ambos, que, vestindo boas alfaaiatarias, se expressando com erudição notável e ocupando proeminentes lugares de poder, eram vistos com estranheza, não apenas por terem se tornado negros bem colocados socialmente, mas principalmente por se afirmarem negros.²³⁷

Quando André Gomes morreu em 1927, depois de ter sido deputado estadual diversas vezes por Pernambuco, uma revista semanal publicou uma matéria sobre a enorme comoção que causou seu funeral na multidão de "homens do povo" que,

²³⁵ Cabe mencionar também o caso de Quintino de Lacerda, liberto abolicionista que liderou o quilombo do Jabaquara e que também encontrou dificuldades com a comissão de verificação de poderes no âmbito da intendência municipal de Santos. Ver: PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2011. Sobre o papel da comissão de verificação de poderes da Câmara dos Deputados, ver: RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. "Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral". *Rev. Sociol. Polí.*, Curitiba, n° 45, v.21, março de 2013.

²³⁶ Para as campanhas racistas voltadas à Monteiro Lopes, ver bibliografia já citada sobre o mesmo, em relação a Feliciano André Gomes, ver, por exemplo: "Crivos & Cravos". *Diário de Pernambuco*, 7 de agosto de 1908. "Outra entrevista". *Diário de Pernambuco*, 11 de janeiro de 1910. *Diário de Pernambuco*, 27 de janeiro de 1911.

²³⁷ Sobre a intensificação de um processo de distinção social baseado em termos raciais com a república, há uma ampla bibliografia, ver, por exemplo: CUNHA, Olivia Maria Gomes da. SANTOS, Flávio Gomes dos. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. ALBUQUERQUE, Wlamyra. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário". *História Social*, n° 19, segundo semestre de 2010.

emocionados, acompanharam o préstito. Mas, o que realmente causava impressão ao redator da matéria era o fato de que "Feliciano André Gomes era um negro. E é isso o que mais torna esses fatos merecedores de nota [...] ele era um que tinha orgulho em ser preto".²³⁸ Esse aspecto desorganizava o quadro de referências de classificações raciais que, como demonstra Olívia Maria Gomes da Cunha, guiava alguns dos mais importantes debates institucionais nos campos científico, jurídico e policial do Brasil do final da década de 1920, a partir de teorias que conectavam objetivamente os aspectos fenotípicos dos indivíduos às suas condutas sociais, nesse universo ser classificado como negro era antes um estigma do que motivo de orgulho.²³⁹ Feliciano desarrumava esse quadro de referências em tal medida que, quando um antigo aluno seu, pois ele também foi diretor e professor do Liceu de Artes e Ofícios do Recife, quis lhe escrever uma homenagem póstuma, não silenciou em relação a sua cor, mas, ao mesmo tempo não conseguiu admitir que o mestre que tanto admirava fosse negro, acabou por lhe classificar enquanto um "Preto-Branco".²⁴⁰

Ainda assim, o que pretendo evidenciar é que a presença de indivíduos como Feliciano André Gomes e Monteiro Lopes entre os quadros de representantes políticos da primeira república era muito mais comum do que normalmente se supõe. Refiro-me não especificamente a um perfil racial, mas propriamente a candidatos oriundos das classes populares, sem vínculos consanguíneos com famílias importantes e que tinham por plataforma ações voltadas para a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Essa hipótese parte de um conjunto de relatos onde, cidadãos que disputavam a hegemonia do poder político local, geralmente em bairros e freguesias do Recife, atribuíam a si uma série de práticas e preocupações que se relacionavam a um amplo e difuso ideal de assistência social, que contemplava desde práticas paternalistas relacionadas à caridade e à filantropia, até projetos relacionados a melhorias das relações de trabalho e o acesso a educação.

²³⁸ "Necrológio de um negro". Revista da Cidade, 22 de outubro de 1927.

²³⁹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. "1933: um ano em que fizemos contato". *Revista USP*, São Paulo, n° 28, dez. 1995 – fev. 1996.

²⁴⁰ "Preto-Branco". Jornal do Recife, 23 de outubro de 1927. Foi diretor do Liceu de Artes e Ofícios em 1905, mas ainda ministrava aulas em 1913, ver: Diário de Pernambuco, 6 de outubro de 1905. "Várias". Diário de Pernambuco, 19 de abril de 1913. Cabe lembrar que o Liceu de Artes e Ofícios era uma instituição tradicionalmente comandada por artistas especializados que se autodeclaravam "pretos" e "pardos" ao longo do século XIX, como pode ser visto em: MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

No âmbito de atuação dos clubes republicanos, pode-se perceber que esses aspectos eram aludidos com frequência. Na agremiação que Monteiro Lopes fazia parte, o Clube Republicano Federalista 2 de Fevereiro, um dos fins a que se propunha o coletivo, segundo seus estatutos, era manter "uma escola noturna para as pessoas deste povoado [Tejipió]", tendo por professores os próprios sócios.²⁴¹ As atribuições dessas associações extrapolavam a presumida finalidade do debate político e da articulação partidária. Nas poucas atas que eram publicadas, serviços prestados à comunidade eram divulgados, como no caso do Clube Republicano de Belém, que em seus informes relatava que tinham sido atendidos pelo governador suas solicitações de auxílio aos que padeciam de varíola na comunidade. Também anunciavam que iam providenciar melhorias no "valado" de Campo Grande e em relação às "canoas que conduzem os passageiros".²⁴² Essas ações tinham por pano de fundo a disputa entre *martinistas* e *marianistas*, a competição em busca da empatia popular os impelia a peleja, como no caso de Tejipió, onde um dos clubes que atuava no local se proclamava "interprete de toda a população" daquela localidade, porque, entre outras coisas, havia organizado a festividade de Nossa Senhora da Conceição e conseguido a nomeação de um "comissário vacinador" que distribuiria medicamentos e desinfetantes aos moradores.²⁴³

Essa competição chegou a níveis extremados nas comemorações do primeiro ano republicano, quando o Clube da Madalena, organizou uma quermesse, onde seria oferecido um "bodo aos pobres". Marcado para o final de semana do 15 de novembro, o evento que aconteceu no Largo do Viveiro, tinha por ponto alto a distribuição de "uma esmola bastante regular, composta de dinheiro, roupa e alimentos" entre 120 pessoas previamente selecionadas por cartões distribuídos antes da festa.²⁴⁴ Até aí, tudo dentro da normalidade filantrópica oitocentista. No entanto, um aspecto central da programação da cerimônia destacava-se, os tais pobres a quem se ofertava a festa republicana, deveriam ouvir um discurso de Martins Junior antes do momento da distribuição do bodo.

Essa parcela da população que, por tantas vezes, foi classificada em categorias pré-políticas pelos republicanos históricos, era agora convocada à festividade desse

²⁴¹ "Estatutos do Clube Republicano Federalista de Tejipió". Província, 18 de maio de 1890.

²⁴² "O Clube Republicano de Belém". A Época, 11 de junho de 1890.

²⁴³ "O Clube Republicano Federalista 2 de fevereiro ao público". Província, 6 de julho de 1890.

²⁴⁴ "A quermesse da Madalena". Jornal do Recife, 19 de novembro de 1890. Este evento foi minuciosamente analisado por Israel Ozanam em sua dissertação de mestrado. Muitos aspectos relacionados à repercussão desse episódio e aos indivíduos envolvidos no caso são examinados de forma mais detida do que o será apresentado aqui, ver: OZANAM, Israel. *Op. Cit.* pp. 93 – 101.

mesmo grupo. Uma aproximação forjada no sentimento de caridade, através da distribuição de bolachas, farinha e outros víveres, talvez fosse, aos promotores da quermesse, uma maneira eficiente de levar a esses famélicos a palavra republicana. Mas, os eventos daquele final de semana saíram completamente do roteiro previsto pelos organizadores.

As doações estavam marcadas para começar às 18h, duas horas antes, no entanto, “principiaram a chegar os pobres, não só os que tinham de receber os óbolos, como também uma grande quantidade de outros de diversas freguesias apresentando os cartões da polícia”. Os cartões para ter acesso ao budo já tinham sido distribuídos, esses “outros” que insistentemente mostravam os “cartões da polícia”, exibiam um tipo de documento fornecido pelas autoridades policiais que lhes dava direito a esmolar livremente pelas ruas do Recife, era parte de um cadastro de mendigos e pedintes realizado no bojo de um novo projeto de regulamentação urbana, nada tinha a ver com aquele evento.²⁴⁵ Entre os que tinham o tal cartão da quermesse, e os que não tinham, eram mais de 200 pessoas querendo adentrar a barraca onde os alimentos estavam armazenados. “Em vista da insistência dos pobres”, se iniciou a cerimônia e, às pressas, procuraram um caixão de onde falariam as autoridades. Apenas dois discursos rápidos foram feitos, um deles o de Martins Junior, segundo o relato:

[Martins Junior] chamava a atenção dos infelizes desfavorecidos da fortuna ali presentes, mostrando-lhes que aquela festa fora a primeira naquele gênero e que sem dúvida alguma seria seguida de outras e que aqueles pobres deviam bendizer a república, cujo governo haveria de cuidar da sua sorte.²⁴⁶

Seguiram-se a essas palavras, momentos de tensão, “todos os pobres queriam ser servidos ao mesmo tempo e, à força, queriam penetrar no interior da barraca. Com dificuldade podíamos contê-los”, o que só aconteceu com a ajuda de alguns praças, e “com severidade”. No outro dia a quermesse continuou, dessa vez, sob a expectativa de certa tranquilidade, “já que não haviam pobres a quem distribuir esmolas”, no entanto, a barraca, onde estavam armazenados alguns brindes, foi invadida por meia dúzia de indivíduos. Nesse momento, Vicente Cisneros, “honrado negociante, conhecido nesta sociedade inteira como homem morigerado, membro de família respeitável”, irrompeu: “Senhores, o que é isto? Sejam prudentes! O que estão fazendo?”, mas, sua tentativa de

²⁴⁵ “Assalto à quermesse da Madalena”. Jornal do Recife, 20 de novembro de 1890. Sobre a regulamentação de pedintes formulada pela intendência municipal, ver: Apeje, seção de documentos manuscritos, Fundo Conselho Municipal do Recife, CMR. 57.

²⁴⁶ “Assalto à quermesse da Madalena”. Jornal do Recife, 20 de novembro de 1890.

incutir uma semente de reflexão e comedimento não logrou sucesso, logo após essa intervenção, “um grupo em número de 6 a 8 homens, armados de cacete” invadiu a barraca, ele ainda tentou sacar o revólver, mas foi agredido de pronto.²⁴⁷ Após esse momento, sucedeu-se uma série de eventos que parte da imprensa veio a noticiar sob o título “cenas de selvageria”.²⁴⁸

“Tiros disparados [...] muitos ataques, enormes sustos, gritos, depredações, cabeças quebradas ao furor dos turbulentos”, os eventos da quermesse municiaram a imprensa com material suficiente para produção de editoriais e publicações solicitadas por dias a fio. Segundo os relatos, os ataques violentos da quermesse não partiram de algum tipo de combustão espontânea popular, as “hordas de capoeiras” que tomaram o Largo do Viveiro o fizeram premeditadamente e com anuência das autoridades policiais transformaram o evento em uma praça de guerra com dezenas de pessoas se engalfinhando, Cisneros afirmou que os próprios soldados de polícia se juntaram aos “capangas”. O fato de os organizadores do evento terem negado a entrada ao filho do governador, ou algumas vaías que se dirigiram a José Mariano, que passou rapidamente pela festividade, foram aventadas como motivações do conflito generalizado.

Ao fim das comemorações do primeiro ano republicano a imagem que se apresentava era a de um Largo destroçado no lugar onde planejavam “construir um jardim”.²⁴⁹ Os que passaram causando turbilhão não foram apresentados como “povo”, nas narrativas da imprensa alinhada à Martins Junior, eram capangas ou capoeiras, colocando suas vidas e a de outros em risco a mando de líderes políticos ocultos. Eles não eram classificados nas mesmas categorias sociais que o “proletariado faminto [...] andrajoso e empalidecido” que compareceu à festa com fichas nas mãos à espera do bodo.²⁵⁰ Mas, havia certa semelhança no procedimento narrativo em relação à forma como ambos os grupos foram retratados. Sem qualquer traço de subjetividade, individualidade ou expressão de autodeterminação, “os pobres” foram convocados pela primeira vez para um evento dos republicanos históricos, mas deveriam representar o papel bem delimitado de entes passivos e coadjuvantes naquela festa, onde foram orientados a bendizer e confiar sua sorte na república. Não foi o que aconteceu, dos relatos não há sinal de que as pessoas beneficiadas com os víveres distribuídos pelas

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ “Selvageria”. *Jornal do Recife*, 19 de novembro de 1890 (artigo originalmente publicado na *Gazeta da Tarde*). “A quermesse da Madalena – Atos de selvageria”. *Jornal do Recife*, 18 de novembro de 1890.

²⁴⁹ “Assalto à quermesse da Madalena”. *Jornal do Recife*, 20 de novembro de 1890.

²⁵⁰ “Selvageria”. *Jornal do Recife*, 19 de novembro de 1890 (artigo originalmente publicado na *Gazeta da Tarde*).

boas famílias da Madalena tivessem demonstrado sinais de gratidão, o que há é um relato da impaciência em ouvir o líder republicano discursando em cima de um caixote improvisado. Episódio emblemático para os republicanos que talvez nutrissem alguma expectativa em conquistar a empatia dos pobres com a distribuição de óbolos. A relação entre ofertar benesses e conquistar a fidelidade do favorecido estava longe de ser automática, como veremos no próximo capítulo, esse tipo de relação era bem mais matizada.

Capítulo IV

Nas malhas mais finas da política

Martins Junior foi, até o 15 de novembro, basicamente um republicano de imprensa, esteve à frente de diversos jornais políticos e literários, era o clássico homem de letras. Fez nome enquanto poeta e teve seu lugar na divulgação do pensamento positivista em meio ao grupo que ficou conhecido como *Escola do Recife*. Após ser projetado como figura de proa do republicanismo em Pernambuco, sua falta de experiência com as engrenagens internas da política tornou-se mote para a sátira *marianista*, escreviam então que ele "levou muitos anos no histerismo parvo do seu amor próprio, proferindo somente *words, words, words...*".²⁵¹ Olhando por esse ângulo, a concepção do evento ocorrido no Largo do Viveiro parece um tanto atípica em relação a sua trajetória, aquele festival de assistencialismo dedicado aos "pobres" certamente não era o habitat do renomado bacharel. No entanto, ainda que tivesse feito parte da comissão que organizou a solenidade, aquele foi um festejo do Clube Republicano 22 de Julho.

Esse clube, como a maior parte das agremiações do tipo, existia com fins explicitamente eleitorais, havia uma comissão estatutária para auxiliar os cidadãos a obterem seus títulos, além do que, praticamente todos os candidatos à intendência municipal que disputaram eleições nos anos seguintes faziam parte de algum dos 22 clubes existentes no Recife, dois dos eleitos nesses pleitos, inclusive, fizeram parte da comissão dos festejos do Largo do Viveiro. Esse tipo de atuação, voltada para a organização de eventos públicos, além de certo perfil filantrópico, eram características

²⁵¹ "Partido Nacional". A Província, 15 de julho de 1890. A matéria fazia referências a sua falta de caráter de homem público e de como era um chefe caricato. Na dissertação de Henrique Soares Cavalcante, que tem o mérito de narrar os conflitos políticos dos conturbados primeiros anos republicanos em Pernambuco com singular clareza, Martins Junior é representado assim: "O retrato do líder *histórico* não é apontado como o de um político de bom desempenho popular, mas sim dotado das qualidades intelectuais requeridas para uma pomposa carreira no meio jurídico bem ao modo dos egressos da Faculdade de Direito do Recife". CAVALCANTE, Henrique Soares. *Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2014. p. 79.

distintivas dos candidatos a intendência naquele período. Afirmo isso com base no acompanhamento das publicações da imprensa sobre os 40 candidatos mais votados nas duas primeiras eleições para aquela casa legislativa.

A primeira eleição para a intendência municipal na república aconteceu em setembro de 1891, entre os 15 eleitos e os 5 suplentes mais votados, onze eram da chapa dos autointitulados *democratas*, organizada principalmente por José Mariano, que concorria ao cargo de prefeito e que foi eleito com mais do que o dobro de votos do segundo colocado. Pouco tempo depois, no entanto, com a renúncia de Deodoro e a subida de Floriano, os republicanos históricos tiveram força suficiente para, com auxílio de tropas federais, deporem o governo do estado e anularem as eleições para a prefeitura e a intendência. Em março de 1892, outra eleição foi realizada, os *marianistas* se posicionaram em abstenção, e o grupo de Martins Junior ficou com todas as cadeiras da intendência.²⁵²

Para construir uma análise da atuação dessas lideranças locais, investiguei as trajetórias dos 15 eleitos em cada pleito e dos 5 suplentes que os seguiram nas listas de mais votados. Como do primeiro grupo havia uma preponderância dos *marianistas*, e do segundo uma unanimidade de aliados de Martins Junior, considerei o conjunto dos 40 indivíduos uma amostragem interessante para observar como os membros das duas forças que polarizavam a política estadual se posicionavam publicamente, procurando sentidos que possam expor como alcançaram o direito de se apresentarem enquanto candidatos, bem como os valores e as práticas que lançavam mão para conquistar a empatia pública e, consequentemente, votos.

Estudos recentes, como os desenvolvidos por James Woodard e Américo Freire, chamam a atenção para a influência do localismo na estrutura de poder político da Primeira República.²⁵³ Ao tempo que ambos os autores evidenciam a importância das lideranças locais na articulação de processos políticos de cunho regional e nacional, eles pontuam o quanto o poder desses representantes derivava principalmente da "consistência de uma base eleitoral segura em seu distrito de origem".²⁵⁴ Esse último aspecto é o que pretendo investigar neste capítulo, principalmente observando a maneira

²⁵² A intendência municipal tem por equivalente atual a Câmara de Vereadores. Sobre o episódio citado, ver: CAVALCANTE, Henrique Soares. *Op. Cit.*

²⁵³ WOODARD, James P. *A place in politics: São Paulo, Brazil, from seigneurial republicanism to regionalist revolt*. Durham and London, Duke University Press, 2009. WOODARD, James P. "Coronelismo in Theory and Practice: Evidence, Analysis, and Argument from São Paulo". *Luso-Brazilian Review*, Vol. 42, No. 1, 2005. FREIRE, Américo. "Liderança e localismo na I República brasileira". *Ler História*, n° 59, 2010.

²⁵⁴ FREIRE, Américo. *Ibidem*, p. 55.

como a composição dessas bases eleitorais conectavam as dinâmicas da vida social com a organização política municipal.

O principal objetivo com essa análise é demonstrar que as relações políticas da época eram mais complexas do que conjecturavam algumas interpretações historiográficas e sociológicas baseadas em esquemas que reduziam a dinâmica eleitoral a práticas de controle / coerção dos votantes e adulteração dos resultados por agentes do governo. Não há como desconsiderar que a corrupção e as artimanhas de agentes de governo tiveram influência direta nos pleitos, mas o ponto que procuro evidenciar é que esses aspectos não eram os únicos determinantes dos resultados eleitorais,²⁵⁵ muito menos que encerravam o universo de relações políticas em torno do voto.²⁵⁶ Como procurarei demonstrar havia uma diversidade considerável de formas com que a população se relacionava com os seus representantes e vice-versa.

Perfis e programas: quem eram os chefes políticos do Recife?

Entre os 40 candidatos observados, há certa diversidade de posições sociais, a maior parte deles eram oriundos das camadas médias urbanas, muitos eram comerciantes (alguns endinheirados, outros nem tanto), em quantidade seguiam-se os médicos e farmacêuticos, e com menor presença, advogados, guarda-livros, funcionários públicos, professores de cadeiras primárias, agentes de segurança pública e artífices. Em comum tinham uma ativa participação na vida social da cidade, todos faziam parte do corpo de jurados e a grande maioria era vinculada a alguma irmandade da Igreja Católica. Em termos de atuação pública, encontrei referências na imprensa de 37 candidatos envolvidos com uma, ou mais de uma, das atividades listadas abaixo:

- Preparação de celebrações e festividades coletivas: enquanto financiadores e organizadores de eventos paroquiais, como procissões, festas de padroeiras e

²⁵⁵ O próprio formato de votação influenciava diretamente nos resultados. No caso dos pleitos que analiso aqui, não se pode desconsiderar que o sistema de votação, onde cada eleitor tinha direito de votar em 10 candidatos, tenha tido influência para uma vitória acachapante da chapa do governo. Nessa eleição o eleitor poderia votar em 42 candidatos a partir de cinco cédulas, uma para o senado, onde podia escolher dez nomes, outra para deputados federais, podendo votar em vinte candidatos, uma para prefeito e outra para subprefeito, cada uma com direito a escolher um candidato e finalmente a cédula para a intendência. "Mesas eleitorais – Edital". *Jornal do Recife*, 17 de fevereiro de 1892.

²⁵⁶ No período analisado, a cidade do Recife contava com um eleitorado formado por cerca de 9 mil pessoas, em um universo relativamente amplo como esse e em um momento acirrado de disputas, é difícil imaginar que tanta gente tenha ido às urnas levadas pelos mesmos objetivos. Sobre essa estimativa do eleitorado, ver: "Ao eleitorado do Recife". *Diário de Pernambuco*, 17 de março de 1892.

padroeiros, novenas, festas de irmandades e demais eventos do calendário católico. Promoção dos festejos carnavalescos, organizando blocos, responsáveis pela decoração do bairro, contratando bandas.

- Financiamento e promoção de sociedades filantrópicas ou beneficentes.
- Prestação de serviços profissionais gratuitos aos mais pobres.
- Atuação na direção de associações de ofício.
- Manutenção da segurança pública ou da ordem local.

Esses aspectos da participação na vida pública denotam, por um lado, uma busca por popularidade dos candidatos, que, ao despenderem tempo e dinheiro nessas iniciativas, procuravam se projetar enquanto lideranças locais. Por outro lado, são indícios de que poderia haver, por parte da população, uma cobrança para que seus representantes, ou aspirantes a representantes, prestassem serviços e demonstrassem envolvimento com a vida comunitária e iniciativas de assistência aos mais pobres. De certa maneira, esse padrão de práticas compartilhadas entre os candidatos acena com a hipótese de que as lideranças políticas locais não eram simplesmente impostas de cima para baixo por determinação das confabulações de diretórios partidários. Pelo contrário, muitos eram oriundos de famílias sem tradição política, era o caso do capitão João Carolino do Nascimento.

Na campanha abolicionista de 1884, quando uma multidão liderada por José Mariano invadiu a Matriz da Boa Vista, onde suspeitavam que os conservadores estavam adulterando as atas eleitorais, João Carolino estava presente.²⁵⁷ No entanto, afirmou que não participou do desfecho do conflito, quando dois fiscais conservadores foram assassinados aos gritos de “mata essa cambada de escravocrata”. Na ocasião justificou-se, fugiu por problemas físicos, aparentemente não queria ter sua honra colocada em cheque, “tenho nas costas 5 anos de campanha, 17 combates e batalhas e também dois ferimentos”.²⁵⁸ Durante aquela década de 1880, foi combatente do abolicionismo até o último momento, em maio de 1888 estava trabalhando na frente de libertação de bairros, no caso, da freguesia de São José, onde era domiciliado.²⁵⁹ Mas, antes de lutar nas fileiras abolicionistas, “fez toda a campanha do Paraguai”, onde adquiriu o título de capitão e os ferimentos que carregava. Segundo seu necrológio, o

²⁵⁷ O episódio é analisado no primeiro capítulo da tese.

²⁵⁸ Jornal do Recife, 7 de dezembro de 1884.

²⁵⁹ Jornal do Recife, 6 de maio de 1888.

“inditoso veterano” morreu em estado de miséria, pois, ainda que tenha sido habilitado a receber o soldo vitalício de capitão, conforme a lei n. 1.687 de 13 de agosto de 1907, não chegou a ver a cor do dinheiro até o dia de sua morte.²⁶⁰

Era artista seleiro, “possuindo brilhante fé de ofício”, e foi antes pela matéria prima de seu trabalho, do que por ser capitão, que ficou conhecido popularmente. Chamavam-no Casaca de Couro, “por causa de seu velho paletó de grosso tecido marrom, ensebado e luzidio pelos longos anos de uso”.²⁶¹ A república representou para Carolino uma oportunidade de ascensão social pela política, algo que não havia conseguido nas fileiras *marianistas*.²⁶² Após o 15 de novembro, mudou de lado, fundou o Clube Republicano de São José e conseguiu ser nomeado subdelegado de sua freguesia, conquistando, pouco tempo depois, o direito de ser candidato a intendência municipal.²⁶³ Com 470 votos, foi eleito em 1892 na última vaga do legislativo municipal.²⁶⁴

A trajetória de João Carolino, que foi juiz de paz, militante abolicionista e fundador de um clube republicano, o situa objetivamente enquanto uma liderança política local. É muito provável que esse retrospecto tenha pesado para que os chefes do partido republicano o tenham incluído na chapa da intendência. Mas, há um aspecto da sua vida que me parece crucial para o entender enquanto pessoa influente socialmente, esse aspecto, no entanto, só ganha às páginas dos jornais uma década depois que foi eleito, ele era “feiticeiro” e também atuava como cura.

O código penal de 1890 legislava sobre a feitiçaria em seus artigos 156, 157 e 158, leis que eram voltadas principalmente para punir a prática do curandeirismo em cerimônias religiosas ou de magia. Analisando a letra da lei, Yvonne Maggie explica que com essa legislação “o que se pune é determinado modo de exercer o espiritismo [...] não se proíbe nem se pune todos os espíritas, curandeiros ou praticantes da

²⁶⁰ A Província, 27 de novembro de 1909.

²⁶¹ “Tipos populares do Recife”. Jornal Pequeno, 2 de junho de 1933. A coluna com esse título, era escrita pelo repórter Oscar Mello, que em tom memorialista escrevia sobre figuras populares na cidade. A primeira frase da citação, sobre sua fé no ofício, foi retirada do necrológio citado na nota anterior. Em relação a matérias sobre seu ofício, ver: Diário de Pernambuco, 21 de novembro de 1889. Diário de Pernambuco, 13 de fevereiro de 1895.

²⁶² Durante a década de 1880 tentou se candidatar para intendência algumas vezes, mas teve seu nome preterido pelos liberais, ainda assim foi eleito juiz de paz da sua freguesia naquela época. Jornal do Povo, 6 de março de 1889.

²⁶³ Jornal do Recife, 5 de abril de 1889.

²⁶⁴ Jornal do Recife, 8 de março de 1892.

magia".²⁶⁵ Mas, na prática a legislação implicava uma tremenda insegurança para os frequentadores do amplo elenco de cultos, credos e religiões, relacionados ao termo feitiçaria, como o espiritismo kardecista, a jurema sagrada de tradição afro-ameríndia ou o candomblé.

Na década de 1890 não encontrei na imprensa relatos de batidas da polícia em casas onde aconteciam cultos e rituais, nesse período é provável que João Carolino não tenha encontrado problemas também pela sua proximidade com a política e com os agentes de segurança pública. A partir de 1901, no entanto, o tema passa a ocupar as colunas de jornais com certa frequência, seja a partir de denúncias enviadas por leitores, seja pela cobertura detalhada da ação de jovens delegados e subdelegados recém-saídos da Faculdade de Direito.²⁶⁶ Há alguns anos o capitão estava afastado da política e, em 1903, viu seu nome em uma "lista das casas onde se costuma haver sessões de feitiçaria". A publicação anônima pedia "atenção do Dr. Chefe de polícia, afim de exterminar essas pragas de feitiçaria".²⁶⁷

Seis meses depois da denúncia, a casa de Casaca de Couro, como se referia a reportagem, foi invadida às 11h30min da noite, duas autoridades policiais e alguns praças "encontraram na sala da frente, grande número de pessoas reunidas em sessão, sob a direção de Casaca de Couro, as quais se puseram em fuga com a presença da polícia". Na ocasião as autoridades não levaram ninguém preso, diferentemente de outras operações, onde as dezenas de frequentadores eram encaminhados à delegacia ou à Casa de Detenção.²⁶⁸ Nesse caso, as autoridades, além de terem inutilizado "os utensílios de feitiçaria", recomendaram que Carolino suspendesse as atividades, caso contrário seria preso.²⁶⁹

²⁶⁵ MAGGIE, Yvonne. "Medo do feitiço 15 anos depois: 'a ilusão da catequese' revisitada". In.: CUNHA, Olivia Maria Gomes da. SANTOS, Flávio Gomes dos. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. p. 352

²⁶⁶ O delegado da Boa Vista, Samuel Valença era um exemplo deste perfil de jovem bacharel. Em 1901 uma nota foi publicada afirmando que "aquela autoridade que tanto tem perseguido a feitiçaria ultimamente...". "Jogo". *Jornal Pequeno*, 30 de novembro de 1901.

²⁶⁷ "Com a polícia". *Jornal Pequeno*, 2 de setembro de 1903.

²⁶⁸ Para casos de batidas policiais onde as diversas pessoas que participavam dos rituais foram levadas presas, ver: *Diário de Pernambuco*, 30 de novembro de 1901. "Feitiçaria". *Diário de Pernambuco*, 11 de outubro de 1904. *Diário de Pernambuco*, 21 de abril de 1903. "Prisão de 16 feitiçeiros". *Jornal Pequeno*, 10 de outubro de 1904. *A Província*, 12 de outubro de 1904.

²⁶⁹ "Feitiçaria". *Diário de Pernambuco*, 13 de fevereiro de 1904. "Feitiçeiros". *Jornal do Recife*, 13 de fevereiro de 1904. O procedimento de recolher os objetos litúrgicos era padrão nas batidas, inclusive as quantias de dinheiro que eram doadas pelos frequentadores, algumas vezes esses objetos eram armazenados em instituições da polícia, noutras eram atirados ao mar, como em: "Casa de feitiçeiros". *Jornal Pequeno*, 6 de abril de 1903.

Não consta que algo do tipo tenha voltado a ocorrer, mas em 1905, “pobre, lutando com as maiores dificuldades, o infeliz homem atrasou-se nos alugueis da casa e o dono desta mandou intimá-lo pela justiça a mudar de residência”. A ação policial “constituiu um espetáculo escandaloso [...] sendo presenciado por grande número de curiosos”. Da casa onde realizava os “*catimbós*” atiraram na rua todas as suas posses, descritas como uma “avultada quantidade de objetos velhos, imprestáveis e sujos, um amontoado de troços com ausência completa de higiene”. Em meio a ação de despejo, foram apreendidos pela polícia “49 sacos de ervas secas para feitiçaria e uma imagem de N. S. de Sant’Anna, sem cabeça”, só que, enquanto retiravam os pertences de Carolino, foi encontrada uma criança de oito para dez anos “doente de varíolas”. Fato que motivou algum tumulto, porque as autoridades exigiram que a criança fosse levada a um hospital, ao que se contrapunha severamente o capitão Carolino, que em atitude desesperada enrolou a menina em panos e tentou, sem sucesso, fugir com ela, mas, a criança foi tomada pelas autoridades e levada ao hospital. Os demais pavimentos do prédio e a casa onde morava foram lacrados pela inspetoria de higiene até que fosse feita a “desinfecção necessária”. Não se noticiou que destino tomou o capitão, essa foi a última notícia sua que encontrei na imprensa antes de seu necrológio.²⁷⁰

O capitão João Carolino vivia então o ocaso de sua vida pública, exposto pela imprensa em uma imagem repleta de asco, a sua residência era uma representação concreta de elementos que deveriam ser combatidos pela ação pública, um antro de feitiçaria sujo, um foco de varíola que deveria ser desinfetado. Mas, essa oposição entre os agentes públicos que deveriam combater a feitiçaria e os que deveriam sofrer a perseguição, nem sempre era tão cristalina. Carolino era um exemplo vivo da fragilidade dessas fronteiras, se em 1904 ele já não tinha autoridade suficiente para escapar das batidas policiais, ainda assim parecia ter algum poder de negociação para não ser preso, pois quando uma das autoridades o ameaçou de lhe levar em cana, “ele como que indignado, objetou-lhe que tal não se poderia dar”, afirmando que a filha do próprio delegado “também tomava parte naquele divertimento”.²⁷¹

Em outros casos, a fronteira era completamente inexistente, tome-se o exemplo do subdelegado de Afogados, o capitão Ponciano, denunciado por mais de uma vez como “mestre de feitiçaria” e protetor de outros feiticeiros de sua freguesia, que “não deixam os moradores contíguos conciliar o sono em vista da grande algazarra que eles

²⁷⁰ A Província, 16 de março de 1905. Jornal Pequeno, 20 de março de 1905.

²⁷¹ “Feitiçaria”. Diário de Pernambuco, 13 de fevereiro de 1904.

fazem na ocasião da cerimônia”.²⁷² Em outra denúncia, uma história narrada dá a entender que os serviços espirituais do subdelegado eram assentidos inclusive por autoridades superiores a ele: “quando apareceram os fantasmas no quartel do 40, sob a forma de um caranguejo de fogo, ele se propôs ao comandante daquele batalhão afim de fazer entrar o espírito no caminho do bom viver”.²⁷³

A relação entre feitiçaria e política se dava de modo muito reservado, alguns relatos dão a ver que esses não eram universos inconciliáveis. O célebre literato Joaquim Carneiro Vilela, que se afirmava profundo conhecedor do "candomblé africano", e que defendia que esse tipo de manifestação, como a jurema sagrada, "representa uma fé [...] digna de atenção e mais merecedor do respeito público do que das iras e penalidades do código" penal, relatava em uma crônica na imprensa o seguinte:

Conheço um deputado do Sr. Rosa e Silva – o público também o conhece bem – em favor de cuja deputação a sua digna consorte gastou para mais de duzentos mil réis em feitiçarias e candomblés. [...] Rara era a semana, em que a esposa do deputado não fosse uma ou duas vezes às *sessões* da feiticeira, que fazia *mesa* só para ela e por conta dela.²⁷⁴

Chamando-a de “uma auxiliar tão poderosa da política”, Vilela afirmava que foi “graças as feitiçarias da bacia e do cachimbo” que o tal deputado foi eleito. A tal “sacerdotisa fetichista” desse caso era uma “quarentona”, ela não era a única que se prestava a auxiliar a política. Em uma outra notícia sobre uma batida na casa de uma feiticeira chamada Othilia Thereza de Jesus, descrita como uma “crioula moça”, há a descrição das “bugigangas apreendidas”, em meio a cachimbos, pandeiros e maracas, foram listados “14 livros de títulos eleitorais; alguns títulos já estavam fora dos canchotos”.²⁷⁵ Porque esses livros de títulos eleitorais se encontravam na casa daquela feiticeira? Não há resposta objetiva para essa pergunta, mas pode-se supor que além das atividades espirituais, aquela residência também se prestava a ofertar outros serviços públicos, no caso, servia de sede para a comissão de alistamento eleitoral. Naquela época, não existiam instituições equivalentes à Justiça Eleitoral, o serviço de qualificação do eleitorado e de distribuição dos títulos era realizado por comissões de

²⁷² A Província, 13 de outubro de 1903. No livro do jornalista Oscar Mello, o capitão Ponciano de Macedo era descrito não só como “uma das melhores autoridades policiais deste Estado”, como também enquanto “chefe político” de Afogados. Ainda segundo o relato de Mello, Ponciano era conhecedor de “todos os ‘truques’ da capoeiragem”. MELLO, Oscar. Recife Sangrento. Recife, s/e, 3ª ed., 1953. p. 158

²⁷³ “Os feitiçeiros na ponta”. Jornal Pequeno, 30 de julho de 1903.

²⁷⁴ “Tocando e rindo”. A Província, 23 de novembro de 1901.

²⁷⁵ Jornal Pequeno, 20 de abril de 1903.

cidadãos escolhidos pela intendência municipal, era muito comum que esses serviços fossem realizados na própria residência desses cidadãos.²⁷⁶

Se de fato, a casa onde Othilia de Jesus realizava seus rituais, também servia de sede para alistamento eleitoral, aquele era um local de promoção da cidadania política e de constituição da ordem do sistema representativo. O que quer dizer que, essas pessoas apontadas pela imprensa como avessas à uma determinada lógica do Estado burguês, não só estavam diretamente relacionadas a suas dinâmicas internas, como operavam enquanto agentes de sua construção.²⁷⁷ Fato que pode explicar porque, mesmo com restrições à alfabetização, freguesias pobres dos centros urbanos contavam tradicionalmente com numeroso eleitorado, como era o caso de Afogados em Recife, como pode-se depreender da tabela abaixo elaborada a partir do cruzamento entre o número de habitantes de Recife em 1895 e o do eleitorado de 1903.²⁷⁸

Tabela III
Número de eleitores (1903) por habitante (1895) nas freguesias do Recife

Freguesia	Habitantes	Eleitores	% habitantes que eram eleitores	% de eleitores em relação ao eleitorado total
São Pedro Gonçalves	8.990	235	2,61%	2,63%
Santo Antônio	15.910	1.366	8,59%	15,31%
São José	17.297	1.170	6,76%	13,19%
Afogados	11.755	951	8,09%	10,66%
Boa Vista	20.886	2.488	11,91%	27,88%
Graças	5.324	1.864	35,01%	20,89%
Poço	5.577	380	6,81%	4,26%
Várzea	5.313	471	8,87%	5,28%
Total	91.052	8.925	9,80%	100%

Fontes: Em relação ao número de habitantes por freguesia: *Estatística: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Julio de Mello Filho, Secretário da Justiça, Negócios Interiores e Instrução Pública do Estado de Pernambuco pelo ex-chefe da Comissão Central de Estatística E. Moscozo*. Recife, Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895. Quanto ao eleitorado, os dados foram publicados nas edições de julho e agosto de 1903 do *Diário de Pernambuco*.

²⁷⁶ Aspectos regulados pela Lei Nº 35, de 26 de janeiro de 1892.

²⁷⁷ Em Salvador, conforme estudo de Aldrin Castellucci, já nas primeiras eleições republicanas, trabalhadores vinculados ao movimento operário ficaram responsáveis pela organização do alistamento eleitoral em importantes freguesias urbanas. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. "Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919)". *Revista de História*, n° 162, 1° semestre de 2010. p. 216.

²⁷⁸ Devo lembrar ainda que o alistamento era tido por problema crônico do sistema eleitoral desde meados do século XIX, e que, até o fim da Primeira República, continuava a ser visto como extremamente defectivo. Em uma publicação de 1919 voltada à normatização dos pleitos, dizia-se que esse processo ainda andava a ser realizado por "defraudadores". Ver: *Carteirinha do alistando e eleitor*. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1919.

Esse tipo de análise, baseada em uma perspectiva onde as experiências locais são situadas no primeiro plano da observação, me parece fundamental para a compreensão das maneiras como os direitos da cidadania eram operados. A historiadora Evelyn Glenn, ao escrever sobre cidadania nos EUA, observou que:

Perceber a cidadania como fenômeno localizado implica um afastamento da forma como ela normalmente foi vista. Nós normalmente pensamos a cidadania como questão determinada pela Constituição dos EUA, estatutos federais e estaduais, e decisões judiciais. No entanto, mesmo que estes documentos formais e decisões definam os seus limites e direitos, eles são muitas vezes interpretados e aplicados (ou não aplicados) por atores individuais que operam a nível local.²⁷⁹

Alguns dos candidatos a intendência se projetavam publicamente enquanto promotores da cidadania, o compromisso de regulamentação do trabalho, por exemplo, era o carro chefe da plataforma do mestre pedreiro José Antonio Vieira da Cunha. Em outubro de 1891, ele obteve 2.482 votos, com um projeto ousado que além de prever a implementação da lei das 8 horas e outra relativa a indenizações por acidentes de trabalho, prometia “a equidade na distribuição da justiça aos proletários, sem diferenciação de classe entre ricos e pobres” e o “alargamento da instrução às classes filhas do proletariado”.²⁸⁰

Ainda que mais outros três candidatos tenham se declarado representantes das classes proletárias, Vieira da Cunha foi o único eleito naquele ano. Outros indivíduos que também venceram as eleições pediram votos em defesa de suas respectivas classes, ou seja, colocavam seus mandatos à serviço dos interesses de coletividades específicas. A bancada da classe comercial, por exemplo, era a mais extensa, seus membros compunham mais de um terço da legislatura que de fato assumiu a intendência em 1892. Representando a elite econômica estadual, esse grupo era formado por acionistas de grandes empresas e herdeiros de famílias tradicionais, alguns eram sócios em empreendimentos financeiros comuns.²⁸¹ O empenho em ocupar as cadeiras da

²⁷⁹ GLENN, Evelyn Nakano. *Unequal freedom: How Race and Gender shaped American Citizenship and Labor*. Cambridge, Harvard University Press, 2004. p.2.

²⁸⁰ “Circular às classes operárias do Recife”. Diário de Pernambuco, 29 de setembro de 1891. Vieira da Cunha também foi militante do movimento abolicionista e fez parte da diretoria da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, atuando também, já nos primeiros anos do século XX na Liga Pernambucana contra o analfabetismo. Em seu necrológico foi descrito como “bastante comunicativo, de cativantes maneiras, era por isso mesmo estimadíssimo”. Informações tiradas de: Diário de Pernambuco, 29 de janeiro de 1884. Jornal Pequeno, 30 de novembro de 1903. Jornal Pequeno, 6 de maio de 1924. Sobre a candidatura de representantes operários, ver o capítulo V dessa tese.

²⁸¹ Sebastião Manuel do Rego Barros, Comendador José da Silva Loyo Junior, Comendador Joaquim Alves da Fonseca, Alberto Dias Fernandes e Coronel José Dias Alvares Quental, eram alguns dos nomes dos representantes das classes comerciais que foram eleitos para a intendência. Alguns eram vinculados a

intendência justificava-se principalmente pela possibilidade de interferência nos regulamentos tributários e em áreas de atividade comercial, transporte de mercadorias e relativas ao uso do porto.

Com objetivos similares, a União Comercial Beneficente de Merceeiros, também conseguiu eleger dois intendentes. Representando 600 estabelecimentos de pequeno e médio porte da cidade, como tabernas e mercearias, a diretoria da associação informava que as candidaturas dos “dois representantes dessa classe” não se guiavam “por espírito político [...] mas sim pelo desejo de ter ali pessoas que possam defender os seus interesses”.²⁸² Para além dos pequenos comerciantes, os merceeiros também buscavam angariar os votos de uma população que vivia assolada pela carestia de alimentos em um momento específico de alta de preços, argumentando que a “boa distribuição dos impostos deve resultar a possibilidade de barateza dos gêneros”.²⁸³

Nas semanas que antecediavam os pleitos, portanto, um considerável número de candidatos apresentava-se ao eleitorado a partir de plataformas programáticas. Circulares publicadas nos jornais ou distribuídas de forma avulsa nas ruas sintetizavam a atuação prévia dos aspirantes aos cargos públicos e situavam seus projetos políticos identificados com os interesses de grupos sociais organizados.²⁸⁴ A participação ativa dessas coletividades no debate público e o empenho em moldar a esfera de relação com o Estado, fosse em torno das regulações das relações de trabalho ou de aspectos

clubes republicanos, todos faziam parte de irmandades católicas e eram financiadores de festejos de suas irmandades, além de participarem de outras iniciativas filantrópicas.

²⁸² . “Ao digno eleitorado do município de Recife”. A Província, 26 de setembro de 1891. Um dos dois candidatos que representaria os merceeiros era Manoel Joaquim da Costa Ramos, dono de taverna em Santo Amaro e fundador do clube republicano daquela freguesia. Português naturalizado, é possível que entre os votos que o elegeram, tenha recebido o apoio da comunidade portuguesa, visto que a constituição política de Pernambuco dava direito a voto aos estrangeiros que eram contribuintes. A tese de doutorado de Bruno Câmara, que analisa o poder da comunidade portuguesa no comércio de Recife, evidencia que esse grupo há muito detinha influência na política local. CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2012. Os estrangeiros não precisavam se naturalizar para votar nos conselhos, bastava que residissem no município há pelo menos três anos e pagassem os tributos municipais. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, promulgada em 17 de junho de 1891. Recife, Tipografia da Província, 1891. p.15.

²⁸³ Sobre a carestia e a alta de preços naqueles anos, ver: PERRUCCI, Gadiel. *A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria*. São Paulo, Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1974. Na imprensa da época: “Carestia da vida”. Jornal do Recife, 10 de março de 1892.

²⁸⁴ Destaco aqui a atuação da Liga Operária e de seus candidatos que promoveram algumas reuniões no Liceu de Artes e Ofícios e que atuavam organizando outras associações de ofício, a análise em torno desses temas será realizada no próximo capítulo. Em relação à associação dos merceeiros, além das assembleias regulares da agremiação, atuavam junto ao grupo de José Mariano já há certo tempo e publicavam protestos na imprensa contra determinados impostos, ver, por exemplo: Jornal do Recife, 17 de outubro de 1889. “O orçamento municipal e a classe dos merceeiros”. Diário de Pernambuco, 19 de outubro de 1889. “A classe dos merceeiros”. Diário de Pernambuco, 20 de novembro de 1892.

referentes aos tributos, são elementos que colocam em cheque antigas percepções de que as eleições se resumiam a um grande mercado de votos que tinha por moeda de troca unicamente a barganha de cargos e de beneficiamentos pessoais.

Isso não quer dizer que a oferta de favores em torno de fidelidade política não fosse um fator importante nas eleições. Mais uma vez devo reiterar que práticas consideradas arcaicas pelos contemporâneos (como a compra de votos, coerção do eleitorado, controle de resultados, etc.) coabitavam o solo comum da política com experiências que tencionavam um tipo de representação moderna, baseada na impessoalidade e no pluralismo liberal. Essa coexistência é parte de um processo histórico dinâmico e foi notada em muitos outros países.²⁸⁵ Me parece um equívoco abordar esses expedientes eleitorais como irreconciliáveis, porque, como irei evidenciar, não era incomum que candidatos lançassem mão, ao mesmo tempo, de ambos os tipos de procedimento nas eleições. Cabe antes historicizar de que forma a sociedade da época lidava com a emergência desses procedimentos e como eles impactavam na experiência política das pessoas que participavam dos pleitos.

Uma crônica ficcional, publicada na semana da primeira eleição republicana, em 1891, nos apresenta um primeiro aspecto interessante sobre o tema. O texto é iniciado com os queixumes de um eleitor: "tenho andado esses dias numa verdadeira dobadoura. Não tenho tempo nem de sair de casa. Desde a manhã, até a noite, são tantas as visitas, tantos os *amigos* que se lembram de mim, sentindo sempre as minhas dores e gozando das minhas alegrias...". O repentino visio de popularidade que aturdiu o, até então, anônimo eleitor, não era fenômeno fortuito, cada batida na porta de sua casa significava a chegada de um candidato interessado em seu voto.

Um dia foi o vigário da minha freguesia que me veio falar em nome de Deus, que lhe tinha delegado poderes para fazer um conselho municipal; outro dia foi um colega de escola que me recordou que eu lhe tinha dado de uma vez quatro bolos no argumento da tabuada, e alegava para essa circunstância como um direito a minha consciência política e de cidadão; em outro foi o subdelegado, fazendo-me lembrar que já uma vez me emprestara um cavalo para eu ir ver uma namorada na Estrada Nova...²⁸⁶

Havia nessa história uma intencionalidade pedagógica do autor. Após o sexto, ou o sétimo, candidato aparecer, o eleitor é acometido por uma tomada de consciência e diz que não vai sufragar nenhum daqueles interesseiros que estão a lhe pedir o voto, afirma então que está fechado com o verdadeiro representante do povo (no caso José

²⁸⁵ Aspectos que abordo na introdução.

²⁸⁶ "Rabecadas". A Província, 30 de setembro de 1891.

Mariano). A mensagem, um tanto óbvia, girava em torno da exaltação do eleitor dotado de responsabilidade cívica, que não se deixava dissuadir por “cabalas” e promessas. Mas, o que chama a atenção no texto é a quantidade de candidatos que se apresentavam ao votante, é certo que, enquanto um exercício caricatural há muito de exagero na crônica, no entanto, não era nada incomum que candidatos batessem na porta de pessoas garimpando votos.²⁸⁷ Tanto isso era uma questão, que o redator do jornal achou pertinente problematizar o tema naqueles dias. Após pesquisar algumas eleições nas décadas finais do século XIX, me parece um tanto evidente que não existia algo como um monopólio da vontade do eleitor. Em Recife, geralmente os votantes se encontravam diante de uma variedade de propostas, que podiam ser alicerçadas em favores recebidos, ou não. Era a partir da observação do cenário eleitoral que cada um fazia seu cálculo de acordo com suas vivências, seus credos políticos e outras variantes contingenciais.²⁸⁸

Mas, não devemos perder de vista que a formalização de relações de fidelidade política a partir da concessão de benesses ou favores é até hoje uma estratégia adotada com certa regularidade por operadores da política. Profissionais de determinadas áreas levam mais vantagem do que outros nesse campo, como os médicos, por exemplo. O antropólogo Jorge Mattar Villela, em uma etnografia executada recentemente, observou que, ao prestar seus serviços a pessoas em momento de fragilidade e, muitas vezes endividadas, os médicos acabam tendo certa facilidade em criar laços de confiança e cativar sentimentos de gratidão entre pacientes e seus familiares.²⁸⁹ A exploração política desse tipo de relação é prática antiga.²⁹⁰ Em meio aos 30 intendentes eleitos entre 1891 e 1892, quatro eram médicos, dois farmacêuticos e um dentista, cujos nomes

²⁸⁷ Sobre esse tipo de prática, escrevia um articulista que: “o homem do trabalho, o artista, o lavrador, o operário, conhecia o valor moral do seu título de eleitor, apercebendo-se da importância do seu voto, ao receber entre as quatro paredes de sua choupana, a fidalga visita dos titulares do país”. “Renascença política”. *Diário de Pernambuco*, 4 de junho de 1905. Angela Alonso, afirma, por exemplo, que na campanha eleitoral de 1884, Joaquim Nabuco planejava visitar os domicílios de nada menos que 1.500 eleitores. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. p. 189.

²⁸⁸ Sobre a imprevisibilidade dos resultados dos pleitos, em uma carta de 1893 ao Barão de Lucena, um correligionário comentava a poucos dias da votação que era “difícil ou impossível prever o resultado do pleito”. Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n.º. 933, 11/12/1893.

²⁸⁹ VILLELA, Jorge Mattar. “Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição”. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.3, n.2, jul.- dez., 2011. p. 17.

²⁹⁰ Outros estudos sobre política local na Primeira República também evidenciam a grande presença de médicos entre as lideranças municipais, em alguns casos prestando serviços gratuitamente com fins eleitorais, como em: CASTELLUCCI, Aldrin. *Op. Cit.*, 2008. p. 90. VENEU, Marcos Guedes. *Op. Cit.*, 1987. FREIRE, Américo. “Liderança e localismo na I República brasileira”. *Ler História*, n.º 59, 2010.

podem ser encontrados em diversas publicações de agradecimentos por serviços prestados gratuitamente a pessoas pobres. "As maneiras delicadas e atenciosas" desses profissionais, como seus atributos: "humanitário", "distinto e inteligente", eram veiculadas nas folhas diárias em formato de pequenas notas assinadas pelos próprios pacientes beneficiados, ou em matérias narradas pelos redatores, como o caso em que o Dr. Simões Barbosa, quando passava pelas ruas do centro em seu "cabriolé", viu um "homem do povo esvaindo-se em sangue", ao que, prestou-lhe os primeiros socorros, emitiu receita e mandou comprar-lhe os medicamentos necessários.²⁹¹ Ou quando o Major Numa Pompílio, presenciou um tumulto e, ao se aproximar, encontrou "um pardo de 26 anos que levara uma facada", após salvar o jovem ferido, teve seu feito muito louvado pela imprensa.²⁹²

No entanto, a divulgação desses auxílios despretensiosos, o título de doutor e certa disposição assistencialista não conformavam completamente a amplitude da atuação política desses homens. Simões Barbosa, por exemplo, algum tempo depois de sua entrada na intendência, dedicou-se a colocar no papel suas reflexões sobre conflitos sociais e passou a ser reconhecido como um íncito apoiador das lutas do movimento operário.²⁹³ Numa Pompílio, por sua vez, já era um nome muito conhecido na cidade por sua atuação no movimento abolicionista, principalmente porque foi um dos cabeças do Clube do Cupim. Sobre essa sociedade secreta que promovia clandestinamente o embarque para o Ceará de escravos fugidos, circulavam muitas histórias inusitadas e heroicas, boa parte delas envolvendo a figura de Numa. Em 1918, um memorialista escreveu sobre uma bastante peculiar:

Uma noite José Mariano comunicou por telefone que a polícia ia dar nova busca em sua casa e que era preciso retirar alguns escravos que lá estavam. Partiram seis carros, com destino ao Poço, indo em um deles Guilherme Pinto e Numa Pompílio. O préstito simulava então a condução de um cadáver que ia ser depositado. O "depósito" foi então feito na cocheira do Deodato, na rua das Flores".²⁹⁴

²⁹¹ As primeiras aspas da sentença são referentes ao agradecimento feito ao Dr. Antonio Bruno da Silva Maia, por ter cuidado de uma criança com varíola. *Diário de Pernambuco*, 20 de maio de 1881. Três casos diferentes relacionados ao Dr. Simões Barbosa podem ser lidos em: *Diário de Pernambuco*, 7 de julho de 1883. *Diário de Pernambuco*, 23 de fevereiro de 1884. "Louvável". *Diário de Pernambuco*, 18 de novembro de 1884.

²⁹² "Um que promete". *Jornal do Recife*, 12 de janeiro de 1881.

²⁹³ Em *Jornal do Recife*, 18 de janeiro de 1906, escrevia que "a classe operária compõe a maioria da população e gera a riqueza do país, por isso deve ser protegida pelo governo", ao que pontuava os aspectos que deveriam ser aperfeiçoados: trabalho feminino digno, regulação de horário, melhores condições higiênicas, moradia, etc. Em *Jornal do Recife*, 12 de agosto de 1906, recebe homenagem no Centro Protetor dos Operários.

²⁹⁴ A Província, 21 de maio de 1918. "O último embarque de escravos". Em seu necrológio foi descrito como um "Exemplo, tipo de homem prestimoso, espalhou benefícios a mãos largas enquanto a fortuna

Esses são exemplos de profissionais reconhecidos socialmente tanto por ofertarem seus serviços gratuitamente à população carente, quanto por serem interpretes da realidade social da época. Em seus escritos e posicionamentos públicos, ambos projetavam alternativas políticas de melhoria da qualidade de vida dos mais pobres. Diante do que, me parece que não há como isolar um ou outro aspecto, a concessão de favores era um elemento fundamental da disputa política, em muito por exigência dos próprios eleitores, mas, essa relação de troca não significava um esvaziamento das propostas sociais dos candidatos, muito menos pode induzir a interpretações que desqualifiquem a autonomia do eleitorado.

O sucesso nas urnas e a popularidade de alguns candidatos podiam até se circunscrever a um esquema de fidelidade por troca de favores, mas essas relações não devem ser subestimadas e reduzidas a um índice de subserviência dos votantes, elas mobilizavam uma série de valores e compreensões particulares da política.

A trajetória de um dos intendentos eleitos em 1892, o farmacêutico Theodomiro dos Santos Selva, revela como a dinâmica do favor podia conformar o elo mais particular e individual dentro de um leque maior de prestações de serviços comunitários. Sua ascensão enquanto político não foi solitária, só pode ser compreendida em relação à sua família, principalmente ao seu irmão, o também farmacêutico, Alexandre dos Santos Selva.

Os dois irmãos lideravam uma rede de proteção que os referendava enquanto lideranças políticas do popular bairro de São José. Ambos adentraram o universo institucional da política de maneira semelhante a outros já apresentados nesse texto, tinham certa popularidade local por atenderem gratuitamente pessoas pobres em seus estabelecimentos. Foram sócios fundadores de um clube republicano paroquial e se empenharam na candidatura de um deles, no caso Theodomiro, que, após a sua vitória eleitoral, conseguiu a nomeação do outro irmão, Alexandre, para o cargo de subdelegado de polícia do bairro.

Alexandre Selva era proprietário de um estabelecimento no Pátio do Terço, a farmácia Minerva. Aquele lugar que funcionava como verdadeiro centro de atendimento comunitário, onde crianças acidentadas recebiam os primeiros socorros e variolosos recebiam medicamentos gratuitamente, também servia como espaço de articulação

lhe sorriu e fez um numeroso grupo de amigos e admiradores”, de fato seu nome pode ser encontrado em diversas subvenções em socorro aos mais pobres. "Numa Pompílio". A Província, 30 de outubro de 1900.

política, “ali se reuniam todas as noites os seus amigos e políticos em animada palestra”.²⁹⁵ É provável que nas dependências daquela farmácia tenham sido organizadas iniciativas como as festas da Igreja de Nossa Senhora do Terço, a comissão para a libertação dos escravos da freguesia de São José em 1888 e a ornamentação do pátio para os festejos carnavalescos de 1890.²⁹⁶

Do balcão de vendas, dava seu expediente enquanto líder político do bairro, segundo Oscar Mello, “fazia questão de servir aos que lhe procuravam para obter um favor, sem levar em conta a sua qualidade de amigo ou inimigo. A estes, ele dizia atender com a maior satisfação por se tratar de um desafeto do seu partido”.²⁹⁷ A pena do memorialista deixa escapar que a família Selva se envolveu em alguns episódios denunciados como perseguição a opositores. Em um desses casos, um antigo opositor que vinha sofrendo retaliações, publicou uma série de ofensas à Alexandre Selva, em meio às acusações, também questionava sua conduta enquanto autoridade policial, pois além de proteger desordeiros, vivia em casas de jogo.²⁹⁸

O opositor de Selva não cita os nomes dos tais desordeiros, mas, é possível que entre os acobertados, se referisse também a Manoel Coxé. Esse aliado da família Selva, era famoso no bairro por ter uma casa de tavolagem perto do largo do mercado de São José, além do que, segundo matéria do *Jornal Pequeno* tinha a reputação de *bravi* por causa de lutas que se envolvia e de suas passagens na Casa de Detenção.²⁹⁹ No entanto, talvez o redator, que o apresentava enquanto criminoso, e os moradores da localidade, não compartilhassem dos mesmos critérios de julgamento. Pois, ainda que apresentado como delinquente, Coxé, que também era dono de uma quitanda no mercado e de uma cocheira (onde diziam que eram praticados os jogos de tavolagem), acabou atuando em diversas ocasiões como mantenedor da ordem. Como no dia que um “turbulento” armado de faca colocou dois praças para correr no pátio do mercado e acabou sendo preso e entregue a polícia pelo próprio Coxé, ou quando um remador armado de

²⁹⁵ MELLO, Oscar. *Op. Cit.* p. 149. Para os casos de socorro a menores acidentados e distribuição gratuita de medicamentos: *Jornal do Recife*, 14 de outubro de 1893. *Jornal do Recife*, 13 de outubro de 1896.

²⁹⁶ Todas essas iniciativas foram encabeçadas por membros da família Selva. *Jornal do Recife*, 4 de maio de 1888. *Jornal do Recife*, 15 de fevereiro de 1890. *Jornal do Recife*, 17 de outubro de 1884.

²⁹⁷ MELLO, Oscar. *Op. Cit.* p. 148.

²⁹⁸ O opositorista era Laurentino Azevedo, professor do Liceu e que exerceu cargo de subdelegado. No caso, Selva impediu que ele realizasse uma manifestação política no bairro e em algumas ocasiões o ameaçou publicamente, ordenando certa vez que um praça lhe desse uma “bofetada”. Ver: *Jornal do Recife*, 4 de abril de 1894. *Jornal do Recife*, 13 de outubro de 1894. *Jornal do Recife*, 13 de dezembro de 1894.

²⁹⁹ *Jornal Pequeno*, 15 de abril de 1899.

revólver “promovia desordens na rua de S. Rita”, e a polícia “limitou-se a admirar”, sendo o tal desordeiro desarmado mais uma vez por Coxé. Ao longo do tempo outros casos semelhantes foram noticiados.³⁰⁰

Quando Alexandre Selva foi autoridade policial em São José, chegou a dar batidas em casas de jogo, mas, não há registro que tenha importunado a casa de Coxé.³⁰¹ Provavelmente em coerência com uma ética política que foi apresentada pelo filho de Selva algumas décadas depois desses fatos. Respondendo por que um grande número de eleitores votava lealdade cega a Alexandre, “a ponto de expor a própria vida” pelo coronel, dizia que:

O chefe político de São José, naquela época, era um verdadeiro amigo do seu eleitor, não o deixava passar por certos vexames. Se acontecia seu eleitor adoecer, perder a colocação ou praticar um delito qualquer, o coronel Alexandre Selva não descansava enquanto não o tirava daquela situação difícil em que se achava.³⁰²

Alexandre Selva exerceu diversos cargos públicos ao longo da vida, mas o seu compromisso de atuação tinha por referente antes o eleitorado de São José, do que qualquer tipo de código normativo ou os tão entoados princípios republicanos. Pode-se supor o quanto esse perfil de atuação era valioso para uma população que vivia em um período de profunda insegurança causada pela ampliação da criminalização de costumes que teve por consequência o alargamento do protagonismo das autoridades policiais.³⁰³ Como vimos nas páginas anteriores, denúncias anônimas nos jornais podiam desencadear atos de arbitrariedade policial, como invasões a cerimônias religiosas ou batidas em residências particulares apontadas como casas de tavolagem. Pessoas enquadradas em torno de determinadas categorias, como ébrios, vadios, vagabundos e capoeiras, também estavam sujeitas à prisão celular. Em um contexto como esse, o voto em um candidato que deslocava o poder que lhe era conferido pelo cargo público para desrespeitar a normatividade jurídica em favor de seus aliados, pode ser interpretado como uma resposta às distorções estruturais causadas por um código penal empapuçado por leis discriminatórias e inexecutáveis.

³⁰⁰ A Província, 15 de dezembro de 1902. Jornal Pequeno, 13 de março de 1903. A Província, 6 de setembro de 1904. Jornal Pequeno, 7 de outubro de 1902.

³⁰¹ Ver, por exemplo: Jornal do Recife, 4 de novembro de 1890. Quando doou para duas viúvas o dinheiro apreendido das apostas.

³⁰² Jornal Pequeno, 15 de outubro de 1947. Nessa ocasião, o filho de Alexandre Selva, Júlio Selva se candidatava para um cargo eletivo.

³⁰³ Para análises circunstanciadas dos efeitos desse cenário na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, ver: CHAZKEL, Amy. *Leis da sorte: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana*. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

O poder discricionário estabelecido por tal esforço de criminalização dos costumes, acabava por embaralhar os próprios conceitos de honra e moralidade vigentes. Questão que foi levantada em relação ao Major Pacheco de Medeiros, que mesmo tendo posição social elevada, pois era guarda-livros e subdelegado, além de ter sido eleito intendente em 1891 com 2.586 votos, passou a sofrer acusações de que era viciado em jogos proibidos e de que mantinha uma casa de tavolagem em 1898. Em sua defesa argumentava que:

Não sou nenhum vagabundo, nem jogador habitual, não frequento, nem tenho casa de tavolagem, e se algumas vezes jogo é porque gosto e tenho dinheiro, não tanto quanto o sr. Delegado presume, mas algum suficiente que me dá para passar e jogar sem cometer indignidade nem comprometer o bem-estar da minha família. Se jogar desonra, a sociedade pernambucana, em quase sua totalidade, é desonrada, porque talvez dezenove vigésimos da população de Pernambuco, ou de qualquer estado, jogue.³⁰⁴

O que o major Pacheco colocava em questão tem relação com o que estudiosos do direito chamam de *malum prohibitum*, expressão utilizada para condutas tornadas ilícitas por dispositivos legais, mas que não são socialmente condenáveis. Sua defesa na imprensa buscava evidenciar que a indignidade não estaria no jogo em si, mas na figura do jogador compulsivo e desequilibrado que põe em risco o bem-estar da própria família. Talvez a lei até tivesse o impulso primeiro de moralizar a sociedade condenando esse tipo de viciado em apostas, mas a maneira como foi redigida acabava por atingir não só o compulsivo, mas todos os jogadores. Na perspectiva de Pacheco, esse cenário acabaria por implicar em uma situação onde quase toda a sociedade pernambucana passaria a estar passível de ser classificada como imoral e criminosa.

Diante de uma prática amplamente aceita socialmente, mas ilegal, a fiscalização das casas de jogos se dava de maneira irregular e parcial. Nos anos finais da década de 1890, avolumaram-se as denúncias em relação a autoridades policiais que se beneficiavam de esquemas de extorsão e favorecimento político em torno da aplicação da lei. No trabalho mais completo sobre o tema, Amy Chakzel afirmou que “durante a Primeira República, no contexto do *status* legal perpetuamente incerto do jogo, a criminalidade da polícia que o sustentava efetivamente conectava cidadãos em redes de patrocínio e clientela”.³⁰⁵ Em Recife, a autoridade mais conhecida por esse tipo de expediente era o Dr. Barros Rego, eleito várias vezes para a intendência, inclusive como

³⁰⁴ "Ao Exc. Sr. Conselheiro Governador do estado". Jornal do Recife, 19 de janeiro de 1898.

³⁰⁵ CHAZKEL, Amy. *Op. Cit.* p. 262.

o mais votado em 1891, quando obteve quase três mil votos, Barros Rego fez seu nome enquanto delegado de polícia.³⁰⁶

Em 1903, um semanário humorístico publicou um diálogo satírico entre uma autoridade policial e um passador de jogo do bicho, a passagem abordava uma batida em uma casa de jogos. Nela, o passador buscava, sem sucesso, negociar uma maneira de escapar das sanções da lei, sua sorte só veio mudar quando ele evocou o nome do Dr. Barros Rego.

- Seu capitão, eu sou um pai de família...
- Pois trabalhe para sustenta-la...
- Sou um homem doente...
- Pois trate-se.
- Se o Sr. me proíbe este meio de arranjar a vidinha, morro de fome...
- Se morrer se enterra, meu caro; eu é que não posso pactuar com bandalheiras; quero dar uma lição de moralidade e provar que a polícia não está dormindo o sono da inocência...
- Mas, seu capitão, eu sou eleitor do Dr. Barros Rego...
- Você para que não me disse isto logo?
- Agora foi que me lembrei de dizer...
- Pois bem, continue o seu joguinho, mas sem escândalo...³⁰⁷

Ainda que ficcional, a crônica abordava um aspecto fulcral da dinâmica dos jogos proibidos em Recife: a interdição ou o funcionamento de casas de tavolagem estava mais vinculada as relações políticas locais do que propriamente a qualquer normatividade jurídica. A trama de perseguição empreendida pelo Dr. Barros Rego a Manoel Antunes de Oliveira, mais conhecido como Antunes Bicheiro, é, provavelmente, o caso mais emblemático para ilustrar essa circunstância.

A trajetória de Antunes era a própria concretização do sonho compartilhado por tanta gente que apostava alguns trocados no jogo, "homem pobre, sem estudos, sem família poderosa ou qualquer outro elemento de grandeza", era apenas mais um condutor da estrada de ferro vindo do interior quando tirou a sorte grande no bicho e foi catapultado socialmente.³⁰⁸ Com o capital inicial tornou-se bicheiro e, em poucos anos, multiplicou sua fortuna, administrando em 1902 quatro casas de jogos em Recife.³⁰⁹ Passou então a desfilar pela cidade "a exibir os seus grandes brilhantes, no peito da camisa, nos punhos em todos os dedos e até nos botões do colete", riqueza que

³⁰⁶ São muitas as críticas feitas a maneira parcial com que atuava o delegado Barros Rego, principalmente em manifestações políticas e em tempos eleitorais. Segundo, Oscar Melo, o delegado sempre se portava com obediência "às injunções do seu partido". MELLO, Oscar. *Op. Cit.* p. 142.

³⁰⁷ "Atualidades". A rua: Semanário ilustrado, 8 de dezembro de 1903.

³⁰⁸ "Despeito, inveja e inépcia". Diário de Pernambuco, 31 de dezembro de 1903. "As mentiras do Thomé". Diário de Pernambuco, 16 de fevereiro de 1904.

³⁰⁹ "Protesto". A Província, 19 de setembro de 1902.

ostentava, mas que fazia questão de investir também em uma imagem social de generosidade, a partir das boas somas que doava a iniciativas filantrópicas.³¹⁰ Dizia-se que em sua porta batiam “uma infinidade de famintos, andrajosos e desprotegidos da sorte e dos poderes públicos”, assim como “viúvas e órfãos”, os quais sempre buscava assisti-los.³¹¹ Uma benevolência posta à prova quando perdeu um “brilhante gravado em ouro em forma de broche botão pesando 8 quilates”, e que lhe foi restituído por “um digno homem do povo” que se recusou a receber uma lauta recompensa que Antunes vinha anunciando nos jornais há alguns dias.³¹²

Toda essa figura social, no entanto, não seria suficiente sem o cultivo das boas relações na política e na polícia. Mas, ao que parece, Antunes se negou enquanto pode a colocar seus investimentos na roda da política, na imprensa ele era taxativo “não sou político e nem auxilio grupo partidário de natureza alguma”.³¹³ No momento em que fazia essa declaração, ainda estava em trânsito um pedido de *habeas corpus* que seu advogado, João Clodoaldo Monteiro Lopes (irmão de Manoel da Mota Monteiro Lopes), havia perpetrado ao Supremo Tribunal Federal em defesa às recorrentes investidas do delegado Barros Rego contra seus empreendimentos e funcionários.³¹⁴ Ele e seu advogado buscavam, através das instâncias jurídicas, refrear aquilo que chamavam de uma série de “despropósitos e excessos de violência do Dr. delegado”, uma “perseguição” iniciada em 1899, quando essa autoridade assumiu o cargo e que só teve alguma trégua em fins de 1902.³¹⁵

Tudo indica que esse armistício, no entanto, partiu justamente de uma mudança drástica de postura de Antunes, que não só passou a se envolver com política, apoiando

³¹⁰ Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n.º. 373, 23/2/1904. Sobre seus atos filantrópicos: era sócio benfeitor da Sociedade protetora de instrução popular e de diversas agremiações religiosas, contribuía para a Liga Contra a Tuberculose e financiava diversos clubes carnavalescos, espetáculos circenses e teatrais, além de atuar como mecenas de jovens compositores de música clássica.

³¹¹ “Ao Exc. Sr. Governador do Estado”. A Província, 1º de novembro de 1901. “Sejamos justos”. A Província, 31 de outubro de 1901.

³¹² “Atenção”. Diário de Pernambuco, 17 de outubro de 1901. “Agradecimento”. Diário de Pernambuco, 20 de outubro de 1901. No primeiro artigo, Antunes anunciava que a recompensa superaria o valor original do artefato perdido, prometia o pagamento de 2:500\$000 réis. O caso foi memorável para alguns, em 1951 um leitor publicou no Jornal Pequeno que muita gente despendeu horas a procurar pelo botão de ouro de Antunes, o próprio leitor dizia que “passei o dia inteiro a andar pelos calçamentos das ruas a olhar como um idiota”. “Carta”. Jornal Pequeno, 24 de outubro de 1951.

³¹³ Diário de Pernambuco, 24 de setembro de 1902.

³¹⁴ “Jurisprudência”. A Província, 1º de novembro de 1901.

³¹⁵ Sobre a aludida perseguição, ver: Diário de Pernambuco, 19 de outubro de 1901. “Justificação”. Jornal do Recife, 20 de outubro de 1901. “Sejamos justos”. A Província, 31 de outubro de 1901. “Jurisprudência”. A Província, 1º de novembro de 1901. “Ao Exc. Sr. Governador do Estado”. A Província, 1º de novembro de 1901. Jornal do Recife, 9 de novembro de 1901. Diário de Pernambuco, 14 de novembro de 1901.

o candidato ao governo do grupo do delegado Barros Rego, como demonstrou isso de maneira pouco discreta ao ostentar na sacada de sua residência "em letras de fogo um *Salve o Dr. Rosa e Silva*".³¹⁶ Mais tarde, jornais oposicionistas ainda afirmaram que ele saiu às ruas arregimentando forças para essa campanha e impelindo dezenas de empregados e de protegidos a votarem no candidato do governo.³¹⁷ Em uma carta ao Barão de Lucena, escrita pelo jornalista e político Gonçalves Maia, no início de 1904, esse afirmava que Pernambuco havia se tornado "o reinado das jogatinas", e que havia um monopólio dos jogos conduzido por "um tal de Antunes [...] que tem por auxiliar ninguém menos que o vice-governador eleito, o Dr. Antonio Pernambuco, que por esses serviços recebe 600\$ réis mensais!".³¹⁸

São muitas as semelhanças entre esse caso de Antunes e o de Paula Mafra, apresentado no segundo capítulo. Ambos os indivíduos só conseguiram tocar seus empreendimentos após fecharem acordos eleitorais e selarem alianças em redes de proteção política. Se Mafra, entre a década de 1870 e 1890, conseguiu privilégios estatais e outras benesses no monopólio de serviços urbanos, principalmente por causa de suas alianças com o partido liberal. De forma semelhante, sobre Antunes, dizia-se que tinha "como seus auxiliares o delegado de polícia e juízes da capital".³¹⁹ Leis federais ou regulamentos municipais acabavam fornecendo as bases para esses arranjos, os agentes imbuídos de aplicar esses códigos normativos o faziam mais em atenção as lógicas de poder local do que em obediência aos imperativos contratualistas. No âmbito local, muitos dos regulamentos municipais, eram inclusive formulados por essas autoridades. Entre os quarenta candidatos que analiso nesse capítulo, por exemplo, pelo menos oito foram delegados ou subdelegados em algum momento.

Situados na espinha dorsal do ordenamento social e geralmente responsáveis pela organização dos ritos eleitorais, essas autoridades ocupavam um papel privilegiado na obtenção de apoio e votos para os grupos políticos aos quais eram alinhados, ou mesmo para eles próprios. De modo que quase todo delegado ou subdelegado era percebido como uma liderança política local. Fato que já é relativamente bem conhecido pela literatura sobre eleições, pois na maior parte dos relatos de abusos e coerções a eleitores, os agentes policiais se destacavam como executores.

³¹⁶ Diário de Pernambuco, 21 de janeiro de 1903. A ocasião foi uma festividade ao conselheiro Rosa e Silva, patrocinada por João Pernambuco que ofereceu um "bodo aos pobres", distribuindo mantimentos a 500 "famílias necessitadas".

³¹⁷ "A eleição do dia 30". *A Província*, 29 de setembro de 1903.

³¹⁸ Apeje, seção de documentos manuscritos, Arquivo do Barão de Lucena, n.º. 373, 23/2/1904.

³¹⁹ *Idem*.

Em *Recife Sangrento*, Oscar Mello elaborou pequenos perfis para dezesseis "antigas autoridades [policiais] do Recife" que atuaram entre os anos finais do século XIX e os iniciais do XX, seis dessas personalidades foram descritas por esse memorialista como "chefes políticos".³²⁰ Sobre outros que não foram classificados nestes termos, o autor relatava o quanto nutriam empatia pública. Com frases como: "era uma autoridade verdadeiramente popular" e "não negava um favor a quem o solicitava", Mello nos oferece uma perspectiva onde esses sujeitos nem sempre se impunham de maneira autocrática. A ascensão de agentes policiais que se tornavam lideranças políticas não pode ser explicada simplesmente pela imposição da força, mas sim pelo seu uso dentro de uma racionalidade prática. O emprego da violência era, em muitos casos e contra determinados indivíduos, reivindicado e admitido, no entanto, existia um limite entre o uso abusivo da força e a sua aplicação justificada sob o argumento da manutenção da ordem pública, os jornais estavam repletos de denúncias de autoridades que ultrapassavam esses limites. Mas, a ideia de ordem pública representava algo mais do que a imposição da violência, o controle de conflitos por negociação e mesmo a prestação de favores acabavam também por serem compreendidos como atribuições de uma autoridade policial com pretensões políticas, e o caso de Alexandre Selva, apresentado páginas atrás, é um bom exemplo disso.

Os intendentess não residiam na Capital Federal, viviam o cotidiano da cidade e podiam ser vistos tomando o bonde com os eleitores, acompanhando as corridas de turfe no Prado ou mesmo em casas de tavolagem apostando no 7 ½.³²¹ De modo que relacionar a política dessa época a um jogo de cartas marcadas, como faz parte da historiografia sobre o tema, podia soar a um contemporâneo mais uma alusão às atividades de contravenção de alguns agentes políticos, do que necessariamente a um suposto controle dos resultados e das disputas eleitorais. Como demonstrei, a composição social da intendência não era homogênea, e desempenhar um papel de liderança comunitária ou de representante de uma categoria numerosa de trabalhadores, poderia ser tão, ou mais, valioso para os postulantes ao cargo do que a indicação de uma importante liderança partidária. As disputas não se continham as confabulações de bastidores. Claro que as transações internas da política eram fundamentais, mas os candidatos eram pessoas públicas e dedicavam tempo e dinheiro a várias atividades

³²⁰ MELLO, Oscar. *Op. Cit.* pp. 142 – 158.

³²¹ José Mariano e outros políticos no jóquei clube: "Contestação necessária". *Diário de Pernambuco*, 22 outubro de 1889. Para um intendente municipal em casa de tavolagem, ver: "Ao Ex. Sr. Conselheiro Governador do Estado". *Jornal do Recife*, 19 de janeiro de 1898.

sociais, participando de festas de bairro, financiando paróquias e entidades de caridade, distribuindo esmolas e donativos, prestando serviços gratuitos aos mais necessitados. Enfim, havia um esforço em associar suas personalidades a iniciativas de beneficiamento coletivo e de enfrentamento à pobreza e das mazelas sociais, ainda que muitas vezes a partir de práticas paternalistas.

Diante de uma estrutura de Estado onde a oferta de serviços sociais era extremamente precária e, em muitos casos, nula, as relações eleitorais no nível local funcionavam muitas vezes como um tipo de arranjo social, onde a precariedade das condições de vida e a vulnerabilidade dos indivíduos podiam ser amparadas a partir de redes de proteção comandadas pelos líderes políticos locais. Em um contexto onde os direitos sociais estavam longe de serem fruídos a partir de lógicas institucionais eficientes, esses pactos políticos firmados em torno de obrigações morais e fidelidades pessoais acabavam encerrando um tipo de relação onde os representantes pautavam parte de sua atuação em conformidade com os interesses e necessidades de seus representados.

Capítulo V

Das tradições às eleições: A Liga Operária Pernambucana

No mês de julho do ano de 1890, cerca de uma dúzia de artífices saíram em ronda pelas portas das fábricas e oficinas da cidade do Recife, levavam consigo folhetos impressos anunciando a constituição do "corpo consultivo do Partido Operário". Em meio a essa jornada, se dirigiam aos funcionários de cada oficina incentivando-os a escolher “dois ou três de vossos amigos, afim de vos representar” no estabelecimento de uma nova iniciativa política que teria por fim a intervenção direta dos operários "na representação geral e local".³²²

A montagem de uma estrutura partidária nesses moldes, com pautas próprias formuladas por trabalhadores, representava uma situação até então inédita no Brasil e que vinha florescendo em alguns centros urbanos país afora. Sinal dos novos tempos, esse tipo de iniciativa só se tornou possível com a instauração da República. Possibilidades abertas principalmente pelo fim dos tradicionais partidos imperiais, além da institucionalização da liberdade para que qualquer cidadão que gozasse de plenos direitos conseguisse se lançar candidato a cargos públicos eletivos. Mudança que foi implementada em um momento de expansão do associativismo entre os trabalhadores de Recife e em meio à disseminação de novos debates sobre a intervenção do Estado nas relações de trabalho.³²³ Em um primeiro momento do presente capítulo irei analisar esses aspectos que engendraram as condições para que os trabalhadores desempenhassem novos papéis no jogo político, bem como investigar de que maneiras eles conseguiram se beneficiar desse potencial de protagonismo eleitoral que era

³²² Jornal do Recife, 26 de julho de 1890.

³²³ Sobre o novo momento de reorganização das pautas por direitos dos trabalhadores e o recrudescimento do associativismo nesses anos, ver: MAC CORD, Marcelo. "Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de trabalho das oito horas em Pernambuco, 1890 – 1891". *Tempo*, vol. 22, n. 39, p. 175-195, jan. - abr., 2016. p.190.

consideravelmente mais elevado em comparação com o que existia no período imperial.³²⁴

O impacto dessas mudanças não deve ser ignorado, a relação entre trabalhadores organizados e disputas eleitorais oxigenou o cenário político em Pernambuco.³²⁵ Analisarei neste e no próximo capítulo como, no arco dos quinze primeiros anos republicanos, diferentes grupos de trabalhadores disputaram o chamado “voto operário”, observando também as relações desses grupos com bacharéis preocupados com a chamada “questão social”. Os debates voltados às relações de trabalho e aos direitos dos trabalhadores estabeleceram a maior parte do tom programático dos embates eleitorais no período, ao mesmo tempo, os grupos e candidatos responsáveis pela sua difusão foram os principais defensores da ampliação dos direitos políticos e dos ideais democráticos naquele período.³²⁶

A historiografia sobre o movimento operário já demonstrou que esse processo aconteceu simultaneamente em alguns centros urbanos do país. Assim como no Recife, organizações de trabalhadores disputando eleições já nos primeiros anos da década de 1890 podiam ser encontradas em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Santos. Essas coletividades funcionavam em torno de estruturas semelhantes e pleiteavam pautas muito parecidas, mas ainda que mantivessem algum contato entre si, geralmente tinham um raio de atuação limitado ao plano local. E esse é um aspecto característico da dinâmica desses grupos. Por mais que estivessem antenados à Segunda Internacional Socialista, utilizando com regularidade suas expressões e símbolos, no dia a dia de suas práticas uma parte considerável dos afazeres dos líderes dos partidos operários consistia

³²⁴ Marcelo Mac Cord afirma que “pelo menos desde a década de 1860, os artistas mecânicos pernambucanos tentavam conquistar o lugar de deputado, mas nunca conseguiram ocupá-lo. Por mais que alguns deles quisessem sair candidatos, ora eram preteridos pelos partidos locais, ora cediam às conveniências de seus patronos”. Ciclo que é quebrado já na primeira eleição republicana. MAC CORD, Marcelo. *Ibid.*, p.190.

³²⁵ Sobre esse impacto no Rio de Janeiro, Ângela de Castro Gomes, pontuava sobriamente que não se deve “nem superestimar, nem subestimar a possibilidade de participação política dos trabalhadores como fator determinante para o novo regime”. Escrevendo na década de 1980, a historiadora já sublinhava que a república “redimensionou as possibilidades de constituição do conjunto de atores passíveis de serem incluídos no sistema político e redefiniu os instrumentos formais de participação”. GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

³²⁶ “Desde a última década do século XIX, a maioria dos programas políticos de organizações que, sob a denominação de partidos operários e socialistas, tinham como objetivo a defesa dos interesses da classe trabalhadora passava pela ampliação dos direitos políticos, em particular propondo reformas do sistema eleitoral”. BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2º ed., v. 1, 2006. p. 180.

em sentar com os donos do poder e pactuar os termos com que viriam a atuar politicamente.³²⁷

Alianças entre representantes dos trabalhadores e tradicionais lideranças partidárias não chegavam a ser uma novidade nas dinâmicas políticas daquela época, a existência dessas zonas de conciliação acaba figurando como expressão de certo credo compartilhado na negociação da ação social através do aparato político. A república atualizou os termos desses acordos, e a minha preocupação neste capítulo é justamente situar as maneiras com que certos grupos de trabalhadores organizados se beneficiaram dos reajustes institucionais promovidos pela mudança de regime. Para tanto, é necessário explorar quem eram esses trabalhadores e o que justificava a crença na ideia de que artistas manuais podiam atuar na linha de frente da política, ou mesmo, ocuparem cadeiras no parlamento.

Novas possibilidades e antigas tradições associativas

Após o 13 de maio, o debate público no Brasil passou por um ponto de viragem com uma rapidez notável. A temática da abolição, em torno da qual uma enorme e complexa estrutura de mobilização havia se organizado por décadas, foi sumariamente substituída nas reflexões da elite política e intelectual pelas problemáticas do trabalho livre. Para outros debates, diferentes categorias, e aqueles que, até então, eram chamados de “libertos”, passaram a ser classificados como “trabalhadores nacionais”. O hino da Proclamação da República, por exemplo, abordava a questão como um problema superado de um passado distante, “Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre País...”, mas quando Medeiros de Albuquerque o escreveu não fazia sequer um ano que a princesa regente havia assinado a Lei Áurea.³²⁸

Esse ponto de viragem acabou por balizar o 13 de maio como “um marco temporal separador de ‘dois brasis’”, que buscava demarcar uma oposição

³²⁷ Aspecto já apontado por Claudio Batalha em: BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. p. 22. Também observado por Aldrin Castellucci para o caso dos partidos operários em Salvador: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919)”. *Revista Brasileira de História*, n° 162, 1° semestre de 2010.

³²⁸ Sobre o tema, recomendo a leitura de: BORGES, Dain. “Intellectuals and the forgetting of slavery in Brazil”. *Annals of Scholarship*, vol. 11, n° 1-2, 1996. Esse debate foi visitado no terceiro capítulo desta tese, com destaque para o momento em que José Mariano buscava relacionar república e escravidão, ao que era respondido por Ambrósio Machado, que o tema já era um “fóssil”. Sobre o célebre episódio em torno da querela da mudança do hino, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Em especial o capítulo 5.

irreconciliável entre escravidão e trabalho livre, como bem assinalou a historiadora Silvia Hunold Lara.³²⁹ Um processo que pode ser percebido se colocarmos em comparação os significados da "questão social" nos discursos de intelectuais dos anos anteriores e posteriores a 1888.³³⁰ Tanto abolicionistas, quanto republicanos, pensavam a "questão social" em referência ao conjunto de relações de trabalho sob a escravidão. Em uma circular da Confederação Abolicionista, em favor da candidatura de José do Patrocínio na Corte em 1884, declarava-se, por exemplo, que:

A confederação abolicionista tem procurado a solução do problema do trabalho entre nós, esforçando-se por substituir o homem ao escravo, a liberdade à escravidão [...] é em respeito à lei e querendo ficar dentro da lei que resolveu ir pedir às urnas a consagração das suas ideias, pelo sufrágio concedido às suas opiniões representadas na questão social que ora se agita.³³¹

Por outro lado, grupos republicanos relacionaram escravidão e questão social para não se comprometerem com a agenda da abolição, como fizeram principalmente os paulistas.³³² Em Pernambuco, Martins Junior afirmava, em 1887, que a questão social como era concebida na Europa, relacionada à "emancipação do proletariado, ainda não se formulou, porque a massa dos futuros proletários é representada ainda hoje pelos escravos", mas, continuava, "se quiser considerar a questão dos escravos como a nossa questão do trabalho, então eu tenho o direito de dizer que a reforma capital é a política", concluía, defendendo assim a mudança do regime antes da abolição, fazendo coro com os líderes do Partido Republicano Paulista.³³³

³²⁹ Neste artigo clássico, Silvia Lara criticou principalmente o chamado "paradigma da transição", um tipo de recorte temático e temporal baseado na ideia de que o trabalho livre e o escravo eram campos diferentes de análise e deveriam ser separados pelo marco da abolição, após o 13 de maio as relações de trabalho no Brasil deveriam ser entendidas por outra perspectiva orientada para perceber as dinâmicas da ordem capitalista-burguesa, do contratualismo e do trabalho livre. Concepção difundida na historiografia com certa regularidade há até pelo menos duas décadas atrás. LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, n° 16, fev. 1998.

³³⁰ O termo "questão social" era essencialmente mutável, englobava um amplo universo de reflexões, que iam desde as teses alusivas às relações entre capital e trabalho, até doutrinas voltadas ao combate do pauperismo e da miséria. Seus sentidos, portanto, variam de acordo com a situação histórica em que é evocado, dizem respeito fundamentalmente a formas de solucionar problemáticas e tensões emergentes relacionadas à distribuição de riqueza e a busca pela harmonia social. Sobre o tema, ver: CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998. Para a os primeiros usos do termo e sua conceituação, ver: pp. 30-31.

³³¹ "Manifesto ao eleitorado". *Gazeta da Tarde* (RJ), 2 de setembro de 1884. São muitos os exemplos de abolicionistas utilizando o termo questão social com esse mesmo sentido, ver, por exemplo: "Aos Srs. Eleitores do 1° distrito". *Jornal do Comercio* (RJ), 28 de outubro de 1881. "Assuntos do dia". *Jornal do Recife*, 6 de dezembro de 1880. "Alguns traços da época". *A Província*, 25 de março de 1873. *Gazeta da Tarde* (RJ), 12 de agosto de 1884.

³³² COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, USP, 2006. p. 54.

³³³ "Mundo político". *Revista do Norte*, 20 de fevereiro de 1887.

Até 1888, na arena da política institucional, a pauta da regulamentação das relações de trabalho resumia-se quase que completamente à questão da abolição. Quando Joaquim Nabuco, em 1884, fez um discurso em praça pública para uma audiência formada essencialmente por artífices urbanos, ele reafirmava esse aspecto:

A escravidão retardou em dois séculos a emancipação do proletariado nacional, mas hoje, que ele começa a pensar e a querer, é preciso que a sua primeira intimação aos poderes delegados seja a favor dos escravos, de cuja classe em sua maior parte ele saiu.³³⁴

São declarações que evidenciam que não havia disposição entre as lideranças partidárias para que fosse encampada uma agenda programática em torno das pautas do proletariado enquanto houvesse escravidão no país. Cenário, que como sinalizei anteriormente, muda tão logo é proclamada a República. Nos anos iniciais daquele regime, a temática da questão social ganha contornos muito semelhantes aos debates que eram produzidos nas sociedades europeias. Já em março de 1890, publicava-se na *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* um artigo sobre esse tópico, onde se afirmava: “não há, no momento atual, questão alguma de tão vital importância como essa de fazer leis em benefício das classes operárias”.³³⁵ Entre 1890 e 1892, as colunas dos jornais de Recife, do Rio de Janeiro e de outros centros urbanos, já anunciavam essa nova fase da questão social no Brasil.³³⁶

A mudança de agenda social promulgada com a abolição foi um fator favorável à promoção de projetos voltados aos trabalhadores livres, mas foi a instauração da República o marco de maior importância para as sociedades de trabalhadores organizados.³³⁷ Muitos dos líderes que vieram a representar a base de defesa dos

³³⁴ NABUCO, Joaquim. *Campanha Abolicionista no Recife [eleições de 1884]*. Brasília, Ed. Senado, 2005. p.139. Nesse mesmo discurso, Nabuco chega a apresentar algumas propostas de “proteção” aos trabalhadores, como “leis sociais que modifiquem as condições de trabalho” e “educação profissional”, mas salientava que o “primeiro passo é abolir a escravidão”.

³³⁵ “Classe Operária”. *Gazeta de Notícias* (RJ), 27 de março de 1890. A matéria foi originalmente publicada no jornal *Eco Popular*, de propriedade do tipógrafo França e Silva.

³³⁶ Sobre o tema, destaco o debate que se prolongou de maneira um tanto irregular, mas contínua, entre março e setembro nos jornais do Rio de Janeiro, *O Tempo* e *Gazeta de Notícias*, onde diversas teorias relacionadas à “questão social” eram debatidas por José Augusto Vinhaes no primeiro jornal e rebatidas pela redação do segundo. Ao fim, Vinhaes selecionou esses artigos numa brochura e publicou sob o título “Propaganda do Centro do Partido Operário – Resposta a *Gazeta de Notícias*”. Para o Recife, ver, por exemplo: “O magno problema social”. *Jornal do Recife*, 28 de outubro de 1892. “Pedagogia”. *Jornal do Recife*, 4 de novembro de 1890. Acho interessante destacar que, em 1894, Silvio Romero escreveu uma série de artigos sobre o tema no *Jornal do Recife*.

³³⁷ Sobre o tema há ampla bibliografia, ver, por exemplo: GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. PANSARDI, Marcos Vinícius. “O movimento Operário e a República”. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 3, n° 5, 1998.

interesses dos trabalhadores já apoiavam o movimento republicano nos anos anteriores a 1889. De alguma maneira as ideias de propagandistas republicanos como Quintino Bocaiuva e Silva Jardim, que apresentavam uma concepção de república que viria a solapar as hierarquias sociais e acabar com os privilégios, soavam bem aos ouvidos daqueles que pugnavam ideais igualitários. Como era o caso dos trabalhadores que compunham a Liga Operária Pernambucana, associação que se pronunciou mais veementemente nesse sentido.

Já em dezembro de 1889, essa coletividade formada por artífices fez publicar reiteradas mensagens de apoio ao novo regime, com o que também procuravam construir alianças e estreitar laços com sociedades congêneres, principalmente com a União Operária do Rio de Janeiro.³³⁸ Nas imagens que projetavam em seus artigos na imprensa, a crença na chegada de uma nova ordem era expressada pela antítese entre Monarquia e República, onde por sobre “os resquícios do regime aristocrata” iniciava-se aquele que “veio trazer liberdade às classes laboriosas”. Da aniquilação dos “chacais da monarquia” e, por consequência, com o fim “dos privilégios de qualquer natureza”, abria-se “um campo vasto” onde cada classe poderia pleitear sua autonomia.³³⁹ Na toada desse discurso conclamavam: “Artistas! Nada temos a esperar de outras classes em nosso favor [...] temos um programa, um ideal; reunamos em nosso grêmio todos os elementos operários”.³⁴⁰

E, de fato, como indiquei no primeiro parágrafo do capítulo, alguns meses depois esses artistas saíram pelas oficinas do Recife procurando outros trabalhadores dispostos a engrossar a formação de um diretório partidário. Na ocasião eles distribuíram uma publicação própria, o jornal *Gazeta dos Operários*, onde apresentavam as pautas que pretendiam encampar e as articulações em torno daquele projeto.³⁴¹ “Trajando a blusa proletária”, almejavam “tirar o sono dos que pretenderem, doravante, negar-nos pão, trabalho e justiça como nos tempos do rei”, e listavam um programa de seis pontos, a saber: 1) proibição da contratação de aprendizes que não saibam ler e escrever; 2) 8 horas de trabalho nas oficinas; 3) medidas preventivas relativas a acidentes de trabalho; 4) redução de horas de trabalho para as mulheres e aumento de salários; 5) elevação de tributos para manufaturas importadas, no caso de já existirem

³³⁸ “Liga Operária Pernambucana”. *Diário de Pernambuco*, 8 de dezembro de 1889. “Liga Operária Pernambucana”. *Diário de Pernambuco*, 18 de dezembro de 1889.

³³⁹ *Idem*.

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ *Gazeta dos Operários*, 15 de julho de 1890. A folha trazia em seu slogan: “Órgão das classes artísticas e industriais: a união faz a força”.

fabricação dos mesmos produtos no estado; 6) democratização dos capitais por meio de caixas econômicas e montepios para os velhos e inválidos do trabalho.³⁴²

De certa maneira, essa pauta refletia o próprio caráter da formação daquele grupo, combinando influências recentes provenientes das articulações com outras associações e reivindicações de uma pauta internacional do movimento operário, com objetivos e atribuições presentes em organizações mutualistas. A Liga Operária Pernambucana não surgiu com a República, foi fundada em meados de 1886, mas foi a partir de 1889 que passou a apresentar na imprensa laços e filiações com organizações operárias de outros lugares do país. Em suas páginas anunciavam as diretrizes de uma luta operária unificada ao redor do mundo, ao que, referiam-se "aos irmãos de além-mar" e a "Liga Operária de New York", mas, do ponto de vista propriamente organizacional buscavam se filiar às organizações do Rio de Janeiro.³⁴³ Em 1889 anunciavam conexões tanto com o grupo do tenente José Augusto Vinhaes, quanto com o Partido Operário do tipógrafo Luiz França e Silva, chegando inclusive a receber em Recife Roberto Kinsman Benjamin quando ele desempenhava a função de presidente provisório do Partido Operário em 1890.³⁴⁴ É muito provável que o contato com esse conjunto de agremiações e movimentos de outros lugares do mundo tenha não só influenciado a adoção de pautas em torno da redução da jornada de trabalho e por melhores condições de trabalho, mas também inspirado a linguagem utilizada pelo grupo e os símbolos adotados, como a celebração do 1º de maio e o orgulho em trajar a blusa proletária, em oposição a "aristocrática casaca das classes opulentas".³⁴⁵

³⁴² "O nosso programa". Gazeta dos Operários, 15 de julho de 1890.

³⁴³ "Manifesto". Gazeta dos Operários, 15 de julho de 1890.

³⁴⁴ Em "Liga Operária Pernambucana". Diário de Pernambuco, 31 de outubro de 1889, anunciavam que reformariam seus estatutos "segundo as bases do Corpo Coletivo União Operária", a associação fundada por "diversos artistas" do Rio de Janeiro. Contavam em suas fileiras com muitos membros célebres do movimento republicano atuando enquanto conselheiros em meio aos seus quadros consultivos. Esse contato com a agremiação do Rio de Janeiro foi feito inclusive por intermédio do deputado republicano de Pernambuco, Alcoforado Junior, e do liberal Afonso Celso (que, vale destacar, foi ministro da Marinha no Império). "Liga Operária Pernambucana". Jornal do Recife, 23 de fevereiro de 1888. Com a república suas publicações passaram a fazer referência às lideranças dos partidos operários do Rio de Janeiro, ver, por exemplo: "Liga Operária Pernambucana". Diário de Pernambuco, 18 de dezembro de 1889. E as matérias da Gazeta dos Operários, 15 de julho de 1890. Sobre o Corpo Coletivo União Operária, ver: COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *A "escravidão livre" na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da abolição)*. Niterói, Tese de Doutorado em História, UFF, 2012. p. 106. BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Dicionário do movimento operário – Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

³⁴⁵ "O nosso programa". Gazeta dos Operários, 15 de julho de 1890. Ao anunciar as comemorações que estavam organizando para o 1º de maio de 1891, o grupo destacava a influência do movimento operário para justificar a adesão àquela efeméride. Afirmavam que a data simbolizava uma "conquista, um fato inolvidável [...] na Europa, os operários da Alemanha e da França promoveram ruidosas manifestações,

Já outras questões arvoradas pelo grupo, como a proibição da contratação de aprendizes analfabetos e a realização de iniciativas previdenciárias, trazem à tona uma continuidade de pautas que já vinham sendo empreendidas pelos membros da Liga Operária em suas experiências prévias no universo associativo pernambucano. Há um aspecto específico que a Liga Operária omitia em suas publicações, mas que é fundamental para entender a sua existência: até 1890, todos os seus membros trabalhavam nas oficinas do Arsenal da Marinha. Essa opção pela não identificação do grupo com o lugar de trabalho de seus membros era coerente com o projeto de representar todos os artistas e operários da cidade do Recife, de modo que eles se apresentavam simplesmente como artistas, não como artistas do Arsenal.³⁴⁶ Os limites e a natureza da atuação da Liga podem ser substancialmente apreendidas a partir de dados levantados através do método de pesquisa nominativo. Investigações em torno dos nomes de 28 operários que faziam parte de sua diretoria e de comissões no ano de 1890 revelam que, além de um perfil social semelhante, uma parte considerável de seus membros já atuava em associações de auxílios mútuos.³⁴⁷

Se em 1890 a Liga Operária Pernambucana buscava se aventurar nas tramas eleitorais, antes disso a associação tinha basicamente um caráter mutualista, baseado na assistência e proteção social a seus sócios. O artigo 2º de seus estatutos evidenciava que cabia a agremiação socorrer seus afiliados "quando enfermos ou impossibilitados de trabalhar, e contribuir aos seus enterramentos".³⁴⁸ Cinco de seus diretores já haviam

que nem sempre tiveram o selo da ordem e tranquilidade", concluíam que em Recife, eles também celebrariam a data em comunhão com seus "irmãos de além-mar". "Liga Operária Pernambucana". *Diário de Pernambuco*, 2 de maio de 1889. O recurso à "blusa proletária" era puramente retórico, remontava à indumentária de trabalho de artífices franceses utilizada no século XIX, é pouco provável que o mesmo traje fosse utilizado no Brasil. Sobre o tema, ver: BATALHA, Claudio H. M. "A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República". In.: AZEVEDO, Elciene... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, Editora da Unicamp, 2009. p. 258.*

³⁴⁶ É importante ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, as mutuais passaram a deixar de lado a identificação por ofício e profissão, em uma tendência de ampliação de solidariedade horizontal que paulatinamente foi se firmando em torno do conjunto da "classe". LACERDA, David P. "Mutualismo, trabalho e política: a seção do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882). In.: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2014.

³⁴⁷ Os nomes dos 28 trabalhadores que faziam parte da Liga foram extraídos de: "Liga Operária Pernambucana". *Diário de Pernambuco*, 18 de maio de 1890. "Circular". *Jornal do Recife*, 26 de julho de 1890.

³⁴⁸ "O nosso programa". *Gazeta dos Operários*, 15 de julho de 1890. De fato, em setembro de 1888 a Câmara dos deputados julgou uma emenda "autorizando o pessoal do Arsenal da Marinha de Pernambuco a organizarem Montepio sob as bases que julgarem convenientes [...] cabendo a Liga Operária Pernambucana as atribuições relativas a instituição". "Câmara dos Deputados". *Diário de Pernambuco*, 22 de setembro de 1888.

conduzido uma associação com fins semelhantes no começo dos anos 1880, a Sociedade Artística dos Carpinteiros de Construção Naval, e outros cinco estavam à frente do Montepio Bom Sucesso, esse último, de duração mais longa, existiu até 1900.³⁴⁹

Em seu metódico estudo sobre as relações de trabalho no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, David Lacerda dedicou um capítulo específico a esse tema. Pontuando que durante a maior parte do século XIX, as mutuais se tornaram “a principal forma organizativa dos trabalhadores livres após a abolição das corporações de ofício pela Constituição de 1824”, o autor evidencia como essa estrutura associativa foi fundamental para a “construção e o fortalecimento de solidariedades horizontais nos mundos do trabalho”.³⁵⁰

Só na Corte, os trabalhadores da construção naval chegaram a fundar 12 entidades do tipo entre 1851 e 1901. A profusão desses empreendimentos relacionava-se ao grande contingente de operários que laboravam naquelas oficinas gozando relativa estabilidade enquanto assalariados, mas, a expressiva demanda de filiação às mutuais justificava-se principalmente pelas árduas condições de trabalho.³⁵¹ Com jornadas que podiam variar de 10 a 18 horas, em um regime que se estendia de segunda à sábado, em oficinas muitas vezes insalubres, os trabalhadores dos Arsenais viviam expostos a uma rotina de expressiva insegurança e precariedade. Os casos de acidentes nas oficinas eram regulares.

Muitos dos membros da Liga Operária Pernambucana não faziam parte apenas de associações mutualistas de caráter profissional. Dos 28 artistas pesquisados, pelo menos 16 eram membros de irmandades católicas diversas, como as de São José de Ribamar, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e outras que, de uma maneira ou de outra, dividiam suas atividades devocionais com a prestação de serviços de proteção, principalmente de assistência funerária.³⁵² Leitores familiarizados com a temática,

³⁴⁹ Da primeira sociedade faziam parte os operários: João Paulo da Pureza (presidente), Luiz de França Praxedes, Manoel Gomes Saraiva, José Fernandes Moreira, David Francisco Gentil. Já na diretoria do Montepio Bom Sucesso: João Baptista de Jesus, Manoel Francisco Pereira da Cunha, José Calasans de Figueiredo, José Francisco das Chagas Ribeiro, Benigno de Figueiredo.

³⁵⁰ LACERDA, David P. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860 – c. 1890)*. Campinas, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2016. Para esse parágrafo e o seguinte, foram consultados os capítulos 4 e 5.

³⁵¹ Em relação à estabilidade dos artistas do Arsenal da Marinha de Pernambuco, quando esse estabelecimento teve suas atividades encerradas em 1899, contava em suas oficinas com mais de 80 operários que já tinham entre 20 e 42 anos de serviços prestados. “Extinção dos arsenais”. *Jornal do Recife*, 17 de janeiro de 1899.

³⁵² As outras irmandades em que se podem encontrar esses operários em postos de direção são: Nossa Senhora do Bom Parto, da qual faziam parte três dos diretores da Liga, Bom Jesus das Dores, Bom Senhor dos Passos, Santa Cecília, São Crispim e Nossa Senhora do Livramento. Eventuais publicações da

provavelmente notaram que as irmandades citadas remetem ao universo associativo negro do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Em torno de irmandades devotadas aos mesmos santos, africanos e seus descendentes se organizaram em diversas partes do país, criando laços identitários próprios e redes de assistência social de maneira ampla e diversa, como a historiografia vem demonstrando nos últimos anos.³⁵³

Até o começo do século XIX algumas irmandades também desempenharam um papel fundamental na organização do trabalho, sediando corporações de ofício que detinham o privilégio do ensino das artes mecânicas e o monopólio no fornecimento de produtos e serviços de categorias especializadas. Situação que muda em 1824, quando a Constituição determinou a extinção das corporações de ofício, como mencionei há pouco. A lei suspendia esse tipo de organização, mas, como Marcelo Mac Cord demonstrou em seus estudos, as imposições normativas não tiveram a capacidade de dissipar as práticas e os costumes corporativos dos mestres de ofício em Recife. Mestres carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros que se organizavam em torno da confraria embandeirada de São José de Ribamar, se adequaram a nova realidade normativa reformando os estatutos da irmandade e fundando uma associação laica, a Sociedade das Artes Mecânicas, que depois veio a se chamar Sociedade Imperial dos Artífices Mecânicos e Liberais.³⁵⁴

As mudanças institucionais garantiram ao grupo um espaço privilegiado de negociação com as elites dirigentes. Capitalizando a ausência de iniciativas do poder

imprensa evidenciam laços dos operários do arsenal com as irmandades. Era comum, por exemplo, que a banda do arsenal tocasse nas festas de boa parte dessas irmandades. Em 1890 um operário do arsenal protestou na imprensa contra um capitão que proibiu que fosse feita uma ornamentação no arsenal em celebração da procissão de quaresma realizada pela irmandade de Bom Senhor dos Passos. Esse operário afirmava que “há cerca de 16 anos”, ele era o “encarregado da ornamentação do altar junto ao arsenal”, e argumentava que sempre encontrou nos “Srs. Inspectores daquele estabelecimento boa vontade e aquiescência”. O operário afirmava, por fim, ser “católico apostólico romano, membro de diversas confrarias e irmandades”. “A chapa”. Diário de Pernambuco, 23 de agosto de 1890.

³⁵³ Para citar alguns títulos: MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, 1808-1824*. Rio de Janeiro, Garamond, 2008. MARTINS, Mônica de Souza N. *A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofício no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. In.: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2014. REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo, Alameda, 2011. MAC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848–1872*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2005. REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras nos tempos da escravidão”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996.

³⁵⁴ Tanto esse parágrafo, quanto o seguinte se baseiam em: MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012. A foto dos membros dessa sociedade também foi tirada desse livro. Algumas das principais teses do livro foram condensadas pelo autor em: MAC CORD, Marcelo. “Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

público em oferecer ensino profissional, os artífices assumiram esse papel e, a partir da conquista de consideráveis repasses financeiros provenientes do erário público, passaram a oferecer aulas técnicas e de ensino secundário. O empreendimento, que era gerido sob a égide de uma acentuada moral corporativa, garantiu a esses mestres de ofício respeito e prestígio social, além de circulação pelos círculos de poder na província, o que acabou por garantir ao grupo uma posição proeminente em meio ao mercado de edificações da capital pernambucana. Ainda há uma questão fundamental para entender a importância dessa sociedade: todos os mestres que a geriram durante décadas se declaravam pretos ou pardos.

Imagem IV

Membros da Sociedade de Artífices Mecânicos e Liberais em frente ao Liceu



Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais]. Detalhe da foto. Apud, MAC CORD, Marcelo. Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, Editora da UNICAMP, 2012.

Essa digressão em torno da história dos artífices não é fortuita, muitos dos operários do arsenal passaram pelos bancos do Liceu de Artes e Ofícios, instituição gerida pela Sociedade Imperial dos Artífices Mecânicos e Liberais, e na própria diretoria da Liga Operária Pernambucana havia um conselheiro daquela sociedade. Mas, para além disso, o que pretendo destacar é que o movimento operário em Recife surgiu enquanto ramificação de uma sólida base de experiências fomentadas em um universo associativo essencialmente negro que orbitava em torno de irmandades e confrarias católicas. A investigação dos 28 membros da Liga Operária Pernambucana evidencia a existência de uma rede de trabalhadores negros que se organizavam ao mesmo tempo em associações voltadas à atuação política, social e cultural.³⁵⁵

³⁵⁵ Em relação às classificações raciais dos habitantes do Recife, especialistas já afirmaram que os dados do Censo de 1872 são mais confiáveis que os de 1890 e 1900 (esse último sequer levantou informações

Não deixa de ser simbólico da força das antigas associações que, mesmo depois de passadas tantas décadas desde a proibição das corporações de ofícios, a confraria de Nossa Senhora do Rosário e a confraria de São Benedito se mantivessem em atividade até, pelo menos, o começo do século XX, tendo em suas fileiras ainda na década de 1880 velhos africanos.³⁵⁶ Pelo menos quatro membros da Liga Operária também faziam parte das diretorias dessas confrarias que, naqueles anos finais do século XIX se prestavam a fins mutuais e devocionais.³⁵⁷ Ainda que essa pesquisa não tenha tido fôlego para buscar na documentação maiores detalhes sobre a rotina dessas confrarias, não passa despercebido o esforço de alguns de seus membros em preservar e difundir a memória de Henrique Dias, o liberto que comandou um batalhão de negros durante a Insurreição Pernambucana e que virou fidalgo após os sucessos nos campos de batalha, conquistando o título de Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos.³⁵⁸ Afora as festividades que anualmente organizavam diante da capela erguida em homenagem ao

sobre a questão). Como a população do Recife se manteve estável nas três últimas décadas do século XIX, não havendo qualquer movimento migratório significativo, as informações de 1872 podem nos fornecer uma base razoável para compreender a composição da população em anos posteriores. Aquele levantamento indica que viviam na capital pernambucana cerca de 100 mil pessoas, desse montante, há um número significativo de brancos, cerca de 43,3%, dentro desse universo de brancos, os portugueses correspondiam a pouco mais de 12%, eram no total 5.261. Dado o montante considerável, é muito provável que parte dessa população branca fizesse parte dessas organizações que menciono nesse e no próximo capítulo. No entanto, as pesquisas nominativas que desenvolvi evidenciam que a grande maioria dos diretores e líderes dessas associações era formada por trabalhadores pretos e pardos. Juntos, pretos e pardos formavam a maior parte da população, muitos descendentes de africanos, Recife entre os séculos XVIII e XIX se firmou como um dos maiores portos negreiros do mundo. Sobre essa questão, ver, por exemplo: CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline E. De Biasi. "Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831". *Almanack*, Guarulhos, n° 12, 2016. Para questões raciais e censos no século XIX, ver: COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846-1890*. Salvador, Tese de Doutorado em História, UFBA, 2013. PETRUCCELLI, José Luís. "Raça, identidade, identificação: uma abordagem histórica conceitual". In.: PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lúcia (orgs.). *Características Étnico-raciais da População: classificações e identidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

³⁵⁶ As publicações que usei como base para a pesquisa nominativa dos membros dessas confrarias foram: "Secretaria da Confraria de São Benedito". *Diário de Pernambuco*, 15 de maio de 1882. "Eleição de Confraria". *Diário de Pernambuco*, 30 de outubro de 1889. Os dois confrades africanos se chamavam: Fortunato de Souza Dias, da Confraria de São Benedito, e José da Costa Mina, da Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Para essas confrarias atuando no século XX, ver, por exemplo: "Confraria de São Benedito do Recife". *Jornal do Recife*, 30 de maio de 1905. "Confraria de S. Benedito". *A Província*, 5 de agosto de 1902. *A Província*, 7 de outubro de 1914.

³⁵⁷ A distância em relação à identidade originária dessas confrarias também se expressa na diversidade de trabalhadores urbanos que se faziam representar em seus quadros, mesmo que existisse uma preponderância de artistas mecânicos, havia também em suas fileiras um cozinheiro, um contínuo, um talhador e um jornaleiro. Aspecto que pode ser ilustrado por uma publicação onde a mesa regedora da Confraria de Nossa Senhora do Rosário solicitava doações para uma pequena reforma e limpeza da igreja, apontando que os mesários que estavam aptos a receber os "óbolos" dos "fieis católicos" se espalhavam por diversos locais de trabalho do centro da cidade, como no mercado, em uma oficina de alfaiate, em uma oficina de ferreiro, em uma cocheira, etc. "Secretaria da Confraria de Nossa Senhora do Rosário". *Jornal do Recife*, 12 de julho de 1884.

³⁵⁸ MATTOS, Hebe. "Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português". *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007 – ANPUH*.

herói de guerra, é possível que esses artistas negros também trabalhassem pela manutenção do templo. É o que se presume do artigo publicado pelo operário mecânico, Benigno de Figueiredo, que era síndico da Liga Operária Pernambucana. Em uma pequena coluna do Diário de Pernambuco ele convocava seus "irmãos católicos" a agirem em apelo a "capelinha cedida ao terço do herói Henrique Dias, [que] está desmoronando": "Negros e mestiços, ide todos vós reconstruir aquele marco sublimado que desaparece da história... Laboremos!".³⁵⁹

A luta pelo abolicionismo era outra linha de atuação que se distendia dessas redes de trabalhadores, em 1888, por exemplo, fundaram o Núcleo Artístico Abolicionista, que após o 13 de maio, quando os objetivos da associação foram alcançados, se tornou o Núcleo Artístico e Instrutivo. O presidente dessa agremiação era o marceneiro Eleutério José dos Santos, que também era Membro da mesa da confraria de Nossa Senhora do Rosário, conselheiro do Montepio Bom Sucesso e fez parte da Liga Operária, perfil muito semelhante ao de David Gentil, carpinteiro que foi um dos principais articuladores da Liga. Outros membros de irmandades negras também atuavam no núcleo, mas, ao contrário do que o nome dessa associação pode sugerir, o Núcleo Artístico Abolicionista não era composto apenas de artistas, os bacharéis negros Feliciano André Gomes e Manoel da Motta Monteiro também compunham seus quadros, o primeiro enquanto orador e o segundo atuando como primeiro secretário.³⁶⁰

Irmandades, confrarias, montepios, sociedades abolicionistas, Liceu de Artes e Ofícios, ao longo do século XIX os trabalhadores manuais, com predominância dos pretos e pardos, fundaram e geriram uma série de associações onde conseguiram criar espaços de autonomia em torno de ideais confraternais e laços de solidariedade.³⁶¹ Entre a devoção aos seus santos e a administração da vida terrena, conduziram iniciativas que iam do mutualismo à libertação de escravizados, passando por empreendimentos educacionais e de aperfeiçoamento profissional, demonstrando uma notável capacidade de articulação coletiva para o enfrentamento das agruras da vida em uma sociedade

³⁵⁹ "Religião". Diário de Pernambuco, 30 de abril de 1905.

³⁶⁰ "Núcleo Artístico Abolicionista". Jornal do Recife, 1º de março de 1888.

³⁶¹ Petrônio Domingues utiliza o termo "associativismo negro" para descrever um fluxo muito parecido de atuação coletiva em associações dirigidas por "homens de cor" no Rio de Janeiro. Ainda que com objetivos e formatos diferentes, ele observa que tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, esses grupos tinham princípios comuns voltados para o enfrentamento do racismo e da ampliação de acesso aos direitos da cidadania pela população negra. DOMINGUES, Petrônio. "Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. Sobre o tema, ver também: PINTO, Ana Flávia M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, Tese de doutorado em História, UNICAMP, 2014.

escravista e regida pelo primado da discriminação racial. A possibilidade de atuação enquanto protagonistas nas disputas eleitorais, com candidatos próprios e uma pauta afinada com as demandas do movimento operário internacional, sinalizava uma nova fase dessa tradição associativa que se reinventava de tempos em tempos, em uma marcha de ampliação dos limites das estratégias e formas de organização coletiva.

Um aspecto que devo ressaltar é que essas agremiações não conformavam um grupo fechado e homogêneo, elas tinham finalidades e organizações próprias e diferentes entre si. Mas, suas diretorias eram formadas por muitos membros em comum, o envolvimento desses indivíduos com irmandades católicas se dava simultaneamente com suas participações em entidades leigas, basta que lembremos o exemplo mais famoso, o caso de Manoel da Motta Monteiro Lopes, cuja campanha vitoriosa para a Câmara Federal em 1909, se baseou em um programa voltado à população negra e foi montada em sintonia com os anseios de associações operárias e das irmandades de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, das quais fazia parte.³⁶² Seria, portanto, simplificador e precipitado classificar esses trabalhadores negros enquanto um grupo rigidamente coeso, ainda assim, existiam interlocuções perceptíveis, tanto em termos da defesa do trabalho morigerado, do discurso da solidariedade e das noções compartilhadas de honra e respeitabilidade, quanto da recorrência dos mesmos indivíduos provenientes de um estrato de trabalhadores com um perfil social comum em suas diretorias. O que consegui constatar, a partir da pesquisa nominativa, é que essa porção de trabalhadores que estava à frente das associações citadas eram, no geral, homens, não brancos, artífices, na média dos 40 anos de idade, alfabetizados e, em sua maior parte, eleitores.

Esse último aspecto é um indício que esses trabalhadores não estavam apartados do universo eleitoral, pelo contrário. Marcel Mac Cord mostrou como a Imperial Sociedade dos Artífices Mecânicos e Liberais atuou nos bastidores da política com singular desenvoltura, faturando benesses e privilégios a partir de uma estratégia de negociação com líderes partidários. Se até então não haviam conseguido emplacar candidatos representativos de seus próprios grupos, isso diz menos sobre a capacidade de articulação dos trabalhadores, do que sobre os limites impostos por uma ordem partidária rigidamente engessada entre os diretórios de liberais e conservadores, muitas vezes organizados em bases familiares. No caso dos membros da Liga Operária

³⁶² DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um 'líder da raça negra' na capital da República". Salvador, *Afro-Ásia*, n° 41, 2010.

Pernambucana, todos tinham direito ao voto e alguns de seus diretores mais antigos chegaram a fazer parte do Club Popular, uma agremiação formada por membros do partido liberal na década de 1870, que tinha “por fim doutrinar o povo nos princípios políticos e sociais”.³⁶³ De modo, que, esse indício, e outros pontuados ao longo do texto, revelam que uma parte dos diretores da Liga mantinham algum tipo de relação com líderes partidários de Pernambuco. O caso de um maquinista serralheiro do Arsenal, que era da comissão de sindicância da Liga Operária, me parece especialmente interessante para demonstrar como o direito ao voto ampliava o universo de possibilidades sociais dos trabalhadores em sentidos muito específicos. Para esse trabalhador em particular, é muito provável que o fato de ser eleitor tenha lhe propiciado desenvolver uma trama que acabou lhe garantindo uma colocação no Arsenal da Marinha.

Em meio às acirradas eleições dos dias finais de 1885, o Diário de Pernambuco, à época órgão do partido conservador, concedeu espaço em suas colunas para que dois operários da Fábrica de Tecidos da Madalena denunciassem um caso de perseguição política ocorrida naquela indústria. O maquinista, Irineu Dias, e o tecelão, Manoel Lyra, declaravam que haviam sido demitidos “tão somente pelo fato de não votarem, como eleitores que são, na chapa liberal pela qual se empenhava” o gerente daquela fábrica. Afirmavam ainda que, “aquele estabelecimento, longe de ser industrial, é eleitoral, e dirigido por um administrador exaltado em política, e que entende dever ser influência eleitoral à custa dos operários”.³⁶⁴ Duas semanas após essa matéria, na qual Irineu Dias se declarava eleitor conservador, o Diário de Pernambuco voltou a publicar o nome do operário em suas páginas. Dessa vez em meio aos informes oficiais do governo, onde a Tesouraria da Fazenda fazia público que aquele indivíduo estava admitido “no lugar de maquinista da serreria a vapor” do Arsenal.³⁶⁵

Não importa aqui saber se a perseguição realmente aconteceu ou era apenas uma peça de propaganda política conservadora em desabono à vitória dos liberais, o fato é que ela só foi levada às páginas do Diário depois que o inspetor da marinha já havia

³⁶³ Para se tornar sócio do Clube exigia-se apenas duas prerrogativas, o pagamento da mensalidade e que o indivíduo fosse “reconhecidamente liberal”. Estatutos do Club Popular do Recife, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhler & Cia, 1869. APEJE, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16.

³⁶⁴ “Fábrica de Tecidos e Fiação”. Diário de Pernambuco, 1º de janeiro de 1886.

³⁶⁵ “Parte Oficial”. Diário de Pernambuco, 16 de janeiro de 1886.

mandado um telegrama ao ministro da Marinha (à época, vinculado ao Gabinete conservador do Barão de Cotegipe) requisitando a contratação do operário.³⁶⁶

De modo análogo, penso que independente da autenticidade dos brios republicanos dos membros da Liga Operária Pernambucana, eles tinham interesses objetivos em tecer loas ao novo regime. Ao se postarem enquanto aliados do republicanismo, difundindo entre os trabalhadores os ideais mais cândidos dessa forma de governo, os artífices optavam por uma estratégia de aproximação com aqueles que estavam no poder político e que, no final das contas, também dirigiam o Arsenal de Marinha. A fatura desse apoio não tardou a chegar, em meados de 1890, a Liga começou a pleitear suas demandas junto às autoridades políticas. Primeiro dirigindo uma petição ao “generalíssimo” Deodoro da Fonseca, requisitando que os artistas das repartições públicas passassem a receber remuneração mesmo nos feriados.³⁶⁷ E, meses depois, solicitando a redução da jornada de trabalho de calafates e carpinteiros a oito horas diárias, pauta que acabou sendo conquistada não apenas nas oficinas do arsenal, os diretores da Liga conseguiram negociar a redução de horas também nas docas e estaleiros da iniciativa privada.³⁶⁸

O secretário geral da associação escreveu um artigo exaltando aquela que seria “mais uma vitória para os anais da Liga Operária”, nele José Francisco Duarte explicava a mudança na carga horária, que deixava de ser das 6:30 da manhã às 5:30 da tarde, e passava a ser de 7 da manhã até 4 da tarde, com um intervalo de uma hora para o almoço. O secretário ressaltava que “a índole caracteristicamente filantrópica dos brasileiros, assegura às reformas democráticas a mais fácil realização”, tese que seria posta à prova (e refutada) nos anos seguintes, quando o grupo atuou pela expansão da jornada de oito horas para todos os trabalhadores, por meio de campanhas eleitorais e da atuação de políticos vinculados à Liga.³⁶⁹

³⁶⁶ *Idem*. O telegrama havia sido enviado no dia 31 de dezembro de 1885.

³⁶⁷ Jornal do Recife, 1º de julho de 1890. Não me foi possível ter certeza se a demanda foi atendida.

³⁶⁸ Pelo menos seis oficinas de empreendimentos privados passaram a implementar a jornada de oito horas. A vitória só foi anunciada em um artigo em: “O dia normal do operário”. Jornal do Recife, 22 de novembro de 1891. Mas, desde junho de 1889 que já havia sido anunciada a “coligação da Sociedade dos Carpinteiros Navais com a Liga Operária Pernambucana”. Jornal do Recife, 29 de junho de 1889.

³⁶⁹ “O dia normal do operário”. A Província, 22 de novembro de 1891.

Trabalhadores em cédulas de votação

Tudo indica que a Liga Operária Pernambucana deixou de ser uma associação exclusiva de artífices do Arsenal da Marinha no momento em que seus membros passaram a bater pernas pelas ruas do Recife distribuindo exemplares da Gazeta dos Operários nas saídas das oficinas. Esse momento, aludido por mim no primeiro parágrafo do texto, sinaliza não só o processo de mudança de perfil da agremiação, que deixava de ser essencialmente uma mutualista e ganhava contornos de partido político, mas também aponta para a incorporação de novos representantes de setores de ofícios urbanos que nada tinham a ver com a construção naval.

Entre 1890 e 1891, o grupo convocou diversas reuniões promovendo uma desejada renovação e ampliação de seus quadros.³⁷⁰ As reuniões eventualmente eram dirigidas para categorias específicas, além de cigarreiros e tipógrafos, em determinada ocasião o grupo buscou reunir mulheres operárias "das fábricas de tecido e de luvas, camisarias, chapelarias, e de outras oficinas e casas de modas existentes nesta capital".³⁷¹ Em 1894, mais de 320 operários faziam parte da Liga, dos quais apenas cerca de 25% eram do arsenal e das companhias de serviços marítimos. Os demais eram tipógrafos, trabalhadores de fábricas de tecido, de fundição, operários das estradas de ferro e marceneiros.³⁷² Por ora, cabe dizer que foi com esse grupo mais diverso que a Liga Operária Pernambucana disputou as primeiras eleições da década republicana, conseguindo eleger inclusive alguns dos seus candidatos.

Em maio de 1891 foram empossados os candidatos eleitos para a primeira legislatura estadual republicana, entre os deputados destacava-se o "inteligente artista" Jeronimo Telles Junior, celebrado por alguns pares como "o primeiro representante de sua classe eleito em Pernambuco".³⁷³ Me refiro a alguns pares porque Telles Junior estava longe de ser unanimidade entre aqueles que ele pretensamente dizia

³⁷⁰ "Liga Operária Pernambucana". Diário de Pernambuco, 7 de maio de 1890. "Liga Operária Pernambucana". A Província, 18 de junho de 1890. A Época, 7 de agosto de 1890. Jornal do Recife, 19 de maio de 1891.

³⁷¹ Sobre a filiação das mulheres na Liga, fazia-se uma ressalva, exigia-se que além de aderir ao programa, as operárias deviam ser "senhoras [...] que constituem família". O interesse era que se formasse ali "uma comissão diretora dentre as associadas para gerir os negócios internos do grêmio e [...] afim de tratarem sobre os interesses de parte das classes obreiras". Jornal do Recife, 18 de junho de 1890. "Liga Operária Pernambucana". A Província, 18 de junho de 1890.

³⁷² Jornal do Recife, 24 de outubro de 1894. Esses 320 foram apenas aqueles que votaram na eleição interna para eleger qual dos membros da Liga seria o candidato à deputação estadual do grupo.

³⁷³ "Manifestação honrosa". A Província, 9 de maio de 1891.

representar.³⁷⁴ Ele não fazia parte da Liga Operária Pernambucana, era então diretor do Liceu de Artes e Ofícios. Em sua juventude foi maquinista naval e chegou a se aperfeiçoar nas oficinas de limador do Arsenal da Marinha da Corte, nessa instituição assistiu a aulas de desenho e descobriu sua verdadeira vocação, tornando-se pintor de quadros. Em idos da década de 1890, Telles Junior já se encontrava afastado das profissões mecânicas há algum tempo, desde o início da década anterior dava aulas de desenho no Liceu e em seu atelier particular, e já gozava de fama enquanto paisagista.³⁷⁵

Há no Arquivo Público de Pernambuco uma autobiografia não publicada do artista, naquelas antigas páginas mimeografadas o autor narra uma série de dissabores e inimizades que cultivou no meio artístico-operário recifense. Sobre o Liceu, afirmava que com malgrado teve que “colaborar com gente de tão baixa esfera e ignorantes, na maior parte analfabetos”. Ainda que reconhecesse que “em muito pequeno número [...] havia homens trabalhadores e honestos”, insistia que naquela instituição ele se “achava em meio à escória dos operários de Pernambuco”.³⁷⁶ Quando se tornou diretor do Liceu, as diferenças de Telles Junior com parte dos membros das classes artísticas e operárias chegaram aos paroxismos, ele se dizia sentir fisicamente ameaçado e afirmou que foi “obrigado a andar armado por muito tempo”. Diante desse cenário, a pergunta mais óbvia que desponta é: como um indivíduo que inspirava tanto ressentimento aos pares

³⁷⁴ Como irei desenvolver mais a frente, Telles Junior teve desavenças com membros da Sociedade de Artífices Mecânicos e Liberais, nutriu antipatias com artistas de Olinda, e também protagonizou um episódio de discórdia com um grupo de artistas do chamado Congresso Artístico e Operário, esse grupo também estava organizando uma chapa eleitoral e promoveu algumas reuniões no Liceu, mas Telles Junior, então diretor do Liceu, os proibiu de continuar com os encontros naquele espaço. Ver: “A Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. *A Província*, 7 de março de 1891. A título de comparação do volume da votação que Telles Junior teve em todo estado, o primeiro governador eleito de Pernambuco teve 27.400 votos nas eleições de 1894.

³⁷⁵ Na atualidade, Telles Junior se situa no cânone dos artistas de Pernambuco e seus quadros estão expostos em importantes museus públicos. Em vida, teve relação muito próxima com a aristocracia pernambucana, recebendo jovens aprendizes em seu atelier, talvez o mais famoso de seus pupilos foi Gilberto Freyre, o sociólogo chegou a pintar um volume considerável de quadros, organizou, inclusive, algumas exposições de suas obras.

³⁷⁶ Telles Junior não toca em qualquer aspecto racial em seu relato, mas ao tentar entender suas diferenças em relação ao grupo, me parece que essa é uma questão que deve ser mencionada. Aquela sociedade foi dirigida por artífices negros e pardos por décadas, é provável que a ocasião tenha sido a primeira vez que um artista branco tenha gerido o Liceu, enquanto hipótese, não descarto a possibilidade de que tensões raciais acabassem influenciando suas desavenças com os artífices da sociedade. Sobre sua fisionomia, escreveu o escritor e diplomata Oliveira Lima, na ocasião da morte de Telles Junior, que o pintor “parecia um holandês, com seu rosto gordo e corado, suas finas barbas loiras...”. “Um paisagista pernambucano”. *Jornal do Recife*, 3 de maio de 1914.

podia não apenas ser o candidato da classe, mas também ser eleito com mais de 25 mil votos?³⁷⁷

Questionamento que ele próprio explicou em sua autobiografia. Dando a ver que foi uma decisão completamente monocrática, Telles Junior afirmou que havia no partido autonomista "a ideia de fazer um Congresso onde todas as classes fossem representadas", e seu nome surgiu como indicação de José Mariano, político com quem o pintor havia militado no movimento abolicionista até pouco tempo antes.³⁷⁸ E assim foi, sem o estabelecimento de qualquer diálogo com os grupos organizados do movimento operário, que o primeiro representante da classe artística assumiu um cargo eletivo na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Um arranjo executado nesses moldes acabou por produzir admoestações. Leonel Perigoso era o pseudônimo que assinava uma matéria escrita pretensamente em defesa dos interesses dos "artistas olindenses", na qual se afirmava, em meio a uma série de críticas, que a classe se negou a sufragar o "nariz de cera que o governo lhe quis pôr, incluindo o nome de Telles Junior entre os que deviam ser nomeados deputados".³⁷⁹

Sobre essa última frase, cabe abrir um pequeno parêntese apenas para tecer uma observação sobre a maneira como o autor escreveu que o governo incluiu Telles Junior entre os que deviam ser "nomeados" deputados. O termo "nomeado" nessa construção subverte a ideia de que o deputado seria eleito, estabelecendo a premissa de que a vitória daquele candidato já estaria selada independente dos resultados das urnas. O que pode ter sido um deslize na hora de escolher o verbo, também pode ser interpretado como uma escolha consciente com o objetivo de macular aquela candidatura sem bases sociais e imposta de cima para baixo. Em se levando em consideração que a escolha foi consciente, e que os candidatos não eram eleitos, mas sim escolhidos por diretórios

³⁷⁷ Agradeço a Marcelo Mac Cord, que, com a sua singular generosidade, me colocou em contato não apenas com esse documento, mas com um conjunto documental volumoso e anotações de suas pesquisas anteriores. TELLES JUNIOR, Jerônimo J. Memórias. Recife, Arquivo Público Estadual, 1954. Datilografado. pp. 13, 14 e 22.

³⁷⁸ Sobre o partido autonomista cabe afirmar que era uma agremiação alinhada ao governo de Deodoro da Fonseca, seus laços com o governo se deviam principalmente ao Barão de Lucena que, além de ser ministro e amigo de Deodoro, era o principal articulador do diretório do partido pernambucano. Em seus quadros o partido assimilou alguns *marianistas*, membros do antigo partido conservador e um ou outro republicano histórico. Com a ajuda do governo esse partido se saiu vitorioso de todas as eleições que disputou até 1892, foram elas: a Constituinte, as eleições para o legislativo estadual (também constituinte) e aquelas que elegeram os intendentes municipais, o prefeito e seu vice. Todos os eleitos para cargos estaduais e municipais, no entanto, foram destituídos em 1892 com a queda de Deodoro. Os que haviam sido eleitos para as instâncias municipais sequer chegaram a assumir.

³⁷⁹ "Os artistas olindenses". Jornal do Recife, 30 de abril de 1891. Na época, o termo "nariz de cera" era usado com o sentido de "embuste", como pode se ler nos seguintes artigos: "Verba escandalosa". Jornal Pequeno, 14 de junho de 1901. "A pérola". Diário de Pernambuco, 12 de setembro de 1896.

governistas, seria lógico pensar que "os artistas olindenses" se abstiveram da farsa eleitoral. No entanto, eles não só fizeram campanha para um candidato próprio (que teve votação pífia), como, ainda segundo o artigo de opinião, selaram "acordos com outros grupos da oposição". É o tipo de indício que evidencia que, mesmo grupos desiludidos em relação ao sucesso de seus candidatos atuavam politicamente, pois os momentos eleitorais, por mais engessados que figurassem em determinadas conjunturas, eram importantes para a mobilização de debates, a conformação de alianças e a construção das diretrizes para a ação social.

Em relação a atuação de Telles Junior na Câmara, o que se pode dizer é que foi discreta, em muito porque aquela legislatura foi dissolvida com pouco mais de um ano. Mas, nesse curto período ele apresentou e colocou em votação "um decreto para fixar em oito o número de horas de trabalho aos operários e artistas". Se Telles Junior não foi o candidato da Liga Operária, isso não quer dizer que esse grupo não soube aproveitar da oportunidade de ter no congresso um representante da classe, pois, como a notícia do *Jornal do Recife* sublinhava, aquele decreto foi apresentado "em nome da Liga Operária de Pernambuco".³⁸⁰ O projeto foi aprovado na Câmara, mas, essa foi uma vitória muito relativa, visto que após ter passando por três instâncias de discussão, o decreto acabou sofrendo alterações que lhe extraíam o sentido de lei de proteção social, pois suas determinações legais ficariam submetidas e condicionadas ao acordo entre patrões e operários, valendo, portanto, a prevalência da negociação entre as partes sob o legislado. Mas, mesmo com as modificações o decreto não se tornou realidade, pois foi rejeitado no Senado Estadual tão logo chegou àquela casa.³⁸¹

A cooperação em torno da tentativa de emplacar a lei das oito horas acabou por aproximar Telles Junior da Liga Operária. O pintor tornou-se sócio honorário e, pouco tempo depois, ele e a sociedade de artistas conciliaram interesses materiais, passando a dividir um sobrado na rua Nova. De dia aquele prédio no coração da cidade era atelier, em algumas noites recebia as reuniões dos operários, mas sempre os passantes podiam ver "seu estandarte na varanda".³⁸² A bandeira da associação também informava um aspecto importante sobre a identidade do grupo, além das explícitas referências

³⁸⁰ Na ocasião se encontravam "ocupadas as galerias por grande número de artistas e operários". "Horas de trabalho". *Jornal do Recife*, 2 de setembro de 1891.

³⁸¹ Sobre as articulações em torno do decreto da jornada das oito horas, ver: MAC CORD, Marcelo. "Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de trabalho das oito horas em Pernambuco, 1890 – 1891". *Tempo*, vol. 22, n. 39, p. 175-195, jan. - abr., 2016.

³⁸² TELLES JUNIOR, Jerônimo J. Memórias. Recife, Arquivo Público Estadual, 1954. Datilografado. p. 19.

republicanas de um pavilhão "organizado à imitação do dos Estados Unidos", contendo no campo azul três estrelas "que significam o lema da corporação – liberdade, trabalho e fraternidade", havia nessa mesma parte azul um "esquadro e um compasso, símbolos das artes".³⁸³ Os emblemas do esquadro e do compasso eram representativos do trabalho qualificado, a escolha por esses instrumentos que representavam o rigor e a perícia baseada na técnica, e não outros instrumentos, como, por exemplo, uma foice ou um martelo, dizia algo sobre seus membros fundadores, a maior parte deles mestres em ofícios mecânicos.

Tanto para a eleição da Constituinte, quanto para a da intendência municipal, o grupo lançou uma chapa com os mesmos quatro candidatos. Eram eles: "Arthur de Mello, tipógrafo; Manoel Eugenio da Rocha Samico, perfumista; José Antônio Vieira da Cunha, pedreiro e Francisco Gomes de Figueiredo, carpinteiro".³⁸⁴ Desses, apenas o último tinha vínculos com o Arsenal, onde trabalhou por mais de vinte anos e, à época, desempenhava a função de mestre das oficinas navais.

Os outros três, a despeito dos ofícios artísticos com que se identificavam na circular eleitoral, ocupavam posições de chefia no universo do trabalho. É provável que Arthur de Mello, que aparece como tipógrafo, de fato tenha trabalhado nesse ofício, visto que em 1891 era orador da União Tipográfica Pernambucana, no entanto, diferentemente da maioria dos seus pares, era bacharel da Faculdade de Direito e tinha alguns fundos, pois, em 1894, se tornou proprietário de uma folha diária, a *Gazeta do Recife*.³⁸⁵ Outro que possuía empreendimento próprio era Manoel Samico, ainda que apresentado enquanto perfumista, foi funcionário público ao longo da década de 1880 e, em maio de 1889, foi contemplado pelo governo da província com um privilégio exclusivo de oito anos "para montar nesta cidade uma fábrica de perfumarias e sabonetes".³⁸⁶ Por fim, José Antônio Vieira da Cunha, classificado como pedreiro, era um artífice bem relacionado e, naquele ano de 1891, coordenava obras em importantes prédios públicos enquanto "mestre pedreiro da Câmara Municipal e das obras da Academia".³⁸⁷

³⁸³ "Liga Operária Pernambucana". *Diário de Pernambuco*, 15 de maio de 1890.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ Na União Tipográfica: "União Tipográfica Pernambucana". *Jornal do Recife*, 29 de dezembro de 1891.

³⁸⁶ "Parte oficial". *Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 1889. Sobre sua atuação na *Gazeta do Recife*: NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954) – Diários do Recife 1829 - 1900*. Recife, Imprensa da UFPE, vol. II, 1966. p. 346.

³⁸⁷ Nessa eleição que saiu vitorioso, houve inclusive uma acusação de que policiais andaram visitando as casas dos eleitores de Santo Amaro e os ameaçando caso não sufragassem o nome de Vieira da Cunha.

O perfil dos candidatos da Liga era muito semelhante ao dos candidatos dos partidos operários baianos, sobre os quais Aldrin Castellucci vêm desenvolvendo estudos recentemente, classificando-os como "aqueles que haviam conseguido uma melhor qualificação profissional e melhor posição material, principalmente na qualidade de mestres de ofícios".³⁸⁸ Naquele contexto, como nesse, os precursores do movimento operário eram lideranças que desfrutavam de certo prestígio social fomentado principalmente pela atuação pregressa na vida associativa de irmandades e mutualistas. Nos dois casos, predominou uma agenda conciliatória de negociação e aliança com elites políticas locais, uma participação no jogo eleitoral voltada antes para a integração, do que para o questionamento da ordem estabelecida.

Em relação aos que tiveram sucesso nas urnas, a Liga primeiro conseguiu eleger Antônio Vieira da Cunha, que também fez parte da diretoria da Imperial Sociedade de Artífices Mecânicos e Liberais na década de 1880, o único da chapa que obteve vitória na disputa para a intendência municipal. No entanto, mesmo tendo conseguido o cargo com um saldo de 2.482 votos, ele acabou sem conseguir assumir o posto eletivo, porque, como já foi dito em capítulo anterior, as primeiras eleições para prefeito e intendentes foram anuladas após a subida de Floriano Peixoto e o golpe desfechado por uma ala de opositores liderados por republicanos históricos.³⁸⁹

Só no ano seguinte, em meio à chapa dos republicanos históricos, a Liga conseguiu emplacar um de seus candidatos. Com mais de onze mil votos, o perfumista Rocha Samico foi eleito deputado estadual em uma legislatura inteiramente composta por aliados de Martins Junior.³⁹⁰ Naquele congresso formado apenas por membros do partido republicano, Samico não foi uma voz destoante, nem conseguiu articular projetos afinados com as pautas radicais dos programas anteriores da Liga Operária. Aparentemente sua presença tinha mais uma representatividade simbólica de conformação dos elos entre governo e trabalhadores organizados.

Como explorei no terceiro capítulo, os republicanos históricos buscaram atrair adeptos que legitimassem não só o novo regime, mas que também dessem amparo

"Cabala policial". *Jornal do Recife*, 30 de setembro de 1891. Enquanto membro da Sociedade dos Artífices Mecânicos e Liberais e do Liceu de Artes e Ofícios, ver: *Diário de Pernambuco*, 24 de janeiro de 1884. *Jornal Pequeno*, 30 de novembro de 1903.

³⁸⁸ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. "Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919)". *Revista de História*, n° 162, 1° semestre de 2010. p. 240. Do mesmo autor, ver também: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador, Eduneb, 2015.

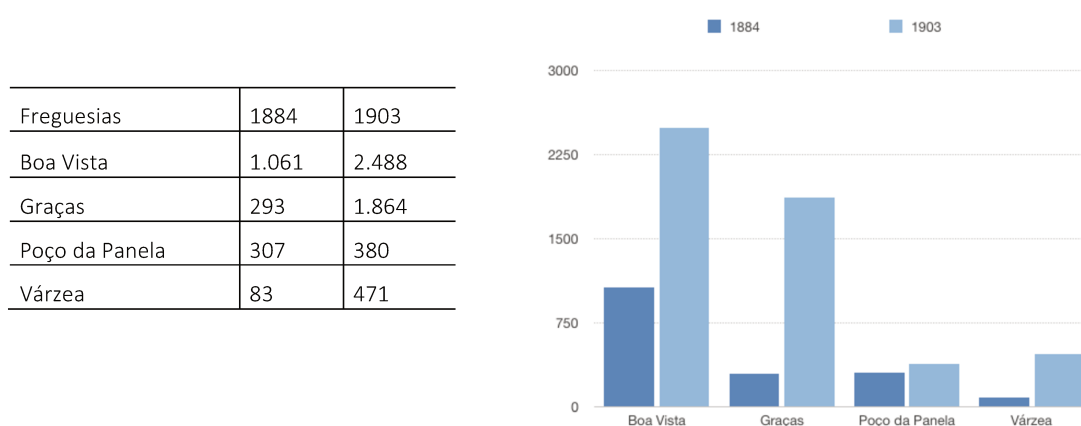
³⁸⁹ Os resultados daquela votação podem ser encontrados em: *A Província*. 2 de outubro de 1891.

³⁹⁰ "Câmara dos Deputados". *Jornal do Recife*, 12 de abril de 1892.

popular e respaldo social a esse grupo que ambicionava capitanear o projeto republicano em Pernambuco. A aproximação com os membros da Liga me parece que era uma articulação desejável por uma série de fatores. Em primeiro lugar, as reformas eleitorais do novo regime ampliaram sensivelmente o número de eleitores, principalmente ao suprimir a exigência censitária e todo o emaranhado burocrático a que os eleitores estavam submetidos para comprovação de renda. Estudos recentes evidenciam que nos centros urbanos esse aumento se deu de maneira mais acentuada, a observação da oscilação de eleitores entre 1884 e 1903 em algumas freguesias do Recife me leva a afirmar o mesmo.³⁹¹ Enquanto a população da cidade se manteve praticamente estável nesse período, em algumas localidades, como Graças, o eleitorado quintuplicou, na Várzea ele mais que quadruplicou:

Tabela IV / Gráfico I

Número de eleitores por freguesia em Recife nos anos de 1884 e 1903³⁹²



Diante desses dados, é muito provável que as lideranças partidárias ambicionassem uma aproximação com grupos de trabalhadores organizados com o propósito de capilarizar suas bases de apoio e ampliar seu raio de influência em meio a novos setores do eleitorado que passaram a gozar dos direitos políticos. A Liga Operária

³⁹¹ Para Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, n° 162, 1° semestre de 2010. p. 207; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, Tese de doutorado em História, 2014. p. 258. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 395.

³⁹² Para os eleitores de 1884 foi consultado o folheto *Qualificação dos eleitores da Boa vista 1884*, acessível no setor de folhetos raros do Arquivo Público Jordão Emerenciano. Para o eleitorado de 1903 consultei as edições de julho e agosto de 1903 do Diário de Pernambuco. Sobre a população de Recife ter se mantido estável, indico a consulta das séries estáticas disponíveis no site do IBGE, esses dados indicam que em 1872, Recife tinha cerca de 116 mil habitantes, já em 1900, o número cai para 113 mil.

era uma associação em expansão e, como já mencionei, em 1894 tinha em seus quadros artistas que representavam todos os principais ramos de indústria de Pernambuco.

Esses mesmos ramos fizeram parte de uma inédita onda de greves em Recife, era a eclosão de um novo momento onde os conflitos trabalhistas extrapolaram as portas das fábricas e oficinas, tomando as ruas e as colunas de opinião. Uma conjuntura de lutas sociais que tangenciou os trabalhadores a irem ao encontro das autoridades estatais em um movimento que exigia a intermediação do governo nas relações de trabalho.

Esse processo de ampliação das atribuições sociais dos agentes do estado, não partiu apenas das exigências dos trabalhadores organizados, muitos patrões e diretores de empresas e indústrias também solicitaram intervenção arbitral do governo em momentos de impasse. Em meio a essas transações houve uma perceptível aproximação entre líderes do movimento operário e dos partidos políticos, que acabaram por pactuar alianças veladas e atuações em projetos comuns. Esses aspectos serão aprofundados no próximo capítulo.

Ponderando para os casos de países do hemisfério norte, como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, o historiador William Sewell Jr. afirmou há algum tempo que o movimento operário surgiu das oficinas artesanais.³⁹³ No Brasil deu-se o mesmo e, no caso específico de Recife, como busquei demonstrar neste capítulo, o que ocorreu foi uma remodelação de práticas associativas tradicionais.³⁹⁴ Artistas qualificados à frente de grupos de trabalhadores organizados aproveitaram-se das brechas abertas pelas mudanças no cenário político, com a república, e pela atualização das reflexões em torno das questões sociais, com a abolição da escravidão, para planejar voos mais altos.

A Liga Operária Pernambucana, capitaneando esse movimento, buscou mudar as feições do estamento político e imprimir as aspirações por justiça social em meio ao corpo de leis estaduais. Para tanto optou por estratégias de atuação voltadas à cooperação e negociação com as elites, conseguindo resultados modestos se analisados isoladamente, mas notáveis se postos em perspectiva. Ao mesmo tempo, deram uma nova cara ao associativismo ao evocar um idioma de classe e não mais de ofício,

³⁹³ SEWELL, William H. *Work and revolution in France*. Nova York: Cambridge University Press, 1980. p. 1. Sobre o tema, Eric Hobsbawm afirmou que na Europa “os homens que formavam as organizações operárias eram, em grande medida, trabalhadores em ofícios especializados, educados e socializados na tradição do ofício e, neste sentido, estas tradições ajudaram a moldar as do trabalhismo moderno”. HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000. p. 103.

³⁹⁴ BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

fazendo coro com as lutas de trabalhadores de além mar. Essas inovações em termos de linguagem, símbolos e pautas foram, em pouco tempo, demarcando diferenças entre o associativismo operário e aquele mais tradicional praticado há mais de um século e que tinha suas raízes nas corporações de ofícios e irmandades religiosas. O contraste entre essas perspectivas ficará mais evidente no capítulo que segue, que também buscará colocar em relevo os aspectos de continuidade entre uma e outra identidade.

Capítulo VI

O movimento operário: lutas, discursos e articulações políticas

A partir da década de 1890, as organizações formadas por trabalhadores alcançaram um patamar de protagonismo social consideravelmente mais elevado em relação ao passado imperial. As posições de seus representantes passaram a circular com constância não apenas nas colunas dos tradicionais jornais pernambucanos, mas também nas folhas de uma imprensa operária em expansão. Quando voltamos nossos olhos para um passado não tão anterior a esse, de uma ou duas gerações, essa mudança ganha nitidez.

Em 1856, os tipógrafos de Recife fundaram a Associação Tipográfica Pernambucana, uma mutualista que se propunha a promover assistência aos seus sócios e familiares em caso de doença ou morte. Em celebração ao primeiro aniversário da agremiação, foi organizada uma solenidade onde apenas um indivíduo teve a palavra; o orador não era tipógrafo, nem representava qualquer outro ramo dos ofícios manuais, se tratava do “ilustríssimo senhor doutor Joaquim d’Aquino Fonseca”, conhecido médico da capital.³⁹⁵ Em um longo discurso sobre a “história da arte tipográfica e seus grandes vultos”, o palestrante pouco falou dos operários pernambucanos. Estes foram tematizados apenas tangencialmente, mas, quando se referiu aos tipógrafos recifenses, e também aos demais artistas manuais, o médico fez considerações extremamente reveladoras da maneira com que pessoas ilustres, do mesmo extrato social que ele, percebiam esses trabalhadores:

[...] os artistas não são tão estimados entre nós quanto merecem e são em outros países; e há mesmo quem julgue descer de sua dignidade individual se der a mão a apertar a um desses que não tiveram a felicidade de repousar em ricos berços, nem pisaram belos tapetes. Isso faz com que os artistas não tenham certos estímulos, ou se vejam obrigados a sufocá-los, o que as vezes os leva a frequentar os maus lugares e darem-se a vícios.³⁹⁶

³⁹⁵ “Discurso apresentado na sessão magna da Associação Tipográfica Pernambucana”. O Liberal Pernambucano, 24 de agosto de 1857.

³⁹⁶ *Idem.*

Muitos fatores podem ser aventados para justificar a escolha de um médico para ser orador de um momento tão importante para os tipógrafos, mas, é provável que o mais decisivo deles tenha relação justamente com essa repulsa social sofrida cotidianamente pelos trabalhadores em decorrência de discriminações de classe e raça.³⁹⁷ Tal desprezo foi escancarado por artistas tão logo conseguiram fazer circular seus próprios jornais, o primeiro deles, *O Echo Artístico*, expressava a problemática em termos de classe:

Vivemos como uma classe abjeta para a sociedade aristocrática, que, algumas vezes para iludir-nos, diz-se democrática [...] vivemos para servir; iludidos, ou recebendo em recompensa migalhas monetárias [...] sofremos pela nossa decadência social, porque estamos em mãos de meia dúzia de aristocratas que nos roubam o suor, o pão, a honra e tudo quanto querem.³⁹⁸

O jornal que circulou por 16 edições entre 1875 e 1876, era uma iniciativa da União Artística, uma sociedade que teve vida curta e que foi encabeçada por trabalhadores especializados que mantinham relações com o partido liberal.³⁹⁹ O grupo se formou em torno de um projeto que ambicionava “levar à representação nacional alguns membros da classe a que pertencem”.⁴⁰⁰ Ainda que não tenham conseguido alcançar os seus audaciosos objetivos, esses artistas deixaram registros de um projeto coletivo que contestava os lugares sociais estabelecidos, combatendo os juízos segregacionistas que, baseados em hierarquizações relacionadas aos lugares ocupados

³⁹⁷ Os registros escritos do século XIX são pródigos em passagens que podem ilustrar como havia uma compreensão partilhada que relacionava o ofício desempenhado pelos indivíduos com suas capacidades intelectuais. Sobre a a força dessa proposição, é ilustrativo um artigo escrito por Maria Augusta Meira de Vasconcelos, uma das primeiras mulheres formadas na Faculdade de Direito do Recife, e que, em 1890, escreveu um artigo em defesa do voto feminino. Na construção de um argumento que buscava evidenciar que a capacidade eleitoral não poderia se pautar por um recorte de gênero, a autora lançava mão de categorias de ofício, sugerindo que esses sim diziam algo sobre o “voto consciente”: “à vós professoras públicas tituladas, à vós empregadas públicas, e quantas outras pernambucanas ilustres e brasileiras em geral, ergo um brado de animação para que com a máxima perseverança me ajudeis na construção deste grande monumento para fazer florescer o direito que nos assiste [...] porquanto só assim veremos sobrepujar nossa autonomia ora abatida até pela dos carroceiros, carregadores d’água e ganhadores que, segundo a ampliação da lei eleitoral, podem concorrer às urnas para com seus sufrágios *conscientes* eleger deputados, presidentes, etc.”. “Uma decisão injusta”. *Jornal do Recife*, 25 de abril de 1890.

³⁹⁸ “O que somos”. *O Echo Artístico*, 3 de dezembro de 1876.

³⁹⁹ Em estudo sobre essa associação, Marcelo Mac Cord evidencia as conexões desse grupo com os liberais, uma estratégia de aliança que se colocava em oposição à Sociedade dos Artífices Mecânicos e Liberais que, à época, estava alinhada ao diretório do partido conservador. Ver: MAC CORD, Marcelo. “‘A União Artística’: construção e legitimação de uma entidade de classe, Recife, década de 1870”. *Perseu*, ano 3, n° 4, 2009.

⁴⁰⁰ “União Artística”. *O Echo Artístico*, 25 de janeiro de 1876. A diretoria da União Artística era formada por oito indivíduos, dos quais pelo menos quatro eram tipógrafos (e fundadores do Montepio dos Tipógrafos), havia ainda um cabelereiro, um artista seleiro e outro artista cujo ofício não consegui identificar. Além de ser impresso nas oficinas do jornal de José Mariano, os artistas do grupo publicaram artigos de opinião em defesa desse parlamentar liberal. Todos os diretores também eram membros do Club Popular, que, como já foi dito em outro momento, era uma associação vinculada às lideranças daquele partido. *O Echo Artístico*, 4 de novembro de 1875.

nos mundos do trabalho e na cor da pele dos indivíduos, lhes limitavam as possibilidades de ascensão social:

Por que vemos falta de trabalho? Porque neste país só lhes é dado para arrimar-se as artes, em um país em que um homem que empunhe um serrote ou qualquer outro instrumento de arte, não pode ser ilustrado, somente o bacharel é digno para todos os cargos públicos [...] são tão prejudiciais estes preconceitos, como é repugnante o preconceito de cor, porque ela não revela o sentimento mesquinho ou elevado de um indivíduo.⁴⁰¹

A resposta encontrada pelos membros da União Artística para esse cenário de discriminação passava pela formulação de uma identidade própria e pela difusão de uma concepção de mundo igualitarista. Ao se posicionarem contra quem “pensa que a classe artística é inferior à classe comercial, à dos bacharéis, à dos agricultores e outras muitas”, buscavam mobilizar um sentimento de dignidade entre seus pares e refutar as distinções sociais que impediam o florescimento das bases para a emancipação dos artífices.⁴⁰² Nesse sentido, esse empreendimento isolado da década de 1870 já antecipava a defesa de um sistema de valores que viria a fundamentar a atuação do movimento operário vinte anos depois. Tanto em 1870, quanto na virada do século, trabalhadores engajados atuaram pela elevação da classe artística / operária buscando, em primeiro lugar, lapidar a imagem do trabalhador em torno de categorias auto-atribuídas que os distanciassem de sentidos que os compreendiam enquanto “obscuros e decadentes”.⁴⁰³ Assim, procuravam se apresentar enquanto credores da compreensão de justiça social da qual reivindicavam, compreensão nada doutrinária, que se baseava em termos de um igualitarismo genérico, nem sempre coeso entre uma associação e outra, e geralmente pouco esmerilhado, mas que tinha em comum referências ao socialismo em suas publicações.

Nas publicações da União Artística o socialismo aparece furtivamente enquanto palavra de ordem, recurso retórico ou mesmo evocação aos seus pares, em frases como: “tornemo-nos amantes do socialismo” ou “o socialismo é a alma da humanidade”.⁴⁰⁴ Já

⁴⁰¹ “O Echo Artístico”. O Echo Artístico, 8 de janeiro de 1876.

⁴⁰² “O Echo Artístico”. O Echo Artístico, 13 de novembro de 1875.

⁴⁰³ “A instrução”. O Echo Artístico, 4 de dezembro de 1875. É perceptível certa influência da moral corporativa em alguns artigos do jornal, principalmente em relação a defesa do trabalho bem executado e do aperfeiçoamento profissional enquanto elementos fundamentais para garantir a respeitabilidade social da classe artística.

⁴⁰⁴ É muito provável que a participação dos membros da União Artística em reuniões do Club Popular tenha influído tanto para que esse grupo percebesse o associativismo enquanto possibilidade para a emancipação política da classe, quanto em relação a adoção do socialismo. Afirmo isso baseado no fato de que professores da Faculdade de Direito do Recife, em especial Tavares Belfort e Aprígio Guimarães, proferiram conferências sobre o associativismo naqueles anos. Como se pode ver em: *Jornal do Recife*, 16 de outubro de 1874. “Club Popular”. Além de que, os dois bacharéis também se alternavam na

em relação aos grupos da virada do século, essa expressão é abarcada em meio a um idioma comum veiculado no bojo dos princípios da Segunda Internacional, o que acontecia não só em termos de linguagem, mas, de renovação de valores e estratégias de atuação. Esse processo gradativo de construção de uma identidade de classe foi fundamental para que os trabalhadores se apresentassem socialmente organizados e conseguissem pleitear direitos e melhores condições de vida, reivindicando a intervenção de agentes do estado em conflitos trabalhistas e a institucionalização de suas pautas em leis de proteção social. A maneira como lideranças operárias se utilizaram das possibilidades de difusão das próprias concepções de mundo e os conflitos gerados por esse novo movimento, fizeram parte do universo político das primeiras décadas republicanas no Recife e serão abordadas nesse capítulo.

As três fases do socialismo em Pernambuco no século XIX

"Atualmente o que mais preocupa os espíritos que se aliam aos altos ensinamentos políticos é o problema do socialismo", era assim que, em agosto de 1894, a Livraria Internacional do Recife anunciava a chegada de um livro que compilava conferências de autores portugueses sobre a "questão social".⁴⁰⁵ Não há como afirmar se a temática era de fato o que mais preocupava os intelectuais de então, mas excetuando-se o alarde publicitário da publicação, pode-se dizer que o tema era evocado com frequência nos debates da imprensa. Aliás, de uma maneira ou de outra, o socialismo nunca deixou de ser visitado pelos círculos intelectuais pernambucanos. Em linhas

disciplina de Economia Política da faculdade, cujo conteúdo ministrado geralmente repercutia os debates da Académie des Sciences Morales et Politiques, do Institut de France. Como as relações entre os lucros e os salários, ou sobre as causas da miséria, muitos dos escritos tomavam Proudhon enquanto referência a ser discutida. Sobre essas questões propostas, Proudhon tece uma série de análises e baseia parte de seu livro "A filosofia da miséria". Ver: PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas, ou, Filosofia da miséria*. São Paulo, Ícone, 2003. p. 74-75. Para teses que discutiam esses temas, ver: BARROSO, José Liberato. Dissertação sobre o seguinte tema: *Mostrar os efeitos do melhoramento da produção em respeito a sociedade em geral, e aos obreiros em particular*. FDR, 1857. Porém as mesmas concepções liberais são compartilhadas por: CASTRO, Catão Guerreiro de. Dissertação sobre o seguinte tema: *Com o progresso da riqueza qual é a lei do valor dos serviços industriais e dos serviços dos capitais*. FDR, 1864. RODRIGUES, Antonio Coelho. Dissertação sobre o seguinte tema: *O aumento do capital fixo, sem acréscimo do circulante, importará aumento de riqueza?*. FDR, 1870. PINTO JUNIOR, João José. Dissertação sobre o seguinte tema: *O aumento da riqueza será compatível com a diminuição dos valores provenientes dos melhoramentos industriais; ou estes importarão necessariamente aumento de riquezas e valores?*. FDR, 1859. AMARANTE, Tarquínio Braulio de Souza. Dissertação sobre o seguinte tema: *Com o progresso da sociedade, qual a tendência do salário em relação ao lucro?*. FDR, 1859. Todas as obras consultadas na Biblioteca de Obras Raras da Faculdade de Direito do Recife, Coleção Rui Barbosa.

⁴⁰⁵ "A questão social". Jornal de Recife, 1º de agosto de 1894. Tratava-se de conferências proferidas no Ateneu Comercial de Lisboa por Magalhães Lima, José Benevides e Martins de Carvalho.

gerais, consigo visualizar ao menos três fases distintas que de certa maneira delimitam os usos e a discussão das ideias socialistas em Pernambuco.

Em sua primeira fase, há uma mobilização de ideias e influências do primeiro socialismo de autores como Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen. Pensadores que conferiram vitalidade aos discursos panfletários dos líderes do movimento praieiro em fins da década de 1840. O historiador Amaro Quintas interpretou aquela insurreição como uma expressão do “espírito ‘quarante-huitard’”, e, de fato, as publicações praieiras faziam eventuais alusões à Revolução de Fevereiro. Referências que se podiam ouvir em turbulentos comícios organizados por Borges da Fonseca e Nunes Machado, e que procuravam agitar as “classes mais baixas” com discursos contra as oligarquias e pelo “direito ao trabalho”.⁴⁰⁶ A manifestação dessas referências em meio aos eventos da insurreição se deu em um contexto de circulação de ideias socialistas que vinham sendo difundidas por personalidades influentes da época, como o engenheiro francês Louis Vauthier, que, segundo Gilberto Freyre, atuou irradiando esse universo de ideias, emprestando livros, indicando autores, assinando gazetas; o “jornalista mestiço” Antonio Pedro de Figueiredo, que traduziu alguns dos escritos de Victor Cousin para o português, o que fez com que alguns de seus desafetos o chamassem pelo epíteto de “Cousin fusco”; além, é claro, do general Abreu e Lima, que afora artigos na imprensa, chegou a escrever uma obra sobre o tema.⁴⁰⁷

Em um segundo momento, como já adiantei em uma nota de rodapé deste capítulo, as ideias socialistas foram sistematicamente debatidas no âmbito acadêmico, mais especificamente na cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito. Essa disciplina ofertada aos alunos do quinto ano orbitava basicamente em torno do paradigma da relação entre trabalho e capital. Entre as décadas de 1860 e 1880, no âmbito daquela faculdade foram discutidos grandes temas, como a relação entre “associativismo e socialismo”, “o salário dos obreiros”, e a formação do “lucro do capital”.⁴⁰⁸ Em torno desses tópicos os professores Tavares Belfort, Aprígio Guimarães

⁴⁰⁶ QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

⁴⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1940. PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife, CEPE, 2010. QUINTAS, Amaro. “Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin fusco”. São Paulo, *Revista de História*, v. 16, n° 54, 1958. ABREU E LIMA, José Ignácio de. *O socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / FAPERJ, 2001.

⁴⁰⁸ “Faculdade de Direito do Recife”. Diário de Pernambuco, 23 de novembro de 1874. Ver também a lista de teses que enumerei em nota de rodapé nesse capítulo, onde há grande recorrência da temática das relações entre trabalho e capital nas reflexões daquela comunidade acadêmica.

e Tobias Barreto, difundiram o estudo de textos de autores como Proudhon, Kropotkin e Karl Marx.⁴⁰⁹ Um processo de difusão basicamente circunscrito aos círculos acadêmicos e intelectuais.

O que caracteriza fundamentalmente a terceira fase é a ascensão do movimento operário a partir da década de 1890, incorporando um novo repertório de autores aos debates sobre socialismo e, para além disso, estabelecendo um propósito objetivo de organização da ação social para a mudança da realidade dos trabalhadores sob as bases do ideário socialista. Mesmo com diferenças cruciais, essa fase é tributária da anterior, visto que muitos dos bacharéis que passaram pelas tais disciplinas de Economia Política romperam os limites das salas de aula e voltaram suas reflexões a uma realidade mais tangível, em termos de crítica ou endosso as formulações do movimento operário. Certa vez, ao falar de si, Clóvis Beviláqua acabou por sintetizar o que me parece um sentimento geracional entre seus pares da Faculdade de Direito do Recife: “Talvez eu seja como outros, vítima de uma incurável pseudestesia, mas creio na possibilidade de aplicar a disciplina científica aos fenômenos sociais em sua quase totalidade”.⁴¹⁰

Na epígrafe do livro em que Beviláqua fez essa afirmação, podia-se ler: “libertar os operários, desenvolvendo sua responsabilidade e sua energia individual, pela associação e pela previdência”.⁴¹¹ Esse princípio parece ter guiado um bom número de

⁴⁰⁹ No estudo de Evaristo de Moraes Filho, sobre o surgimento do pensamento marxista no Brasil, pode-se ler que a primeira vez que o nome de Karl Marx foi citado no Brasil em uma publicação de um jornal recifense, o republicano *Seis de Março*. Afora essa referência casuística, o autor afirma ainda que “coube a Tobias [Barreto] a citação entre nós, pela primeira vez, da obra fundamental de Marx na edição alemã”, referindo-se então a *O Capital*, livro que o autor utilizava em suas aulas de Economia Política. MORAES FILHO, Evaristo de. “A Proto-História do Marxismo no Brasil”. In.: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2° ed. rev., 2003. Para referências a Proudhon e Kropotkin ainda na década de 1870, ver artigo escrito por Aprígio Guimarães em: “Algumas palavras”. *Jornal do Recife*, 24 de outubro de 1871. Também é interessante perceber que anos depois o mesmo acadêmico publicou um livro de economia política em que reservava um capítulo ao socialismo e outro à Internacional. Infelizmente só tive acesso ao sumário do livro. Em um artigo de Tarquínio de Souza, bacharel da mesma faculdade, há uma pista sobre a maneira ampla com que esses pensadores compreendiam o socialismo, Tarquínio afirmava que o socialismo se apresentava em uma “multiplicidade de formas” como o “coletivismo, mutualismo, nihilismo [...] socialismo científico de Emile de Laveleye, até o socialismo selvagem de Bakunin”. “Socialismo e trabalho”. *Diário de Pernambuco*, 17 de setembro de 1881.

⁴¹⁰ BEVILAQUA, Clóvis, *Estudos de Direito e Economia Política*. Recife, Officina Typographica, 1886. Biblioteca de Obras Raras da Faculdade de Direito do Recife, Coleção Rui Barbosa.

⁴¹¹ *Idem*. A frase, que é atribuída ao economista e estadista italiano Luigi Luzzati, intelectual que pensou leis que organizaram o trabalho em seu país e formas de popularização de crédito a partir de cooperativas. Sobre o tema, ver: HEARN, Brian. *Could Southern Italians cooperate?* Paper prepared for “The emergence of cooperatives in 19th and 20th century Europe. Some comparative aspects”. Copenhagen, Institute of Economics Workshop, Nov. 1997.

jovens acadêmicos, não era incomum encontrá-los organizando associações de trabalhadores e intermediando greves naqueles anos.⁴¹²

Na greve dos padeiros de Olinda e Recife em 1891, foram os trabalhadores que procuraram o bacharel Manoel Antero Furtado, segundo relato do próprio. Este anuiu "de bom grado", pois dizia sentir-se no dever de assumir tal compromisso, uma vez que ele se considerava "um dos cidadãos que tomou sob seus ombros a espinhosa tarefa de defender as classes sofredoras". A greve que, a priori, reivindicava reajustes salariais, ganhou outra dimensão após a participação de Furtado. O combativo advogado organizou "diversas reuniões populares conseguindo levantar nelas a bandeira gloriosa dos interesses do proletariado", além de espalhar pela cidade "avulsos" criticando o governo "pela carestia de gêneros". Segundo o próprio bacharel, os ataques ao governo, e não questões relacionadas à pauta original da greve, foram os motivos que levaram alguns praças da polícia a lhe prender após uma reunião com os trabalhadores. Encerrando dessa maneira sua colaboração com os padeiros naquela greve.⁴¹³

Não era a primeira vez que Antero Furtado atuava em favor "das classes proletárias". Em dezembro de 1890, assinou, junto ao jornalista Fortunato Pinheiro, uma representação dirigida ao governador contra uma postura municipal que ordenavam que as carroças de bois fossem substituídas pelas de cavalos ou burros.⁴¹⁴ A medida que viria a causar grande impacto nas finanças dos numerosos carroceiros, almocreves e ganhadores da cidade, foi utilizada como mote para que os autores expusessem análises sociais grandiloquentes, tal como ocorreu na greve dos padeiros. Com o pretexto de situar a forma como o regulamento viria a tornar mais precárias as vidas desses trabalhadores, os autores procuraram esquadriharam o contexto econômico brasileiro e suas estruturas de dominação vigentes. Para tanto, além de considerações sobre a teoria

⁴¹² Para bacharéis atuando em greves, ver, por exemplo: "Reunião Operária". *Jornal do Recife*, 15 de novembro de 1892. "Arthur de Mello e a greve dos estivadores". *Jornal do Recife*, 31 de julho de 1895. "Reunião Operária". *Jornal do Recife*, 20 de dezembro de 1898. "A greve". *Jornal Pequeno*, 10 de setembro de 1903. "Os operários cigarreiros". *Jornal Pequeno*, 21 de setembro de 1905. "A greve". *Jornal do Recife*, 28 de fevereiro de 1908. Para bacharéis organizando associações, talvez o exemplo mais objetivo que encontrei foi o caso de estudantes da Faculdade de Direito, que em 1892, reuniram mais de 100 cigarreiros no Liceu de Artes e Ofícios para fundar "uma sociedade que fosse a intérprete da classe". "Reunião operária". *Jornal do Recife*, 15 de novembro de 1892.

⁴¹³ A Província, 9 de maio de 1891. "O bacharel Manoel Antero de Medeiros Furtado, sua prisão e atentados contra sua existência". *Jornal do Recife*, 10 de maio de 1891. Na há como saber quantos padeiros entraram em greve naquele momento, mas, o autor do artigo informa que do outro lado da negociação havia 155 proprietários de padaria.

⁴¹⁴ A medida visava também normatizar as dimensões das carroças, já que as puxadas por bois eram muito grandes para o tamanho de algumas ruas, causando contínua reclamação, inclusive de usuários dos serviços de bondes, como se pode ver nas seguintes publicações: "Com o fiscal do Recife". *Jornal do Recife*, 12 de dezembro de 1895. "Reclamação procedente". *Diário de Pernambuco*, 7 de maio de 1881. "Ainda os carroceiros". *Diário de Pernambuco*, 14 de fevereiro de 1884.

do valor da moeda e críticas à política econômica de Rui Barbosa em comparação com as de Otto von Bismark, o documento fazia alusões a grandes pensadores econômicos e sociais, como Marx, Stuart Mill, Laveleye, em um esforço argumentativo que culminava com a comparação das classes proletárias da Paris pré-revolucionária, com as de Recife daquele momento.⁴¹⁵

A transposição de teses de economia política para a análise dos conflitos do trabalho em Recife era também muito recorrente na imprensa da época. Na greve dos carroceiros de 1897, motivada ainda por imposições da Intendência em regulamentar os serviços de transporte em carroça, um articulista do *Jornal do Recife* censurava a medida a partir de fundamentos de outra escola de pensamento. Expondo considerações do economista liberal francês Yves Guyot, o artigo expunha a defesa da liberdade total do trabalho e a garantia da inviolabilidade da propriedade privada (no caso específico, em relação as carroças), manifestando aversão a essa interferência do "Estado-Providência que tudo se propõe a remediar [...] e que, ao fim de contas, não faz senão tudo agravar ainda mais".⁴¹⁶

⁴¹⁵ APEJE, sessão de documentos manuscritos, fundo Petições, documento não indexado. Junto a esse documento, se encontra uma petição enviada à Intendência municipal, onde os próprios "proprietários de carroças" apelavam ao poder público por modificações nessa portaria. Essa petição era complementada com um abaixo assinado onde constam as assinaturas de 130 "proprietários de carroças". Enviada meses antes do documento escrito por Antero Furtado e Fortunato Pinheiro, é uma evidência que os trabalhadores já vinham se organizando para contestar os novos regulamentos em relação às carroças.

⁴¹⁶ *Jornal do Recife*, 8 de maio de 1897. "Greve dos carroceiros".

Imagem V

Carroceiros transportam mercadorias pela Ponte Buarque de Macedo em direção ao Porto do Recife



Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, CEHIBRA, Arquivo Josebias Bandeira, JB_001133. Cartão Postal monocromado de autoria de Ramiro R. Costa.

Como o cartão postal acima evidencia, no começo do século XX as enormes carroças de boi ainda faziam parte da paisagem urbana das ruas do Recife, a resistência que impediu o cumprimento do regulamento municipal não deve ser colocada na conta dos intelectuais que se manifestaram na esfera pública de debate. Até aquele momento a intendência não havia engavetado em definitivo tal disposição, o expediente era de prorrogação dos prazos para a adequação das carroças, mas sempre que esse prazo se aproximava do seu limite os carroceiros atuavam coletivamente enquanto grupo de pressão, obrigando o governo a recorrer a novos adiamentos. Os carroceiros eram bem articulados, entre 1890 e 1897, além das petições encaminhadas às instâncias legislativas, eles fizeram ao menos três greves.⁴¹⁷ Tendo em vista que a greve dos

⁴¹⁷ Sobre as articulações desses trabalhadores, cabe afirmar que eles possuíam uma mutualista própria. Ver: "Sociedade de Beneficência dos Carroceiros de Pernambuco". *Jornal do Recife*, 15 de abril de 1891. Sobre as greves, nem todas tinham relação com a questão da municipalidade, algumas foram deflagradas por funcionários da Recife Drainage por atrasos de salário, ver: *Diário de Pernambuco*, 26 de outubro de 1894. *Jornal do Recife*, 6 de fevereiro de 1895. "O lixo". *Jornal do Recife*, 21 de maio de 1896. "Greve dos carroceiros". *Diário de Pernambuco*, 6 de maio de 1897. As greves de carroceiros e cocheiros que causaram grande impacto no Rio de Janeiro, também repercutiram nos jornais de Pernambuco e podem ter infundido prudência aos administradores do Recife, sobre o tema, ver: TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Niterói, Tese de Doutorado, Departamento de História UFF, 2012. Uma diferença dos carroceiros de Recife em relação

carroceiros era também uma greve de proprietários de carroça, não havia a possibilidade plausível de substituição desses trabalhadores. Reconhecendo essa situação, o subprefeito anunciava, em 1897, mais um adiamento da implementação da lei naquele ano, após “os sérios prejuízos [causados] às relações comerciais e à agricultura”.⁴¹⁸ Nessa queda de braços que se arrastou por anos, as vitórias dos carroceiros indicavam que nem sempre o Estado conseguia impor seus projetos de reestruturação urbana.

Mas, o aspecto que quero destacar em relação a esses episódios é a maneira com que conflitos circunstanciais do universo do trabalho passaram a ser encarados como um terreno fértil para elucubrações de grandes projetos de mudança social, um encontro entre a interpretação das relações socioeconômicas e a vontade de transformá-las. Em um cenário muito diferente daquele exposto no início do texto em relação a Associação Tipográfica Pernambucana, outros marcadores passam a ser veiculados em referência aos trabalhadores, setores letrados passaram a projetar nos operários seus projetos de mudança social. Muitas vezes essa relação se dava a partir da mobilização de abstrações teóricas, com tendências à idealização de uma “classe proletária” com interesses comuns e cristalinos, como me parece ter sido o caso do bacharel Manoel Furtado e, certamente, como foi em relação a Evaristo de Moraes para o contexto do Rio de Janeiro. Este último afirmava em suas *Reminiscências de um rábula criminalista*:

Me pus a ler as obras mais representativas do pensar renovador, desde as que sustentam o férreo Socialismo do Estado até as que pregam os anarquismos mais individualistas. Imbuído de teorias, empanurrado de doutrinas, almejava a aplicação de algumas ao nosso meio, sem atenção ao seu desaparelhamento para receber a boa nova, sem meditar na ignorância das nossas classes proletárias [...] tive de lutar contra a má vontade dos patrões, as violências da polícia, e, principalmente, contra a desorientação do próprio operariado. O que ele, em regra, queria é o que se pode dizer a solução alimentar do problema: diminuição nas horas do trabalho, aumento dos salários. Nada mais.⁴¹⁹

É certo que no traçado desses esquemas que se propunham a apontar aos trabalhadores uma direção de atuação havia sempre a indicação de um limite à

aos do Rio de Janeiro é que, enquanto no Rio eles eram, em sua maioria, portugueses, no Recife não encontrei referências a europeus no ramo, os poucos estrangeiros que localizei foram em 1890 e eram descritos apenas como africanos. Provavelmente libertos, já que em 1884, ainda se discutia na Assembleia Provincial a proibição de escravos neste ofício, e, em 1881 um parlamentar afirmava que “existem inúmeros escravos empregados nessa profissão”. Sobre carroceiros africanos, debates parlamentares sobre os escravos carroceiros e os regulamentos municipais de matrícula para escravos carroceiros, ver nesta ordem: “Bois pesteados”. *Diário de Pernambuco*, 4 de agosto de 1890. “Assembleia Provincial”. *Diário de Pernambuco*, 23 de julho de 1881. “Assembleia Provincial”. *Diário de Pernambuco*, 14 de maio de 1884. “Regulamento”. *Jornal do Recife*, 27 de janeiro de 1874.

⁴¹⁸ “A solução da questão de veículos”. *Diário de Pernambuco*, 9 de maio de 1897.

⁴¹⁹ MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1922. pp. 221-222.

autonomia dos próprios operários, geralmente através de censuras à ação violenta e recomendações para que as manifestações se dessem estritamente dentro da ordem e da legalidade. Ainda assim, essas proposições contribuíram para a mudança de paradigmas em relação à participação política dos trabalhadores e conferiram legitimidade as suas reivindicações, difundindo uma percepção de que eles eram sujeitos capazes de atuar politicamente. Mesmo que esses paradigmas não fossem compartilhados por todos os entes do tecido social, eles eram defendidos e propalados por setores influentes, como os redatores da imprensa pernambucana, por exemplo.

O ano de 1900, em especial, foi pródigo em debates sobre o tema nas colunas editoriais. O *Jornal do Recife*, por exemplo, iniciou uma série de editoriais intitulados "O socialismo no Brasil", os textos, provavelmente escritos pelo jornalista Oswaldo Machado e pelo acadêmico Arthur Orlando (ambos ex-estudantes da Faculdade de Direito de Recife), se propunham a expor didaticamente as principais teses de autores que, à época, eram lidos na tradição desse pensamento.⁴²⁰ Para além disso, os redatores dessa folha passaram a dar suporte as lutas operárias no estado, se posicionando favoravelmente a uma série de conflitos acontecidos naqueles anos.⁴²¹

A série de editoriais "O socialismo no Brasil", se prestou, por diversas edições, a refutar os argumentos publicados nas primeiras páginas do *Jornal do Comércio*. Esse jornal não se encontra pelos acervos de Pernambuco, mas do que pude depreender das partes citadas pelo *Jornal do Recife*, os artigos publicados no *Comércio* argumentavam principalmente que era estapafúrdia a ideia de que o socialismo poderia ser aplicado à realidade brasileira. Havia uma impossibilidade estrutural para que seus princípios desabrochassem em um país onde "não existe proletariado nem capitalismo".⁴²² Os

⁴²⁰ Foram, ao menos, 15 editoriais publicados com esse título entre janeiro e março. Os textos evidenciam que esses intelectuais tinham acesso a uma ampla literatura sobre o tema, além de reiteradas referências ao *O Capital* de Karl Marx, neles podem se encontrar alusões a uma grande plêiade de autores e ativistas europeus, como: Magalhães Lima, Friedrich Engels, Paul Lafargue, Filippo Turati, Leonida Bissolati, Enrico Ferri, Élisée Reclus, Benoît Malon, Enrico Bignami, Mikhail Bakunin, entre outros.

⁴²¹ A postura do jornal não deixava margem de dúvidas em relação a isso: "Se o capitalismo alça o colo em Pernambuco, se ameaça os fracos, é muito justo, é muito lógico mesmo, levantar a bandeira dos direitos dos trabalhadores, e batê-los por todos os meios [...] uma campanha que sustentamos em favor da massa dos que trabalham, contra os que exploram o seu suor". "A questão social". *Jornal do Recife*, 27 de janeiro de 1900. Cabe notar que o *Jornal do Recife* era, à época, propriedade de Sigismundo Gonçalves, governador do estado e, como veremos no próximo tópico, aliado do Centro Protetor dos Operários.

⁴²² "O socialismo no Brasil IX". *Jornal do Recife*, 11 de fevereiro 1900. O autor dos textos e redator do *Jornal do Comércio* era Alcedo Marrocos. Sobre ele, o *Jornal do Recife* publicava que: "faz parte da redação de um jornal que defende os interesses do comércio, do capitalismo, dos argentários, da plutocracia", mas, sete anos antes, apresentou uma tese na Faculdade de Direito do Recife, onde defendia a "intervenção do Estado para regular as horas de trabalho e a taxa de salário". A fundamentação de Marrocos se baseava em vívida crítica ao capitalismo, como é possível perceber nos trechos transcritos pela matéria, onde chegava a afirmar que "o operário sob o regime da produção capitalista é reduzido a

mesmos argumentos já haviam sido desenvolvidos por Silvio Romero em seu livro *Doutrina contra doutrina*, que em 1894 foi publicado quase integralmente na imprensa pernambucana através de sucessivas edições do Jornal do Recife.

Para Romero, a aplicação de ideais socialistas não passava de devaneio idealizado por lideranças ambiciosas. Em primeiro lugar porque se fundava em uma “macaqueação” dos movimentos em voga na Europa, com a diferença fundamental que, no velho mundo, as estratégias coletivistas se baseavam “no estudo profundo da vida das classes operárias”, enquanto no Brasil sequer estudos demográficos sérios havia. Mesmo diante da ausência de estudos, Romero afirmava “convictamente que em zona alguma do país existem ainda as condições que fazem brotar o socialismo em suas diversas condições”. Para o autor, a ausência de uma indústria nacional, de um proletário famélico e de uma burguesia exploradora, anulava a possibilidade de qualquer insinuação de promoção de políticas socialistas. A insistência de grupos em torno do tema seria assim, prematura e artificial, resultante essencialmente do desconhecimento da realidade social brasileira.⁴²³

Delineados os principais traços do quadro intelectual voltado às reflexões sobre a atuação política e social dos trabalhadores organizados em torno dos princípios socialistas, é chegado o momento de explorar como atuava e em que bases se estruturava o movimento operário em Recife e de que maneira mobilizavam as ideias socialistas. Mas, antes disso, seguindo a recomendação de Silvio Romero, irei apresentar alguns dados socioeconômicos sobre a organização do trabalho naquela cidade.

No final do século XIX, Recife contava com algumas dezenas de “empresas industriais”, conforme a classificação de Gadiel Perruci. Em seu estudo clássico, Perruci evidenciou que a módica atividade industrial de Pernambuco se concentrava basicamente no setor de bens de consumo, ainda antes de 1900, podiam ser encontradas cervejarias, manufaturas de cigarro, chapelarias, perfumarias, saboarias, olarias, e algumas indústrias de alimentos, o autor também enumera empreendimentos de metalurgia e fundição, provavelmente referindo-se ao Arsenal da Marinha.⁴²⁴ A maior parte dessa produção destinava-se ao consumo local, eram, portanto, manufaturados em

uma espécie de escravidão temperada pelo salário”. “O Sr. Dr. Alcedo Marrocos, ontem e hoje”. Jornal do Recife, 1º de março de 1900.

⁴²³ “Doutrina contra doutrina II”. Jornal do Recife, 1º de julho de 1894. A série de artigos sobre o tema foi publicada em edições entre junho e setembro daquele ano.

⁴²⁴ PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 137.

uma escala muito limitada. A notável exceção era em relação a indústria têxtil, que contava 8 fábricas sediadas na região do Recife e que tinha uma produção essencialmente voltada à exportação, tendo nesse sentido uma capacidade de empregabilidade muito maior do que as outras indústrias, como era o caso da Fábrica de Tecidos Camaragibe, que em 1897, empregava 700 operários.⁴²⁵

Com uma indústria ainda pouco expressiva, o mercado de trabalho da região do Recife concentrava-se em dois eixos básicos: o primeiro relacionado ao comércio e a prestação de serviços, o outro baseava-se na operação do porto. Trabalhadores de categorias desses dois ramos de atividade se organizaram e deflagraram dezenas de greves nos primeiros anos republicanos, manifestações que serão exploradas no próximo tópico.

Imagem VI

Trabalhadores nas ruas do Recife entre 1890 – 1910



Da esquerda para a direita e de cima para baixo, são retratados os seguintes ofícios: vendedores de pão, vendedor de cuias, almocreves transportando algodão em direção ao porto, vendedor de água. Para as três primeiras fotografias: Photograph album of city and landscape views of Brazil (Collection 94/251).

⁴²⁵ *Jornal do Recife*, 28 de dezembro de 1898. "6º relatório da Companhia Industrial Pernambucana". Em outro relatório escrito em 1892, a administração divulgava que aquela fábrica de tecidos cobria "uma superfície de 10.000 metros quadrados", e além de centenas de teares, estava equipada com "3 caldeiras Galloway alimentando uma máquina a vapor de 550 cavalos dos fabricantes Buckley & Taylor". "Relatório da Companhia Industrial Pernambucana". *Jornal do Recife*, 29 de outubro de 1892.

UCLA Library Special Collections, Charles E. Young Research Library, University of California, Los Angeles. A última se encontra no Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, CEHIBRA, Arquivo Josebias Bandeira, JB_000906. Cartão Postal monocromado de autoria de Ramiro R. Costa.

Trabalhadores em greve

Os recifenses mais velhos que contavam nos dedos de uma só mão as raras greves que tinham presenciado na vida, assistiram, a partir de 1890, a prática tornar-se regular. Se para toda a década de 1880 consegui localizar apenas 4 movimentos grevistas, entre 1890 e 1893 computei 29 manifestações do tipo. Em um levantamento realizado a partir do acompanhamento das publicações da imprensa pernambucana, pude perceber como depois de 1890 o apelo à greve se reconfigurou em um movimento que acompanhava uma ampliação da percepção de legitimidade das lutas por melhores condições de vida dos trabalhadores.

Eminentemente circunstanciais, as greves da década de 1880 foram convocadas em situações limite: os empregados da capatazia da alfândega e os magarefes do mercado cruzaram os braços por atrasos de salário, os tipógrafos se mobilizaram em apoio a companheiros que sofreram uma demissão coletiva, já os talhadores de carne pararam seus trabalhos em protesto aos castigos físicos e as multas a que estavam expostos pelos regulamentos do mercado público.⁴²⁶

Existem duas diferenças cruciais entre essas greves e as dezenas que ocorreram a partir de 1890. No levantamento que fiz, e que se encontra em anexo, localizei 56 greves de diversas categorias entre 1890 e 1906, nesses anos há uma uniformidade na pauta das manifestações grevistas, a reivindicação de reajustes salariais era a motivação principal de pelo menos 51 delas, algo que foi observado também para o Rio de Janeiro, como deu a entender o relato de Evaristo de Moraes citado há pouco.⁴²⁷ O outro aspecto que caracterizava as greves desse recorte era a recorrência de movimentos por categoria, foram 26 greves que articularam trabalhadores que se identificavam por ofício e construíam pautas comuns que não se limitavam apenas as circunstâncias vividas nas empresas ou oficinas que trabalhavam.

⁴²⁶ "Aos colegas e ao público". *Jornal do Recife*, 7 de fevereiro de 1880. Livro de ocorrências da primeira delegacia de polícia da capital, 17 de outubro de 1881. Fundo SSP, livro n° 425, seção de manuscritos APEJE. Ofício do delegado da primeira delegacia da capital ao chefe de polícia da província, 25 de abril de 1881. Fundo SSP, livro no425, seção de manuscritos APEJE.

⁴²⁷ Encerrei o recorte em 1906, tomando como marco final a primeira greve geral de Pernambuco, quando diversas categorias entraram em paralisação por uma semana em solidariedade à greve dos estivadores.

É muito provável que a numerosa onda de greves que aconteceu em Recife já nos primeiros anos republicanos tenha sido embalada pelo estabelecimento dos debates sobre o direito de greve no contexto da formulação do Código Penal. Quando, ainda em 1890, veio a público um primeiro texto do código que criminalizava as atividades grevistas, setores organizados de trabalhadores do Rio de Janeiro prontamente reagiram. Um rastilho de greves espalhou-se então pela capital federal e uma parte da opinião pública também cerrou fileiras em oposição ao projeto de lei, e, por pressão popular, o texto foi reformulado.⁴²⁸

A imprensa pernambucana repercutiu essas contendas e, tão logo houve a reformulação da lei, o Diário de Pernambuco republicou um editorial de *O País* que afirmava que “o descontentamento da classe operária” havia se dado por mera “má interpretação” dos revoltosos. O conteúdo desse editorial situava a mudança no texto como uma concessão de um Estado paternal, de uma república “acolhedora e generosa”, de modo que tal benevolência deveria ser recebida com gratidão pelos trabalhadores: “cumpre agora que os operários deem à república uma prova de recíproca confiança, mostrando-se solidários na conservação da ordem”.⁴²⁹ Havia um receio cifrado nesse artigo, o medo de que os operários usufríssem desse direito até seu limite, concorrendo para uma maior instabilidade de uma ordem social que já passava por um momento de mudanças repleto de incertezas.

Nesse contexto se colocava em jogo a relação entre “direito coletivo e ordem pública”, dimensões compreendidas como complementares no terreno de atuação das organizações operárias do período. Esses aspectos que tomo de empréstimo das reflexões que Alexandre Fortes desenvolveu para sua análise das greves ocorridas no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, se relacionavam com os valores que geralmente eram mobilizados durante as greves também em Pernambuco.⁴³⁰ De um lado, as manifestações traduziam as concepções dos operários em torno das condições que eles consideravam justas para o exercício do trabalho, algo que, até então, raramente vinha à público. Por outro, o recurso à paralisação ecoava como uma

⁴²⁸ Sobre essas manifestações, ver: TERRA, Paulo Cruz. “Greve como luta por direitos: as paralisações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). São Paulo, *Revista Brasileira de História*, v. 34, n.º 68, p. 237-251, 2014.

⁴²⁹ “Os operários”. Diário de Pernambuco, 20 de dezembro de 1890.

⁴³⁰ FORTES, Alexandre. “Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República”. In.: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli M. Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006. p. 344.

redefinição dos limites da legitimidade e da legalidade diante da opinião pública, do Estado e dos patrões.

O direito à greve foi imediatamente usufruído por vários grupos de trabalhadores do Recife. Ao contrário da década anterior quando o recurso à greve foi acionado em situações limítrofes, a partir de 1890 os trabalhadores perceberam nas paralisações uma maneira eficaz de exigir reajustes salariais que compensassem a brusca desvalorização que a moeda vinha sofrendo naqueles anos. Para além de artífices especializados ou operários fabris assalariados, categorias de pouco prestígio social se mobilizaram em greves de um dia, como os ganhadores que trabalhavam por diárias e que cruzaram seus braços alertando seus contratadores para uma nova tabela de serviços, e os carregadores de água que, pelo mesmo período, deixaram de transportar seus grandes barris pela cidade.⁴³¹ Das 36 greves daquela década, pelo menos 20 tiveram duração de apenas um dia, o que dá ao conjunto dessas manifestações os contornos de uma estratégia de classe compartilhada com o objetivo comum de adequar os salários aos crescentes custos de vida.⁴³²

Sobre a maior parte dessas greves a imprensa noticiou apenas informações lacônicas, mas, em alguns casos, os próprios trabalhadores foram às redações dos jornais em busca de apoio, nesse aspecto temos uma pequena amostragem dos argumentos que os grevistas mobilizavam. Os batedores de açúcar, que em 1891 pediam um aumento de 50% dos vencimentos, mencionavam “o encarecimento das substâncias, por força da baixa cambial e da alta do ouro”, os tipógrafos que ameaçaram greve, mas tiveram suas reivindicações atendidas antes da paralisação, pediam 25% de aumento “pela alta excessiva que atualmente tem atingido a todos os gêneros, especialmente aos de primeira necessidade”.⁴³³ O enunciado era o mesmo, ou muito semelhante, na maior parte dos casos, tanoeiros, sapateiros, alfaiates, carregadores de água, padeiros, estivadores, etc., todos mencionavam a alta dos preços e a desvalorização salarial, e, mesmo pedindo geralmente aumentos superiores a 30%, se saíram vitoriosos na maior

⁴³¹ A Província, 29 de abril de 1891. Jornal do Recife, 17 de janeiro de 1892.

⁴³² Em uma edição do jornal *Aurora Social*, publicado pelo Centro Protetor dos Operários em 1902 em Recife, uma matéria divulgava as estatísticas das greves ocorridas na França no anterior, sem citar de onde foram obtidas as informações, a publicação informava que naquele país aconteceram 70 greves em 1901, das quais 36 foram por aumento de salário. Do universo de 55 que se saíram vitoriosas, 13 duraram apenas um dia. Como o jornal encontra-se mutilado, não há como saber ao certo a data e a edição dessa matéria intitulada “As greves em França”. Em torno desse jornal e do Centro Protetor dos Operários dediquei o último tópico deste capítulo.

⁴³³ Diário de Pernambuco, 5 de maio de 1891. “Ao mundo tipográfico”. Diário de Pernambuco, 1º de maio de 1892.

parte das greves. Encontrei 35 paralisações que reivindicavam aumento salarial na década de 1890, apenas em 6 casos os trabalhadores não tiveram sucesso em conseguir aumento algum.

Na maior parte dos casos, as greves eram pacíficas, isso não quer dizer que as autoridades policiais não acompanhassem de perto o movimento, e que, em algumas ocasiões, tenham levado os líderes operários para a Casa de Detenção de maneira arbitrária e injustificada. Em 1892, o foguista Joaquim dos Santos estava em reunião com alguns companheiros que trabalhavam em vapores da Companhia Pernambucana, o objetivo do encontro era a deflagração de uma greve, foi o suficiente para que a polícia fosse avisada e levasse o agitador para a detenção, o que culminou com sua demissão pouco depois.⁴³⁴ À pretexto de “manter a ordem pública”, ou de “influenciar sobre o espírito dos grevistas, em ordem a restituí-los a seus trabalhos”, também eram noticiadas reuniões com a presença de delegados.⁴³⁵ Em 1895, toda a comissão grevista dos estivadores foi presa logo que se encerrou a reunião que decidiu pela greve, na imprensa nenhuma justificativa foi apresentada para a atitude da polícia.⁴³⁶

Casos como esses demonstram que, na prática, os trabalhadores não sabiam se o direito à greve seria respeitado cada vez que se mobilizavam. Talvez isso justifique a necessidade que os manifestantes tinham em procurar a imprensa para esclarecer à sociedade a legitimidade de suas pautas. Não foram poucos os casos em que comissões de grevistas percorreram as diversas redações da cidade em busca de apoio para suas reivindicações, algumas vezes sem sucesso. Mas, o ataque aos movimentos grevistas se intensificou de fato a partir de 1900, desse ano em diante, as colunas da imprensa tonificaram suas críticas. No próximo tópico serão analisados os aspectos que influenciaram para a composição desse quadro. Antes, no entanto, me parece importante apresentar alguns dos fundamentos que passaram a ser adotados pelos articulistas que

⁴³⁴ “Perdeu o emprego”. *Jornal do Recife*, 27 de janeiro de 1892. Também na greve de 1896 a mesma Companhia Pernambucana demitiu as lideranças operárias, o caso se deu na greve de carvoeiros, foguistas e marinheiros dos vapores daquela empresa. *Jornal do Recife*, 20 de maio de 1896.

⁴³⁵ As aspas foram tiradas de textos que notificavam a presença de autoridades em reuniões de trabalhadores grevistas, a primeira em relação aos sapateiros, a segunda tratava dos bateadores de açúcar: *Diário de Pernambuco*, 24 de abril de 1891. *Diário de Pernambuco*, 5 de maio de 1891.

⁴³⁶ “Greve dos estivadores”. *Jornal do Recife*, 18 de julho de 1895. A comissão só foi colocada em liberdade após intervenção do bacharel Arthur de Mello, diretor da Liga Operária Pernambucana e sócio honorário da União Beneficente de Estivadores. O mesmo Arthur de Mello tentou mediar as negociações nos dias seguintes, em uma reunião com 300 estivadores no dia 18, e outra com mais 400 estivadores no dia seguinte, nas ocasiões aconselhou que os grevistas voltassem ao trabalho, mas foi voto vencido nas duas assembleias. Em seu relato sobre esses acontecimentos, Mello transparece certa frustração por não ter conseguido se impor nas assembleias, finaliza o texto declarando que se retira da comissão de negociação: “me dispensem de ser um mártir da causa operária”. “Arthur de Mello e a greve dos estivadores”. *Jornal do Recife*, 31 de julho de 1895.

reprovavam a atuação do movimento operário, de certa maneira eles estão presentes em um folhetim publicado já no primeiro mês de 1900.

Com o título "A vingança do patrão", o Jornal Pequeno publicou por duas edições a trama ficcional de uma greve deflagrada em uma pequena fábrica têxtil que até então nunca havia sido palco de conflitos entre patrões e operários. Como se pontuava já no início da narrativa, os tempos eram outros, "as greves eram a ordem do dia em toda parte, e o exemplo é contagioso". Do tal contágio foram vítimas "alguns operários de cérebro exaltado", que passaram a perceber o empregador não mais como o "honrado patrão que ele era", mas como um "egoísta que [...] engordava com o suor dos pobres". Após reunirem-se em uma taberna, decidiram entrar em greve, de pronto o líder do movimento foi apresentar a reivindicação de aumento salarial ao patrão, mas, ele, pacientemente, tentou explicar que as finanças de sua indústria não suportariam o reajuste. Contrariando as ponderações do sensato proprietário, os operários decidiram entrar em greve. Os dias se passaram e o movimento não teve sucesso, o que levou o principal líder grevista a ameaçar o patrão com uma arma e, em um impulso tresloucado, acabou disparando e ferindo o empregador. Mas, o bondoso dono da fábrica não prestou queixa na polícia e ainda se tornou um anônimo benfeitor da família do líder grevista enquanto este estava desempregado. No desfecho da história, o grevista descobre a identidade do seu benfeitor, volta a fábrica e é reempregado, não antes de se ajoelhar e pedir clemência ao patrão enquanto lhe beijava as mãos: "perdoe-me e obrigado... eu sou um monstro, um estúpido, um animal!".⁴³⁷

Nos primeiros anos do século XX o movimento operário do Recife ganhava uma nova feição, com jornais próprios e com a fundação do Centro Protetor dos Operários, a promoção de um discurso de solidariedade de classe conferia um verniz diferente ao que até então se limitava às greves por categorias de ofício que tinham por horizonte basicamente ganhos salariais. A ressonância de ideais baseados no conceito de luta de classes fomentou críticas que já eram abarcadas pelo folhetim "A vingança do patrão". Como, por exemplo, o papel desagregador do movimento operário com seu potencial inebriador que tendia a excitar os ânimos dos trabalhadores com propensão ao tumulto, pondo em risco uma idealização plácida de uma convivência sem conflitos entre patrões e operários. Essa crença de que os ideais socialistas viriam a conturbar uma pretensa relação harmônica entre capital e trabalho também serão abordadas no próximo tópico.

⁴³⁷ "A vingança do patrão". Jornal Pequeno, 29 de janeiro de 1900. "A vingança do patrão". Jornal Pequeno, 30 de janeiro de 1900.

João Ezequiel e o Centro Protetor dos Operários

O Centro Protetor dos Operários foi a associação de trabalhadores mais importante de Pernambuco na primeira década do século XX. Com sucursais por diversas cidades do interior e conexões internacionais, foi uma instituição que se desenvolveu de maneira tentacular por várias frentes de atuação: tinha seu próprio órgão de propaganda, atuou enquanto mutualista, montou uma escola para filhos de proletários, mas se firmou mesmo enquanto associação de resistência, orientando diversos movimentos grevistas. A sua trajetória é reveladora de um momento de fratura nas relações de trabalho da virada do século, as dinâmicas de sua estruturação e as suas estratégias de atuação podem nos mostrar as especificidades de um movimento operário que, em diversas ocasiões, atuou em aliança com os grupos políticos estabelecidos. As características da formação peculiar dessa entidade, com seus limites e possibilidades, foram até então muito pouco estudadas, mas, podem vir a abrir perspectivas sobre variados aspectos do universo do trabalho no Brasil da virada do século, principalmente em relação as possibilidades e projeções que os trabalhadores nutriam em relação à política institucional, o papel da consciência de classe e mesmo o peso de problemáticas raciais no pós-abolição.

Fundado inicialmente por operários das estradas de ferro de Recife e região, o Centro Protetor dos Operários não teve sequer tempo de vir à público para propagandear seus fins e já precisou enfrentar adversidades em seu primeiro mês de existência.⁴³⁸ No primeiro dia de março de 1900, alguns de seus membros procuraram a imprensa para denunciar a demissão de seu presidente interino, Augusto da Silva, até então serralheiro mecânico das oficinas da estrada de ferro de Caxangá, que foi dispensado por encabeçar a organização dessa associação.⁴³⁹ Dez dias depois, um dos diretores do grupo, Ulysses de Mello, empregado nas oficinas da estrada de ferro de Limoeiro, publicava uma nota onde avisava "ao público" que, daquele dia em diante, deixava de fazer parte da diretoria do Centro e do seu grêmio social.⁴⁴⁰

Foi nesse contexto adverso que a sociedade pernambucana leu pela primeira vez algum esboço das diretrizes e objetivos do grupo. "Somos um pouco jacobinos", afirmavam, mas "não temos fins anarquistas, temos somente por objetivo tratar dos

⁴³⁸ O Centro foi fundado no dia 4 de fevereiro de 1900, como noticiou uma pequena nota em: A Província, 8 de fevereiro de 1900.

⁴³⁹ "Centro Protetor dos Operários". Jornal do Recife, 1º de março de 1900.

⁴⁴⁰ "Ao público". A Província, 10 de março de 1900.

interesses da classe e levanta-la deste estado de abatimento, afim de, unidos, trabalharmos pela conquista de nossos direitos”. E, de fato, nessa publicação os operários se baseavam objetivamente em uma linguagem que reclamava a efetividade da prevalência de direitos conquistados. Diante daquilo que chamavam de "guerra levantada contra o Centro”, os operários denunciavam que os diretores da estrada de ferro, após a demissão de Augusto da Silva, andavam ameaçando os demais empregados com a mesma pena, desrespeitando-lhes o "direito de sociabilidade", como falavam. Ainda assim, a diretoria do Centro afirmava que essa “perseguição à classe operária [...] só poderá trazer simpatia [à associação] e estimular ainda mais o grande número de associados”, com isso, ambicionavam em um futuro próximo poder “competir com os centros operários de diversos países da Europa”.⁴⁴¹

Não deixa de ser notável como nesse primeiro episódio o grupo já exibia as principais linhas que viriam a guiar sua atuação nos anos vindouros, notadamente a luta pela aplicação e consolidação de direitos conquistados com argumentos e práticas circunscritas ao campo da legalidade, além da defesa de um ideal de classe que contemplasse todos os trabalhadores, diferenciando-se da mentalidade de ofício até então persistente nas formas organizativas da década anterior.⁴⁴² Esses aspectos passaram a ser explicitados de maneira mais sistemática quando, no 1º de maio de 1901, o Centro passou a publicar uma folha própria, a *Aurora Social*, jornal operário que teve longa vida (em comparação com outras folhas operárias brasileiras) e que foi publicado por dezenas de edições até 1907.

"Proletários de todos os países, uni-vos", era com o célebre slogan do Manifesto Comunista em seu cabeçalho que a *Aurora* saía quinzenalmente compilando um universo múltiplo e variado de matérias sobre o socialismo ao redor do mundo.⁴⁴³ Notas que informavam a dimensão e a dinâmica de greves na Argentina, Bélgica, Estados Unidos, Itália, Rússia, etc., qualquer país onde a agitação operária se fazia sentir poderia ganhar as colunas do periódico, que também informava sobre acidentes de trabalho e casos de exploração vividos pelos proletários ao redor do globo. Conjuntamente com notícias e trocas de correspondência de associações do exterior, além de eventuais

⁴⁴¹ "O Centro Protetor dos Operários em Pernambuco e o mestre das oficinas de Caxangá". A Província, 2 de março de 1900.

⁴⁴² Ao falar dessa mentalidade de ofício me refiro objetivamente às greves da década de 1890, que em sua maior parte foram organizadas por associações de ofício, como sociedades beneficentes e mutualistas.

⁴⁴³ A frase se tornou célebre também por ser associada às publicações da Associação Internacional dos Trabalhadores. No ano seguinte, outro slogan do mesmo manifesto foi adicionado ao cabeçalho: "A emancipação dos trabalhadores deve ser obra deles mesmos".

informes da “Junta Socialista Internacional”, esses tópicos demarcavam uma compreensão de que as lutas de classe não eram mera questão nacional. Os redatores da *Aurora Social* buscavam difundir a ideia de que proletários de todo o mundo viviam condições de subserviência semelhantes aos de Recife, mas que também lutavam e conseguiam vitórias através da luta organizada em torno dos ideais de classe.

Essa é outra temática central nas páginas do jornal: a apresentação dos caminhos para a emancipação dos trabalhadores, uma trilha que deveria ser pavimentada sob os contornos do socialismo científico.⁴⁴⁴ Em diversos artigos há uma intenção pedagógica de difundir o socialismo não apenas enquanto uma doutrina de ação para a mudança social, mas também enquanto uma visão de mundo igualitarista, como quando afirmavam em linguagem simples que “o socialismo quer a vida doce e feliz para todos em lugar da miséria de muitos em benefício de poucos”.⁴⁴⁵ Em seu veículo de comunicação próprio, os operários se posicionavam na esfera pública apresentando uma perspectiva alternativa sobre os significados do socialismo, em alguns momentos, buscando responder intelectuais e órgãos de imprensa que os desacreditavam por apostar no potencial de mudança social da ideologia.

O burguês tem que procurar um meio qualquer que lhe proporcione a força precisa para desmoronar o edificante castelo em que se acha alçado o rubro pavilhão da liberdade, e assim, classifica-nos de idiotas, visionários, sacrificadores do tempo, etc. Porque? Qual será seu fim? Infiltrar o desengano no nosso espírito tão cheio de esperança e crença afim de fazer-nos esmorecer...⁴⁴⁶

Neste artigo, como em outros, os redatores insistiam no projeto de difusão do socialismo como forma de romper as estruturas de dominação do proletariado. Um dos operários escreveu certa vez que “os que tudo produzem, vivem em tristes tugúrios e passam mil misérias”, mas só suportam essas condições “porque ainda são ignorantes. Se fossem instruídos não suportariam com tanta resignação esta desigualdade e protestariam fortemente”. Nesse sentido, projetavam a função daquela folha: “os

⁴⁴⁴ Para lutar contra aqueles que tiram “dos operários o indispensável para sua subsistência”, o socialismo científico parecia mais apropriado aos redatores do jornal, pois deixava para trás “o terreno movediço do sentimentalismo banal e da utopia” dos primeiros socialistas. Esse artigo que faz um breve panorama das ideias socialistas culminando com considerações sobre a vertente desenvolvida por Marx e Engels, pode ser lido em: “Socialismo científico”. *Aurora Social*, 17 de março de 1902.

⁴⁴⁵ A maior parte das edições desse jornal que consultei na hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano se encontra em péssimo estado de conservação. As publicações de 1901 e 1902 estão praticamente todas mutiladas, sendo impossível apontar com certeza a que edição pertencem algumas matérias. Existem alguns exemplares de 1906 e 1907 em bom estado. Por esses motivos, algumas citações se limitarão a indicar o nome da matéria. O trecho acima citado fazia parte de um artigo intitulado “Uma doutrina socialista”.

⁴⁴⁶ “Vencer ou morrer”. *Aurora Social*, 17 de agosto de 1906.

periódicos libertários devem ser lidos por todos os trabalhadores, porque são raios de luz e progresso que vão despertando as massas adormecidas”.⁴⁴⁷ Essa iniciativa foi dirigida principalmente pelo tipógrafo João Ezequiel, redator chefe do jornal, ele se tornou o líder operário mais importante de Pernambuco na primeira década do século XX.

Com uma sólida bagagem de militância que remonta ao seu ativismo no movimento abolicionista, Ezequiel fez parte da Liga Operária Pernambucana, foi fundador e presidente da União Tipográfica por vários anos entre as décadas de 1890 e 1900, e redator de outros jornais voltados às lutas dos trabalhadores, como *A União*, que foi publicado em 1898, e *O primeiro de maio* que teve algumas edições publicadas em 1900, e, naquele mesmo ano, participou da redação de *O Clarim Social*.⁴⁴⁸ Ingressando no Centro Protetor dos Operários em algum momento entre 1900 e 1901, Ezequiel, que era um íncito estudioso do pensamento socialista, deu lastro conceitual ao grupo, tornando-se seu maior propagandista não apenas porque dirigia a *Aurora Social*, mas também porque se tornou o orador da associação fazendo discursos em reuniões e meetings, se correspondendo com outros grupos, articulando greves e mediando suas negociações, além de eventualmente ministrar palestras aos operários.⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ “Desigualdade social”. *Aurora Social*, 18 de maio de 1906.

⁴⁴⁸ Ver, por exemplo, esta publicação que registra sua presença na União Tipográfica desde 1891: “União Tipográfica Pernambucana”. *Diário de Pernambuco*, 6 de novembro 1891.

⁴⁴⁹ Nem sempre as reuniões do Centro se resumiam a tratar das questões político-administrativas, em diversas ocasiões Ezequiel ministrou conferências após as reuniões, como no dia em que “realizou uma palestra sobre a Comuna de Paris”. “Centro Protetor dos Operários”. *Jornal do Recife*, 24 de março de 1906. Para outras conferências sobre temas como o socialismo e os operários, o trabalho feminino e a Igreja e o socialismo, a queda da Bastilha, ver, por exemplo: “Conferência socialista”. *Jornal do Recife*, 6 de julho de 1902. “Centro Operário”. *Jornal do Recife*, 11 de junho de 1903. “Centro Protetor dos Operários”. *Jornal do Recife*, 13 de outubro de 1905. “Centro Operário”. *Jornal do Recife*, 16 de julho de 1903.

Imagem VII

Capa de uma publicação comemorativa em homenagem a João Ezequiel, publicada pelos tipógrafos recifenses por ocasião de seu aniversário.



O Ezequiel, 10 de abril de 1898.

Não é exagero afirmar que Ezequiel foi o principal responsável por colocar o Centro no mapa do movimento operário nacional. O tipógrafo que já se correspondia com importantes lideranças socialistas, como Guedes Coutinho e Estevam Estrella, que também foram eventuais colaboradores da *Aurora Social*, mantinha uma rede de comunicação com dezenas de associações Brasil afora, esses laços eram constantemente afirmados em moções de solidariedade a movimentos grevistas e divulgação de iniciativas de outras associações.⁴⁵⁰ Em menor grau o grupo também mantinha elos

⁴⁵⁰ Das páginas da *Aurora Social* há correspondência entre o Centro Protetor dos Operários e grupos como: Círculo Socialista *Avanti* (São Paulo – SP), Federação Socialista Baiana, Montepio dos Artistas Alagoanos, União Operária de Santos, Centro dos Operários Livres de Taubaté, Centro Defensor de Trabalhadores de Mar (Salvador – BA), Centro Artístico Eleitoral Maranhense, Partido de Artistas e Operários do Pará, Sociedade Mútua Proteção de Alegrete, União Operária do Engenho de Dentro (Rio de Janeiro – RJ), Centro Operário Cruzeiro do Sul (Acré), Círculo Socialista Federativo (Caxias do Sul – RS), etc. Em 1906, as edições do jornal informavam que o Centro era coligado ao Centro Operário da Paraíba, União Operária Alagoana, Centro de Operários Livres de Taubaté, União dos Cocheiros, Clube

internacionais, Claudio Batalha já pontuou as conexões do Centro Protetor dos Operários com o socialista italiano José Ingenieros, que, atuando na Argentina, fez a ponte entre o grupo de Recife e a Federação Obreira Regional da Argentina.⁴⁵¹

Nesses primeiros anos do século XX o Centro Protetor dos Operários passou por uma grande expansão, em parte o crescimento do grupo tem relação com a natureza dos ofícios desempenhados pelos membros do seu núcleo fundador. Como discorri anteriormente, o Centro foi criado por trabalhadores das estradas de ferro de Pernambuco, aspecto que me parece determinante para que, com o correr dos anos, fossem fundadas diversas sucursais da associação em cidades que faziam parte da malha ferroviária do estado. Foi principalmente a bordo dos trens da Estrada Central de Pernambuco que João Ezequiel percorreu cidades como Garanhuns, Canhotinho, Floresta, Quipapá, Pesqueira, Ribeirão e Flores, outros trilhos o levaram a Correntes e a Cabedelo na Paraíba, em todas essas cidades fundou uma sucursal do Centro, em todas elas foi recebido com festa nas estações. Na região do Recife, funcionavam ainda as sucursais de Olinda e Jaboatão.⁴⁵² Afora a abertura dessas sucursais, proeminentemente

Socialista de Caxias e Liga Operária do Rio Grande de Norte. Também são citados os jornais: *Avanti* (São Paulo – SP), *Voz Feminina* (Minas Gerais), *Proletário* (São Luís –MA), *Tribuna Operária* (Rio de Janeiro – RJ), *Trabalho* (Belém – PA), *Jornal dos Artistas* (São Luís –MA), entre outros. Sobre a influência do Centro em relação ao movimento operário alagoano, ver: MACIEL, Osvaldo Batista A. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2004.

⁴⁵¹ Para a relação com a Federação Obreira Regional da Argentina, ver: "Centro Protetor dos Operários". *Jornal Pequeno*, 21 de agosto de 1905. "Centro Protetor dos Operários". *Jornal do Recife*, 16 de dezembro de 1905. No seu jornal, o grupo também agradecia o recebimento de jornais como: *Vanguardia*, de Buenos Aires e que tinha Ingenieros como colaborador, e *Lucha de Clases* de Bilbao. Em 1908, um membro do Partido Social-democrata Russo, de passagem por Recife, fez duas conferências sobre "o movimento operário em diversos países". Os eventos organizados pelo Centro, ocorreram um na própria sede da associação e outro na União dos Trabalhadores em Armazém, sobre essa passagem há pouquíssimas informações, sequer o nome do tal representante do Partido Social-democrata Russo é citado. *Diário de Pernambuco*, 7 de novembro de 1908. "Vida social". Em relação a Ingenieros, Claudio Batalha evidencia que este mantinha contato tanto com Guedes Coutinho, quanto com Estevam Estrella, talvez por meio dos dois socialistas brasileiros João Ezequiel tenha entrado em contato com o italiano. BATALHA, Claudio H. M. "José Ingenieros e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. *Revista Perseu: história, memória e política*, n° 9, ano 7, 2013.

⁴⁵² A maior parte dos artigos que abordam de maneira mais detalhada questões relativas às sucursais trata das celebrações de fundação e de aniversário de fundação dessas associações, são artigos curtos, mas geralmente descrevem aspectos interessantes da cultura operária que infelizmente não conseguirei abarcar nesse estudo. Um dos exemplos mais expressivos é o do segundo aniversário da sucursal de Jaboatão, ocorrido em 1903 e que "contou com grande número de famílias, operários e convidados" em um evento na sede da associação que se encontrava com "primorosa ornamentação sobressaindo belíssimos escudos onde se liam os nomes dos gloriosos socialistas vitimados em Chicago por ocasião da luta travada entre o capital e o trabalho em Illinois". Essa alusão à greve geral de Chicago, ocorrida em 1886, é mais uma evidência da influência da Segunda Internacional sob os socialistas pernambucanos, pois foi no Congresso de Paris de 1889 que o fato foi elevado a grande marco temporal do movimento operário internacional. Para esse artigo, ver: "Centro Operário". *Jornal do Recife*, 21 de abril de 1903. Para as demais sucursais: "Centro Protetor dos Operários". *Aurora Social*, 1° de maio de 1906. "Centro Operário". *A Província*, 13 de julho de 1906. "Centro Protetor dos Operários". *Jornal do Recife*, 19 de

encetadas por trabalhadores de ferrovia, o Centro se expandiu na capital articulando a criação de associações de resistência por ofício, como a União Livre dos Trabalhadores em Padaria, a União dos Carvoeiros e a União dos Barbeiros e Cabelereiros, mas também oficializando alianças com associações já existentes, eram federados ao Centro a União dos Cocheiros, União dos Estivadores, União Tipográfica Pernambucana, União Mortuária Afogadense, Sociedade dos Empregados da Capatazia da Alfândega, União dos Trabalhadores em Armazém, entre outras.⁴⁵³

Foi dessa maneira, com uma ampla rede de articulações externas às fronteiras de Pernambuco e amparando uma diversidade considerável de grupos do estado, que o Centro se tornou a instituição mais relevante do movimento operário da região. Em um artigo escrito em 1912, João Ezequiel afirmou que nesses primeiros anos o Centro possuía cerca de 6 mil trabalhadores associados, número nada desprezível.⁴⁵⁴ Mas, o plano de atuação do grupo não se circunscrevia apenas à defesa dos interesses dos seus afiliados ou dos operários urbanos, alguns casos são ilustrativos da amplitude dos expedientes do Centro. Como na ocasião em que um empregado de uma usina de açúcar na Zona da Mata foi esbordoado e depois "metido em um tronco", motivando pronta resposta do Centro, que levou o episódio a público e exigiu do chefe de polícia que fossem "tomadas as devidas providências".⁴⁵⁵ Ou em momentos de alta de preços de alimentos e de carestia, como no caso de 1904, quando os diretores do Centro entregaram uma representação ao prefeito solicitando para que o governo intervisse no

agosto de 1905. "Sucursal do Centro Protetor". *Jornal do Recife*, 16 de janeiro de 1902. "Sucursal de Garanhuns". *Jornal do Recife*, 5 de março de 1906. "Sucursal de Floresta". *Jornal do Recife*, 7 de abril de 1906. "Em Pesqueira". *Jornal do Recife*, 11 de maio de 1907.

⁴⁵³ *Jornal do Recife*, 18 de fevereiro de 1903. *Jornal do Recife*, 6 de julho de 1904. "Centro Protetor dos Operários". *Jornal do Recife*, 27 de outubro de 1904. *A Província*, 2 de março de 1906. *A Província*, 28 de maio de 1906. "Os carvoeiros". *Jornal do Recife*, 31 de julho de 1906. *A Província*, 27 de setembro de 1906.

⁴⁵⁴ *A República*, 8 de junho de 1912. Apud. REZENDE, Antonio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1981. p. 23.

⁴⁵⁵ "Crime horroroso". *Jornal Pequeno*, 7 de dezembro de 1901. O tronco, um dos mais infames legados da escravidão, ainda teve seu uso noticiado muitos anos depois de 1888, em Recife, o instrumento de tortura era utilizado principalmente em algumas delegacias da capital como maneira de castigar e subjugar detentos pobres. Em um editorial do *Jornal Pequeno*, publicado em 1900, escrevia-se que "é costume em nossa infeliz plaga surrar-se o detento, metê-lo no tronco, aperta-lo em prensa de farinha...". *Jornal Pequeno*, 8 de janeiro de 1900. Naquele mesmo ano duas matérias do jornal *A Província* denunciaram uma autoridade policial que castigava pessoas com o mesmo método do tronco, no Engenho Gameleira. "O crime da Estrelina". *A Província*, 23 de janeiro de 1900. *A Província*, 6 de março de 1900. "A explicação de F.R.V.". Em um estudo de Israel Ozanam, também é mencionado um caso do tipo, no qual um peixeiro, em 1904, foi "metido num tronco" por uma autoridade policial do Recife. OZANAM, Israel. "Foi metido num tronco, por uma espécie de ressurreição das épocas anteriores a 13 de maio de 1888: o 'popular' dentro e fora dos mocambos do início da República". In: BORGES, Raquel; CALLENDER, Déborah; CUNHA, Israel; DA MATTA, Giuliana; SILVA, Augusto; SOARES, Thiago. (Org.). *Fronteiras Culturais no Recife Republicano*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 91-116.

preço da farinha pois a situação estava levando o "proletariado pernambucano a fome a ao desespero".⁴⁵⁶

Mas, eram as greves os momentos de maior projeção do grupo. Entre 1901 e 1902 estiveram à frente de três greves dos trabalhadores de estrada de ferro, depois intermediaram as negociações de outros movimentos grevistas como o das cigarreiras e o dos carvoeiros e, em 1906, articularam uma greve geral sem precedentes para Pernambuco. Em todos esses casos, Ezequiel e outros membros da diretoria negociaram as condições do movimento diretamente com o governador e outras autoridades do executivo.

Não há dúvidas de que a participação do Centro Protetor dos Operários nesses movimentos grevistas estimulou a animosidade das classes patronais e de parte da opinião pública expressa na imprensa. As greves de 1902, ocorridas em estações da Estrada Central de Pernambuco e da Estrada de Ferro do Recife a São Francisco, mobilizaram cerca de três mil operários, mas, na perspectiva do editorialista do *Jornal Pequeno*, eram motivadas por mera "exploração política" do Centro.⁴⁵⁷ Para o diretor dessas ferrovias, o inglês Knox Little, não havia justificção alguma para as greves, tratava-se apenas "do socialismo que o Centro procura implantar [...] por simples espírito de classe". Sobre o movimento operário, o inglês ainda arrematava com ênfase: "[é] uma força que deve ser combatida".⁴⁵⁸ Já a greve das cigarreiras foi desencadeada depois que algumas operárias se filiaram ao Centro Protetor dos Operários, sendo não apenas demitidas sumariamente, como agredidas fisicamente pelo proprietário da fábrica de cigarros Lafayette.⁴⁵⁹

A postura do governo do estado é um aspecto particularmente importante a ser destacado em relação a essas greves. Em todas essas manifestações o Centro procurou o governador com o intuito de solicitar da autoridade mediação entre trabalhadores e

⁴⁵⁶ A Província, 17 de julho de 1904. Dez anos antes o Centro Operário da Bahia solicitou o mesmo do Conselho Municipal da capital daquele estado, o mesmo fez o Clube do Partido Operário, em Campinas em 1892. Respectivamente: "Bahia". *Jornal de Recife*, 21 de dezembro de 1894. "São Paulo". *Jornal de Recife*, 18 de fevereiro de 1892.

⁴⁵⁷ "O Centro Protetor dos Operários". *Jornal Pequeno*, 30 de janeiro de 1902. "Comentários". *Jornal Pequeno*, 27 de janeiro de 1902.

⁴⁵⁸ "A Greve – uma interview". *Diário de Pernambuco*, 1 de fevereiro de 1902. "O Centro Protetor dos Operários". A greve se espalhou principalmente pela insistência de Knox Little em demitir quatro operários que ele classificava como os "cabeças da greve", todos eles membros do Centro. *Jornal do Recife*, 29 de janeiro de 1902.

⁴⁵⁹ "Levante". *Jornal do Recife*, 3 de setembro de 1903. "O que diz o Centro Operário". A Província, 3 de setembro de 1903. "Cigarreiras em greve". *Diário de Pernambuco*, 5 de setembro de 1903. As cigarreiras da Fábrica Lafayette fundaram uma seção feminina no Centro Operário. Sobre essa seção feminina e a greve das cigarreiras de 1903, provavelmente a primeira greve de operárias do Brasil, planejo publicar um estudo em breve.

padrões, ou mesmo para esclarecer o caráter pacífico e legal dos movimentos. Nessas greves não foram registradas prisões, ainda que, em um ou outro momento, pequenos conflitos tenham surgido pela cidade. As autoridades policiais só vieram a deter grevistas na grande greve de 1906.

Iniciada enquanto uma greve de estivadores que reivindicava aumentos salariais e uma nova regulação dos horários de trabalho, o movimento grevista de 1906 foi ganhando adesões ao longo dos seus sete dias de duração.⁴⁶⁰ Afora a União de Resistência de Trabalhadores de Armazém e Carregadores em Pernambuco, que também encampou uma pauta de reajuste salarial e das jornadas de trabalho, diversas categorias que tinham ligação com o Centro Protetor dos Operários entraram em greve motivados unicamente por solidariedade aos estivadores, fenômeno até então inédito em Pernambuco.⁴⁶¹ Se uniram à greve: carvoeiros, padeiros, cocheiros de bonde, carroceiros (tanto os que trabalhavam com o transporte de carga, quanto os que faziam o recolhimento do lixo da cidade), talhadores de carne, peixeiros, fressureiros, pedreiros, carpinas, remadores, catraieiros, operários de fábrica de sabão, os responsáveis pela praticagem, assim como os maquinistas e demais funcionários da Great Western que controlavam os trens que ligavam o Recife ao interior do estado, além de alguns trabalhadores de casas de comércio.⁴⁶²

O movimento grevista que praticamente parou as atividades econômicas da cidade por uma semana, havia sido articulado pelo Centro com semanas de antecedência. Dias antes das paralisações, o grupo havia promovido dois grandes meetings, um na sacada da sede da União dos Estivadores, onde falaram para "cerca de 500 trabalhadores" e, outro ainda maior, no Largo do Arsenal, diante da presença de

⁴⁶⁰ Joan Bak escreveu que "entre 1903 e 1907, o Brasil experimentou uma primeira onda de greves gerais", citando as greves de 1903 no Rio de Janeiro, de 1905 em Santos, e de 1906 em São Paulo e Porto Alegre. A falta de estudos sobre Recife de algum modo justifica a ausência da cidade nesse quadro. BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2003. p. 184.

⁴⁶¹ O aumento pedido pelos estivadores variava de acordo com o tipo de função a ser desempenhada, valores discriminados em uma longa tabela: "pesar e despejar" passaria de 80 para 90 réis, "embarcar" de 40 para 50, o serviço de "sacamento" de 100 para 110, "traçar e encher" de 60 para 70 réis, etc. "GREVE". A Província, 10 de novembro de 1906. Os trabalhadores de armazéns de açúcar reivindicavam mudanças nos horários de trabalho há certo tempo, em 1900, sob o título "Explorações capitalistas", publicaram na imprensa longo artigo pelo direito a folga no domingo. O procedimento chamado de "indigno" e "imoral", era compreendido como uma característica do "capitalismo egoísta e brutal". "Explorações capitalistas". Jornal do Recife, 18 de janeiro de 1900.

⁴⁶² Para relatos detalhados da greve, acompanhar as edições dos diários recifenses entre 8 e 18 de novembro de 1906.

“mais de 3.000 mil pessoas, na sua quase totalidade representantes do trabalho”.⁴⁶³ Nesses eventos discursaram os membros da direção do Centro, João Ezequiel, o pedreiro Samuel Vieira e o sapateiro Antônio de Lima, além de um representante da União dos Estivadores do Rio de Janeiro, Luiz Gonzaga de Albuquerque.⁴⁶⁴

Desses quatro líderes do movimento, apenas um não foi preso em eventos decorrentes da greve. O dado pode falsamente sugerir uma intervenção do governo no sentido de sufocar o movimento, mas não foi isso o que aconteceu. Conforme as versões da imprensa diária, essas lideranças foram detidas após se desentenderem com algumas autoridades policiais no último dia da greve, em um episódio aparentemente isolado e circunstancial.⁴⁶⁵ Por mais que entidades patronais, como a Associação Comercial, tivessem emitido posicionamentos exigindo que governador usasse da força contra os grevistas, isso não aconteceu.⁴⁶⁶ Em verdade, o governador Sigismundo Gonçalves mediou os conflitos trabalhistas, no terceiro dia de greve recebeu uma comissão do Centro no Palácio do Governo, mesmo declarando que “achava inoportuna a greve”, aconselhou os grevistas sobre os reajustes e permitiu que Samuel Vieira se pronunciasse aos demais grevistas da própria sacada do palácio. Ao sair da reunião, Antônio de Lima disse a um jornalista do Diário de Pernambuco que tinha se posicionado de maneira a “não desgostar o governo, que se tem sempre colocado ao lado das classes desprotegidas”.⁴⁶⁷

⁴⁶³ “Greve”. A Província, 8 de novembro de 1906. Aurora Social, 31 de outubro de 1906. No mesmo número ver a matéria “Meeting”, sobre a manifestação pública, e “Projeto de federação”, relativa a proposta de unificação “dos interesses das sociedades operárias da República do Brasil”, com base em princípios de solidariedade de classe. Essa última proposta, publicada em formato estatutário, aguardava as assinaturas das diretorias das seguintes associações: “Centro Operário de Manaus, União Operária Alagoana, Centro Operário Baiano, União Operária do Rio, Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Guarabira, União Auxiliadora dos Sapateiros do Rio, União Beneficente dos Estivadores da Capital Federal e União Operária de Santos.

⁴⁶⁴ É provável que esse Luiz Gonzaga seja o mesmo a que Evaristo de Moraes se referiu em suas memórias como um “mulato do Norte, alto, espadaúdo, evidentemente forte”. Nessa passagem, Evaristo narra como conseguiu demover Luiz Gonzaga da ideia de cometer um atentado a bomba no porto em meio as mobilizações de uma greve dos estivadores. MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1922. p. 227. Não é improvável que os representantes do Centro tenham tido contato com ele em meio ao Congresso Operário Brasileiro que ocorreu no Rio de Janeiro alguns meses antes da greve. O Centro Protetor dos Operários também teve participação no Congresso Socialista Brasileiro, ocorrido em São Paulo em 1902.

⁴⁶⁵ “A Greve”. Diário de Pernambuco, 17 de novembro de 1906.

⁴⁶⁶ Ver, em especial: “Greve”. A Província, 17 de novembro de 1906. A matéria afirmava que “o telefone [do chefe de polícia] não cessava um instante de pedidos de providências, garantias, reclamações, etc”.

⁴⁶⁷ “Greve”. Diário de Pernambuco, 11 de novembro de 1906. Nessa matéria há também os dados fisionômicos dos membros do Centro que foram presos, na ocasião além de Samuel Vieira e Antônio Lima, o estivador Severino José do Nascimento também foi detido. Os três eram homens de cor: “*Samuel Vieira da Cunha* [...], 27 anos, pardo, cabelos pretos e crespos, rosto comprido, muita pouca barba, olhos castanhos, nariz grosso, corpo franzino e falta de dentes na parte superior. [...] *Antonio de Lima* [...] 25 anos, preto fulo, cabelos pretos e carapinhos, rosto comprido, pouca barba, olhos castanhos, nariz grosso

Ao fim, não consta que nenhum trabalhador que engrossou o movimento tenha sido demitido e parte das pautas apresentadas foram conquistadas pelos operários do porto. Sobre a prisão dos líderes, cabe dizer que eles não passaram muito tempo atrás das grades, tão logo João Ezequiel soube do episódio, se dirigiu ao Palácio e lá foi recebido pelo governador, que do próprio punho remeteu uma ordem para que o delegado os colocasse em liberdade, o que aconteceu em um intervalo de horas.⁴⁶⁸

A greve de 1906 estabeleceu definitivamente uma aproximação do Centro Protetor dos Operários com o governo do estado. Esse alinhamento já podia ser percebido em anos anteriores, a ausência de críticas ao executivo nas publicações do grupo é um indício disso, mas parecem mais eloquentes episódios como a campanha em favor da vacinação que o grupo promoveu em 1905 em conformidade com as orientações do governo, o fato de terem conseguido eleger um diretor do Centro para o Conselho Municipal em 1904, a presença cativa de representantes do governo em todas as grandes celebrações de 1º de maio que o grupo promoveu no Teatro Santa Isabel, além, é claro das posturas do governo em relação as greves.⁴⁶⁹ Nos anos seguintes outras greves foram mediadas pelo poder público em interlocução com o Centro, Ezequiel foi candidato a deputado estadual em chapas situacionistas e acabou se elegendo para o legislativo em 1912.

Em um estudo de 1981, até hoje o mais detalhado sobre o tema, Antônio Paulo Rezende interpretou essas alianças como a expressão de uma estratégia das elites com o objetivo de cooptação do operariado. Em sua narrativa, foram os "interesses eleitoreiros" de João Ezequiel que levaram o movimento operário a uma posição de dominação e de subordinação às oligarquias do estado. De maneira simplista e enviesada, o historiador acabou por reduzir a opção eleitoral adotada pelos socialistas pernambucanos, expediente que era compartilhado por uma infinidade de grupos operários ao redor do mundo, ao "oportunismo e as ambições pessoais" dos líderes do Centro Protetor dos Operários. Em uma afirmação contrafactual, Rezende concluía que

e corpo regular. [...] *Severino José do Nascimento* [...] 21 anos, solteiro, preto, cabelos carapinhos, rosto oval, imberbe, olhos castanhos escuros e corpo regular". A matéria ainda destacava que "todos estavam de gravata preta, excetuando o primeiro, que não dispensa o laço vermelho".

⁴⁶⁸ "Greve". A Província, 17 de novembro de 1906.

⁴⁶⁹ "Centro Protetor dos Operários". Jornal do Recife, 20 de setembro de 1905. "Centro Protetor dos Operários". Jornal do Recife, 15 de novembro de 1904. A Província, 6 de maio de 1906. "Primeiro de maio". A Província, 3 de maio de 1902. "Primeiro de maio". A Província, 2 de maio de 1902. "Centro Protetor dos Operários". Jornal do Recife, 10 de maio de 1905.

as relações do grupo com o governo "evitava o avanço da luta, pois mascarava as contradições".⁴⁷⁰

Não há como afirmar quais rumos o movimento operário tomaria se abdicasse de suas eventuais cooperações com o governo. Mas, a política cotidiana mostrava que sem alianças com os poderosos as adversidades estruturais podiam ser determinantes para o fim do grupo. Como já citei páginas atrás, na década de 1890 os trabalhadores recifenses viram repetidos casos de grevistas presos, ou sumariamente demitidos, em total desrespeito ao direito de greve. Como venho asseverando ao longo dessa tese, o cumprimento das leis naquele período poderia se relacionar mais ao arbítrio das autoridades públicas do que em respeito aos códigos normativos. Nesse sentido, me parece que a aliança do Centro com o poder executivo garantia certa segurança jurídica aos seus membros, lhes propiciando condições para que conseguissem ampliar suas margens de atuação. Essa aliança com o poder executivo despontou justamente de laços pessoais que Ezequiel mantinha com o grupo político de Rosa e Silva, pois ele era tipógrafo do *Jornal do Recife* que pertencia ao governador Sigismundo Gonçalves (principal correligionário de Rosa e Silva no estado). Na maior parte daquele período, a folha teve por redator o jornalista Oswaldo Machado que, e isso não me parece coincidência, foi advogado de trabalhadores em diversas manifestações grevistas, inclusive naquela greve de 1906.

Se de certa maneira esses laços devem ter influído para solapar a autonomia do grupo em relação ao poder executivo estadual, por outro lado, o acesso aos salões do Palácio de Governo foi um trunfo utilizado em favor das suas causas em diversas ocasiões. Foi nessas circunstâncias que o grupo ganhou dimensões expressivas, com uma área de influência regional e conexões por todo o Brasil e até no exterior. Em sua análise, Antônio Paulo Rezende chega a admitir a relevância política que os operários conquistaram após anos de articulação do Centro, ao afirmar que: "as promessas do governo, seu interesse em servir de mediador nas greves, tinha o objetivo de contar com o operariado ou, mais amplamente, com setores populares ao seu lado, numa tentativa de legitimar seu poder".⁴⁷¹

Essa importância política do operariado foi apontada por Rezende em relação as eleições de 1911-12, mas em disputas anteriores o Centro já havia se consolidado como

⁴⁷⁰ REZENDE, Antônio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1987. p. 63.

⁴⁷¹ *Idem*. p. 62.

um grande mobilizador da participação política dos trabalhadores no Recife. A ideia de ter um representante no parlamento estadual era perseguida e justificada de maneira simples e objetiva, o cargo deveria ser utilizado para a difusão dos valores socialistas e para a defesa dos direitos dos proletários. Um dos articulistas do grupo escrevia que a eleição de um deputado "não resolverá a questão social, porém, o operariado para vencer terá de ir conquistando aos poucos o poder: hoje a municipalidade, a assembleia estadual; amanhã o congresso nacional, o governo enfim".⁴⁷² Ainda assim, as estratégias eleitorais dos grupos operários naquela década não diferiram substancialmente das desenvolvidas na década anterior. Não havia algo como um diretório partidário regular, seus candidatos eram lançados em meio as chapas organizadas pelas lideranças políticas tradicionais do estado, em arranjos desenvolvidos pouco meses antes dos pleitos.

Foram nessas circunstâncias que, por várias eleições, o grupo investiu em campanhas promovendo meetings e convocando os operários às urnas a partir de publicações nos grandes jornais do Recife. Em 1903, por exemplo, distribuíram aos seus associados e demais simpatizantes da causa quatro mil folhetos com o nome de Ezequiel. No entanto, a esperança de que esses folhetos se convertessem em votos não se concretizou, segundo eles porque "uma parte dos operários desta malfadada terra, temendo as iras dos seus patrões, deixou de cumprir o mais sagrado dos deveres, não correndo às urnas para ali depositar o nome do filho do povo que, como eles, sente também as agruras da fome e da miséria".⁴⁷³ Em suas memórias, Joaquim Pimenta afirmava que, nessa época "a mentalidade destes [operários], não diferia da mentalidade comum dos demais eleitores: votavam com o chefe político do distrito, um coronel qualquer da antiga guarda nacional, ou sob as ordens do patrão ou de seus prepostos imediatos".⁴⁷⁴ Nas eleições de 1906, antes mesmo das votações, Ezequiel teve que ir à imprensa se defender dos ataques de setores da oposição que, após verem o operário ser incluído na chapa do governador Sigismundo Gonçalves, passaram a ataca-lo, chamando-o de, entre outras injúrias, oportunista.⁴⁷⁵ Mais uma vez, nessa eleição ele não conseguiu obter sucesso, ainda que tenha conquistado 589 votos.⁴⁷⁶

⁴⁷² "Nosso rumo". Aurora Social, 17 de agosto de 1906.

⁴⁷³ "Eleição estadual". Aurora Social, 19 de setembro de 1903.

⁴⁷⁴ PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2ª ed, 1949. p. 193.

⁴⁷⁵ *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1906. "Ao operariado". Nesse artigo afirma que: "a minha candidatura surgiu no seio do proletariado, em presença de cerca de 3.000 companheiros [...] em presença de todas as classes que diariamente têm me prestado a sua adesão espontaneamente".

⁴⁷⁶ "Eleições estaduais". *Diário de Pernambuco*, 18 de dezembro de 1906.

A trajetória dos membros do Centro pela política partidária pode ter servido para que o grupo se aproximasse das elites dirigentes, mas foi um percurso marcado por dificuldades e provações. Mesmo quando o tipógrafo conseguiu ser eleito nas eleições para a assembleia estadual em 1912, sua vitória se deu menos pela força das urnas do que pela concessão do então governador Dantas Barreto. Em um episódio que se revelou vexatório para Ezequiel, Barreto convocou representantes do operariado para uma reunião que deveria decidir quem seria o candidato da classe, já que os trabalhadores de Pernambuco o haviam apoiado em peso no último pleito para o governo do estado, mas, após horas de confabulações nada foi decidido. A discordância estabeleceu-se entre os nomes de Ezequiel e o de Santana de Castro, antigo maquinista do Arsenal, diretor do Liceu de Artes e Ofícios e ex-presidente do Centro Protetor dos Operários. Como narrou Joaquim Pimenta, a maneira escolhida por Dantas Barreto para resolver o impasse não foi nada convencional: "arranjou-se um chapéu e nele foram colocados dois papeizinhos, cada qual com um nome. Convidado o tipógrafo a tirar um, recusou-se, afastando-se, mal-humorado, para um canto da sala, dizendo que não fora ali para representar comédias", mas, ao fim, o sorteio foi realizado e o nome de Ezequiel contemplado com a vaga.⁴⁷⁷

Foi dessa maneira que se iniciou a história do primeiro mandato de Ezequiel, posteriormente ele se reelegeu para o parlamento estadual e, tempos depois, conseguiu um acento no Conselho Municipal. Mas, ao longo dos anos o episódio do sorteio foi reiteradamente evocado como maneira de lhe constranger e atingir sua honra.⁴⁷⁸ João Ezequiel era um trabalhador manual negro no parlamento estadual, o perfil social incomum para a posição serviu de mote para que jornalistas destilassem discriminação racial em suas análises, comparado-o com Feliciano André Gomes, outro deputado negro. O "ilustre descendente de Henrique Dias", como chamavam-no, era descrito como alguém sem brilho próprio, eleito por votar sempre com seu "patrão", escolhido pelo método das bolinhas de papel e destacado por ser "um bom decorador" ("decorador" aqui era utilizado em relação a capacidade de memorizar os discursos, pois o artigo insinuava que não era ele quem escrevia as próprias alocações que proferia da tribuna).⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ PIMENTA, Joaquim. *Op. Cit.* pp. 192 – 193.

⁴⁷⁸ Ver, por exemplo: "Pernambuco". *Diário de Pernambuco*, 10 de setembro de 1914. "Pela política". *Diário de Pernambuco*, 3 de fevereiro de 1917.

⁴⁷⁹ "Na câmara". *Diário de Pernambuco*, 1º de maio de 1914. "Pela política". *Diário de Pernambuco*, 3 de fevereiro de 1917.

A questão racial não foi tematizada com frequência nos textos de Ezequiel, mas, em meio ao grande volume de escritos que publicou na imprensa, o assunto permeou suas reflexões em algumas ocasiões, como quando denunciou um caso de racismo na alta sociedade recifense ou quando celebrou a memória de José do Patrocínio, ressaltando seu papel de liderança negra.⁴⁸⁰ Inclusive possuía uma posição firme em relação ao abolicionismo, Ezequiel não acreditava na emancipação enquanto dádiva, em sua interpretação “o 13 de maio não foi a bondade e a piedade da mulher Imperial”, mas sim “o eco audaz do povo cioso da liberdade”. Ainda segundo o tipógrafo, esse povo que venceu o cativo deveria trilhar “a nobilíssima cruzada do socialismo moderno”.⁴⁸¹ Para ele, a liberdade era um projeto contínuo que se distendia da luta pela abolição até a concretização de um projeto socialista.

A ocasião em que foi mais enfático em relação às discriminações raciais foi em um discurso feito na escola que o Centro Protetor dos Operários mantinha. A escola voltava-se aos filhos dos operários, e seu funcionamento, como todas as iniciativas desenvolvidas pelo grupo, justificava-se em termos de classe, eram “aulas sem luxo de gravata” e que se opunham “ao ensino burguês”.⁴⁸² Mas, tal como em suas reflexões sobre a abolição, Ezequiel deixava implícito que a luta de classes continha em si também o enfrentamento ao racismo, na passagem abaixo, ao assinalar quem seria o público contemplado com o projeto educacional ele não se referia a “crianças pobres”, mas a “crianças pretas”:

[...] assim cremos a nossa obra progredirá, tanto mais quanto nasceu espontânea do coração operário que não podia resignar-se a ver uma criança pelo simples fato de nascer preta, ou de não poder comprar calçados, morrer tentativa, à falta de luz, à falta de instrução, porque infelizmente nesta terra, de tantos luxos ainda, o miserável preconceito existe. Há escolas, é doloroso dizer-se que não admitem meninos pretos, como se diz no Brasil este grande empório de misticismo de uma raça, pudesse apurar qualidades, ou alambicar sangues. Professores cujos laços sanguíneos estão intimamente ligados aos redimidos de 13 de maio, são hoje os mais ferrenhos inimigos dessas infelizes crianças pretas a que a ‘dura fatalidade’ tingiu-lhes a pele, e assim

⁴⁸⁰ “José do Patrocínio”. Diário de Pernambuco, 22 de junho de 1905. “Ódio de raça”. O Primeiro de Maio, 15 de setembro de 1900.

⁴⁸¹ “Farrapos”. O Clarim Social, 8 de agosto de 1900. Sobre alguns usos políticos dessa interpretação do 13 de maio, ver: GOMES, Flávio dos Santos. “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888 -1889)”. Estudos Afro-Asiáticos, n° 25, dezembro de 1991.

⁴⁸² Iniciadas em 1905, as aulas do Centro eram gratuitas para crianças e adultos e estavam à cargo do pedreiro Samuel Vieira. Funcionavam no período noturno com duas horas de aula para crianças e uma hora para os adultos, além da alfabetização básica, eram ministrados conteúdos de português e matemática. Outro membro da associação, Flaviano Martins, também dava aulas de música. Em fevereiro de 1906 estavam matriculados 48 alunos. Diário de Pernambuco, 3 de novembro de 1905. A Província, 9 de novembro de 1906. “Centro Protetor dos Operários”. Jornal do Recife, 21 de fevereiro de 1906.

terão de forçosamente sucumbir, sepultando-se muitas vezes os mais belos talentos, as mais robustas concepções.⁴⁸³

Em suas reflexões sobre a cultura negra no Brasil oitocentista, Muniz Sodré utilizou o conceito de jogo duplo em relação às maneiras com que grupos de escravos se utilizavam dos poucos espaços de expressão permitidos em uma estrutura cultural controlada por senhores brancos para fortalecer ritos, elos comunitários e visões de mundo em comum.⁴⁸⁴ No pós-abolição os debates raciais que circulavam nos meios intelectuais brasileiros voltavam-se para a manutenção das desigualdades, principalmente fundamentados a partir de um discurso científico que hierarquizava e subjugava os indivíduos por seus traços fenotípicos, e que acabaram dando lastro a mecanismos de controle social. Pensando o conceito de jogo duplo de maneira mais ampla, aplicando-o nesse contexto de pós-abolição, pode-se perceber como a adoção de uma linguagem socialista foi importante enquanto estratégia para que trabalhadores negros se organizassem em torno de identidades coletivas e de princípios igualitaristas que já eram suscitados em meio aos debates políticos e intelectuais estabelecidos. Não sabemos até que ponto homens como Ezequiel cifravam questões raciais quando falavam em classe, mas foi operacionalizando essa categoria social que ele e seus companheiros pleitearam justiça social e respeitabilidade, conseguindo o apoio de setores das elites às suas lutas, eventuais aproximações com o Estado e estabelecendo-se enquanto um grupo sócio-político relevante.

⁴⁸³ “As nossas aulas”. *Aurora Social*, 31 de agosto de 1906.

⁴⁸⁴ SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 3^o ed., 2005. p. 93.

Imagem VIII
João Ezequiel



João Ezequiel em foto que ficava exposta nas sedes das diversas sucursais do Centro. *Aurora Social*, 31 de outubro de 1906.

Imagem IX
Membros do Centro Protetor dos Operários



Membros do Centro Protetor dos Operários, o maquinista José Carlos e o tipógrafo Pedro Pacheco. Ambos tiveram suas fotos publicadas em capas do *Aurora Social* por ocasião de falecimento. *Aurora Social*, 31 de julho de 1906. *Aurora Social*, 10 de julho de 1906.

Considerações finais

Os pouco mais de vinte anos que perfazem o recorte temporal dessa pesquisa foram marcados por processos de profundas mudanças no sistema político do Brasil e na configuração dos direitos da cidadania. Se ampliarmos o escopo de visualização, podemos perceber que naquela virada de século vários países da Europa e das Américas também passaram por grandes transformações em seus sistemas políticos. Ao redor do mundo, o que se via era o florescer da democracia de massas, que ainda não havia assimilado o voto feminino, mas que caminhava para uma tendência à universalização do voto masculino, solapando continuamente os aspectos hierárquicos que regiam o gozo dos direitos políticos, como as exigências censitárias e de alfabetização.⁴⁸⁵ O Brasil, no entanto, não se alinhou a essa tendência, pelo contrário, o país registrou entre 1881 e 1933 seus menores percentuais de eleitores em relação à população total. Os números, sempre abaixo dos 5%, foram os piores desde o início do Segundo Reinado aos dias atuais.⁴⁸⁶

O descompasso em relação ao que acontecia globalmente é um capítulo fundamental da história da democracia brasileira. Uma fase que, sob uma mirada retrospectiva, pode parecer um “tropeço” ou um “mal-entendido”,⁴⁸⁷ mas que foi conscientemente arquitetada pela classe dirigente que buscava se precaver da influência imediata que milhares de libertos poderiam exercer nos rumos políticos do país.

⁴⁸⁵ Sobre a tendência de ampliação do eleitorado pelo mundo, ver: HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 8ª edição, 2003. p. 127.

⁴⁸⁶ Para estudos que traçaram balanços históricos da amplitude do eleitorado no Brasil, ver: NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral no Brasil*. Oxford, 2001; LOVE, Joseph. "Political participation in Brazil (1881-1969)". *Luso-Brazilian Review*, Vol. 7, No. 2, Dec., 1970.; NUNES, J. P. Favilla. *A representação nacional do Brasil comparada com a de diversos países do mundo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. BPEP, setor de folhetos raros.

⁴⁸⁷ "Tropeço" foi o termo com que José Murilo de Carvalho se referiu à reforma eleitoral de 1881, em análise que ignora as relações entre o tema e a abolição, ou seus impactos na parcela da população que até então estava escravizada. Já "mal-entendido" é uma alusão à célebre frase de Sérgio Buarque de Holanda: "a democracia no Brasil é um lamentável mal-entendido", que atribui certa inadequação do "pensamento liberal-democrático" a uma "forma de convívio humano de base emocional" que permeava as relações sociais no Brasil. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.38.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. p. 153.

A reforma eleitoral de 1881, que transformou as eleições de indiretas para diretas, foi o marco dessa mudança, depois daquele ano o eleitorado foi reduzido em mais de 90% em relação aos que antes votavam. Com regras mais complexas para a apresentação de documentos comprobatórios de renda, em um contexto de voto censitário, a burocracia acabou sendo um entrave imediato para que muita gente conseguisse obter o direito de votar. Mas, o aspecto mais duradouro dessa lei foi mesmo a proibição do alistamento de analfabetos a partir do ano de 1882. A medida não retirava o direito dos analfabetos que já votavam, ela visava marginalizar uma nova geração de pessoas sem acesso à educação formal, atingindo notadamente muitos dos ingênuos nascidos após a Lei do Ventre Livre e aqueles que viessem a se tornar livres, pois no momento em que o projeto foi debatido a abolição da escravatura já era entendida como uma questão de tempo.⁴⁸⁸

É provável que esse cenário caracterizado por um eleitorado diminuto tenha influído no baixo número de estudos sobre o tema por muito tempo. Recentemente, no entanto, o aparecimento de uma nova leva de publicações vem apresentado outros ângulos mais pormenorizados sobre a questão da participação política. A revisão da área vem sendo empreendida em suas questões mais basilares, como, por exemplo, o questionamento dessa falta de expressão do eleitorado. Sem negar o retrocesso implicado pela reforma eleitoral de 1881, um aspecto é ressaltado por Jairo Nicolau: em termos absolutos muita gente perdeu o direito de votar, mas essa exclusão atingiu primordialmente pessoas que votavam indiretamente. Até aquela reforma, o voto era indireto e as eleições em duas fases, nesse processo a grande maioria dos votantes participava apenas do primeiro escrutínio destinado a escolher uma ínfima camada de cidadãos que votariam nos candidatos aos cargos legislativos. Os levantamentos do autor mostram que apenas 20.020 brasileiros votaram diretamente em 1873, ou seja, 0,2% da população total. Após a reforma eleitoral, no ano de 1882 o número subiu para 142.856, o equivalente a 1,2% do total de brasileiros. Uma porcentagem inegavelmente pequena, mas que, ainda assim, em termos relativos representava um incremento substancial entre aqueles que podiam escolher seus representantes de maneira direta.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Sidney Chalhoub elenca essa reforma em meio ao processo que chama de “precariedade estrutural da liberdade”, ver: CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social: Revista dos Pós-graduandos em História da UNICAMP*, n.19, 2º semestre de 2010. Em relação à reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, analisei seus debates e impactos em trabalho anterior, ver: SOUZA, Felipe Azevedo e. *O eleitorado imperial em reforma*. Recife, Editora Massangana, 2014.

⁴⁸⁹ NICOLAU, Jairo. *Op. Cit.*

Como afirmei anteriormente, na República esses índices foram aumentados com o fim da exigência censitária. A partir de então, a premissa de alfabetização para o acesso aos direitos políticos passou a figurar enquanto principal entrave para a ampliação do eleitorado. Em diversos centros urbanos, no entanto, onde residiam boa parte dos alfabetizados, o eleitorado alcançava números mais expressivos. No Recife, por exemplo, nas primeiras décadas republicanas, a quantidade dos que votavam girou em torno dos 10% da população.

Mesmo detalhando melhor a quantidade dos que votavam, esses números indicam que o país estava muito distante de ver realizado qualquer ambição de um projeto democrático. A ausência de um eleitorado amplo, um dado básico na configuração de regimes do tipo, somava-se a outros óbices, como a escassez de eleições livres e justas. Ainda assim, não há contradição em afirmar que existiam correntes políticas organizadas em torno do pensamento democrático. Como abordei nos primeiros capítulos, o cenário político no Recife da virada de século foi influenciado por facções de poder que se arvoravam enquanto democratas, com destaque para os liberais abolicionistas, que, de fato, sistematizaram algumas estratégias de mobilização com a intenção declarada de popularizar a política e ampliar as maneiras de participação.

Esse aspecto já foi assinalado por Celso Castilho em recente publicação. Ao assinalar os usos de ideias democráticas em uma estrutura política antidemocrática, o autor se alinhou a uma perspectiva que vem sendo desenvolvida por pesquisadores que exploram outros contextos nacionais na América Latina oitocentista, como o México, o Chile e a Colômbia. Essa leva de estudos tem em comum uma postura crítica em relação a uma historiografia que tradicionalmente ignorou a possibilidade de que o pensamento democrático pudesse ter influenciado os rumos políticos da maior parte das nações latino-americanas naquele século.⁴⁹⁰

Procurei estabelecer esse tipo de apreciação crítica nas análises desenvolvidas nesta tese, o que implicou também no reconhecimento dos limites da aplicação desse ideário na atuação dos agentes políticos que se afirmavam democratas. No segundo capítulo, demonstrei como mesmo utilizando uma retórica democrática, os liberais abolicionistas não se diferenciavam sobremaneira de outros grupos no que se refere às

⁴⁹⁰ Segundo o próprio Castilho, seu livro se alinha nessa perspectiva aos trabalhos dos historiadores James Sanders, Michel Gobat e James Wood. CASTILHO, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2016. p. 18.

práticas políticas. O desprezo às instituições, aos códigos normativos e aos ritos formais da administração pública era corriqueiro nas condutas não só dos representantes políticos, mas de todos os agentes que faziam parte da rede de abolicionistas, fossem eles um praça da força pública ou um juiz de direito. Ainda que os próprios contemporâneos apontassem essas práticas como distorções do funcionamento da política, elas eram amplamente utilizadas por todos os grupos partidários. Mais tarde esse conjunto de procedimentos chegou a ser teorizado por Gilberto Amado em seu livro *Eleição e representação*, que de maneira elitista, mas, ainda assim, em defesa da democracia representativa, defendia que a burla e a corrupção por parte dos governos poderiam ser benéficas para conduzir aos cargos públicos os representantes mais capacitados, tendo em vista que a maior parte do eleitorado não estaria habilitado para escolher uma classe política distinta e competente.⁴⁹¹

Essas circunstâncias, no entanto, não impediam que eleições fossem disputadas em termos programáticos e que projetos políticos diferentes fossem debatidos com o eleitorado. O terceiro e o quarto capítulo evidenciam que o apoio popular não era um elemento desdenhável, pelo contrário, o que encontrei na documentação é que a busca por legitimidade social dos candidatos passava pelo emprego de uma grande diversidade de métodos de mobilização, tanto em torno da divulgação de planos e propostas, por meio da imprensa, dos clubes e de manifestações públicas, quanto por um projetado interesse em contemplar demandas comunitárias e das pessoas mais pobres. Nesse sentido, o que aponto é que as relações entre representantes e representados eram muito mais complexas do que supunham interpretações historiográficas que percebiam ali meros imperativos de dominação e de imposição de poder pela violência e pelas relações de dependência.

Esses aspectos não negam a potência que as hierarquias sociais tinham em demarcar os lugares nas dinâmicas políticas. Ao longo da tese pontuei como as clivagens de raça e classe estruturavam as possibilidades e os sentidos da participação política para os diferentes agentes históricos abordados, procurando, ainda assim, salientar como grupos e indivíduos reagiram a esses condicionantes e, em alguns casos, se mobilizaram coletivamente para mudar essas estruturas socioculturais.

⁴⁹¹ AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Brasília, Senado Federal, 1999. Gilberto Amado não era o único a se expressar nesse sentido, Cristina Buarque de Holanda dedicou todo um capítulo sobre como na Primeira República, em várias ocasiões, o uso da corrupção e da fraude era justificado sob argumento semelhante, em um entendimento de “democracia” muito peculiar. HOLANDA, Cristina Buarque. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. Ver, em especial, o capítulo *Representação como farsa*.

O movimento operário foi particularmente importante nesse sentido, principalmente ao elevar a outro nível o protagonismo político de indivíduos das classes trabalhadoras. Nas narrativas dos dois últimos capítulos abordei as maneiras com que os trabalhadores do Recife se organizaram nas duas primeiras décadas republicanas. Período em que foram fundadas diversas associações de ofício ou de classe na cidade, algumas das quais conseguiram emplacar candidatos em chapas eleitorais e, eventualmente, conquistaram assentos nas instâncias parlamentares municipais e estaduais. Ao longo desse tempo foram pouco a pouco expandindo seus limites de atuação, em meio a articulação de dezenas de greves, a formulação de uma identidade comum e ao estabelecimento de uma agenda de classe, em um processo de crescimento institucional e de aquisição de notoriedade social trilhado também em negociação com as elites políticas de Pernambuco.

Os três movimentos acompanhados ao longo dessa pesquisa revelam um cenário político diverso e popular. Ainda que mirando em projetos diferentes, todos, de alguma maneira, abriram caminhos para o desenvolvimento de iniciativas de ampliação da participação política, em empreendimentos muitas vezes arquitetados por membros das elites, mas apropriados de formas variadas por pessoas de todas as classes. Foi tentando articular esse jogo incerto entre a proposição e a execução dos modos de participação que procurei escrever uma história sobre como as pessoas comuns (ou “pessoas extraordinárias” como preferia Hobsbawm) do Recife se relacionavam com a política. Buscando, ao máximo, apresentar também o que a política lhes ofertava em termos de possibilidades. Ao concluir essa história, percebi que a amplitude dessas possibilidades era incomparavelmente maior do que eu supus cinco anos atrás quando fiz o primeiro esboço do projeto de doutorado. Nesta tese consegui esmiuçar apenas um feixe desse universo de experiências políticas das “classes populares”, ainda há muito trabalho a ser feito.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas utilizadas

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE):

- Fundo CDR, Vol. 4.3/47 (janeiro/1889 a abril/1891). Livro de Entrada e Saída de Presos. Casa de Detenção, Cidade do Recife.
- Fundo SSP, livro n°428, fl. 111 – 112 e 137 – 140.
- Fundo SSP, 1ª delegacia da capital (1884-1886), livro n°429. fls. 115-117.
- Livro de ocorrências da primeira delegacia de polícia da capital, 17 de outubro de 1881. Fundo SSP, livro n° 425.
- Fundo SSP, livro n. 425. Ofício do delegado da primeira delegacia da capital ao chefe de polícia da província, 25 de abril de 1881.
- Fundo Conselho Municipal do Recife, CMR. 57.
- Fundo Petições, não indexado.
- Arquivo do Barão de Lucena, n°. 899, 4/7/1890
- Arquivo do Barão de Lucena, n°. 711, 18/4/1890.
- Arquivo do Barão de Lucena, n°. 933, 11/12/1893.
- Arquivo do Barão de Lucena, n°. 373, 23/2/1904.
- Arquivo do Barão de Lucena, n°. 373, 23/2/1904.

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ):

- Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CAp.1, doc. 12.
- Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. C. A. p.2, doc. 21.
- Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CAp.6, doc. 101.
- Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.6, doc. 253.
- Fundação Joaquim Nabuco, seção de manuscritos. Fundo de correspondências Joaquim Nabuco. CPp.13, doc. 255.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco (BC-UFPE):

- Coleção João Alfredo, Secção de correspondências recebidas. CR_000.148 – 6/12/1885.

Fontes impressas utilizadas

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE):

- *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Typographia Mercantil, 1881.
- *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o anno de 1881*. Recife, Tipografia Mercantil, 1881.
- BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza. *Reforma Eleitoral*. Recife, Typographia Universal, 1862. APEJE – Folhetos Raros.
- CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, promulgada em 17 de junho de 1891. Recife, Tipografia da Província, 1891.
- Estatística: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Julio de Mello Filho, Secretário da Justiça, Negócios Interiores e Instrução Pública do Estado de Pernambuco pelo ex-chefe da Comissão Central de Estatística E. Moscozo. Recife, Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895.
- *Qualificação dos eleitores da Boa vista 1884*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, setor de folhetos raros, cx. 8.
- Estatutos do Club Popular do Recife, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869. APEJE, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16.
- TELLES JUNIOR, Jerônimo J. Memórias. Recife, Arquivo Público Estadual, 1954. Datilografado.

Faculdade de Direito do Recife (FDR), Biblioteca de Obras Raras, Coleção Rui Barbosa:

- AMARANTE, Tarquínio Braulio de Souza. Dissertação sobre o seguinte tema: *Com o progresso da sociedade, qual a tendência do salário em relação ao lucro?*. FDR, 1859.
- BEVILAQUA, Clovis, *Estudos de Direito e Economia Política*. Recife, Officina Typographica, 1886. Biblioteca de Obras Raras da Faculdade de Direito do Recife, Coleção Rui Barbosa.
- BARROSO, José Liberato. Dissertação sobre o seguinte tema: *Mostrar os efeitos do melhoramento da produção em respeito a sociedade em geral, e aos obreiros em particular*. FDR, 1857.

- CASTRO, Catão Guerreiro de. Dissertação sobre o seguinte tema: *Com o progresso da riqueza qual é a lei do valor dos serviços industriais e dos serviços dos capitais*. FDR, 1864.
- PINTO JUNIOR, João José. Dissertação sobre o seguinte tema: *O aumento da riqueza será compatível com a diminuição dos valores provenientes dos melhoramentos industriais; ou estes importarão necessariamente aumento de riquezas e valores?*. FDR, 1859.
- RODRIGUES. Antonio Coelho. Dissertação sobre o seguinte tema: *O aumento do capital fixo, sem acréscimo do circulante, importará aumento de riqueza?*. FDR, 1870.

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE):

- *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1888*. Recife, Tipografia do Jornal do Recife, 1889. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.
- *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1887*. Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Filhos, 1887. Setor de documentação da Assembleia Legislativa de Pernambuco.
- *Annaes da Assembleia Provincial de Pernambuco anno de 1886*. Recife, Tipografia de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1887.

Anais digitalizados da Câmara dos Deputados:

- Anos: 1879, 1880, 1881.

Jornais e revistas

- Diário de Pernambuco (c. 1870 – c. 1910)
- Jornal do Recife (c. 1870 – c. 1910)
- A Província (c. 1870 – c. 1910)
- Jornal Pequeno (1899 – 1910)
- O Tempo (c. 1870 – c. 1880)
- A Época (1890 – 1891)
- Revista do Norte (1886 – 1887)
- Aurora Social (1901 – 1907)
- Gazeta dos Operários (1890)
- O Eco Artístico (1875 – 1876)
- O Primeiro de Maio (1900)
- O Clarim Social (1900)
- O Ezequiel (1898)
- O Liberal Pernambucano (1857)
- A Rua (1903)

- Revista da Cidade (1927)
- The Salt Lake Herald (UT – USA), 1892.
- Gazeta da Tarde (RJ), 1884.
- Jornal do Comercio (RJ), 1890.
- Gazeta de Notícias (RJ), 1890.

Fontes cartográficas e iconográficas

Biblioteca Nacional (BN):

- *Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes*. Repartição de Obras Públicas de Pernambuco, 1875. Biblioteca Nacional.
- Palacete do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, FOTOS, Armário 8.2.2. (6), negativo 04340; COSTA, Menna da [Liceu de Artes e Ofício, PE, 1880: membros da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais].

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ):

- Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, CEHIBRA, Arquivo Josebias Bandeira, JB_001133. Cartão Postal monocromado de autoria de Ramiro R. Costa.
- CEHIBRA, Arquivo Josebias Bandeira, JB_000906. Cartão Postal monocromado de autoria de Ramiro R. Costa.

University of California, Los Angeles (UCLA):

Photograph album of city and landscape views of Brazil (Collection 94/251). UCLA Library Special Collections, Charles E. Young Research Library, University of California, Los Angeles.

Bibliografia (livros, artigos, teses e dissertações)

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU E LIMA, José Ignácio de. *O socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra / FAPERJ, 2001.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário". *História Social*, n° 19, segundo semestre de 2010.
- _____, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras, 2009.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1967.
- ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- _____, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- _____, Ângela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- ANDERSON, Margaret Lavinia. *Practicing Democracy: elections and political culture in Imperial Germany*. New Jersey, Princeton University Press, 2000.
- AMADO, Gilberto. *Eleição e representação*. Brasília, Senado Federal, 1999.
- AVELINO FILHO, George. "Clientelismo e Política no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 38, março 1994.
- AZEVEDO, Elciene. "A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da 'raça paulista'". In.: AZEVEDO, Elciene... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- BASTOS, Tavares. A. C. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo, Editora Nacional, 2° ed., 1976.
- BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil (conferência pronunciada no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919) – Pref. de Evaristo de Moraes Filho*. São Paulo, LTr Editora – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

_____, Rui. *República: Teoria e Prática: textos doutrinários sobre direitos humanos e políticos consagrados na Primeira Constituição Republicana*. Petrópolis, Vozes; Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2003.

BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Dicionário do movimento operário – Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____, Claudio H. M. "Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva". In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2º ed., v. 1, 2006.

_____, Claudio H. M. "José Ingenieros e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". *Revista Perseu: história, memória e política*, n° 9, ano 7, 2013.

_____, Claudio H. M. "A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República". In.: AZEVEDO, Elciene... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

_____, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1956.

_____, Lima. *Numa e a Nífa*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1961.

_____, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. MINC – FBN, e-book, sem data.

BENSEL, Richard Franklin. *The American ballot box in the mid nineteenth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

BORGES, Dain. "Intellectuals and the forgetting of slavery in Brazil". *Annals of Scholarship*, vol. 11, n° 1-2, 1996.

BOSI, Alfredo. "Joaquim Nabuco memorialista". *Estudos Avançados*, n°24, (69), 2010.

CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 12º Ed., 2006.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O "retalho" do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2012.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. "Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919)". *Revista de História*, n° 162, 1° semestre de 2010.

_____, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador, Eduneb, 2015.

CASTILHO, Celso Thomas. "Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da Campanha Abolicionista". In.: ALBUQUERQUE, Severino (org.). *Joaquim Nabuco e Wisconsin: centenário da conferência na universidade, ensaios comemorativos*. Rio de Janeiro, Editora Bem-te-vi, 2010.

_____, Celso Thomas; COWLING, Camilia. "Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos de emancipação na década de 1880 no Brasil". *Afro-Ásia*, 47, 2013.

_____, Celso Thomas. *Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Oxford, Centre for Brazilian Studies, working paper CBS-87-07, 2007.

_____, José Murilo de. "Os três povos da República". *Revista USP*, São Paulo, n° 59, set-nov. 2003.

_____, José Murilo de. *Pontos e Bordados, escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

_____, José Murilo de. "Rui Barbosa e a razão clientelista". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, n° 1, 2000.

- CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline E. De Biasi. "Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831". *Almanack*, Guarulhos, n° 12, 2016.
- CAVALCANTE, Henrique Soares. *Quem é o dono da república em Pernambuco? Disputas de poder e o governo de Barbosa Lima (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2014.
- CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)". *História Social*, n° 19, segundo semestre de 2010.
- CHAZKEL, Amy. *Leis da sorte: o jogo do bicho e a construção da vida pública urbana*. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- COMPARATO, Fábio Konder. "Variações sobre o conceito de povo no regime democrático". *Estudos Avançados*, n° 11, (31), 1997.
- COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, USP, 2006.
- COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *A "escravidão livre" na Corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da abolição)*. Niterói, Tese de Doutorado em História, UFF, 2012.
- COSTA, Valéria Gomes. *Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife, 1846-1890*. Salvador, Tese de Doutorado em História, UFBA, 2013.
- COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense / Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. "1933: um ano em que fizemos contato". *Revista USP*, São Paulo, n° 28, dez. 1995 – fev. 1996.
- _____, Olívia Maria Gomes da. SANTOS, Flávio Gomes dos. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.
- DANTAS, Carolina Vianna. "Monteiro Lopes (1867-1910): um 'líder da raça negra' na capital da República". *Afro-Ásia*, Salvador, n° 41, 2010.
- DANTAS, Leonardo (org.). *Nabuco e a República: textos de Joaquim Nabuco com organização e introdução de Leonardo Dantas*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 5° ed., 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824- 1881". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. "Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, no 67, 2014.
- DOMINGUES, Petrônio. "‘Vai ficar tudo preto’: Monteiro Lopes e a cor na política". *Novos Estudos*, n° 95, março de 2013.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Ed. Globo, 3° ed. 2001.
- FAREJOHN, John. PASQUINO, Pasquale. "A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: conceitos de racionalidade em teoria política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n° 45, fev-2001.
- FORTES, Alexandre. "Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República". In.: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli M. Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006.
- FREITAS, Cândida. *O parque 13 de Maio na modernização do Recife*. Recife, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2006.
- FREIRE, Américo. "Liderança e localismo na I República brasileira". *Ler História*, n° 59, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo, Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1940.
- GARZONI, Leriche de Castro. "Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905)". In.: AZEVEDO, Elciene... [et. al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- GLENN, Evelyn Nakano. *Unequal freedom: How Race and Gender shaped American Citizenship and Labor*. Cambridge, Harvard University Press, 2004.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma etnografia da política*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006.

GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações na primeira década republicana (1860 – 1900)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em História, PUC – RJ, 2013.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. "No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888 -1889)". *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 25, dezembro de 1991.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. "O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 10, n° 20, ago. 1991.

HEARN, Brian. *Could Southern Italians cooperate? Paper prepared for "The emergence of cooperatives in 19th and 20th century Europe. Some comparative aspects"*. Copenhagen, Institute of Economics Workshop, Nov. 1997.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 8ª edição, 2003.

_____, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HOFFNAGEL, Marc Jay. "O movimento republicano em Pernambuco, 1870-1889". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XLIX. Recife, 1977.

HOLANDA, Cristina Buarque. *Modos da representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

JARDIM, Silva. *A República no Brasil: compêndio de teorias e apreciações políticas destinado à propaganda republicana*. Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1888.

_____, Silva. *Memórias e viagens: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891.

JOYCE, Patrick. *Democratic subjects: the self and social in nineteenth-century England*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

KRAAY, Hendrik. "Ritos políticos e politização popular no Brasil Imperial". *Almanack*, Guarulhos, n.09, abril de 2015.

KUSCHNIR, Karina. "Antropologia e política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n° 64, 2007.

LACERDA, David P. "Mutualismo, trabalho e política: a seção do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882). In.: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2014.

_____, David P. *Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860 – c. 1890)*. Campinas, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2016.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". *Projeto História*, São Paulo, n° 16, fev. 1998.

LEHOUCQ, Fabrice. "Electoral fraud: causes, types and consequences". *Annual Review of Political Sciences*, n° 6, (1), 2003.

LESSA, Renato. "Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira". *Análise Social*, XLVII (3°), 2012.

LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira (1889 -1931)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. Brasília, Edições do Senado Federal, 2004.

LIZZERI, Alessandro; PERSICO, Nicola. "Why did the elites extend the suffrage? Democracy and the scope of government with an application to Britain's 'Age of Reform'". *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 119, n° 2, may-2004.

LOVE, Joseph. "Political participation in Brazil (1881-1969)". *Luso-Brazilian Review*, Vol. 7, No. 2, Dec., 1970

LYNCH, Christian Edward Cyril. "A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco". *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, ago. 2008.

MAC CORD, Marcelo. "'A União Artística': construção e legitimação de uma entidade de classe, Recife, década de 1870". *Perseu*, ano 3, n° 4, 2009.

_____, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: FAPESP/Editora da Unicamp, 2012.

_____, Marcelo. "Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de trabalho das oito horas em Pernambuco, 1890 – 1891". *Tempo*, vol. 22, n. 39, p. 175-195, jan. - abr., 2016

_____, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848–1872*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2005.

_____, Marcelo. "Redes de sociabilidade e política: mestres de obras e associativismo no Recife oitocentista". *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso (orgs.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

MACIEL, Osvaldo Batista A. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 2004.

MAGGIE, Yvonne. "Medo do feitiço 15 anos depois: 'a ilusão da catequese' revisitada". In.: CUNHA, Olivia Maria Gomes da. SANTOS, Flávio Gomes dos. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. New York, Cambridge University Press, 1997.

MARSON, Isabel. "O 'cidadão criminoso': o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado". *Estudos Afro-Asiáticos*, n°16, 1989.

MARTINS, Mônica de Souza N. "A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofício no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX". In.: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. (org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2014.

_____, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, 1808-1824*. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. "A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação". *Revista crítica de Ciências Sociais*, n°73, 2005.

- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.
- MATTOS, Hebe. *Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – 2007 – ANPUH.
- MELLO, Oscar. *Recife Sangrento*. Recife, s/e, 3° ed., 1953.
- MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1922.
- MORAES FILHO, Evaristo de. "A Proto-História do Marxismo no Brasil". In.: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume I: o impacto das revoluções*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2° ed. rev., 2003.
- MOTA, Leonardo de Araújo e. "Dádiva e sociabilidade no Brasil". *Revista Antropológicas*, v. 13, n° 2, 2002.
- NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista do Recife. Eleições de 1884. Discursos de Joaquim Nabuco; Prefácio de Aníbal Falcão; Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa*. 2° ed., Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- _____, Joaquim. *Eleições Liberais e Eleições Conservadoras*. Rio de Janeiro, Typographia de G. Leuzinger e Filhos, 1886.
- _____, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília, Senado Federal, 2003.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954) – Diários do Recife 1829 - 1900*. Recife, Imprensa da UFPE, vol. II, 1966.
- NEEDELL, Jeffrey D. "A Liberal Embraces Monarchy: Joaquim Nabuco and Conservative Historiography". Cambridge University Press, *The Americas*, Vol. 48, No. 2, Oct., 1991.
- _____, Jeffrey D. "O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n° 65, 2013.
- NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral no Brasil*. Oxford, 2001.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 2° ed., 2010.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento Burocrático*. Rio de Janeiro, Garamond, ed. 4°, 2010.
- OFFERLÉ, Michel. "Mobilisations électorales et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIXe". In: GAXIE, Daniel. *Explication du vote: Un bilan des études électorales en France*. Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1985.

OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2015.

_____, Israel. "Foi metido num tronco, por uma espécie de ressurreição das épocas anteriores a 13 de maio de 1888": o "popular" dentro e fora dos mocambos do início da República. In. BORGES, RAQUEL, et. al. (org.). *Fronteiras culturais no Recife republicano*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____, Israel. *Realizando personagens na imprensa literária brasileira da virada do século XX*. Anais do Congress of the Latin American Studies Association, Lima, Peru, April 29-May 1, 2017.

PANSARDI, Marcos Vinícius. "O movimento Operário e a República". *Revista Estudos de Sociologia*, v. 3, n° 5, 1998.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. "A dança da política: trabalhadores, associativismo recreativo e eleições no Rio de Janeiro da Primeira República". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, no 74, 2017.

PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2011.

PERRUCCI, Gadiel. *A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria*. São Paulo, Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1974.

_____, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história econômica do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (comp.). *A ideia republicana no Brasil através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1973.

PETRUCELLI, José Luís. "Raça, identidade, identificação: uma abordagem histórica conceitual". In.: PETRUCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lúcia (orgs.). *Características Étnico-raciais da População: classificações e identidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.

PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2° ed, 1949.

PINTO, Ana Flávia M. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas, Tese de doutorado em História, UNICAMP, 2014.

- PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife, CEPE, 2010.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Sistema das contradições econômicas, ou, Filosofia da miséria*. São Paulo, Ícone, 2003.
- QUINTAS, Amaro. "Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin fusco". São Paulo, *Revista de História*, v. 16, n° 54, 1958.
- _____, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo, Alameda, 2011.
- REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras nos tempos da escravidão". *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1996.
- RENARD, Georges. *L'Organisation Politique de la Démocratie*. Paris, Édition Radot, 1928.
- REZENDE, Antônio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1981.
- RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo, Alameda, 2008.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. "Nem só a base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República". In.: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino (orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2016.
- _____, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. "Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral". *Rev. Sociol. Polí.*, Curitiba, n° 45, v.21, março de 2013.
- ROSAS, Suzana Cavani. "Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado". *Clio Série História do Nordeste*, Recife, n°20, 2002.
- _____, Suzana Cavani. *Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José*. Fortaleza, ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

ROMERO, Sílvio. *O Brasil Social e outros estudos sociológicos*. Brasília, Senado Federal, 2001.

_____, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes; Aracaju, Gov. do Estado de Sergipe, 1979.

SABATO, Hilda. *La política en las calles. Entre el voto y la movilización, Buenos Aires, 1862-1880*. Buenos Aires, Sudamericana, 1998.

SABOURIN, Eric. "Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil". *RURIS*, v. 6, n°2, 2012.

SALES, Campos. *Da propaganda à presidência*. São Paulo, s/ ed., 1908.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. "O Doutor Ambrósio Machado e os trabalhadores do Engenho Gaipó - Ipojuca, Zona da Mata, Sul de Pernambuco (1885-1893)". In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. *Histórias do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos. Vol. 2*. Niterói, Editora da UFF, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Dois escritos democráticos de José Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da Democracia revisitada: vol. 2 as questões clássicas*. São Paulo, Ed. Ática, 1994.

SEWELL, William H. *Work and revolution in France*. Nova York, Cambridge University Press, 1980.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro, Access, 1999.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 3° ed., 2005.

SOUZA, Felipe Azevedo e. "Negro não pode ser conservador": a política nos talhos do mercado público do Recife nas décadas finais da escravidão". *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, n.9, 2015.

_____, Felipe Azevedo e. *O eleitorado imperial em reforma*. Recife, Editora Massangana, 2014.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília, Gráfica do Senado Federal, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vol. No 18, 1979.

- SOUZA, Robério. *"Se eles são livres ou escravos": escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco*. Bahia, 1858-1963. Campinas, Tese de doutorado em História Unicamp, 2013.
- SPENCER, Herbert. *Herbert Spencer on the Americans and the Americans on Herbert Spencer*. New York, D. Appleton and Company, 1883.
- STOKES, Susan. "What killed vote buying in Britain?". In.: STOKES, Susan; DUNNING, Thad; NAZARENO, Marcelo; BRUSCO, Valeria. (orgs.). *Brokers, Voters, and Clientelism: The Puzzle of Distributive Politics*. Cambridge University Press, 2014.
- TERRA, Paulo Cruz. "Greve como luta por direitos: as paralisações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). São Paulo, *Revista Brasileira de História*, v. 34, n° 68, p. 237-251, 2014.
- VELOSO, Giovana Rocha. *Clientelismo uma instituição política brasileira*. Brasília, dissertação de mestrado em Ciência Política, UnB, 2006.
- VENEU, Marcos Guedes. "Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895". *Dados*, Rio de Janeiro vol. 30, n° 1, 1987.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VILLELA, Jorge Mattar. "Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: o voto como forma de luta e mecanismo coletivo de inibição". *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.3, n.2, jul.- dez., 2011.
- VISCARDI, Claudia. "Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)". *Tempo*, Niterói, vol. 16 n. 32., jul. 2012.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Atónio Manuel. "As redes clientelares". in. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- WOODARD, James P. *A place in politics: São Paulo, Brazil, from seigneurial republicanism to regionalist revolt*. Durham and London, Duke University Press, 2009.
- _____, James P. "Coronelismo in Theory and Practice: Evidence, Analysis, and Argument from São Paulo". *Luso-Brazilian Review*, Vol. 42, No. 1, 2005.
- ZIBLATT, Daniel. "How did Europe democratize?". *World Politics*, 58, jan-2006.
- _____, Daniel. "Shaping democratic practice and the causes of electoral fraud: The case of nineteenth-century Germany". *American Political Science Review*, vol. 103, n° 1, feb-2009.

Anexo

Lista de greves computadas para a região de Recife entre 1880 e 1906

Categoria	Ano	Duração em dias	Pauta	Vitória	Envolvidos
Tipógrafos	1880	Sem info.	Demissões injustas	Parcial	Toda a categoria
Talhadores de carne	1881	1	Contra regulamentação	S	Mercado
Empregados da capatazia da Alfândega	1884	1	Atraso salarial	S	Alfândega
Magarefes	1887	1	Atraso salarial	S	Mercado
Ambulantes do Mercado de São José	1890	1	Atraso salarial	S	Mercado
Tanoeiros	1890	1	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Maquinistas e tripulantes	1891	1	Aumento de salários	S	Cia Pernambucana de navegação
Foguistas e carvoeiros	1891	1	Aumento de salários	N	Cia Pernambucana de navegação
Sapateiros	1891	2	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Ganhadores	1891	1	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Alfaiates	1891	2	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Refinadores e batedores de açúcar	1891	5	Aumento de salários	Sem info.	Toda a categoria
Padeiros	1891	5	Aumento de salários / diminuição carga horária	Parcial	Toda a categoria
Empregados da estrada de ferro	1891	Sem info.	Sem info.	Sem info.	Estrada de Ferro Central de Pernambuco
Tanoeiros	1891	1	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Artistas	1891	1	Aumento de salários	Sem info.	Cia Lírica
Chapeleiros	1891	1	Aumento de salários	N	Cia Indústria de Chapéus
Estivadores	1892	1	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Amarradores	1892	1	Aumento de salários	S	Porto do Recife
Carregadores de água	1892	1	Aumento de salários	S	Toda a categoria
Foguistas	1892	1	Aumento de salários	Sem info.	Cia Pernambucana de navegação
Cigarreiros	1892	3	Aumento de salários	S	Fábricas Caxias e Lafayette
Empregados da Cia de Trilhos Urbanos	1893	1	Aumento de salários	Sem info.	Cia de Trilhos Urbanos de Recife a Caxangá
Empregados da estrada de ferro	1893	1	Aumento de salários	Sem info.	Estrada de Ferro Central de Pernambuco
Cigarreiros	1893	9	Aumento de salários	Sim	Toda a categoria
Chapeleiros	1893	Sem info.	Aumento de salários	Sem info.	Toda a categoria

Funcionário da empresa de bondes	1893	1	Aumento de salários	Sem info.	Ferro Carril
Maquinistas	1893	Sem info.	Aumento de salários	Sem info.	Cia Pernambucana de navegação
Empregados da estrada de ferro	1893	1	Aumento de salários	Sim	Estrada de Ferro de Recife a S. Francisco
Empregados dos Correios	1893	1	Sem info.	Sem info.	Toda a categoria
Padeiros	1893	Sem info.	Aumento de salários	Não	Toda a categoria
Charuteiros	1893	1	Aumento de salários	Sim	Toda a categoria
Estivadores	1893	1	Aumento de salários	Sim	Cais do Apolo
Carroceiros	1894	Sem info.	Contra regulamentação	Parcial	Toda a categoria
Jokeys	1894	1	Aumento de salários / condições de trabalho	Sem info.	Jokey Club
Estivadores	1895	7	Aumento de salários	Não	Toda a categoria
Carroceiros	1895	Sem info.	Contra regulamentação	Parcial	Toda a categoria
Carroceiros	1896	Sem info.	Aumento de salários / condições de trabalho	Sim	Recife Drainage Companie
Carvoeiros, foguistas e marinheiros	1896	1	Aumento de salários	Não	Cia Pernambucana de navegação
Remadores e amarradores	1896	2	Aumento de salários	Não	Porto do Recife
Empregados da estrada de ferro	1898	7	Aumento de salários / contra demissões	Parcial	Estrada de Ferro Central de Pernambuco
Refinadores de açúcar	1900	Sem info.	Aumento de salários	Sem info.	Toda a categoria
Funcionário da empresa de bondes	1901	1	Aumento de salários	Sim	Ferro Carril
Cigarreiros	1901	1	Condições de trabalho	Sim	Fábrica Lafayette
Maquinistas, foguistas e operários das oficinas da estrada de ferro	1901	10	Condições de trabalho / Carga horária	Parcial	Estrada de Ferro de Recife a S. Francisco
Empregados da estrada de ferro	1901	Sem info.	Condições de trabalho	Parcial	Estrada de Ferro Central de Pernambuco
Empregados da estrada de ferro	1902	1	Aumento de salários	Sim	Estrada de Ferro de Olinda e Beberibe
Empregados da estrada de ferro	1902	6	Aumento de salários / diminuição carga horária	Sim	Estrada de Ferro de Limoeiro
Sapateiros	1902	1	Aumento de salários	Sem info.	Fábrica Braga & Sá
Fressureiros	1903	1	Aumento de salários	Sim	Mercado público
Cigarreiras	1903	8	Aumento de salários / contra demissões	Parcial	Toda a categoria
Carvoeiros	1903	1	Aumento de salários	Sim	Toda a categoria
Tanoeiros	1904	1	Aumento de salários / condições de trabalho	Sem info.	Toda a categoria
Cigarreiros e cigarreiras	1905	5	Aumento de salários / condições de trabalho	Parcial	Toda a categoria
Verdureiros	1906	1	Contra regulamentação	Sem info.	Toda a categoria
Marinheiros e remadores	1906	5	Aumento de salários	Não	Toda a categoria

Empregados da estrada de ferro	1906	1	Aumento de salários	Parcial	Estrada de Ferro da Caxangá
Cocheiros	1906	1	Aumento de salários	Sim	Toda a categoria
Empregados da capatazia da Alfândega	1906	2	Aumento de salários	Não	Capatazia da Alfândega
Greve geral	1906	7	Aumento de salários / diminuição carga horária / solidariedade aos grevistas	Parcial	Diversas categorias